



Diário Oficial

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO LXXXVI

FLORIANÓPOLIS, SEGUNDA-FEIRA, 30 DE MARÇO DE 2020

NÚMERO 21.233

Desde 1º de março de 1934 o Diário Oficial do Estado de Santa Catarina confere legalidade, transparência, publicidade e perenidade aos atos oficiais do Estado.

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 535, DE 30 DE MARÇO DE 2020

Altera o Decreto nº 525, de 2020, para estabelecer novas regras de enfrentamento da epidemia do coronavírus (COVID-19), e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições privativas que lhe conferem os incisos I, III e IV, alínea "a", do art. 71 da Constituição do Estado, conforme o disposto na Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e de acordo com o que consta nos autos do processo nº SEA 3147/2020,

DECRETA:

Art. 1º O art. 7º do Decreto nº 525, de 23 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º

I – pelo período de 7 (sete) dias, contados de 1º de abril de 2020:

....." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor no dia 1º de abril de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Florianópolis, 30 de março de 2020.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
Douglas Borba
Alisson de Bom de Souza
Jorge Eduardo Tasca
Paulo Eli
Helton de Souza Zeferino

Cod. Mat.: 662550

ATO nº 619 / 2020

TORNAR SEM EFEITO, conforme processo nº SCC 4947/2020, a nomeação de LUIZ FERNANDO ARAGONES DIDONÉ, para exercer o cargo de ASSISTENTE DE GABINETE, da GCE, efetuada por intermédio do Ato nº 458, publicado no dia 05/03/2020.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
Governador do Estado

JORGE EDUARDO TASCA
Secretário de Estado da Administração

Cod. Mat.: 662496

Secretarias de Estado

Administração

PORTARIA nº 132/2020

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no exercício de suas atribuições e conforme o processo SEA nº 3378/2020, resolve DESIGNAR, Joelma Martins Matos, matrícula 384.281-9-03 como membro efetivo e Jerusa Correa Buzzi Fontes matrícula 355.858-4-02, como membro suplente, como fiscal do contrato, para acompanhar e fiscalizar a gestão contratual do Contrato 028/2020, código Sigef 2315/2020 - CGE que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços terceirizados de digitador - 6 horas, celebrado com a empresa Canadense - Administração e Serviços Ltda.

JORGE EDUARDO TASCA
Secretário de Estado da Administração

Cod. Mat.: 662162

Administração Prisional e Socioeducativa

PORTARIA Nº 223/GABSA/SAP, DE 25/03/2020.

O Secretário Adjunto de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 778/GABS/SAP, publicada no Diário Oficial do Estado nº 21.117, de 08/10/2019 e com fulcro no processo SJC 19075/2020, resolve: **Art. 1º** Instaurar procedimento de Tomada de Contas Especial, processo nº SEF 1775/2017, com a finalidade de ressarcimento ao erário de dano originário da folha de pagamento à ex-servidor, de acordo com a Informação da DIAG nº 0056/19. **Art. 2º** Constituir comissão formada pelos servidores **MARCELO EDUARDO CARVALHO DA SILVA**, matrícula 654.637-4-01, **MARCELO GOULART**, matrícula 654.136-4-01 e **DOUGLAS DOS SANTOS**, matrícula 963.113-5-01, para sob a presidência do primeiro, instruir e remeter a Tomada de Contas Especial ao órgão de Controle Interno no prazo de no máximo 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta portaria, em conformidade com o disposto no Decreto nº 1886/2013 e na Instrução Normativa nº TC-13/2012, visando a apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano decorrente. **Art. 3º** Fica revogada a Portaria nº 080/GABS/SAP, de 30/01/2020, publicada no Diário Oficial do Estado nº 21.194, de 03/02/2020. **Art. 4º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com a contagem do prazo a partir de 03/02/2020. **EDEMIR ALEXANDRE CAMARGO NETO**
Secretário Adjunto de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa

Cod. Mat.: 662214

PORTARIA Nº 224/GABSA/SAP, DE 25/03/2020.

O Secretário Adjunto de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 778/GABS/SAP, publicada no Diário Oficial do Estado nº 21.117, de 08/10/2019 e com fulcro no processo SJC

Governo do Estado	
Atos do Poder Judiciário	
Atos do Poder Legislativo	
Atos do Poder Executivo	01
Gabinete do Governador	
Procuradoria Geral do Estado.....	
Casa Civil.....	
Executiva de Articulação Nacional.....	
Executiva da Casa Militar.....	
Executiva de Comunicação.....	
Defesa Civil.....	
Executiva de Assuntos Internacionais.....	
Executiva de Integridade e Governança.....	
Gabinete da Chefia do Executivo.....	
Escritório de Gestão de Projetos.....	
Departamento Estadual de Trânsito.....	
Controladoria-Geral do Estado.....	
Gabinete da Vice-Governadora	
Secretarias de Estado	
Administração.....	01
Administração Prisional e Socioeducativa.....	01
Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural.....	
Desenvolvimento Economico Sustentável.....	02
Executiva do Meio Ambiente.....	
Desenvolvimento Social.....	02
Educação.....	
Fazenda.....	02
Infraestrutura e Mobilidade.....	22
Saúde.....	22
Segurança Pública.....	
Polícia Civil.....	24
Polícia Militar.....	24
Corpo de Bombeiros Militar.....	24
Instituto Geral de Perícia.....	
Defensoria Pública	
Autarquias Estaduais	25
Fundações Estaduais	26
Economias Mistas	26
Repartições Federais	27
Concursos	
Licitações	27
Contratos e Aditivos	28
Prefeituras Municipais	32
Câmaras Municipais	36
Publicações Diversas	36

20815/2020, resolve: **DELEGAR COMPETÊNCIA** ao servidor **CLORI JOSE BENAZZI**, matrícula 953.121-1-01, a função de Chefe de Segurança da Penitenciária do Complexo Penitenciário do Vale do Itajaí, no período de 16/03/2020 a 30/03/2020.

EDEMIR ALEXANDRE CAMARGO NETO

Secretário Adjunto de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa

Cod. Mat.: 662216

PORTARIA Nº 225/GABSA/SAP, DE 25/03/2020.

O Secretário Adjunto de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 778/GABS/SAP, publicada no Diário Oficial do Estado nº 21.117, de 08/10/2019 e com fulcro no processo SES 15944/2020, resolve: **SUBSTITUIR** a servidora **ADRIANA MACIEL ALBA**, pela servidora **CARMEN LUCIA DA COSTA MARTINS**, para representar a Secretaria de Estado da Saúde na **COMISSÃO INTERSETORIAL DO SINASE DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, designada pela Portaria nº 785/GABSA/SAP, publicada no Diário Oficial do Estado nº 21.121, de 14/10/2019.

EDEMIR ALEXANDRE CAMARGO NETO

Secretário Adjunto de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa

Cod. Mat.: 662217

PORTARIA Nº 226/GABSA/SAP, DE 25/03/2020.

O Secretário Adjunto de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 778/GABS/SAP, publicada no Diário Oficial do Estado nº 21.117, de 08/10/2019, e com fulcro no art. 11, inciso III da Lei Complementar nº 260/2004, item 1.7, III do Edital do Processo Seletivo Simplificado 001/2018/SJC e processo SJC 23474/2020, resolve: **DISPENSAR A PEDIDO** a servidora abaixo relacionada, admitida em caráter temporário no cargo de Assistente Social, a contar de 10/04/2020.

NOME	MATRICULA
MOARA MONTEIRO SANT'HELENA	694.384-5-01

EDEMIR ALEXANDRE CAMARGO NETO

Secretário Adjunto de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa

Cod. Mat.: 662218

PORTARIA Nº 227/GABSA/SAP, DE 25/03/2020.

HOMOLOGAR com base no §4º, do art. 41 da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº 19/1998, no Decreto nº 153/2003 e nas avaliações de desempenho conforme processo SJC 84302/2019, o período de **ESTÁGIO PROBATÓRIO** do servidor abaixo relacionado, confirmando-o no cargo de Agente Penitenciário, nomeado por concurso público, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa, declarando-o estável a partir de 05/03/2020.

NOME	MATRICULA
SAMUEL ANGELO BERARDI	972.393-5-01

EDEMIR ALEXANDRE CAMARGO NETO

Secretário Adjunto de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa

Cod. Mat.: 662219

PORTARIA Nº 228/GABSA/SAP, DE 25/03/2020.

O Secretário Adjunto de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 778/GABS/SAP, publicada no Diário Oficial do Estado nº 21.117, de 08/10/2019 e com fulcro no processo SJC 16088/2020, resolve: **DELEGAR COMPETÊNCIA** ao servidor **JORGE CLAIR SCUSSIATTO**, matrícula 654.365-0-01, a função de Chefe de Segurança do Presídio Regional de Joaçaba, cessando os efeitos da Portaria nº 086/GABSA/SAP, publicada no Diário Oficial do Estado nº 21.196, de 05/02/2020.

EDEMIR ALEXANDRE CAMARGO NETO

Secretário Adjunto de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa

Cod. Mat.: 662220

PORTARIA Nº 229/GABSA/SAP, DE 25/03/2020.

O Secretário Adjunto de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 778/GABS/SAP, publicada no Diário Oficial do Estado nº 21.117, de 08/10/2019, e com fulcro no art. 171 da Lei nº 6.745/1985 e processo SJC 16088/2020, resolve: **DISPENSAR** a **FC 2** (assistente) do servidor abaixo relacionado.

NOME	MATRICULA
RODRIGO DALLACOSTA	972.354-4-01

EDEMIR ALEXANDRE CAMARGO NETO

Secretário Adjunto de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa

Cod. Mat.: 662222

PORTARIA Nº 230/GABSA/SAP, DE 25/03/2020.

O Secretário Adjunto de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 778/GABS/SAP, publicada no Diário Oficial do Estado nº 21.117, de 08/10/2019, e com fulcro no art. 39 da Lei nº 6.745/1985 e processo SJC 16088/2020, resolve: **DESIGNAR** o servidor abaixo relacionado, para exercer a **FC 2** (assistente).

NOME	MATRICULA
JORGE CLAIR SCUSSIATTO	654.365-0-01

EDEMIR ALEXANDRE CAMARGO NETO

Secretário Adjunto de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa

Cod. Mat.: 662223

PORTARIA Nº 015/ACAPS/GABS/SAP, DE 25/03/2020.

O Secretário de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa e o Diretor da Academia de Administração Prisional e Socioeducativa no uso de suas atribuições legais, com base no art. 7º do Decreto nº 802, de 09/02/2012, resolve: **DESIGNAR** a servidora abaixo para compor a Oficina de Produção do Material Didático da ACAPS, no ano de 2020.

DOCENTE	MATRICULA	ATIVIDADE
CAROLINE LIBERALI GHEM	963.114-3-01	MEMBRO DE OFICINA

LEANDRO ANTONIO SOARES LIMA

Secretário de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa

PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA

Diretor da Academia de Administração Prisional e Socioeducativa

Cod. Mat.: 662224

Desenvolvimento Econômico Sustentável

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/20209 – 14º SALÃO DO ARTESANATO – RAÍZES BRASILEIRAS – BRASÍLIA/DF. O Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, por intermédio da Coordenação Estadual do Artesanato de Santa Catarina, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Programa do Artesanato Brasileiro (PAB) na Portaria nº 1.007-SEI, de 11 de junho de 2018, torna público que **tendo em vista as medidas de prevenção ao Novo Corona Vírus (COVID-19) recomendadas pela OMS, o 14º Salão do Artesanato – Raízes Brasileiras – Arena de Eventos do Pátio Brasil Shopping, Brasília/DF, terá novo cronograma de datas, o evento será realizado no período de 02 a 06 de setembro de 2020, As inscrições serão prorrogadas até 15/05/2020**, aplicando as normas e exigências estabelecidas na legislação citada e no Edital nº 001/2020, com nova redação e novos prazos. O presente termo aditivo completo ao Edital está disponível no site www.sde.sc.gov.br. Florianópolis, 25 de março de 2020. Ramon Fernandes, Coordenador Estadual do Artesanato de Santa Catarina e Lucas de Souza Esmeraldino, Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável.

Cod. Mat.: 662278

Desenvolvimento Social

ERRATA DE PORTARIA:

Na Portaria nº 17, de 18 de março de 2020, publicada no DOE Nº 21.226 de 20/03/2020, página 2,

Onde se lê:

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 45, de 23 de abril de 2019, publicada no DOE nº 21.006, de 02/05/2019.

LEIA-SE:

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 45, de 23 de abril de 2019, publicada no DOE nº 21.006, de 02/05/2019, a partir de 01 de abril de 2020.

Florianópolis, 25 de março de 2020.

DIRCEU ANTÔNIO OLDRA

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e e

Cod. Mat.: 662211

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL – ESPÉCIE: QUARTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 2017TR001085 – PROCESSO- SST 2545/2017 –

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e o Centro Cultural Escrava Anastácia CNPJ nº 02.573.208/0001-25. **OBJETO:** Alteração da Cláusula Sexta que trata da vigência, prorrogando o Termo de Fomento até **30 de abril de 2020**. **Partes:** Maria Elisa da Silveira de Caro, Secretária de Estado e, Ana Lúcia de Brito Presidente da OSC. Florianópolis, 30 de março de 2020.

Cod. Mat.: 662282

Fazenda**PORTARIA Nº 94/GABS/SEF/SC, DE 25 DE MARÇO DE 2020**

Torna público o Relatório Resumido da Execução Orçamentária da Administração Direta e Indireta, relativo aos meses de janeiro e fevereiro de 2020.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições previstas no artigo 74, parágrafo único e incisos, da **Constituição Estadual, TORNA PÚBLICO** o Relatório Resumido da Execução Orçamentária relativo ao primeiro bimestre do exercício financeiro de 2020, elaborado com base nos dados consolidados, extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF, conforme preconiza o artigo 165, § 3º, da Constituição Federal e os artigos 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), composto pelos seguintes anexos:

- 1 - Balanço Orçamentário;
- 2 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção;
- 3 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;
- 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias;
- 6 - Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal;
- 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão;
- 8 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;
- 12 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde;
- 14 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

PAULO ELI
Secretário de Estado da Fazenda

Cod. Mat.: 662448

**Governo do Estado de Santa Catarina**

Governador
Carlos Moisés da Silva

Secretário de Estado da Administração
Jorge Eduardo Tasca

Diretor de Tecnologia e Inovação
Felix Fernando da Silva

Vice-Governadora
Daniela Cristina Reinehr

Secretário Adjunto da Administração
Luiz Antonio Dacol

Gerente do Diário Oficial
Arlene Natália Cordeiro

**Secretaria de Estado da Administração
Diretoria de Tecnologia e Inovação**

Centro Administrativo
Rodovia SC 401 KM 5 nº 4.600
Saco Grande II | CEP: 88.032-000
Florianópolis | SC

CNPJ: 14.284.430/0001-97

SEA

(48) 3665-1400
www.sea.sc.gov.br

DOE

(48) 3665-6267
diariooficial@sea.sc.gov.br
www.doe.sea.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2020 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

Em Reais

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS ¹	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)	26.977.094.262,00	26.977.094.262,00	4.593.382.442,78	17,03	4.593.382.442,78	17,03	22.383.711.819,22
RECEITAS CORRENTES	26.626.394.463,00	26.626.394.463,00	4.587.009.436,27	17,23	4.587.009.436,27	17,23	22.039.385.026,73
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	18.585.074.824,00	18.585.074.824,00	3.270.249.200,87	17,60	3.270.249.200,87	17,60	15.314.825.623,13
Impostos	17.251.868.403,00	17.251.868.403,00	3.068.409.139,70	17,79	3.068.409.139,70	17,79	14.183.459.263,30
Taxas	1.333.206.421,00	1.333.206.421,00	201.840.061,17	15,14	201.840.061,17	15,14	1.131.366.359,83
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-
CONTRIBUIÇÕES	1.070.511.856,00	1.070.511.856,00	153.701.813,42	14,36	153.701.813,42	14,36	916.810.042,58
Contribuições Sociais	1.070.511.856,00	1.070.511.856,00	153.701.813,42	14,36	153.701.813,42	14,36	916.810.042,58
Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	-	-	-	-	-	-	-
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	413.571.094,00	413.571.094,00	44.381.082,63	10,73	44.381.082,63	10,73	369.190.011,37
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	13.589.628,00	13.589.628,00	1.935.870,92	14,25	1.935.870,92	14,25	11.653.757,08
Valores Mobiliários	360.585.419,00	360.585.419,00	37.288.422,25	10,34	37.288.422,25	10,34	323.296.996,75
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	-	-	-	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	2.405.030,00	2.405.030,00	523.251,10	21,76	523.251,10	21,76	1.881.778,90
Exploração do Patrimônio Intangível	1.964.242,00	1.964.242,00	2.648,78	0,13	2.648,78	0,13	1.961.593,22
Cessão de Direitos	35.026.775,00	35.026.775,00	4.630.889,58	13,22	4.630.889,58	13,22	30.395.885,42
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.485.947,00	1.485.947,00	93.584,09	6,30	93.584,09	6,30	1.392.362,91
RECEITA INDUSTRIAL	23.041,00	23.041,00	2.431,00	10,55	2.431,00	10,55	20.610,00
RECEITA DE SERVIÇOS	843.290.839,00	843.290.839,00	141.057.898,20	16,73	141.057.898,20	16,73	702.232.940,80
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	144.681.911,00	144.681.911,00	9.990.043,33	6,90	9.990.043,33	6,90	134.691.867,67
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	4.763.194,00	4.763.194,00	941.411,78	19,76	941.411,78	19,76	3.821.782,22
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	687.007.586,00	687.007.586,00	129.462.398,27	18,84	129.462.398,27	18,84	557.545.187,73
Serviços e Atividades Financeiras	6.838.148,00	6.838.148,00	664.044,82	9,71	664.044,82	9,71	6.174.103,18
Outros Serviços	-	-	-	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.341.819.112,00	5.341.819.112,00	910.928.284,63	17,05	910.928.284,63	17,05	4.430.890.827,37
Transferências da União e de suas Entidades	2.063.234.721,00	2.063.234.721,00	361.855.502,49	17,54	361.855.502,49	17,54	1.701.379.218,51
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	-	-	-	-	-	-
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	10.218.506,00	10.218.506,00	87.750,00	0,86	87.750,00	0,86	10.130.756,00
Transferências de Instituições Privadas	614.338.381,00	614.338.381,00	85.158.855,11	13,86	85.158.855,11	13,86	529.179.525,89
Transferências de Outras Instituições Públicas	2.630.930.032,00	2.630.930.032,00	463.713.857,61	17,63	463.713.857,61	17,63	2.167.216.174,39
Transferências do Exterior	21.690.400,00	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	1.407.072,00	1.407.072,00	112.319,42	7,98	112.319,42	7,98	1.294.752,58
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	370.617.750,00	370.617.750,00	66.595.141,43	17,97	66.595.141,43	17,97	304.022.608,57
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	169.897.799,00	169.897.799,00	19.912.774,75	11,72	19.912.774,75	11,72	149.985.024,25
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	60.933.246,00	60.933.246,00	25.233.537,50	41,41	25.233.537,50	41,41	35.699.708,50
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	2.100.000,00	2.100.000,00	202,78	0,01	202,78	0,01	2.099.797,22
Demais Receitas Correntes	137.686.705,00	137.686.705,00	21.448.626,40	15,58	21.448.626,40	15,58	116.238.078,60
RECEITAS DE CAPITAL	350.699.799,00	350.699.799,00	6.373.006,51	1,82	6.373.006,51	1,82	344.326.792,49
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	214.322.919,00	214.322.919,00	-	-	-	-	214.322.919,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	144.322.919,00	144.322.919,00	-	-	-	-	144.322.919,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	70.000.000,00	70.000.000,00	-	-	-	-	70.000.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	17.571.890,00	17.571.890,00	1.147.330,39	6,53	1.147.330,39	6,53	16.424.559,61
Alienação de Bens Móveis	3.149.719,00	3.149.719,00	805.802,63	25,58	805.802,63	25,58	2.343.916,37
Alienação de Bens Imóveis	14.422.171,00	14.422.171,00	341.527,76	2,37	341.527,76	2,37	14.080.643,24
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	29.393.286,00	29.393.286,00	4.595.650,00	15,64	4.595.650,00	15,64	24.797.636,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	89.411.704,00	89.411.704,00	630.026,12	0,70	630.026,12	0,70	88.781.677,88
Transferências da União e de suas Entidades	83.609.735,00	83.609.735,00	535.894,80	0,64	535.894,80	0,64	83.073.840,20
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	-	-	-	-	-	-
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	1.982.831,00	1.982.831,00	86.351,32	4,35	86.351,32	4,35	1.896.479,68
Transferências de Instituições Privadas	819.138,00	819.138,00	7.780,00	0,95	7.780,00	0,95	811.358,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	3.000.000,00	3.000.000,00	-	-	-	-	3.000.000,00
Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	-

Administração Geral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GESTÃO AMBIENTAL	12.595.942,00	12.595.942,00	2.000.860,34	2.000.860,34	0,03	10.595.081,66	2.000.860,34	2.000.860,34	0,05	10.595.081,66
Preservação e Conservação Ambiental	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Controle Ambiental	3.206,00	3.206,00	-	-	-	3.206,00	-	-	-	3.206,00
Recuperação de Áreas Degradadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Hídricos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Meteorologia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração Geral	12.522.736,00	12.522.736,00	2.000.860,34	2.000.860,34	0,03	10.521.875,66	2.000.860,34	2.000.860,34	0,05	10.521.875,66
Demais Subfunções	70.000,00	70.000,00	-	-	-	70.000,00	-	-	-	70.000,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	1.061.200,00	1.061.200,00	63.072,89	63.072,89	0,00	998.127,11	54.116,54	54.116,54	0,00	1.007.083,46
Desenvolvimento Científico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração Geral	836.200,00	836.200,00	58.052,89	58.052,89	0,00	778.147,11	54.081,84	54.081,84	0,00	782.118,16
Demais Subfunções	225.000,00	225.000,00	5.020,00	5.020,00	0,00	219.980,00	34,70	34,70	0,00	224.965,30
AGRICULTURA	9.280.946,00	9.664.472,14	1.909.127,81	1.909.127,81	0,03	7.755.344,33	622.035,67	622.035,67	0,02	9.042.436,47
Abastecimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Extensão Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Irrigação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Promoção da Produção Agropecuária	18.000,00	18.000,00	2.717,66	2.717,66	-	15.282,34	247,06	247,06	-	17.752,94
Defesa Agropecuária	160.700,00	160.700,00	51.017,89	51.017,89	-	109.682,11	7.288,27	7.288,27	-	153.411,73
Administração Geral	3.127.604,00	3.622.804,12	704.267,10	704.267,10	0,01	2.918.537,02	292.687,14	292.687,14	0,01	3.330.116,98
Demais Subfunções	5.974.642,00	5.862.968,02	1.151.125,16	1.151.125,16	0,02	4.711.842,86	321.813,20	321.813,20	0,01	5.541.154,82
COMÉRCIO E SERVIÇOS	3.947.796,00	3.947.796,00	424.234,99	424.234,99	0,01	3.523.561,01	397.092,04	397.092,04	0,01	3.550.703,96
Promoção Comercial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comércio Exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Turismo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração Geral	3.817.216,00	3.817.216,00	418.234,99	418.234,99	0,01	3.398.981,01	396.920,54	396.920,54	0,01	3.420.295,46
Demais Subfunções	130.580,00	130.580,00	6.000,00	6.000,00	0,00	124.580,00	171,50	171,50	0,00	130.408,50
COMUNICAÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comunicações Postais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Telecomunicações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração Geral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TRANSPORTE	35.205.000,00	33.130.072,41	5.722.624,13	5.722.624,13	0,10	27.407.448,28	4.322.790,20	4.322.790,20	0,12	28.807.282,21
Transporte Aéreo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rodoviário	8.000.000,00	5.925.072,41	1.309.597,60	1.309.597,60	0,02	4.615.474,81	479.445,19	479.445,19	0,01	5.445.627,22
Transporte Ferroviário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Hidroviário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transportes Especiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração Geral	26.705.000,00	26.705.000,00	4.350.450,41	4.350.450,41	0,07	22.354.549,59	3.826.243,90	3.826.243,90	0,10	22.878.756,10
Demais Subfunções	500.000,00	500.000,00	62.576,12	62.576,12	0,00	437.423,88	17.101,11	17.101,11	0,00	482.898,89
DESPORTO E LAZER	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Desporto de Rendimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Desporto Comunitário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lazer	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração Geral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ENCARGOS ESPECIAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviço da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviço da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Encargos Especiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências para a Educação Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Subfunções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

Florianópolis, 25 de março de 2020.

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

JEFFERSON FERNANDO GRANDE
CONTADOR-GERAL DO ESTADO
CRCSC 028.552/O-5

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2020 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

Em Reais

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2019	Até o Bimestre 2020
RECEITAS CORRENTES (I)	2.775.779.186,00	2.775.779.186,00	361.821.389,35	412.679.802,68
Receita de Contribuições dos Segurados	1.060.800.687,00	1.060.800.687,00	151.484.668,56	159.350.741,14
Civil	852.279.794,00	852.279.794,00	128.145.601,93	128.050.032,44
Ativo	646.332.859,00	646.332.859,00	97.307.842,76	97.149.100,28
Inativo	161.404.038,00	161.404.038,00	24.159.466,40	24.213.626,99
Pensionista	44.542.897,00	44.542.897,00	6.678.292,77	6.687.305,17
Militar	208.520.893,00	208.520.893,00	23.339.066,63	31.300.708,70
Ativo	144.678.725,00	144.678.725,00	14.829.216,65	21.879.356,95
Inativo	57.690.494,00	57.690.494,00	7.740.302,31	8.500.526,31
Pensionista	6.151.674,00	6.151.674,00	769.547,67	920.825,44
Receita de Contribuições Patronais	1.617.503.362,00	1.617.503.362,00	196.454.125,88	238.793.409,90
Civil	1.328.037.100,00	1.328.037.100,00	196.454.125,88	195.004.902,86
Ativo	1.328.037.100,00	1.328.037.100,00	196.454.125,88	195.004.902,86
Inativo	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-
Militar	289.466.262,00	289.466.262,00	-	43.788.507,04
Ativo	289.466.262,00	289.466.262,00	-	43.788.507,04
Inativo	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-
Receita Patrimonial	42.298.067,00	42.298.067,00	4.910.815,92	6.161.107,87
Receitas Imobiliárias	1.574.652,00	1.574.652,00	134.230,38	152.092,69
Receitas de Valores Mobiliários	40.723.415,00	40.723.415,00	4.776.585,54	6.009.015,18
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita de Serviços	6.166.310,00	6.166.310,00	937.607,95	467.706,91
Outras Receitas Correntes	49.010.760,00	49.010.760,00	8.034.171,04	7.906.836,86
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	47.642.457,00	47.642.457,00	7.642.503,47	7.466.916,43
Aportes Periódicos para Amortização de Deficit Atuarial do RPPS (II) ¹	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	1.368.303,00	1.368.303,00	391.667,57	439.920,43
RECEITAS DE CAPITAL (III)	-	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	2.775.779.186,00	2.775.779.186,00	361.821.389,35	412.679.802,68

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019	Em 2020	Em 2019
Benefícios - Civil	5.864.285.249,00	5.965.317.517,22	895.725.529,71	852.084.356,37	895.491.573,27	851.595.291,58	233.956,44	489.064,79
Aposentadorias	4.690.949.305,00	4.699.256.614,81	752.695.972,95	716.679.075,78	752.494.635,00	716.200.010,99	201.337,95	479.064,79
Pensões	1.173.325.944,00	1.266.050.902,41	143.029.556,76	135.405.280,59	142.996.938,27	135.395.280,59	32.618,49	10.000,00
Outros Benefícios Previdenciários	10.000,00	10.000,00	-	-	-	-	-	-
Benefícios - Militar	-	-	248.612.066,79	236.967.873,43	248.517.310,48	236.952.130,52	94.756,31	15.742,91
Reformas	-	-	213.035.878,60	203.250.238,49	212.961.122,29	203.244.495,58	74.756,31	5.742,91
Pensões	-	-	35.576.188,19	33.717.634,94	35.556.188,19	33.707.634,94	20.000,00	10.000,00
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	500.000,00	680.000,00	250.000,00	100.000,00	181.111,88	68.656,95	68.888,12	31.343,05
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	500.000,00	680.000,00	250.000,00	100.000,00	181.111,88	68.656,95	68.888,12	31.343,05
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)	5.864.785.249,00	5.965.997.517,22	1.144.587.596,50	1.089.152.229,80	1.144.189.995,63	1.088.616.079,05	397.600,87	536.150,75

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)²	(3.089.006.063,00)	(3.190.218.331,22)	(782.766.207,15)	(676.472.427,12)	(782.368.606,28)	(675.936.276,37)		
---	---------------------------	---------------------------	-------------------------	-------------------------	-------------------------	-------------------------	--	--

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	-
Outros Aportes para o RPPS	-
Recursos para Cobertura de Deficit Financeiro	732.968.950,06

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2020	2019
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.655,58	293.011,08
Investimentos e Aplicações	561.793.004,51	546.514.821,46
Outros Bens e Direitos	133.431.813,24	129.119.375,37

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2020
RECEITAS CORRENTES	1.765.259,00	1.765.259,00	190.101,37	178.345,73
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	1.765.259,00	1.765.259,00	190.101,37	178.345,73

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019	Em 2020	Em 2019
DESPESAS CORRENTES (XIII)	106.088.240,00	107.535.742,14	25.428.170,46	26.927.449,51	10.644.615,52	11.015.346,54		
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	1.727.356,00	3.457.974,62	33.000,00	-	-	-		
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	107.815.596,00	110.993.716,76	25.461.170,46	26.927.449,51	10.644.615,52	11.015.346,54	-	-
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)	(106.050.337,00)	(109.228.457,76)	(25.271.069,09)	(26.749.103,78)	(10.454.514,15)	(10.837.000,81)		

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

Nota:

- ¹) Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração
- ²) O resultado previdenciário poderá ser apresentado por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).

Florianópolis, 25 de março de 2020.

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

JEFFERSON FERNANDO GRANDE
CONTADOR-GERAL DO ESTADO
CRCSC 028.552/O-5

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2020 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

Em reais

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS ¹	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2020
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (I)	26.626.394.463,00	4.587.009.436,27
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	18.585.074.824,00	3.270.249.200,87
ICMS	14.492.735.406,00	2.631.673.362,19
IPVA	785.246.594,00	128.666.518,30
ITCMD	262.673.293,00	43.925.590,78
IRRF	1.711.213.110,00	264.143.668,43
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.333.206.421,00	201.840.061,17
Contribuições	1.070.511.856,00	153.701.813,42
Receita Patrimonial	413.571.094,00	44.381.082,63

Aplicações Financeiras (II)	345.169.964,00	37.287.634,30
Outras Receitas Patrimoniais	68.401.130,00	7.093.448,33
Transferências Correntes	5.341.819.112,00	910.928.284,63
Cota-Parte do FPE	1.046.366.911,00	214.697.495,19
Transferências da LC 87/1996	-	-
Transferências da LC 61/1989	225.772.882,00	29.979.257,33
Transferências do FUNDEB	2.630.930.032,00	463.713.857,61
Outras Transferências Correntes	1.438.749.287,00	202.537.674,50
Demais Receitas Correntes	1.215.417.577,00	207.749.054,72
Outras Receitas Financeiras (III)	35.800.412,00	2.762.948,97
Receitas Correntes Restantes	1.179.617.165,00	204.986.105,75
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	26.245.424.087,00	4.546.958.853,00
RECEITAS DE CAPITAL (V)	350.699.799,00	6.373.006,51
Operações de Crédito (VI)	214.322.919,00	-
Amortização de Empréstimos (VII)	29.393.286,00	4.595.650,00
Alienação de Bens	17.571.890,00	1.147.330,39
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	-	-
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	-	-
Outras Alienações de Bens	17.571.890,00	1.147.330,39
Transferências de Capital	89.411.704,00	630.026,12
Convênios	57.253.884,00	86.351,32
Outras Transferências de Capital	32.157.820,00	543.674,80
Outras Receitas de Capital	-	-
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	-	-
Outras Receitas de Capital Primárias	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	106.983.594,00	1.777.356,51
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	26.352.407.681,00	4.548.736.209,51

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2020					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	25.607.531.733,59	5.150.306.933,24	3.313.096.166,31	2.985.969.160,74	259.069.894,65	393.408.798,58	326.681.609,46
Pessoal e Encargos Sociais	15.576.333.044,03	2.540.982.181,78	2.511.576.385,44	2.334.423.984,33	25.568.000,77	785.076,12	785.046,12
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	1.166.622.434,35	180.364.647,27	179.824.241,83	179.824.241,83	-	-	-
Outras Despesas Correntes	8.864.576.255,21	2.428.960.104,19	621.695.539,04	471.720.934,58	233.501.893,88	392.623.722,46	325.896.563,34
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	-	-	-	-	-
Demais Despesas Correntes	8.864.576.255,21	2.428.960.104,19	621.695.539,04	471.720.934,58	233.501.893,88	392.623.722,46	325.896.563,34
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	24.440.909.299,24	4.969.942.285,97	3.133.271.924,48	2.806.144.918,91	259.069.894,65	393.408.798,58	326.681.609,46
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	3.379.173.210,31	413.092.067,20	159.391.032,33	141.729.260,03	8.615.242,97	121.993.278,63	114.067.024,21
Investimentos	2.237.519.801,78	303.606.488,25	50.464.565,62	32.879.159,80	8.615.242,97	121.736.915,55	113.810.661,13
Inversões Financeiras	44.627.781,53	393.095,92	90.024,40	13.657,92	-	256.363,08	256.363,08
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	14.764.046,00	-	-	-	-	179.996,60	179.996,60
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	29.863.735,53	393.095,92	90.024,40	13.657,92	-	76.366,48	76.366,48
Amortização da Dívida (XX)	1.097.025.627,00	109.092.483,03	108.836.442,31	108.836.442,31	-	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	2.267.383.537,31	303.999.584,17	50.554.590,02	32.892.817,72	8.615.242,97	121.813.282,03	113.887.027,61
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	1.000.000,00	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	26.709.292.836,55	5.273.941.870,14	3.183.826.514,50	2.839.037.736,63	267.685.137,62	515.222.080,61	440.568.637,07
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]							1.001.444.698,19

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	1.675.101.000,00

JUROS NOMINAIS	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	83.467.311,37
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI) ²	197.271.312,55
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	887.640.697,01

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	868.151.000,00

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2019 (a)	Até o Bimestre/2020 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	23.192.973.232,43	23.520.392.039,44
DEDUÇÕES (XXIX)	3.046.073.829,93	3.948.677.712,93
Disponibilidade de Caixa	2.752.318.131,13	3.674.917.524,70
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.218.681.094,76	3.924.279.195,85
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	466.362.963,63	249.361.671,15
Demais Haveres Financeiros	293.755.698,80	273.760.188,23
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	20.146.899.402,50	19.571.714.326,51
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		575.185.075,99
AJUSTE METODOLÓGICO		Até o Bimestre/2020
VARIÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)		217.001.292,48
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)		-
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)		(11.578.825,72)
VARIÇÃO CAMBIAL (XXXV)		527.861.067,93
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTE DA DC (XXXVI)		55.163.029,11
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)		-
OUTROS AJUSTES (XXXVIII) ³		(6.014.030,76)
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)⁴		813.288.965,85
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)⁴		927.092.967,03
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.526.550.863,74
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		
Superavit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais		1.526.550.863,74
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		
FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC		

NOTAS EXPLICATIVAS:

¹ Nos valores das receitas já estão consideradas as suas respectivas deduções, ou seja, a dedução para formação do FUNDEB, as transferências constitucionais e legais aos municípios e as restituições de receitas aos contribuintes.

² Na linha "Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos" foi deduzido o valor da variação cambial nos meses de janeiro e fevereiro de 2020 da dívida consolidada, contabilizado nas contas 3.4.3.1.1, 3.4.3.1.3, 3.4.3.2.1, no montante de R\$ 527.861.067,93.

³ O valor informado na linha "Outros Ajustes" compreende os valores de pagamento de precatórios e de dívidas parcelas, tais como fornecedores, pessoal ou contribuições previdenciárias. Estes pagamentos são tipicamente despesas primárias ao mesmo tempo que o passivo (estoque) dessas dívidas são considerados dívida consolidada. Assim, a quitação de tais passivos, implica diminuição simultânea do estoque da dívida consolidada e do saldo das disponibilidades de caixa, não afetando a DCL, sendo necessário, portanto, ajustar o resultado nominal para que esse reflita tais operações.

⁴ A partir de 2018, conforme MDF 8ª edição, o demonstrativo deverá conter a apuração do Resultado Primário e do Resultado Nominal por meio das metodologias "acima da linha" e "abaixo da linha". Diante dessa mudança de metodologia, alerta-se que o Resultado Primário e o Resultado Nominal, apurados pela metodologia "abaixo da linha", ainda carece de um estudo e uma análise mais aprofundada, o que poderá ensejar na retificação dos valores ora publicados.

Florianópolis, 25 de março de 2020.

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

JEFFERSON FERNANDO GRANDE
CONTADOR-GERAL DO ESTADO
CRCSC 028.552/O-5

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2020 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - ANEXO 7 (LRF, art 53, inciso V)

Em Reais

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos				Saldo		
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2019				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2019	Liquidados	Pagos		Cancelados	
(a)	(b)	(c)	(d)	e = (a+b) - (c+d)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	k = (f+g) - (i+j)	l = (e+k)	
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIOS) (1)	145.574.692,30	295.367.254,23	267.685.137,62	53.450,56	173.203.358,35	2.779.687,54	767.687.759,93	515.402.077,21	440.748.633,67	48.672.365,99	281.046.447,81	454.249.806,16
PODER EXECUTIVO	145.402.676,95	294.780.432,80	267.423.907,88	53.450,56	172.705.751,31	2.779.687,54	681.030.606,21	463.997.322,55	390.158.888,50	26.205.383,66	267.446.021,59	440.151.772,90
PODER LEGISLATIVO	172.015,35	285.723,99	251.268,07	-	206.471,27	-	21.277.946,13	8.145.292,04	7.965.904,22	352.751,34	12.959.290,57	13.165.761,84
Assembleia Legislativa	172.015,35	49.198,69	14.742,77	-	206.471,27	-	18.072.798,54	6.365.547,66	6.219.488,72	-	11.853.309,82	12.059.781,09
Tribunal de Contas do Estado	-	236.525,30	236.525,30	-	-	-	3.205.147,59	1.779.744,38	1.746.415,50	352.751,34	1.105.980,75	1.105.980,75
PODER JUDICIÁRIO	-	3.346,57	3.346,57	-	-	-	47.720.326,05	31.353.899,08	31.219.167,06	16.366.426,97	134.732,02	134.732,02
MINISTERIO PÚBLICO	-	-	-	-	-	-	17.328.105,59	11.681.748,72	11.180.859,07	5.646.356,87	500.889,65	500.889,65

DEFENSORIA PÚBLICA	-	297.750,87	6.615,10	-	291.135,77	-	330.775,95	223.814,82	223.814,82	101.447,15	5.513,98	296.649,75
RESTOS A PAGAR (INTRAORÇAMENTÁRIOS) (II)	614.551,86	22.039.161,13	22.463.425,89	-	190.287,10	12.914,54	12.098.762,29	7.823.676,61	7.261.550,11	1.249.240,19	3.600.886,53	3.791.173,63
TOTAL (III) = (I + II)	146.189.244,16	317.406.415,36	290.148.563,51	53.450,56	173.393.645,45	2.792.602,08	779.786.522,22	523.225.753,82	448.010.183,78	49.921.606,18	284.647.334,34	458.040.979,79
RESTOS A PAGAR (INTRAORÇAMENTÁRIOS)	614.551,86	22.039.161,13	22.463.425,89	-	190.287,10	12.914,54	12.098.762,29	7.823.676,61	7.261.550,11	1.249.240,19	3.600.886,53	3.791.173,63
PODER EXECUTIVO	596.036,47	21.842.354,40	22.433.390,87	-	5.000,00	12.914,54	10.483.100,44	7.624.149,67	7.062.023,17	159.924,72	3.274.067,09	3.279.067,09
PODER LEGISLATIVO	18.515,39	166.771,71	-	-	185.287,10	-	478.863,18	152.043,74	152.043,74	-	326.819,44	512.106,54
Assembleia Legislativa	18.515,39	166.771,71	-	-	185.287,10	-	185.778,30	-	-	-	185.778,30	371.065,40
Tribunal de Contas do Estado	-	-	-	-	-	-	293.084,88	152.043,74	152.043,74	-	141.041,14	141.041,14
PODER JUDICIÁRIO	-	-	-	-	-	-	34.600,00	1.232,02	1.232,02	33.367,98	-	-
MINISTERIO PÚBLICO	-	-	-	-	-	-	1.051.429,39	11.981,43	11.981,43	1.039.447,96	-	-
DEFENSORIA PÚBLICA	-	30.035,02	30.035,02	-	-	-	50.769,28	34.269,75	34.269,75	16.499,53	-	-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR (INTRAORÇAMEN-TÁRIOS)	614.551,86	22.039.161,13	22.463.425,89	-	190.287,10	12.914,54	12.098.762,29	7.823.676,61	7.261.550,11	1.249.240,19	3.600.886,53	3.791.173,63

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

Florianópolis, 25 de março de 2020.

PAULO ELI

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

JEFFERSON FERNANDO GRANDE

CONTADOR-GERAL DO ESTADO

CRSC 028.552/O-5

ESTADO DE SANTA CATARINA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2020 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (Lei nº 9.394/1996, art. 72

Em Reais

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITA DE IMPOSTOS	28.158.552.937,00	28.158.552.937,00	5.053.902.370,90	17,95
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS	24.154.559.033,00	24.154.559.033,00	4.413.185.425,43	18,27
1.1.1 - ICMS	23.777.987.752,00	23.777.987.752,00	4.355.124.663,20	18,32
1.1.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ICMS	376.571.281,00	376.571.281,00	58.060.762,23	15,42
1.1.3- Adicional de até 2% do ICMS destinado ao Fundo de Combate à Pobreza (ADCT, art. 82, §1º)	-	-	-	-
1.2- Receita Resultante do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos - ITCMD	328.341.618,00	328.341.618,00	54.906.984,37	16,72
1.2.1 - ITCMD	295.959.140,00	295.959.140,00	51.181.722,04	17,29
1.2.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITCMD	32.382.478,00	32.382.478,00	3.725.262,33	11,50
1.3- Receita Resultante do Imposto de Propriedade de Veículo Automotor - IPVA	1.963.116.482,00	1.963.116.482,00	321.666.292,67	16,39
1.3.1 - IPVA	1.944.236.422,00	1.944.236.422,00	314.970.597,28	16,20
1.3.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPVA	18.880.060,00	18.880.060,00	6.695.695,39	35,46
1.4 - Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	1.712.535.804,00	1.712.535.804,00	264.143.668,43	15,42
2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	1.684.246.775,00	1.684.246.775,00	318.337.297,59	18,90
2.1 - Cota-Parte FPE	1.307.958.639,00	1.307.958.639,00	268.371.868,92	20,52
2.2 - ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	-	-	-	-
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	376.288.136,00	376.288.136,00	49.965.428,67	13,28
2.4- Cota-Parte IOF-Ouro	-	-	-	-
3- DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS	7.114.270.051,00	7.114.270.051,00	1.276.620.846,82	17,94
3.1- PARCELA DO ICMS REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (25% de (1.1 - 1.1.3))	6.038.639.776,00	6.038.639.776,00	1.103.296.344,20	18,27
3.2- PARCELA DO IPVA REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (50% de 1.3)	981.558.241,00	981.558.241,00	160.833.145,55	16,39
3.3- PARCELA DA COTA-PARTE DO IPI-EXPORTAÇÃO REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (25% de 2.3)	94.072.034,00	94.072.034,00	12.491.357,07	13,28
4- TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (1 + 2 - 3)	22.728.529.661,00	22.728.529.661,00	4.095.618.821,67	18,02
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
5- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	345.978.387,00	345.978.387,00	51.840.352,86	14,98
6.1- Transferências do Salário-Educação	244.274.977,00	244.274.977,00	47.309.293,69	19,37
6.2- Transferências Diretas - PDDE	-	-	-	-
6.3- Transferências Diretas - PNAE	43.764.128,00	43.764.128,00	3.230.546,00	7,38
6.4 - Transferências Diretas - PNATE	-	-	-	-
6.5- Outras Transferências do FNDE	46.549.428,00	46.549.428,00	-	-
6.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	11.389.854,00	11.389.854,00	1.300.513,17	11,42
7- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	20.101.633,00	20.101.633,00	94.596,34	-
7.1- Transferências de Convênios	20.101.633,00	20.101.633,00	94.596,34	-
7.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	-	-	-

8- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-
9- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	-	-	-
10- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (5 + 6 + 7 + 8 + 9)	366.080.020,00	366.080.020,00	51.934.949,20	14,19

FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
11- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.203.198.771,00	4.203.198.771,00	766.295.008,70	18,23
11.1- Receita Resultante do ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de (1.1 – 3.1))	3.623.183.851,00	3.623.183.851,00	661.977.798,29	18,27
11.2- Receita Resultante do ITCMD Destinada ao FUNDEB – (20% de 1.2)	65.668.325,00	65.668.325,00	10.981.393,59	16,72
11.3- Receita Resultante do IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de (1.3 – 3.2))	196.311.647,00	196.311.647,00	32.166.628,82	16,39
11.4- Cota-Parte FPE Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1)	261.591.728,00	261.591.728,00	53.674.373,73	20,52
11.5- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	-	-	-	-
11.6- Cota-Parte IPI Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de (2.3 – 3.3))	56.443.220,00	56.443.220,00	7.494.814,27	13,28
12- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.630.930.032,00	2.630.930.032,00	464.933.896,24	-
12.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.630.930.032,00	2.630.930.032,00	463.713.857,61	-
12.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	-	-	-
12.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	-	1.220.038,63	-
13- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (12.1 – 11)	(1.572.268.739,00)	(1.572.268.739,00)	(302.581.151,09)	19,24

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB							
DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d)x100	
14- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.015.786.028,00	2.025.368.181,21	292.090.488,84	14,42	292.090.488,84	14,42	-
14.1- Com Ensino Fundamental	1.363.411.731,00	1.393.790.884,21	191.353.311,28	13,73	191.353.311,28	13,73	-
14.2- Com Ensino Médio	652.374.297,00	631.577.297,00	100.737.177,56	15,95	100.737.177,56	15,95	-
15- OUTRAS DESPESAS	635.369.902,00	636.869.902,00	55.106.727,62	8,65	30.977.092,49	4,86	-
15.1- Com Ensino Fundamental	337.424.642,50	338.174.642,50	29.241.319,09	8,65	16.951.501,52	5,01	-
15.2- Com Ensino Médio	297.945.259,50	298.695.259,50	25.865.408,54	8,66	14.025.590,97	4,70	-
16- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (14 + 15)	2.651.155.930,00	2.662.238.083,21	347.197.216,46	13,04	323.067.581,33	12,14	

DEDUÇÕES PARA FINS DO LIMITE DO FUNDEB		VALOR
17- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB		-
17.1- FUNDEB 60%		-
17.2- FUNDEB 40%		-
18- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERAVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB		11.082.153,21
18.1- FUNDEB 60%		11.082.153,21
18.2- FUNDEB 40%		-
19- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (17 + 18)		11.082.153,21
INDICADORES DO FUNDEB		VALOR
20- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE ¹ (16 - 19)		311.985.428,12
20.1- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO ((14 – (17.1 + 18.1)) / (12) x 100) %		60,44
20.2- MÁXIMO DE 40% EM DESPESA COM MDE QUE NÃO REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO ((15 – (17.2 + 18.2)) / (12) x 100) %		6,66
20.3- MÁXIMO DE 5% NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO (100 – (20.1 + 20.2) %)		32,90
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE		VALOR
21 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2019 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS ²		10.177.418,14
22 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 21 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2020		10.177.418,14

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d)x100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	9.916.038,00	9.916.038,00	126.197,37	1,27	126.197,37	1,27	
23.1- Creche	9.916.038,00	9.916.038,00	126.197,37	1,27	126.197,37	1,27	
23.2- Pré-Escola	-	-	-	-	-	-	
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.176.833.375,20	2.192.535.674,57	269.844.562,23	12,31	246.799.252,52	11,26	
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.700.836.373,50	1.731.965.526,71	220.594.630,37	12,74	208.304.812,80	12,03	
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos ³	475.997.001,70	460.570.147,86	49.249.931,86	10,69	38.494.439,72	8,36	
25- ENSINO MÉDIO	1.112.248.835,00	1.103.174.981,16	141.067.942,12	12,79	120.039.162,49	10,88	
25.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	950.319.556,50	930.272.556,50	126.602.586,10	13,61	114.762.768,53	12,34	
25.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos ³	161.929.278,50	172.902.424,66	14.465.356,03	8,37	5.276.393,96	3,05	

26- ENSINO SUPERIOR ³	613.523.416,00	614.678.451,73	62.158.704,50	10,11	56.471.985,92	9,19
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	47.501.000,00	39.572.574,49	227.807,04	0,58	56.951,76	0,14
28- OUTRAS ³	552.749.992,80	526.549.992,80	111.268.423,63	21,13	93.374.767,33	17,73
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	4.512.772.657,00	4.486.427.712,74	584.693.636,89	13,03	516.868.317,39	11,52

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL DE APLICAÇÃO MÍNIMA EM MDE	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (13)	(302.581.151,09)
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	-
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERAVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	904.735,07
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERAVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	3.435,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45j) ⁴	-
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DO LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)	(301.672.981,02)
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (29 - 36)	818.541.298,41
38 - PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (4) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25% ¹	19,99

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d)x100	
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-	-	-
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	249.130.026,00	310.325.451,03	91.502.743,42	29,49	11.570.783,25	3,73	79.931.960,17
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-	-	-
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	227.593.118,00	348.136.299,79	20.384.095,68	5,86	4.455.028,91	1,28	15.929.066,77
43- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	476.723.144,00	658.461.750,82	111.886.839,10	16,99	16.025.812,16	2,43	95.861.026,94
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (29 + 43)	4.989.495.801,00	5.144.889.463,56	696.580.475,99	13,54	532.894.129,55	10,36	163.686.346,44

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE (j)	CANCELADO EM 2020
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE ⁴	50.801.018,88	-
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	25.758.396,28	-
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	25.042.622,60	-

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	79.089.944,03	76.804.839,39
47 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (Orçamentário)	464.568.851,78	49.028.203,91
48 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	544.878.834,44	126.429.537,57
48.1 (-) Orçamento do Exercício	521.706.257,24	117.786.023,08
48.2 (-) Restos a Pagar	23.172.577,20	8.643.514,49
49 - (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.220.038,63	601.046,53
50 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	-	4.552,26
51 - (+) Ajustes	-	-
51.1 (+) Retenções	-	-
51.2 (-) Valores a Recuperar	-	-
51.3 (+) Outros valores extraorçamentários	-	-
51.4 (+) Conciliação Bancária	-	-
52 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	-	4.552,26

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Valor dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício anterior, que ficaram como superavit do exercício.

³ De acordo com o Ofício SEF/GABS nº 1.292/2007, as despesas com inativos serão excluídas gradativamente, à razão de 5% a.a., a contar de 2007. Portanto, nesta linha foram consideradas 30% das despesas com inativos da Educação, custeadas com recursos do Tesouro.

⁴ Conforme estabelece o Manual de Elaboração do RREO, o ente que possua controle sobre o cancelamento dos Restos a Pagar que foram considerados no limite do seu respectivo ano de inscrição, deverá informar apenas o valor cancelado que tenha causado impacto nesse limite. Em 2020 foram cancelados R\$ 13.451.021,31 dos Restos a Pagar inscritos em 2019 (Fontes Tesouro e Fundeb). Como em 2019 o Estado aplicou R\$ 489.351.614,14 além do mínimo constitucional exigido, o cancelamento dos Restos a Pagar não impactou no descumprimento do limite do ano anterior.

Florianópolis, 25 de março de 2020.

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

JEFFERSON FERNANDO GRANDE
CONTADOR-GERAL DO ESTADO
CRCSC 028.552/O-5

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

Em Reais

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	28.158.552.937,00	28.158.552.937,00	5.053.902.370,90	17,95
Receita Resultante do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS	24.154.559.033,00	24.154.559.033,00	4.413.185.425,43	18,27
ICMS	23.777.987.752,00	23.777.987.752,00	4.355.124.663,20	18,32
ITCMD	295.959.140,00	295.959.140,00	51.181.722,04	17,29
IPVA	1.944.236.422,00	1.944.236.422,00	314.970.597,28	16,20
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	1.712.535.804,00	1.712.535.804,00	264.143.668,43	15,42
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	1.684.246.775,00	1.684.246.775,00	318.337.297,59	18,90
Cota-Parte FPE	1.307.958.639,00	1.307.958.639,00	268.371.868,92	20,52
Cota-Parte IPI-Exportação	376.288.136,00	376.288.136,00	49.965.428,67	13,28
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	-	-	-	#DIV/0!
Desoneração ICMS (LC 87/96)	-	-	-	#DIV/0!
Outras	-	-	-	0,00
DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS (III)	7.114.270.051,00	7.114.270.051,00	1.276.620.846,82	17,94
PARCELA DO ICMS REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (25%)	6.038.639.776,00	6.038.639.776,00	1.103.296.344,20	18,27
PARCELA DO IPVA REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (50%)	981.558.241,00	981.558.241,00	160.833.145,55	16,39
PARCELA DA COTA-PARTE DO IPI-EXPORTAÇÃO REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (25%)	94.072.034,00	94.072.034,00	12.491.357,07	13,28
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (IV) = I + II - III	22.728.529.661,00	22.728.529.661,00	4.095.618.821,67	18,02

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (V)	115.141.151,00	115.141.151,00	37.214.917,90	32,32	3.481.583,90	3,02	3.481.583,90	3,02	33.733.334,00
Despesas Correntes	115.096.151,00	115.096.151,00	37.214.917,90	32,33	3.481.583,90	3,02	3.481.583,90	3,02	33.733.334,00
Despesas de Capital	45.000,00	45.000,00	-	-	-	-	-	-	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (VI)	1.373.025.489,00	1.371.875.489,00	523.204.060,16	38,14	133.739.450,46	9,75	54.534.159,79	3,98	389.464.609,70
Despesas Correntes	1.042.083.476,00	1.171.247.476,00	463.935.097,63	39,11	133.513.113,89	10,90	54.309.069,07	4,14	330.421.983,74
Despesas de Capital	330.942.013,00	200.628.013,00	59.268.962,53	29,54	226.336,57	0,11	225.090,72	0,11	59.042.625,96
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VII)	82.400.868,00	82.400.868,00	26.591.133,23	32,27	8.634.631,62	10,48	3.538.765,26	4,29	17.956.501,61
Despesas Correntes	82.400.868,00	82.400.868,00	26.591.133,23	29,32	8.634.631,62	7,53	3.538.765,26	1,35	17.956.501,61
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VIII)	1.000,00	1.000,00	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	1.000,00	1.000,00	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (IX)	6.000,00	156.000,00	139.273,04	89,28	1.323,04	0,85	1.158,34	0,74	137.950,00
Despesas Correntes	6.000,00	156.000,00	138.114,70	88,54	164,70	0,11	-	-	137.950,00
Despesas de Capital	-	-	1.158,34	-	1.158,34	-	1.158,34	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (X)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XI)	1.612.524.539,00	1.613.524.539,00	276.500.394,28	17,14	220.321.351,42	13,65	197.290.639,93	12,23	56.179.042,86
Despesas Correntes	1.585.264.539,00	1.585.464.539,00	275.516.074,71	17,38	219.981.257,24	13,87	197.208.209,60	12,44	55.534.817,47
Despesas de Capital	27.260.000,00	28.060.000,00	984.319,57	3,51	340.094,18	1,21	82.430,33	0,29	644.225,39
TOTAL (XII) = (V + VI + VII + VIII + IX + X + XI)	3.183.099.047,00	3.183.099.047,00	863.649.778,61	27,13	366.178.340,44	11,50	258.846.307,22		497.471.438,17

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XIII) = (XII)	863.649.778,61	366.178.340,44	258.846.307,22
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIV)	-	-	-
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XV)	-	-	-
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XVI)	-	-	-
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVII) = (XIII - XIV - XV - XVI)	863.649.778,61	366.178.340,44	258.846.307,22
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVIII) = (IV) x 12% (LC 141/2012)			491.474.258,60

Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVIII) = (IV) x % (Constituição Estadual)	491.474.258,60		
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XIX) = (XVII (d ou e) - XVIII)1	372.175.520,01	- 125.295.918,16	
Limite não Cumprido (XX) = (XIX) (Quando valor for inferior a zero)	-		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVII / IV)*100 (mínimo de 12% conforme LC nº 141/2012 ou % da Constituição Estadual)	21,09	8,94	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) ¹ (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2020 (saldo final = XXd)					
Diferença de limite não cumprido em 2019 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XXI)					

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO²	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n) se < 0, então (o) = 0	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m),	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (q) = (XIVd) se < 0, então (r) = (0)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)),	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2020 (regra nova)			-			-				-
Empenhos de 2019 (regra nova)	2.669.674.145,04	2.889.547.147,72	219.873.002,68	228.137.922,44	76.700.663,31	-	70.215.849,39	136.693.904,73	21.228.168,32	275.345.497,67
Empenhos de 2018	2.825.146.247,77	2.845.462.600,99	20.316.353,22	357.309.430,33	61.029.775,96	275.963.301,15	265.191.899,55	52.354.676,81	39.762.853,97	41.583.275,21
Empenhos de 2017	2.401.672.939,94	2.402.286.256,88	613.316,94	288.295.034,54	87.419.526,16	200.262.191,44	209.540.936,98	2.065.985,67	76.688.111,89	11.344.731,21
Empenhos de 2016 e anteriores	2.045.073.543,90	2.184.915.692,63	139.842.148,73	106.058.957,40	-	-	93.352.858,69	-	12.558.906,20	127.283.242,53

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (soma dos saldos negativos da coluna "v")	-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIV) = (XXII - XXIII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	-

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) ¹ (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a serem compensados (XXV) (saldo inicial = XXIV)					
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019 a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVII) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVIII)					

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXIX)	323.829.801,00	323.829.801,00	52.812.950,11	16,31
Provenientes da União	323.829.801,00	323.829.801,00	52.812.950,11	16,31
Provenientes dos Estados	-	-	-	0,00
Provenientes de Municípios	-	-	-	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXX)	-	-	-	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXXI)	362.937.055,00	362.937.055,00	626.750.680,87	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXII) = (XXIX + XXX + XXXI)	686.766.856,00	686.766.856,00	679.563.630,98	98,95

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXIII)	-	2.079.086,47	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	2.079.086,47	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIV)	627.267.284,00	795.541.956,92	85.203.915,76	-	31.996.281,82	-	29.174.531,02	-	53.207.633,94
Despesas Correntes	538.745.813,00	696.611.746,66	84.933.742,47	-	31.994.381,82	-	29.174.531,02	-	52.939.360,65
Despesas de Capital	88.521.471,00	98.930.210,26	270.173,29	-	1.900,00	-	-	-	268.273,29
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXV)	30.662.000,00	34.259.172,29	2.723.643,41	-	1.295.068,66	-	1.202.135,86	-	1.428.574,75
Despesas Correntes	30.662.000,00	34.259.172,29	2.723.643,41	-	1.295.068,66	-	1.202.135,86	-	1.428.574,75
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXVI)	3.436.308,00	8.563.725,49	481.356,82	-	73.458,04	-	67.875,80	-	407.898,78
Despesas Correntes	3.406.308,00	8.379.725,49	481.356,82	-	73.458,04	-	67.875,80	-	407.898,78
Despesas de Capital	30.000,00	184.000,00	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVII)	7.907.749,00	14.920.874,80	985.083,51	-	115.663,36	-	104.809,29	-	869.420,15
Despesas Correntes	7.787.749,00	14.800.874,80	985.083,51	-	115.663,36	-	104.809,29	-	869.420,15
Despesas de Capital	120.000,00	120.000,00	-	-	-	-	-	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXIX)	6.337.856,00	13.414.321,95	549.055,28	-	13.204,44	-	12.178,92	-	535.850,84
Despesas Correntes	6.137.856,00	10.469.989,52	549.055,28	-	13.204,44	-	12.178,92	-	535.850,84
Despesas de Capital	200.000,00	2.944.332,43	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XL) = (XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII + XXXIX)	675.611.197,00	868.779.137,92	89.943.054,78	-	33.493.676,32	-	30.561.530,89	-	56.449.378,46

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XLI) = (V + XXXIII)	115.141.151,00	117.220.237,47	37.214.917,90	31,75	3.481.583,90	2,97	3.481.583,90	2,97	33.733.334,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLII) = (VI + XXXIV)	2.000.292.773,00	2.167.417.445,92	608.407.975,92	28,07	165.735.732,28	7,65	83.708.690,81	3,86	442.672.243,64
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLIII) = (VII + XXXV)	113.062.868,00	116.660.040,29	29.314.776,64	25,13	9.929.700,28	8,51	4.740.901,12	4,06	19.385.076,36
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	3.437.308,00	8.564.725,49	481.356,82	5,62	73.458,04	0,86	67.875,80	0,79	407.898,78
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLV) = (XIX + XXXVII)	7.913.749,00	15.076.874,80	1.124.356,55	7,46	116.986,40	0,78	105.967,63	0,70	1.007.370,15
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLVI) = (X + XXXVIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVII) = (XI + XXXIX)	1.618.862.395,00	1.626.938.860,95	277.049.449,56	17,03	220.334.555,86	13,54	197.302.818,85	12,13	56.714.893,70
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVIII) = (XII + XL)	3.858.710.244,00	4.051.878.184,92	953.592.833,39	23,53	399.672.016,76	9,86	289.407.838,11	7,14	553.920.816,63
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes³									
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLIX)									

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

Notas Explicativas:

¹ Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados, até o limite das disponibilidades de caixa ao final do exercício, são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

² Em 2019 foram inscritos em restos a pagar não processados, na função 10 - Saúde, R\$ 76.700.663,31. Este valor não foi computado para o mínimo de 2019 por não possuir disponibilidade de caixa. Em 2020 foram pagos R\$ 11.507.470,86 desses restos. Conforme processo SEF 10708/2018, esses restos a pagar quando liquidados e pagos no exercício de 2020 deverão contar para a avaliação do cumprimento da aplicação mínima em ASPs.

Florianópolis, 25 de março de 2020.

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

JEFFERSON FERNANDO GRANDE
CONTADOR-GERAL DO ESTADO
CRCSC 028.552/O-5

ESTADO DE SANTA CATARINA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2020 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 14 (LRF, art. 48)

Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre
RECEITAS		
Previsão Inicial		28.919.324.198,00
Previsão Atualizada		28.919.324.198,00
Receitas Realizadas		4.845.656.524,45
Deficit Orçamentário		-
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		1.526.550.863,74
DESPESAS		
Dotação Inicial		28.919.324.198,00
Créditos Adicionais		1.541.770.786,54
Dotação Atualizada		30.461.094.984,54
Despesas Empenhadas		5.843.351.922,80
Despesas Liquidadas		3.731.506.818,28
Despesas Pagas		3.350.503.757,46
Superavit Orçamentário		1.114.149.706,17
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		5.843.351.922,80
Despesas Liquidadas		3.731.506.818,28
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida		25.378.204.804,73
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		25.364.342.404,73
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		25.364.342.404,73
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO		
Receitas Previdenciárias Realizadas		361.821.389,35
Despesas Previdenciárias Empenhadas		1.144.587.596,50
Despesas Previdenciárias Liquidadas		1.144.189.995,63
Resultado Previdenciário		(782.368.606,28)
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO		
Receitas Previdenciárias Realizadas		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		
Resultado Previdenciário		

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Primário - Acima da Linha	1.675.101.000,00	1.001.444.698,19	59,78
Resultado Nominal - Acima da Linha	868.151.000,00	887.640.697,01	102,24

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento	Pagamento	Saldo
		Até o Bimestre	Até o Bimestre	a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	463.595.659,52	53.450,56	290.148.563,51	173.393.645,45
Poder Executivo	462.621.500,62	53.450,56	289.857.298,75	172.710.751,31
Poder Legislativo	643.026,44	-	251.268,07	391.758,37
Poder Judiciário	3.346,57	-	3.346,57	-
Ministério Público	-	-	-	-
Defensoria Pública	327.785,89	-	36.650,12	291.135,77
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	782.579.124,30	49.921.606,18	448.010.183,78	284.647.334,34
Poder Executivo	694.306.308,73	26.365.308,38	397.220.911,67	270.720.088,68
Poder Legislativo	21.756.809,31	352.751,34	8.117.947,96	13.286.110,01
Poder Judiciário	47.754.926,05	16.399.794,95	31.220.399,08	134.732,02
Ministério Público	18.379.534,98	6.685.804,83	11.192.840,50	500.889,65
Defensoria Pública	381.545,23	117.946,68	258.084,57	5.513,98
TOTAL	1.246.174.783,82	49.975.056,74	738.158.747,29	458.040.979,79

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	818.537.863,41	25%	19,99%	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	292.090.488,84	60%	60,44%	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental				
Complementação da União ao FUNDEB	-	-	-	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado		
Receita de Operação de Crédito				
Despesa de Capital Líquida				
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				

Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	366.178.340,44	12%	8,94%	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor Apurado no Exercício Corrente		
Total das Despesas/RCL (%)		-		

FONTE: Anexos do RREO 1º Bimestre/2020

Florianópolis, 25 de março de 2020.

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

JEFFERSON FERNANDO GRANDE
CONTADOR-GERAL DO ESTADO
CRCSC 028.552/O-5

Cod. Mat.: 662459

O DIÁRIO OFICIAL ESTÁ MAIS PERTO DE VOCÊ

Acesse o Diário Oficial Eletrônico: www.doe.sea.sc.gov.br



Infraestrutura e Mobilidade

PORTARIA N.º 176 de 27/03/2020

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art 106, §2º, da Lei Complementar n.º 741, de 12/06/2019, resolve: **DESIGNAR**, o Engenheiro **RODNEY HEYSE**, matrícula n.º **0246.621-0**, para fiscalizar o Convênio 2016TR001572 celebrado entre a Agência de Desenvolvimento Regional de Mafra e o Município de Rio Negrinho, (convênio sub-rogado a esta SIE), cujo objeto é a Acessibilidade, execução de calçadas e rampas de acesso, gradis de proteção e faixas de pedestres no município de Rio Negrinho - SC, designar para exercer os trabalhos de Fiscal de Convênios (para a emissão de Laudo Técnico e realizar Acompanhamento do Objeto no sistema SIGEF). Esta Portaria deve entrar em vigor a partir de sua data de publicação

Edésio da Silva
Diretor de Administração e Finanças – SIE/SC
Matr. 0911.710-5

Portaria nº 116 – 04/03/2020
DOE 21.224 – 18/03/2020

Cod. Mat.: 662313

PORTARIA N.º 177 de 27/03/2020

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art 106, §2º, da Lei Complementar n.º 741, de 12/06/2019, resolve: **DESIGNAR**, o Engenheiro **CLAUDIA CELENE ZAGO NERY**, matrícula n.º **0376.079-0**, para fiscalizar o Convênio 2017TR001143 celebrado entre a Agência de Desenvolvimento Regional de Mafra e o Município de Campo Alegre, (convênio sub-rogado a esta SIE), cujo objeto é a Construção de Creche Infantil na Escola Paulo Fuckner, localidade de Bateias de Cima, no Município de Campo Alegre - SC, designar para exercer os trabalhos de Fiscal de Convênios (para a emissão de Laudo Técnico e realizar Acompanhamento do Objeto no sistema SIGEF). Esta Portaria deve entrar em vigor a partir de sua data de publicação.

Edésio da Silva
Diretor de Administração e Finanças – SIE/SC
Matr. 0911.710-5

Portaria nº 116 – 04/03/2020
DOE 21.224 – 18/03/2020

Cod. Mat.: 662316

PORTARIA N.º 178 de 27/03/2020

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art 106, §2º, da Lei Complementar n.º 741, de 12/06/2019, resolve: **DESIGNAR**, o Engenheiro **RODNEY HEYSE**, matrícula n.º **0246.621-0**, para fiscalizar o Convênio 2016TR001414, celebrado entre esta SIE e o Município de Rio Negrinho, cujo objeto é o Recapeamento Asfáltico das Ruas: Rua Antonio Alves de Araujo: Trecho: – Início no entroncamento com a Rua José Brey e final no entroncamento com a Rua Luiz Germano Engler – Bairro Centro – Rio Negrinho – SC.; Extensão de 160,00 m; Rua Luiz Germano Engler: Trecho: – Início no entroncamento com a Rua Pedro Simões de Oliveira e final no entroncamento com a Rua Antonio Alves de Araujo – Bairro Centro – Rio Negrinho – SC; Extensão de 113,61 m, designar para exercer os trabalhos de Fiscal de Convênios (para a emissão de Laudo Técnico e realizar Acompanhamento do Objeto no sistema SIGEF). Esta Portaria deve entrar em vigor a partir de sua data de publicação

Edésio da Silva
Diretor de Administração e Finanças – SIE/SC
Matr. 0911.710-5

Portaria nº 116 – 04/03/2020
DOE 21.224 – 18/03/2020

Cod. Mat.: 662317

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE – SIE - EXTRATO DE TERMO ADITIVO - ESPÉCIE: 6º Termo Aditivo de Prazo ao Convênio Transferência nº **2017TR00820 (Processo: SCC3251/2019)**. **PARTÍCIPES:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade – SIE, e o Município de **LAGUNA**. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:** O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da “Cláusula Trigesima Segunda – Da Vigência”, do Convênio, para prorrogar sua vigência até o dia **30.12.2020**. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais Cláusulas e condições não especificadamente alteradas neste Termo Aditivo. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE:** O presente Termo Aditivo terá vigência e produzirá seus efeitos legais a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado. **DATA:** Florianópolis, 27 março 2020. **SIGNATÁRIOS:** Thiago Augusto Vieira, pela SIE, e Mauro Vargas Candemil, pelo Município.

Cod. Mat.: 662321

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE – SIE - EXTRATO DE TERMO ADITIVO - ESPÉCIE: 4º Termo Aditivo de Prazo ao Convênio Transferência nº **2017TR00861 (Processo: SCC 1553/2020)**. **PARTÍCIPES:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade – SIE, e o Município de **LAGES**. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:** O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da “Cláusula Trigesima Primeira – Da Vigência”, do Convênio, para prorrogar sua vigência até o dia **31/12/2020**. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais Cláusulas e condições não especificadamente alteradas neste Termo Aditivo. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE:** O presente Termo Aditivo terá vigência e produzirá seus efeitos legais a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado. **DATA:** Florianópolis, 27 de março 2020. **SIGNATÁRIOS:**, pela SIE Thiago Augusto Vieira, e Antônio Ceron de Biasi, pelo Município.

Cod. Mat.: 662371

Saúde

PORTARIA nº. 204 - 25/03/2020.

A SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, no uso de suas atribuições legais, conforme delegação de competência estabelecida nos termos da Portaria nº. 893/2019 e conforme processo SES 28166/2020, resolve **REMOVER** a servidora **DANIELA MEURER**, matrícula nº 0389247-6-02, ocupante do cargo de Analista Técnico em Gestão e Promoção de Saúde, na competência de Enfermeiro, lotada no Hospital Infantil Joana de Gusmão - HIJG, nível GEPRO-SES-14/A, para atuar no Hospital Regional de São José Dr. Homero de Miranda Gomes - HRSJ, em caráter de permuta com a servidora **KELLY CLEMENTE**, matrícula nº. 0666294-3-01, ocupante do mesmo cargo e competência, nível GEPRO-SES-15/D, a contar de 01/04/2020.

MARCIA REGINA GEREMIAS PAULI Superintendente de Gestão Administrativa

Cod. Mat.: 662262

PORTARIA Nº. 203 - 25/03/2020

A SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, no uso de suas atribuições legais, conforme delegação de competência estabelecida nos termos da Portaria nº. 893/2019 e conforme processo SES 00034304/2020, resolve **REMOVER** a servidora **DAYNA SIMAO**, matrícula nº. 0966829-2-01, ocupante do cargo de Analista Técnico em Gestão e Promoção de Saúde, na competência de Técnico em Atividades Administrativas, originária da Superintendência de Gestão Administrativa - SGA, nível GEPRO-SES-09/B, para atuar na Diretoria de Vigilância Sanitária - DIVS, a contar de 19/03/2020.

MARCIA REGINA GEREMIAS PAULI Superintendente de Gestão Administrativa

Cod. Mat.: 662280

PORTARIA Nº. 205 - 27/03/2020

A SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, no uso de suas atribuições legais, conforme delegação de competência estabelecida nos termos da Portaria nº. 893/2019 e conforme processo SES 34181/2020, resolve **REMOVER** a servidora **MYCHELLE MELO CARDOSO**, matrícula nº. 0656733-9-01, ocupante do cargo de Analista Técnico em Gestão e Promoção de Saúde, na competência de Técnico em Enfermagem, originária da Unidade Técnica Descentralizada de Assistência Farmacêutica -UDAF Florianópolis, nível GEPRO-SES-12/D, para atuar na Unidade Técnica Descentralizada de Vigilância Sanitária - UDVS de Florianópolis.

MARCIA REGINA GEREMIAS PAULI Superintendente de Gestão Administrativa

Cod. Mat.: 662281

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO nº 2020TR000069
CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. CONVENIENTE: Secretaria Municipal de Saúde de Formosa do Sul, por meio do Fundo Municipal de Saúde. OBJETO: Auxiliar na aquisição de 02 (dois) veículos de passeio, capacidade 05 (cinco) passageiros para o município de Formosa do Sul, com a finalidade de oferecer melhor assistência e mantendo o atendimento aos usuários do SUS. VALOR DOS RECURSOS: Total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), por parte do CONCEDENTE, em parcela única. DOS RECURSOS: As despesas serão realizadas na seguinte classificação orçamentária: 48000 – 48091 – 480091 – 10 – 302 – 0430 – 0378 – 014240 – 4 – 44 – 40 – 42, Programa Transferência: 2019008748, Fonte dos Recursos: 0100, Natureza da Despesa: 44404200, conforme Nota de Empenho nº 2020NE004974, de 13/02/2020, constante no processo SCC 5710/2019. PRAZO

DE VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2020, condicionada sua eficácia à publicação, deste extrato, no DOE. DATA: Florianópolis, 21 de fevereiro de 2020. SIGNATÁRIO: Helton de Souza Zeferino, pela SES, Douglas Borba, pela SCC e Leo Pedro Migliavacca, pela SMS.S/SCC

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO nº 2020TR000071
CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. CONVENIENTE: Município de Ilhota. OBJETO: Auxiliar na aquisição de um veículo para uso do Programa TFD – Tratamento Fora de Domicílio. VALOR DOS RECURSOS: Total de R\$ 90.900,40 (noventa mil novecentos reais e quarenta centavos), por parte do CONCEDENTE, em 12 (doze) parcelas. DOS RECURSOS: As despesas serão realizadas na seguinte classificação orçamentária: 48000 – 48091 – 480091 – 10 – 302 – 0430 – 0378 – 014240 – 4 – 44 – 40 – 42, Programa Transferência: 2019008748, Fonte dos Recursos: 0100, Natureza da Despesa: 44404200, conforme Nota de Empenho nº 2020NE004906, de 13/02/2020, constante no processo SCC 5442/2019. PRAZO DE VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2020, condicionada sua eficácia à publicação, deste extrato, no DOE. DATA: Florianópolis, 14 de fevereiro de 2020. SIGNATÁRIO: Helton de Souza Zeferino, pela SES, Douglas Borba, pela SCC e Érico de Oliveira, pelo Município.S/SCC

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO nº 2020TR000120
CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. CONVENIENTE: Município de Imbituba. OBJETO: Auxiliar na aquisição de 01 (um) veículo tipo van ou minibus 0km e 02 (dois) veículos do tipo passeio. VALOR DOS RECURSOS: Total de R\$ 259.820,80 (duzentos e cinquenta e nove mil oitocentos e vinte reais e oitenta centavos), sendo R\$ 259.800,00 (duzentos e cinquenta e nove mil e oitocentos reais) pela CONCEDENTE e R\$ 20,80 (vinte reais e oitenta centavos), como contrapartida financeira, em parcela única. DOS RECURSOS: As despesas serão realizadas na seguinte classificação orçamentária: 48000 – 48091 – 480091 – 10 – 302 – 0430 – 0378 – 014240 – 4 – 44 – 40 – 42, Programa Transferência: 2019008748, Fonte dos Recursos: 0100, Natureza da Despesa: 44404200, conforme Nota de Empenho nº 2020NE004897, de 13/02/2020, constante no processo SCC 5491/2019. PRAZO DE VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2020, condicionada sua eficácia à publicação, deste extrato, no DOE. DATA: Florianópolis, 14 de fevereiro de 2020. SIGNATÁRIO: Helton de Souza Zeferino, pela SES, Douglas Borba, pela SCC e Rosivaldo da Silva Júnior, pelo Município.S/SCC

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO nº 2020TR000122
CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. CONVENIENTE: Município de Itapoá. OBJETO: Auxiliar na aquisição de veículos para transporte de pacientes do município de Itapoá, com a finalidade de oferecer melhor assistência e manter o atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS. VALOR DOS RECURSOS: Total de R\$ 219.497,20 (duzentos e dezoito mil, quatrocentos e noventa e sete reais e vinte centavos), sendo R\$ 199.983,90 (cento e noventa e nove mil, novecentos e oitenta e três reais e noventa centavos) pela CONCEDENTE e R\$ 19.513,30 (dezenove mil quinhentos e treze reais e trinta centavos), como contrapartida financeira por parte do CONVENIENTE em parcela única. DOS RECURSOS: As despesas serão realizadas na seguinte classificação orçamentária: 48000 – 48091 – 480091 – 10 – 302 – 0430 – 0378 – 014240 – 4 – 44 – 40 – 42, Programa Transferência: 2019008748, Fonte dos Recursos: 0100, Natureza da Despesa: 44404200, conforme Nota de Empenho nº 2020NE004911, de 13/02/2020, constante no processo SCC 5585/2019. PRAZO DE VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2021, condicionada sua eficácia à publicação, deste extrato, no DOE. DATA: Florianópolis, 18 de fevereiro de 2020. SIGNATÁRIO: Helton de Souza Zeferino, pela SES, Douglas Borba, pela SCC e Marlon Roberto Neuber, pelo Município.S/SCC

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO nº 2020TR000074
CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. CONVENIENTE: Município de Lindóia do Sul. OBJETO: Auxiliar na aquisição de um veículo tipo van ou minibus para o município de Lindóia do Sul com a finalidade de oferecer melhor assistência e mantendo o atendimento aos usuários do SUS. VALOR DOS RECURSOS: Total de R\$ 201.510,45 (duzentos e um mil, quinhentos e dez reais e quarenta e cinco centavos) sendo R\$ 199.978,97 (cento e noventa e nove mil, novecentos e setenta

e oito reais e noventa e sete centavos) pela CONCEDENTE e R\$ 1.531,48 (mil quinhentos e trinta e um reais e quarenta e oito centavos), como contrapartida financeira por parte do CONVENIENTE, em parcela única. DOS RECURSOS: As despesas serão realizadas na seguinte classificação orçamentária: 48000 – 48091 – 480091 – 10 – 302 – 0430 – 0378 – 014240 – 4 – 44 – 40 – 42, Programa Transferência: 2019008748, Fonte dos Recursos: 0100, Natureza da Despesa: 44404200, conforme Nota de Empenho nº 2020NE005335, de 17/02/2020, constante no processo SCC 5714/2019. PRAZO DE VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2020, condicionada sua eficácia à publicação, deste extrato, no DOE. DATA: Florianópolis, 17 de fevereiro de 2020. SIGNATÁRIO: Helton de Souza Zeferino, pela SES, Douglas Borba, pela SCC e Genir Loli, pelo Município.S/SCC

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO nº 2020TR000189
CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. CONVENIENTE: Município de Papanduva. OBJETO: Auxiliar reforma e ampliação do posto de saúde no bairro Cohan I, no Município de Papanduva, tendo como finalidade melhor atender os usuários, mantendo a continuidade dos serviços prestados a população em geral e também trazer conforto e comodidade ao paciente que está em momentos delicados de sua saúde, atendendo os usuários do Sistema Único de Saúde – SUS com dedicação e qualidade, tendo em vista as dificuldades encontradas com a falta de recursos financeiros para manter a estrutura existente que com o passar dos anos vem se deteriorando, ficando difícil até mesmo para o atendimento dos mais básicos procedimentos de saúde. VALOR DOS RECURSOS: Total de R\$ 271.077,77 (duzentos e setenta e um mil e setenta e sete reais e setenta e sete centavos), sendo R\$ 206.000,00 (duzentos e seis mil reais) pela CONCEDENTE e R\$ 65.077,77 (sessenta e cinco mil e setenta e sete reais e setenta e sete centavos), como contrapartida financeira por parte do CONVENIENTE, em parcela única. DOS RECURSOS: As despesas serão realizadas na seguinte classificação orçamentária: 4800 – 48091 – 480091 – 10 – 302 – 0430 – 0378 – 014240 – 4 – 44 – 40 – 42, Programa Transferência: 2019008217, Fonte dos Recursos: 0100, Natureza da Despesa: 44404200, conforme Nota de Empenho nº 2020NE005086, de 14/02/2020, constante no processo SCC 5019/2019. PRAZO DE VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2020, condicionada sua eficácia à publicação, deste extrato, no DOE. DATA: Florianópolis, 20 de fevereiro de 2020. SIGNATÁRIO: Helton de Souza Zeferino, pela SES, Thiago Augusto Vieira, pela SIE e Luiz Henrique Saliba, pelo Município.S/SCC

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO nº 2020TR000435
CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. CONVENIENTE: Município de Irineópolis. OBJETO: Auxiliar ampliação e reforma da unidade de saúde da localidade de São Pascoal, no Município de Irineópolis. VALOR DOS RECURSOS: Total de R\$ 371.871,52 (trezentos e setenta e um mil e oitocentos e setenta e um reais e cinquenta e dois centavos), sendo R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) pela CONCEDENTE e R\$ 171.871,52 (cento e setenta e um mil e oitocentos e setenta e um reais e cinquenta e dois centavos), como contrapartida financeira por parte do CONVENIENTE em parcela única. DOS RECURSOS: As despesas serão realizadas na seguinte classificação orçamentária: 48000 – 48091 – 480091 – 10 – 302 – 0430 – 0378 – 014240 – 4 – 44 – 40 – 42, Programa Transferência: 2019008217, Fonte dos Recursos: 0100, Natureza da Despesa: 44404200, conforme Nota de Empenho nº 2020NE006771, de 27/02/2020, constante no processo SCC 5017/2019. PRAZO DE VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2020, condicionada sua eficácia à publicação, deste extrato, no DOE. DATA: Florianópolis, 18 de março de 2020. SIGNATÁRIO: Helton de Souza Zeferino, pela SES, Thiago Augusto Vieira pela SIE e Juliano Pozzi Pereira, pelo Município.S/SCC

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO nº 2020TR000441
CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. CONVENIENTE: Município de São Miguel do Oeste. OBJETO: Auxiliar a construção da casade apoio que visa abrigar e dar acolhimento aos acompanhantes dos pacientes que se deslocam de outros municípios para tratamento no Hospital Regional Terezinha Gaio Basso. VALOR DOS RECURSOS: Total de R\$ 822.164,54 (oitocentos e vinte e dois mil, cento e sessenta e quatro reais e cinqüenta e quatro centavos), sendo R\$ 350.000,00 (trezentos e cinqüenta mil reais) pela CONCEDENTE e R\$ 472.164,54 (quatrocentos e setenta e dois mil, cento e sessenta e quatro reais e cinqüenta e quatro centavos), como contrapartida financeira por parte do CONVENIENTE parcela única. DOS RECURSOS: As despesas serão realizadas na seguinte classificação orçamentária:

48000 – 48091 – 480091 – 10 – 302 – 0430 – 0378 – 014240 – 4 – 44 – 40 – 42, Programa Transferência: 2019008217, Fonte dos Recursos: 0100, Natureza da Despesa: 44404200, conforme Nota de Empenho nº 2020NE006790, de 27/02/2020, constante no processo SCC 4942/2019. PRAZO DE VIGÊNCIA: Até 30 de abril de 2021, condicionada sua eficácia à publicação, deste extrato, no DOE. DATA: Florianópolis, 11 de março de 2020. SIGNATÁRIO: Helton de Souza Zeferino, pela SES, Thiago Augusto Vieira, pela SIE e Wilson Trevisan, pelo Município.S/SCC

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO nº 2020TR000477
CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. CONVENIENTE: Município de Taió. OBJETO: Auxiliar na construção, reforma e/ou ampliação de unidades de saúde com a finalidade de melhor atendimento aos usuários do SUS. VALOR DOS RECURSOS: Total de R\$ 502.294,47 (quinhentos e dois mil e duzentos e noventa e quatro reais e quarenta e sete centavos), sendo R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) pela CONCEDENTE e R\$ 152.294,47 (cento e cinquenta e dois mil e duzentos e noventa e quatro reais e quarenta e sete centavos), como contrapartida financeira por parte do CONVENIENTE, parcela única. DOS RECURSOS: As despesas serão realizadas na seguinte classificação orçamentária: 48000 – 48091 – 480091 – 10 – 302 – 0430 – 0378 – 014240 – 4 – 44 – 40 – 42, Programa Transferência: 2019008217, Fonte dos Recursos: 0100, Natureza da Despesa: 44404200, conforme Nota de Empenho nº 2020NE006849, de 27/02/2020, constante no processo SCC 5572/2019. PRAZO DE VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2020, condicionada sua eficácia à publicação, deste extrato, no DOE. DATA: Florianópolis, 18 de março de 2020. SIGNATÁRIO: Helton de Souza Zeferino, pela SES, Thiago Augusto Vieira, pela SIE e Almir Reni Guski, pelo Município.S/SCC

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO nº 2020TR000486
CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. CONVENIENTE: Município de Zortéa. OBJETO: Auxiliar na reforma e ampliação do estabelecimento assistencial de saúde no município de Zortéa. VALOR DOS RECURSOS: Total de R\$ 196.999,45 (cento e noventa e seis mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta e cinco centavos), sendo R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) pela CONCEDENTE e R\$ 46.999,45 (quarenta e seis mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta e cinco centavos), como contrapartida financeira por parte do CONVENIENTE em parcela única. DOS RECURSOS: As despesas serão realizadas na seguinte classificação orçamentária: 48000 – 48091 – 480091 – 10 – 302 – 0430 – 0378 – 014240 – 4 – 44 – 40 – 42, Programa Transferência: 2019008217, Fonte dos Recursos: 0100, Natureza da Despesa: 44404200, conforme Nota de Empenho nº 2020NE006996, de 28/02/2020, constante no processo SCC 5153/2019. PRAZO DE VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2020, condicionada sua eficácia à publicação, deste extrato, no DOE. DATA: Florianópolis, 04 de março de 2020. SIGNATÁRIO: Helton de Souza Zeferino, pela SES, Thiago Augusto Vieira, pela SIE e Alcides Montovani, pelo Município.S/SCC

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO nº 2020TR000516
CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. CONVENIENTE: Hospital São Roque Sociedade Beneficente, com sede no Município de Luzerna. OBJETO: Auxiliar na ampliação da unidade para a instalação de nutrição e dietética do Hospital São Roque. VALOR DOS RECURSOS: Total de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), por parte do CONCEDENTE, em parcela única. DOS RECURSOS: As despesas serão realizadas na seguinte classificação orçamentária: 48000 – 48091 – 480091 – 10 – 302 – 0430 – 0378 – 014240 – 4 – 44 – 50 – 42. Programa Transferência: 2019008220, Fonte dos Recursos: 0100, Natureza da Despesa: 44504200, conforme Nota de Empenho nº 2020NE006988, de 28/02/2020, constante no processo SCC 5155/2019. PRAZO DE VIGÊNCIA: Até 30 de novembro de 2020, condicionada sua eficácia à publicação, deste extrato, no DOE. DATA: Florianópolis, 12 de março de 2020. SIGNATÁRIO: Helton de Souza Zeferino, pela SES, Thiago Augusto Vieira, pela SIE e Vânia Mara Diesel Deitos, pelo hospital.S/SCC

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO nº 2020TR000522
CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. CONVENIENTE: Município de Matos Costa. OBJETO: Auxiliar para a construção de salas para estruturar o setor administrativo da

SMS e oferecer melhor atendimento aos usuários do SUS. VALOR DOS RECURSOS: Total de R\$ 114.399,87 (cento e quatorze mil e trezentos e noventa e nove reais e oitenta e sete centavos), sendo R\$ 100.000,00 (cem mil reais) pela CONCEDENTE e R\$ 14.399,87 (quatorze mil e trezentos e noventa e nove reais e oitenta e sete centavos), como contrapartida financeira por parte do CONCEDENTE, em parcela única. DOS RECURSOS: As despesas serão realizadas na seguinte classificação orçamentária: 48000 – 48091 – 480091 – 10 – 302 – 0430 – 0378 – 014240 – 4 – 44 – 40 – 42, Programa Transferência: 2019008217, Fonte dos Recursos: 0100, Natureza da Despesa: 44404200, conforme Nota de Empenho nº 2020NE006981, de 28/02/2020, constante no processo SCC 5248/2019. PRAZO DE VIGÊNCIA: Até 31 de agosto de 2020, condicionada sua eficácia à publicação, deste extrato, no DOE. DATA: Florianópolis, 12 de março de 2020. SIGNATÁRIO: Helton de Souza Zeferino, pela SES, Thiago Augusto Viera, pela SIE e Raul Ribas Neto, pelo Município.S/SCC

Cod. Mat.: 662168

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 001 de 27 de março de 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SANTA CATARINA

Dispõe sobre diretrizes para desenvolvimento de Termos de Referência para a aquisição de bens e contratação de serviços pela Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, diante da decretação de emergência, conforme Decreto Estadual n. 506, de 12 de março de 2020.

RESOLVE:

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - As solicitações de aquisição de bens, bem como as contratações de serviços deverão ser efetuadas pelas unidades interessadas por meio de encaminhamento do Termo de Referência, requisição e justificativa à Diretoria de Planejamento e Gestão da Compra – DPGC.

Art. 2º – A Diretoria de Planejamento e Gestão da Demanda da Compra - DPGC fará a análise da existência de contrato ou ata de registro de preços vigente, ou aquisição em andamento, que possa contemplar o objeto solicitado.

Art. 3º - Verificada a existência de contrato ou ata de registro de preços vigente que possa atender o objeto solicitado, será realizada o aditamento de quantitativo.

Art. 4º - Constatada a ausência de contrato ou ata de registro de preços vigente ou em andamento que possa atender o objeto solicitado, a DPGC encaminhará o Termo de Referência contendo a caracterização precisa e clara do objeto a ser adquirido ou contratado e demais informações pertinentes à Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC, a qual providenciará a aquisição de forma emergencial, por meio de Dispensa de Licitação, fundamentada no art. 24, IV da Lei n. 8.666/93.

§1º – A Diretoria de Licitações e Contratos fica autorizada a adquirir os insumos de marcas já aprovadas no banco de marcas desta Secretaria, devendo-se obter no mínimo três orçamentos para justificativa de preço.

§2º – O prazo de resposta à solicitação de orçamentos solicitada por esta Administração Pública é de 24h (vinte e quatro horas). Ausente o quantitativo de orçamentos, conforme o parágrafo anterior, fica autorizada a Diretoria de Licitações e Contratos a adjudicar o menor valor obtido.

I – Serão utilizados como valores de referência os mesmos praticados nesta Pasta nos últimos 60 dias.

II – A Diretoria de Licitações e Contratos utilizará o Instrumento Auxiliar de Cotação de Compra Direta, a fim de verificar divergência de valores propostos em editais de cotação direta, com os praticados nesta Pasta, visando acompanhar a evolução dos preços de mercado, diante da demanda crescente dos insumos, bem como justificar o preço para Dispensa de Licitação.

§3º – Eventuais valores propostos que estejam acima do valor de referência desta Secretaria, deverão ser adquiridos diante de necessidade e urgência da SES/SC, devendo-se comunicar ao CADE, MPSC e TCE/SC sobre os valores obtidos.

§4º – Fica permitido aos proponentes, cujas marcas ainda não estejam no banco de marcas desta Secretaria a encaminharem seus materiais, para fins de inclusão no banco de marcas, a Diretoria de Planejamento e Gestão da Compra que, analisará os materiais e emitirá decisão.

PORTARIA Nº 469 - 26/03/2020

CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, com proventos integrais, nos termos do Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41 de 19.12.03, publicada no DOU de 31.12.2003, combinado com o § 5º do Art.40 da Constituição Federal, Dpro nº 001/2012 - PGE e Art. 66 da LC nº 412/08, com paridade remuneratória, conforme Art. 72 da referida Lei Complementar, no cargo de PROFESSOR, Nível IV, Referência H, do Grupo Ocupacional de Docência, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual, da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, com lotação no(a) EEB NS DE FATIMA, município de RIO FORTUNA, de acordo com o processo ADR19 12499/2019 a MARLEIA ROECKER, matrícula nº 224303-2-01 – SED.

PORTARIA Nº 471 - 26/03/2020

CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, com proventos integrais, nos termos do Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41 de 19.12.03, publicada no DOU de 31.12.2003, combinado com o § 5º do Art.40 da Constituição Federal e Art. 66 da LC nº 412/08, com paridade remuneratória, conforme Art. 72 da referida Lei Complementar, no cargo de PROFESSOR, Nível IV, Referência H, do Grupo Ocupacional de Docência, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual, da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, com lotação no(a) EEB BOM PASTOR, município de CHAPECO, de acordo com o processo ADR04 9238/2019 a NADIA RAZNIEVSKI, matrícula nº 277798-3-05 – SED.

PORTARIA Nº 477 - 27/03/2020

CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROV. INTEGRAIS, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41 de 19/12/2003, publicada no DOU de 31/12/2003, combinado com o art. 40, § 5º, da Constituição Federal e art. 66 da LC 412/08, com paridade remuneratória, conforme art. 72 da referida Lei Complementar, de acordo com o processo ADR20 3672/2019 à MARLI MARTINS ZANELATTO, matrícula nº 0324672-8-01, no cargo de PROFESSOR, nível IV, referência H, do Grupo Ocupacional de Docência, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual, lotada na EEB Pe. Miguel Giacca, município de Criciúma - SED.

PORTARIA Nº 479 - 27/03/2020

CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR REDUÇÃO DE IDADE COM PROVENTOS INTEGRAIS, nos termos do art. 3º, incisos I, II e III e parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005, publicada no DOU de 06/07/2005, combinado com o art. 67 da LC nº 412/08, com paridade remuneratória, conforme art. 72 da referida Lei Complementar, de acordo com o processo SED 15941/2019 à RITA DE CASSIA CARDOSO, matrícula nº 0180761-7-02, no cargo de PROFESSOR, nível IV, referência I, do Grupo Ocupacional de Docência, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual, lotada na Gerência de Informações Educacionais, município de Florianópolis - SED.

PORTARIA Nº 478 - 27/03/2020

CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROV. INTEGRAIS, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41 de 19/12/2003, publicada no DOU de 31/12/2003, combinado com o art. 40, § 5º, da Constituição Federal, DPro nº 001/2012 - PGE, Autos nº 0006351-23.2013.8.24.0023 e art. 66 da LC 412/08, com paridade remuneratória, conforme art. 72 da referida Lei Complementar, de acordo com o processo ADR21 5937/2018 à MARITANIA SILVEIRA, matrícula nº 0270767-5-05, no cargo de PROFESSOR, nível IV, referência G, do Grupo Ocupacional de Docência, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual, lotada na EEB Prof. Maria Garcia Pessi, município de Araranguá - SED.

PORTARIA Nº 480 - 27/03/2020

CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR REDUÇÃO DE IDADE, COM PROVENTOS INTEGRAIS, NOS TERMOS DO ARTIGO 3º, INCISOS I, II E III, E PARAGRAFO ÚNICO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 47 DE 05/07/2005, PUBLICADA NO DOU DE 06/07/2005, COMBINADO COM O ARTIGO 67 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 412/08, COM PARIDADE REMUNERATÓRIA, CONFORME ARTIGO 72 DA REFERIDA LEI COMPLEMENTAR, NO CARGO DE TECNICO EM ATIVIDADES DE ENGENHARIA, NÍVEL 04, REFERENCIA "J" DO GRUPO OCUPACIONAL - ANT - ATIVIDADES DE NIVEL TECNICO DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO, LOTADO NA GERÊNCIA DE ESTUDOS E VIABILIDADE - DA SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE - SIE, MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS, de acordo com o processo SIE 10516/2019 a EDSON VALENTIM SILVA, matrícula nº 172142-9-01 – SIE.

PORTARIA Nº 472 - 26/03/2020

CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, com proventos integrais, nos termos do Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41 de 19.12.03, publicada no DOU de 31.12.2003, combinado com o § 5º do Art.40 da Constituição Federal

e Art. 66 da LC nº 412/08, com paridade remuneratória, conforme Art. 72 da referida Lei Complementar, no cargo de PROFESSOR, Nível IV, Referência H, do Grupo Ocupacional de Docência, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual, da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, com lotação no(a) EEM SENADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA, município de ARAQUARI, de acordo com o processo ADR22 6741/2018 a MARIA DA CONSOLACAO PEREIRA OSORIO, matrícula nº 308952-5-02 – SED.

PORTARIA Nº 482 - 27/03/2020

CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR REDUÇÃO DE IDADE, com proventos integrais, nos termos do Art. 3º, incisos I, II, III, e parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47 de 05.07.05, publicada no DOU de 06.07.2005, combinado com o Art. 67 da LC nº 412/08, com paridade remuneratória, conforme Art. 72 da referida Lei Complementar, no cargo de AGENTE DE SEGURANCA SOCIOEDUCATIVO, CLASSE VIII, do, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa, com lotação no(a) GERENCIA DO CENTRO SOCIOEDUCATIVO REGIONAL SAO LUCAS, município de SAO JOSE, de acordo com o processo SJC 41287/2016 a JOAO ANTONIO SOTERO MARTINS FILHO, matrícula nº 235220-6-01 – SAP.

PORTARIA Nº 434 - 13/03/2020

CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROV. INTEGRAIS, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41 de 19/12/2003, publicada no DOU de 31/12/2003, combinado com o art. 40, § 5º, da Constituição Federal, Autos nº 0006351-23.2013.8.24.0023 e art. 66 da LC 412/08, com paridade remuneratória, conforme art. 72 da referida Lei Complementar, de acordo com o processo ADR12 8996/2019 à ELIETE CANDIDO IVANOFF, matrícula nº 0276595-0-04, no cargo de PROFESSOR, nível IV, referência I, do Grupo Ocupacional de Docência, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual, lotada na EEB São João Bosco, município de Apiuna - SED.

KLIWER SCHMITT

Presidente do IPREV

LONITA CATARINA AIOLFI

Diretor de Previdência

Cod. Mat.: 662378

RELATÓRIO Nº 32 - 25/03/2020

DEFERIR A AVERBAÇÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, com base na competência delegada pelo art. 8º do Decreto nº 1.158 de 18/03/2008, contida no processo abaixo relacionado: ADR17 10010/2019 – DELMARINE LUIZA MOLETA FERNANDES, matrícula 0269883-8-03, lotada na SED.

KLIWER SCHMITT

Presidente

LONITA CATARINA AIOLFI

Diretor de Previdência

Cod. Mat.: 662382

Fundações Estaduais

FAPESC – Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DE SC - ESPÉCIE: Extrato de Termos Aditivos aos Termos de Outorga de Auxílio Financeiro a Projetos de Pesquisa, Chamada Pública nº 06/2017 - Apoio a Grupos de Pesquisa das Instituições do Sistema ACAFE. **CONTRATANTES:** O Estado de Santa Catarina, através da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina - FAPESC e a Associação Catarinense das Fundações Educacionais - ACAFE. **OBJETO:** Prorrogar a vigência para 15/12/2020. **BENEFICIÁRIOS:** Rafael Borges – 2019TR161; Tânia Mari Bellé Bresolin - 2019TR147. **DATA:** Florianópolis, 27 de março de 2020. **SIGNATÁRIOS:** Fábio Zabot Holthausen, pela FAPESC, Claudio Alcides Jacoski pela ACAFE, e os demais outorgados acima especificados.

Cod. Mat.: 662326

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA – FAPESC - EXTRATO DE ADITIVO – ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 2018TR85. **CONTRATANTES:** O Estado de Santa Catarina, através da FAPESC e Victor Juliano de Negri **CLÁUSULA PRIMEIRA:** Prorrogar a vigência deste Termo de Outorga para 30 de setembro de 2020. Florianópolis, 28/03/2020. **SIGNATÁRIOS:** Fabio Zabot Holthausen, pela FAPESC, Victor Juliano de Negri, Laercio Aniceto Silva e Gunther Pfeiffer, pela CERTI e Sebastião Roberto Soares, pela UFSC como intervenientes.

Cod. Mat.: 662391

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

O Reitor da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, no uso de suas atribuições constantes dos incisos VII e XVII, do artigo 28, do Estatuto da UDESC, RESOLVE:

PORTARIA Nº 229, de 24/03/2020.

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo para compor a Comissão Permanente de Licitação de Obras do Campus I, da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, pelo período de 15/03/2020 a 14/03/2021, conforme processo 7328/2020:

Presidente: ERICO KRETZER JUNIOR, matrícula 0950425-7-01; Membros: LAIS BIBIANA RODRIGUES LAGOS, matrícula 0378200-0-02, LETICIA KOSLOWSKY MEES MATTOS, matrícula 0959274-1-01, LETICIA CASSETARI SAIDY, matrícula 0962790-1-01, CAMILA DE ALMEIDA LUCA, matrícula 0959335-7-01, e ALEX ONACLI MOREIRA FABRIN, matrícula 0656987-0-01.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Cod. Mat.: 662296

EXTRATO DE CONVÊNIO

Extrato de Convênio de Cooperação Técnica, número 10/2020, celebrado entre a UDESC e a BIOSEN AGRO INDUSTRIAL LTDA, SGPe 7.755/2020. **Objeto:** “Estabelecer uma parceria entre os participantes para pesquisa, e de acordo com o Plano de Trabalho”. Vigência: 26/03/2022.

Cod. Mat.: 662155

Economias Mistas

CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A

CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA

AVISO AOS ACIONISTAS - Comunicamos aos acionistas da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A – Celesc, que se encontram à sua disposição, na sede social da Empresa, sito na Avenida Itamarati, 160, bairro Itacorubi, Florianópolis - SC, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, relativos ao Exercício Social, encerrado em 31 de dezembro de 2019. Os referidos documentos estarão, também, disponíveis na rede mundial de computadores, na página de relações com investidores da Companhia (<http://www.celesc.com.br/ri>) e nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. (www.b3.com.br). Florianópolis, 27 de março de 2020. Claudine Furtado Anchte, Diretora de Finanças e Relações com Investidores.

Cod. Mat.: 661705

CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A. CNPJ nº 83.878.892/0001-55 ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Ficam convocados os Acionistas das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no próximo dia 28 de abril de 2020, às 10 horas, na sede social da Empresa, na Avenida Itamarati, 160, bairro Itacorubi, Florianópolis – SC, com a seguinte Ordem do Dia: **1)** Tomada de Contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019; **2)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2019; **3)** Eleição dos integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal; **4)** Fixação do montante global da remuneração dos administradores e do Conselho Fiscal. Poderão participar da Assembleia Geral dos Acionistas com inscrição de seus nomes nos livros próprios da Companhia ou representados por procuradores que atendam aos requisitos legais. Os acionistas deverão apresentar os documentos e comprovantes de que trata o art. 26 da Lei nº 6.404/76. Na hipótese de acionista pessoa jurídica, deverão ser apresentados os documentos que comprovem a sua representação legal. A representação por procuração deverá obedecer rigorosamente às determinações do parágrafo 1º do aludido art. 126. Consoante as instruções CVM 165/91 e 282/98 é de 5% o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição de adoção do voto múltiplo para eleição dos integrantes do Conselho de Administração. **BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA:** A CELESC disponibilizará o sistema de votação a distância, nos termos da Instrução CVM 481/09, permitindo que seus Acionistas enviem boletins de voto a distância por meio de seus respectivos agentes de custódia ou

ao escriturador das ações de emissão da Companhia ou, ainda, diretamente à Companhia. Os documentos relativos às matérias a serem apreciadas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e no endereço eletrônico: www.celesc.com.br/ri, bem como nos sites da B3 (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). Os acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas das Bolsas de Valores que desejarem participar da Assembleia Geral deverão apresentar extrato emitido até 2 (dois) dias antes da data da Assembleia, contendo sua posição acionária, fornecido pelo órgão custodiante. Florianópolis, 27 de março de 2020. João Eduardo Noal Berbigier Presidente do Conselho de Administração.
Cod. Mat.: 661709

Repartições Federais

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos Senhores Acionistas da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. que se encontram à disposição, na sede da Empresa, em Florianópolis (SC), os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, relativos ao exercício social encerrado em dezembro de 2019.

Florianópolis (SC), 27 de março de 2020.

Elvira Baracuy Cavalcanti Presta
Presidente do Conselho de Administração

Cod. Mat.: 661574

Licitações

Secretarias de Estado

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos comunica o resultado do Pregão Presencial nº 0075/2019. Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de mão de obra terceirizada de serviços de copeiragem, de técnico de informática, de digitação, de encarregado nível I, de jardinagem, de motorista, de recepção, de limpeza e conservação e de zeladoria. Lote: I - Nova SC Serviços Técnicos Eirelli, Valor Adjudicado R\$ 69.970,00. Valor Total Adjudicado: R\$ 69.970,00. Processo: FESPORTE 2031/2018. CIG: FESPORTE 397/2019.
Cod. Mat.: 662373

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA RESULTADO DE LICITAÇÃO

A DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS comunica o resultado do Pregão Eletrônico nº 0094/2019. Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração de Projetos Executivos de Elaboração de Projetos Executivos de Engenharia para construção de Presídio/Penitenciária Padrão nos municípios de Videira e Canoinhas. Lotes: I, II - DAL FORNO & MARTINS ENGENHARIA LTDA - ME, Valor Adjudicado: R\$ 21.024,51. Lote: III - JOÃO MARIA DIAS SANEAMENTOS - ME, Valor Adjudicado: R\$ 33.982,85. Valor Total Adjudicado: R\$ 55.007,36. Processo: SJC 89217/2019. CIG: SJC 11868/2020.
Cod. Mat.: 662272

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS CONCORRÊNCIA 188/2019 SED 24085/2019

A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Estado da Educação comunica o Resultado do Julgamento das Propostas de Preços da CONCORRÊNCIA 188/2019, cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para elaboração e execução de LEVANTAMENTO E SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS nas unidades escolares da Região 01, compreendendo os municípios de Araranguá e região, pertencentes à Secretaria de Estado da Educação. Classificada a Empresa SOLO TOPOGRAFIA E GEORREFERENCIAMENTO LTDA., **consubstanciada a demonstração da viabilidade de suas ofertas no prazo de 05 dias a partir desta notificação.** CIG: 27683/2019. Florianópolis, 27 de março de 2020. Comissão Permanente de Licitação.
Cod. Mat.: 662244

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SED AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 19/2020 - menor preço por lote.

Objeto: Contratação emergencial de empresa para prestação de serviços de transporte de materiais permanentes e de consumo, para atender as Unidades Escolares, Coordenadorias e Supervisões Regionais de Educação do Estado de Santa Catarina, em decorrência da grande demanda acentuada após a extinção das ADR's. Início da entrega de propostas: às 00:01 horas do dia 01/04/2020. Fim da entrega de propostas: às 13:30 horas do dia 14/04/2020. Abertura da sessão: a partir das 13:30 horas do dia 14/04/2020. Início da disputa 14:00 horas do dia 14/04/2020. O Edital e seus anexos estão disponíveis no site "<http://www.sed.sc.gov.br>" www.sed.sc.gov.br. Informações sobre o edital serão prestadas através do email "<mailto:cplsed@sed.sc.gov.br>" cplsed@sed.sc.gov.br. Processo: SED 1411/2020. CIG: 8314/2020. Florianópolis, 27 de março de 2020.

Natalino Uggioni

Secretário de Estado da Educação

Cod. Mat.: 662368

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 1440/2019 na modalidade: "CONVITE", cujo objeto: Contratação de serviço para recuperação da cobertura do edifício Anexo I da SES. **"DECLARAR COMO VENCEDORA DA PRESENTE LICITAÇÃO A EMPRESA STRHEL SOLUÇÕES EM ENGENHARIA EIRELI"** (MENOR PREÇO). CIG: 125941/2019.
Cod. Mat.: 662192

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 0751/2020. Objeto: **Aquisição de medicamentos para a Gerência de Bens Regulares (GEBER)**. Abertura da sessão: 06/05/2020 às 08h15min. No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações. (CIG) SES 37384/2020.
Cod. Mat.: 662236

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 0753/2020. Objeto: **Aquisição de materiais de enfermagem e cirurgia para as Unidades da SES**. Abertura da sessão: 06/05/2020 às 08h15min. No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações. (CIG) SES 37419/2020.
Cod. Mat.: 662237

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 0735/2020. Objeto: **Aquisição de órteses, próteses e materiais especiais para as Unidades da SES**. Abertura da sessão: 04/05/2020 às 08h15min. No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações. (CIG) SES 37248/2020.
Cod. Mat.: 662238

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 0191/2020 na modalidade: Pregão "Eletrônico", cujo objeto é: Registro de Preços para Aquisição de insumos e acessórios para equipamentos para o Hospital Governador Celso Ramos (HGCR). Resolve: ADQUIRIR: MENOR PREÇO: Itens: 03, 04 e 05. DESCLASSIFICAR: Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): Hera Medical Representações, Comércio e Serviços Eireli - ME. - Item: 02. H. Strattner & Cia Ltda. - Item: 06. Russer Brasil Eireli. - Item: 07. Por não atender as especificações técnicas do edital, conforme Parecer Técnico (Art. 48, Inciso I, da Lei 8.666/93 e Alterações): Hera Medical Representações, Comércio e Serviços Eireli - ME. - Item: 01. Por não atender ao item 11.2.1 do cap. 11 do edital (Art. 48, Inciso I, da Lei 8.666/93 e Alterações): H. Strattner & Cia Ltda. - Item: 01. INABILITAR: Por não cumprir o subitem 10.1.1 do Capítulo 10 do Edital: HPF Surgical Ltda. - Itens: 01 e 06. Russer Brasil Eireli. - Itens: 01, 02 e 06. ADJUDICAR: H. Strattner & Cia Ltda. - Itens: 03, 04 e 05. CIG: SES 10258/2020.
Cod. Mat.: 662251

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 2913/2019 na modalidade: Pregão "Eletrônico", cujo objeto é: Registro de Preços para Aquisição de órteses, prótese e materiais especiais para as Unidades

da SES. Resolve: ADQUIRIR OS ITENS ABAIXO: MENOR PREÇO: Itens: 02, 03, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17. COTAÇÃO ÚNICA: Itens: 04, 18, 19 e 20. DESCLASSIFICAR: Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): Ortomedical Comércio Atacadista de Materiais Médicos Hospitalares Ltda. ME. - Item: 01. ADJUDICAR: Biomedical Produtos Científicos Médicos e Hospitalares S.A. - Item: 02. Biotronik Comercial Médica Ltda. - Item: 10. E. Tamussino & Cia Ltda. - Item: 03. Medicalplus Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares Ltda. - Itens: 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20. Pró-Vascular Representações Comerciais Ltda. - Itens: 04, 05, 06, 07, 08 e 09. CIG: SES 142301/2019.
Cod. Mat.: 662261

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 0259/2020 na modalidade: Pregão "Eletrônico", cujo objeto é: Registro de Preços para aquisição de insumos e acessórios para equipamentos para o Hospital Governador Celso Ramos (HGCR). Resolve: ADQUIRIR: MENOR PREÇO: Item: 02. DESCLASSIFICAR: Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): Globalmed Suporte de Material Terapêutico Ltda. - Itens: 01, 03, 04, 05, 06, 07 e 08. ADJUDICAR: Qualymedic Com. e Assist. Técnica Ltda. - Item: 02. CIG: SES 14545/2020.
Cod. Mat.: 662268

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032CPL/DGPC/2020

Objeto: Locação de imóvel para abrigar a Delegacia de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso de Blumenau. **Fundamentação Legal:** art. 24, X, da Lei nº 8.666/93. **Dotação Orçamentária:** Unidade 16084, Programa 0707, Subação 6753, Item 3.3.90.39.10. Fonte 0111.33. **Razão da Escolha:** O imóvel atende as necessidades quanto às instalações e localização e a locação possui preço compatível com o valor de mercado. **Locatário:** Fundo de Melhoria da Polícia Civil. **Locador:** KOREZA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., representada pela IMOBILIÁRIA TROPICAL LTDA. **Valor Mensal:** R\$ 15.000,00. **Valor Total Estimado até 31.12.2020:** R\$ 125.000,00. **Processo PCSC 00005189/2020. Protocolo CIG PCSC 00034780/2020.**
Cod. Mat.: 662288

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Polícia Militar comunica o resultado do Pregão Eletrônico nº 0053/2020. Objeto: AQUISIÇÃO DE CAPACETE BALÍSTICO NÍVEL II MÉDIO PARA A PMSC. Item: 1 - INBRATERRESTRE IND. E COM. DE MAT. DE SEG. LTDA, Valor Adjudicado: R\$ 18.000,00. Valor Total Adjudicado: R\$ 18.000,00. Processo: PMSC 25689/2019. CIG: PMSC 15192/2020.
Cod. Mat.: 662341

Polícia Civil RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Diretoria de Administração e Finanças comunica o resultado do Pregão Eletrônico nº 015/2020. Objeto: Serviço comum de engenharia, referente à reforma da Central de Plantão Policial - CPP do Município de SÃO JOSÉ. Item 1: LITORAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI, Valor Adjudicado: R\$ 64.000,00. Processo PCSC 10771/2019. CIG PCSC 23985/2020.
Cod. Mat.: 662232

Fundações Estaduais

RESULTADO DE LICITAÇÃO - Edital PE nº 1770/2019

Modalidade: Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por lote, objetivando o registro de preço. **Objeto:** **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO DE EXTINTORES E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E COMBATE A INCÊNDIO PARA A UDESC.** O pregoeiro do CCT torna público que esta licitação teve como ganhadoras: **do lote 01** a empresa **APAG PRODUTOS E SERVIÇOS Ltda**, no valor de R\$ 110.900,00 (cento e dez mil e novecentos reais); **dos lotes 02, 04 e 05**, a empresa **STOP FIRE PROJETOS E SOLUÇÕES CONTRA INCÊNDIO EIRELLI EPP**, no valor de R\$ 266.958,00 (duzentos e sessenta e seis mil novecentos e cinquenta e oito reais); e **do lote 03**, a empresa **VICARI COMÉRCIO DE EXTINTORES LTDA EPP**, no valor de R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais). Joinville/SC, 30/03/2020. Rubens Crippa Junior - Pregoeiro.
Cod. Mat.: 662206

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

DÉCIMO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2008 – DL 02/2008. CIG: 8785/2020.

CONTRATADA: IMOBILIÁRIA BIGUAÇU LTDA.

OBJETO: alteração da Cláusula Quarta - PRAZO, referente ao prazo de vigência do contrato, com o acréscimo de 12 meses, tendo início em 01/01/2020 e término em 31/12/2020. Assinado em 03/03/2020. Natalino Uggioni pela SED e Carlos Fernandes de Alcântara Júnior pela Empresa.

Florianópolis, 27 de março de 2020.

Natalino Uggioni

Secretário de Estado da Educação

Cod. Mat.: 662221

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 05/2018 DL 01/2018 – ADR24 36/2018 CIG: 8794/2020

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE DE ASSISTÊNCIA AOS MUNICÍPIOS – ABAM. OBJETO: alteração da CLÁUSULA QUARTA - PRAZO, referente ao prazo de vigência do contrato, com o acréscimo de 12 meses, tendo início em 01/01/2020 e término em 31/12/2020. Assinado em 05/03/2020. Natalino Uggioni pela SED e pela Empresa Marli de Castro.

Florianópolis, 27 de março de 2020.

Natalino Uggioni

Secretário de Estado da Educação

Cod. Mat.: 662225

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 14/2017 – DL 16/2017 – ADR 23 1030/2017 CIG 8799/2020

CONTRATADA: MITRA DIOCESANA DE RIO DO SUL, OBJETO: alteração da CLÁUSULA QUARTA - PRAZO, referente ao prazo de vigência do contrato, com o acréscimo de 12 meses, tendo início em 01/01/2020 e término em 31/12/2020. Assinado em 26/02/2020. Natalino Uggioni pela SED e pela Empresa Evaristo Borgert.

Florianópolis, 27 de março de 2020.

Natalino Uggioni

Secretário de Estado da Educação

Cod. Mat.: 662228

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 98/2019 DL 35/2019 SED 19122/2019 CIG: 8804/2020

CONTRATADA: EGS TRIANA IMÓVEIS LTDA.,

OBJETO: alteração da CLÁUSULA QUARTA - PRAZO, referente ao prazo de vigência do contrato, com o acréscimo de 12 meses, tendo início em 01/01/2020 e término em 31/12/2020. Assinado em 20/02/2020. Natalino Uggioni pela SED e pela Empresa Elizangela Grandi Schweitzer.

Florianópolis, 27 de março de 2020.

Natalino Uggioni

Secretário de Estado da Educação

Cod. Mat.: 662229

EXTRATO DE CONTRATO DA LICITAÇÃO CC 045/2019

CT.009/2020. Objeto: Execução da iluminação cênica de realce (decorativa) da Ponte Hercílio Luz, município de Florianópolis. **Vencedora:** Eletro Comercial Energiluz LTDA. **Valor:** R\$ 7.614.798,74. **Prazo:** 50 dias. **Local e Data:** Florianópolis, 19/03/2020. **Signatários:** Secretário Thiago Augusto Vieira, pela SIE e o Sr. Elígio José Schmitt, pela Contratada. **SIE 6370/2020.**

Cod. Mat.: 662324

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO NO SUS Nº.: 024/2020 - PSES 130705/2019 - Edital de Chamada Pública nº. 2376/2019

Entidade: Hospital de Caridade São Roque

Município: Morro da Fumaça/SC

CNPJ: 86.532.751/0001-74

Objeto: Repasse mensal temporário de R\$ 39.900,00 (trinta e nove mil e novecentos reais) em complemento ao Incentivo da Política Hospitalar Catarinense para ações de combate e contenção do COVID-19 para enfrentamento da emergência em saúde pública. Decreto n. 506 de 12 de março de 2020. Lei n. 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.

Parágrafo primeiro - O valor do repasse não implicará em acréscimo no valor inicial do contrato.

Vigência: A partir da sua assinatura até fim da vigência do Decreto Estadual de estado de calamidade pública devido COVID-19.

Florianópolis, 24 de março de 2020

HELTON DE SOUZA ZEFERINO

Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 662230

EXTRATO DO 1º termo aditivo do contrato NO Sus Nº.: 025/2020 - PSES 130704/2019 - Edital de Chamada Pública nº. 2376/2019

Entidade: Associação Hospitalar Mondai

Município: Mondai/SC

CNPJ: 83.226.175/0001-49

Objeto: Repasse mensal temporário de R\$ 37.800,00 (trinta e sete mil e oitocentos reais) em complemento ao Incentivo da Política Hospitalar Catarinense para ações de combate e contenção do COVID-19 para enfrentamento da emergência em saúde pública. Decreto n. 506 de 12 de março de 2020. Lei n. 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.

Parágrafo primeiro - O valor do repasse não implicará em acréscimo no valor inicial do contrato.

Vigência: A partir da sua assinatura até fim da vigência do Decreto Estadual de estado de calamidade pública devido COVID-19.

Florianópolis, 24 de março de 2020

HELTON DE SOUZA ZEFERINO

Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 662231

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO NO SUS Nº.: 027/2020 - PSES 130700/2019 - Edital de Chamada Pública nº. 2376/2019

Entidade: Associação Comunitária São Judas Tadeu de Meleiro – Hospital São Judas Tadeu

Município: Meleiro/SC

CNPJ: 02.160.922/0001-91

Objeto: Repasse mensal temporário de R\$ 21.900,00 (vinte e um mil e novecentos reais) em complemento ao Incentivo da Política Hospitalar Catarinense para ações de combate e contenção do COVID-19 para enfrentamento da emergência em saúde pública. Decreto n. 506 de 12 de março de 2020. Lei n. 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.

Parágrafo primeiro - O valor do repasse não implicará em acréscimo no valor inicial do contrato.

Vigência: A partir da sua assinatura até fim da vigência do Decreto Estadual de estado de calamidade pública devido COVID-19.

Florianópolis, 24 de março de 2020

HELTON DE SOUZA ZEFERINO

Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 662233

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO NO SUS Nº.: 033/2020 - PSES 130654/2019 - Edital de Chamada Pública nº. 2376/2019

Entidade: Sociedade Beneficente Hospitalar Maravilha

Município: Maravilha/SC

CNPJ: 85.197.077/0001-56

Objeto: Repasse mensal temporário de R\$ 27.300,00 (vinte e sete mil e trezentos reais) em complemento ao Incentivo da Política Hospitalar Catarinense para ações de combate e contenção do COVID-19 para enfrentamento da emergência em saúde pública. Decreto n. 506 de 12 de março de 2020. Lei n. 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.

Parágrafo primeiro - O valor do repasse não implicará em acréscimo no valor inicial do contrato.

Vigência: A partir da sua assinatura até fim da vigência do Decreto Estadual de estado de calamidade pública devido COVID-19.

Florianópolis, 24 de março de 2020

HELTON DE SOUZA ZEFERINO

Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 662234

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO NO SUS Nº.: 008/2020 - PSES 130560/2019 - Edital de Chamada Pública nº. 2376/2019

Entidade: Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina – FUNOESC – Hospital Universitário Santa Terezinha

Município: Joaçaba/SC

CNPJ: 84.592.369/0009-88

Objeto: Repasse mensal temporário de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em complemento ao Incentivo da Política Hospitalar Catarinense para ações de combate e contenção do COVID-19 para enfrentamento da emergência em saúde pública. Decreto n. 506 de 12 de março de 2020. Lei n. 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.

Parágrafo primeiro - O valor do repasse não implicará em acréscimo no valor inicial do contrato.

Vigência: A partir da sua assinatura até fim da vigência do Decreto Estadual de estado de calamidade pública devido COVID-19.

Florianópolis, 24 de março de 2020

HELTON DE SOUZA ZEFERINO

Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 662235

EXTRATO DO 1º termo aditivo do contrato NO Sus Nº.: 074/2020 - PSES 130549/2019 – EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº.: 2376/2019

Entidade: Hospital de Caridade de Jaguaruna - IDEAS

Município: Jaguaruna/SC

CNPJ: 24.006.302/0004-88

Objeto: Repasse mensal temporário de R\$ 23.100,00 (vinte e três mil e cem reais) em complemento ao Incentivo da Política Hospitalar Catarinense para ações de combate e contenção do COVID-19 para enfrentamento da emergência em saúde pública. Decreto n. 506 de 12 de março de 2020. Lei n. 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.

Parágrafo primeiro - O valor do repasse não implicará em acréscimo no valor inicial do contrato.

Vigência: a partir da sua assinatura até fim da vigência do Decreto Estadual de estado de calamidade pública devido COVID-19.

Florianópolis, 24 de março de 2020

HELTON DE SOUZA ZEFERINO

Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 662240

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO NO SUS Nº.: 007/2020 - PSES 131140/2019 – EDITAL DE CHAMADA Nº 2376/2019

Entidade: Associação Hospitalar Nossa Senhora de Fátima

Município: Praia Grande/SC

CNPJ: 07.420.153/0001-37

Objeto: Acrescer os Recursos Financeiros do Contrato que a este deu causa com base em sua Cláusula Nona, considerando Parecer nº 065/2020 da Gerência de Articulação das Redes de Atenção à Saúde, de acordo com a Política Hospitalar Catarinense aprovada pela Deliberação nº 181/CIB/2019, de 22 de agosto de 2019, a Associação Hospitalar Nossa Senhora de Fátima, localizado no município de Praia Grande, está contemplado como hospital no Porte II e também em Saúde Mental com 10 (dez) leitos existentes, conforme Plano de Trabalho e aprovado no Conselho Municipal de Saúde (CMS), Comissão Intergestores Regional (CIR), Gestor Municipal e Coordenadora da Rede de Atenção Psicossocial da SES, por meio do Parecer 032/2020, e por isto receberá mais o valor mensal de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), totalizando aproximadamente 3,68% do valor mensal do contrato, em razão da readequação do Item 9.9.

Vigência: a partir da sua assinatura.

Florianópolis, 26 de março de 2020

HELTON DE SOUZA ZEFERINO

Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 662242

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO NO SUS Nº.: 015/2020 - PSES 130651/2019 – EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº.: 2376/2019

Entidade: Associação de Caridade São Vicente de Paulo – Hospital São Vicente de Paulo Município: Mafra/SC

CNPJ: 85.131.993/0001-93

Objeto: Acrescer os Recursos Financeiros do Contrato que a este deu causa com base em sua Cláusula Nona, considerando CI 356/GT/2019, da Gerência da SC Transplantes, que alterou o Incentivo ao Sistema Estadual de Transplantes de Santa Catarina, para R\$ 6.843,72 (seis mil, oitocentos e quarenta e três reais e setenta e dois centavos), tendo em vista o aumento de notificações de possíveis doadores, totalizando aproximadamente 0,13% do valor mensal do contrato, em razão da readequação do Item 9.8.

Vigência: a partir da sua assinatura.

Florianópolis, 26 de março de 2020

HELTON DE SOUZA ZEFERINO

Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 662247

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **1º Termo Aditivo** – PSES 30132/2020 – Acréscimo de aproximadamente 1,19% no quantitativo do item 4 – **ATA 463/2019** – PE 25/19 – PSES 45347/19 Empresa: **Lifecor Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.** Valor Aditado: R\$ 1.250,00. CIG: 37445/2020 Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.

Cod. Mat.: 662250

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO NO SUS Nº.: 031/2020 - PSES 129458/2019 – EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº.: 2376/2019

Entidade: Associação Evangélica de Assistência à Saúde – Hospital Rogacionista Evangélico

Município: Abelardo Luz/SC

CNPJ: 28.238.944/0001-10

Objeto: Repasse mensal temporário de R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais) em complemento ao Incentivo da Política Hospitalar Catarinense para ações de combate e contenção do COVID-19 para enfrentamento da emergência em saúde pública. Decreto n. 506 de 12 de março de 2020. Lei n. 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.

Parágrafo primeiro - O valor do repasse não implicará em acréscimo no valor inicial do contrato
Vigência: a partir da sua assinatura até fim da vigência do Decreto Estadual de estado de calamidade pública devido COVID-19.
Florianópolis, 24 de março de 2020
HELTON DE SOUZA ZEFERINO
Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 662252

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO NO SUS Nº.: 001/2020 - PSES 129636/2019 – EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº.: 2376/2019

Entidade: Associação Beneficente Santa Terezinha – Hospital Santa Terezinha
Município: Braço do Norte/SC
CNPJ: 86.437.845/0001-64
Objeto: Repasse mensal temporário de R\$ 238.500,00(duzentos e trinta e oito mil e quinhentos reais) em complemento ao Incentivo da Política Hospitalar Catarinense para ações de combate e contenção do COVID-19 para enfrentamento da emergência em saúde pública. Decreto n. 506 de 12 de março de 2020. Lei n. 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.
Parágrafo primeiro - O valor do repasse não implicará em acréscimo no valor inicial do contrato.
Vigência: a partir da sua assinatura até fim da vigência do Decreto Estadual de estado de calamidade pública devido COVID-19.
Florianópolis, 24 de março de 2020
HELTON DE SOUZA ZEFERINO
Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 662254

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO NO SUS Nº.: 006/2020 - PSES 131655/2019 – EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº.: 2376/2019

Entidade: Associação Hospitalar Beneficente Frei Bruno
Município: Xaxim/SC
CNPJ: 01.767.090/0001-03
Objeto: Repasse mensal temporário de R\$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais) em complemento ao Incentivo da Política Hospitalar Catarinense para ações de combate ao COVID-19.
Parágrafo primeiro - O valor do repasse não implicará em acréscimo no valor inicial do contrato
Vigência: a partir da sua assinatura até fim da vigência do Decreto Estadual de estado de calamidade pública devido COVID-19.
Florianópolis, 24 de março de 2020
HELTON DE SOUZA ZEFERINO
Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 662255

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO NO SUS Nº.: 034/2020 - PSES 129646/2019 – EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº.: 2376/2019

Entidade: Associação Franco Brasileira – Hospital Maicé
Município: Caçador/SC
CNPJ: 33.543.356/0020-93
Objeto: Repasse mensal temporário de R\$ 590.000,00 (quinhentos e noventa mil reais) em complemento ao Incentivo da Política Hospitalar Catarinense para ações de combate e contenção do COVID-19 para enfrentamento da emergência em saúde pública. Decreto n. 506 de 12 de março de 2020. Lei n. 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.
Parágrafo primeiro - O valor do repasse não implicará em acréscimo no valor inicial do contrato.
Vigência: a partir da sua assinatura até fim da vigência do Decreto Estadual de estado de calamidade pública devido COVID-19.
Florianópolis, 24 de março de 2020
HELTON DE SOUZA ZEFERINO
Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 662258

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO NO CONTRATO NO SUS Nº.: 022/2020 - PSES 129663/2019 – EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº.: 2376/2019

Entidade: Hospital São Luiz – Instituto Santé
Município: Campo Alegre/SC
CNPJ: 08.776.971/0002-10
Objeto: Repasse mensal temporário de R\$ 36.400,00 (trinta e seis mil e quatrocentos reais) em complemento ao Incentivo da Política Hospitalar Catarinense para ações de combate e contenção do COVID-19 para enfrentamento da emergência em saúde pública. Decreto n. 506 de 12 de março de 2020. Lei n. 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.
Parágrafo primeiro - O valor do repasse não implicará em acréscimo no valor inicial do contrato
Vigência: a partir da sua assinatura até fim da vigência do Decreto Estadual de estado de calamidade pública devido COVID 19.
Florianópolis, 24 de março de 2020
HELTON DE SOUZA ZEFERINO
Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 662264

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 264/2020**
PSES 149850/19 – PE 3165/19 – CIG: 34527/2020. Empresa: **Altermed Material Médico e Hospitalar**. Objeto: Medicamentos – GEJUD - GEBER. Valor total R\$ 191.880,12. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.

Cod. Mat.: 662265

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO NO CONTRATO NO SUS Nº.: 065/2020 - PSES 129717/2019 – EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº.: 2376/2019

Entidade: Instituto Maria Schmitt de Desenvolvimento de Ensino, Assistência Social e Saúde do Cidadão – Hospital Dr José Anasthazia
Município: Campos Novos/SC
CNPJ: 28.700.530/0009-19
Objeto: Repasse mensal temporário de R\$ 43.400,00(quarenta e três mil e quatrocentos reais) em complemento ao Incentivo da Política Hospitalar Catarinense para ações de combate e contenção do COVID-19 para enfrentamento da emergência em saúde pública. Decreto n. 506 de 12 de março de 2020. Lei n. 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.
Parágrafo primeiro - O valor do repasse não implicará em acréscimo no valor inicial do contrato.
Vigência: a partir da sua assinatura até fim da vigência do Decreto Estadual de estado de calamidade pública devido COVID-19.
Florianópolis, 24 de março de 2020
HELTON DE SOUZA ZEFERINO
Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 662266

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO NO SUS Nº.: 002/2020 - PSES 130146/2019 - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº.: 2376/2019

Entidade: Hospital Nossa Senhora das Dores - Congregação das Servas de Maria Reparadora
Município: Capinzal/SC
CNPJ: 33.789.850/0007-65
Objeto: Repasse mensal temporário de R\$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais) em complemento ao Incentivo da Política Hospitalar Catarinense para ações de combate e contenção do COVID-19 para enfrentamento da emergência em saúde pública. Decreto n. 506 de 12 de março de 2020. Lei n. 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.
Parágrafo primeiro - O valor do repasse não implicará em acréscimo no valor inicial do contrato
Vigência: a partir da sua assinatura até fim da vigência do Decreto Estadual de estado de calamidade pública devido COVID-19.
Florianópolis, 23 de março de 2020
HELTON DE SOUZA ZEFERINO
Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 662270

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO NO SUS Nº.: 059/2020 - PSES 130158/2019 – EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº.: 2376/2019

Entidade: Fundação Médico Assistencial do Trabalhador Rural
Município: Caxambú do Sul/SC
CNPJ: 82.804.592/0001-69
Objeto: Repasse mensal temporário de R\$ 23.400,00 (vinte e três mil e quatrocentos reais) em complemento ao Incentivo da Política Hospitalar Catarinense para ações de combate e contenção do COVID-19 para enfrentamento da emergência em saúde pública. Decreto n. 506 de 12 de março de 2020. Lei n. 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.
Parágrafo primeiro - O valor do repasse não implicará em acréscimo no valor inicial do contrato.
Vigência: a partir da sua assinatura até fim da vigência do Decreto Estadual de estado de calamidade pública devido COVID-19.
Florianópolis, 24 de março de 2020
HELTON DE SOUZA ZEFERINO
Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 662271

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO NO SUS Nº.: 014/2020 - PSES 130234/2019 - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº.: 2376/2019

Entidade: Associação das Crianças Excepcionais de Nova Iguaçu - ACENI
Município: Fraiburgo/SC
CNPJ: 01.476.404/0005-42
Objeto: Repasse mensal temporário de R\$ 35.700,00 (trinta e cinco mil e setecentos reais) em complemento ao Incentivo da Política Hospitalar Catarinense para ações de combate e contenção do COVID-19 para enfrentamento da emergência em saúde pública. Decreto n. 506 de 12 de março de 2020. Lei n. 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.
Parágrafo primeiro - O valor do repasse não implicará em acréscimo no valor inicial do contrato.

Vigência: a partir da sua assinatura até fim da vigência do Decreto Estadual de estado de calamidade pública devido COVID-19.
Florianópolis, 24 de março de 2020
HELTON DE SOUZA ZEFERINO
Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 662273

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO NO SUS Nº.: 019/2020 - PSES 130326/2019 – EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº.: 2376/2019

Entidade: Congregação das Irmãs Franciscanas de São José - Hospital Bom Jesus
Município: Ituporanga/SC
CNPJ: 86.185.220/0006-67
Objeto: Repasse mensal temporário de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais) em complemento ao Incentivo da Política Hospitalar Catarinense para ações de combate e contenção do COVID-19 para enfrentamento da emergência em saúde pública. Decreto n. 506 de 12 de março de 2020. Lei n. 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.
Parágrafo primeiro - O valor do repasse não implicará em acréscimo no valor inicial do contrato.
Vigência: a partir da sua assinatura até fim da vigência do Decreto Estadual de estado de calamidade pública devido COVID-19.
Florianópolis, 24 de março de 2020
HELTON DE SOUZA ZEFERINO
Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 662276

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO NO SUS Nº.: 026/2020 - PSES 130267/2019 - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº.: 2376/2019

Entidade: Fundação Social Hospitalar de Içara – Hospital São Donato
Município: Içara/SC
CNPJ: 83.852.418/0001-54
Objeto: Acrescer os Recursos Financeiros do Contrato que a este deu causa com base em sua Cláusula Nona, considerando Portaria GM/MS nº 371 de 12 de março de 2020 que habilitou 10 (dez) leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Adulto Tipo II, com recurso no valor mensal de R\$ 116.488,53 (Cento e dezesseis mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e cinquenta e três centavos), com efeitos financeiros a partir da quarta parcela de 2020, totalizando aproximadamente 12,93% do valor mensal do contrato, em razão da readequação do Item 9.1, 9.4, 9.11 e 9.12.
Vigência: A partir da sua assinatura.
Florianópolis, 26 de março de 2020
HELTON DE SOUZA ZEFERINO
Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 662279

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO NO SUS Nº.: 026/2020 - PSES 130267/2019 - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº.: 2376/2019

Entidade: Fundação Social Hospitalar de Içara – Hospital São Donato
Município: Içara/SC
CNPJ: 83.852.418/0001-54
Objeto: Repasse mensal temporário de R\$ 45.500,00 (quarenta e cinco mil e quinhentos reais) em complemento ao Incentivo da Política Hospitalar Catarinense para ações de combate e contenção do COVID-19 para enfrentamento da emergência em saúde pública. Decreto n. 506 de 12 de março de 2020. Lei n. 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.
Parágrafo primeiro - O valor do repasse não implicará em acréscimo no valor inicial do contrato.
Vigência: A partir da sua assinatura até fim da vigência do Decreto Estadual de estado de calamidade pública devido COVID-19.
Florianópolis, 26 de março de 2020
HELTON DE SOUZA ZEFERINO
Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 662302

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO NO SUS Nº.: 023/2020 - PSES 130279/2019 - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº.: 2376/2019

Entidade: Sociedade Beneficente São Camilo – Hospital São Camilo
Município: Imbituba/SC
CNPJ: 60.975.737/0092-99
Objeto: Repasse mensal temporário de R\$ 37.800,00 (trinta e sete mil e oitocentos reais) em complemento ao Incentivo da Política Hospitalar Catarinense para ações de combate e contenção do COVID-19 para enfrentamento da emergência em saúde pública. Decreto n. 506 de 12 de março de 2020. Lei n. 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.
Parágrafo primeiro - O valor do repasse não implicará em acréscimo no valor inicial do contrato.
Vigência: A partir da sua assinatura até fim da vigência do Decreto Estadual de estado de calamidade pública devido COVID-19.
Florianópolis, 23 de março de 2020
HELTON DE SOUZA ZEFERINO
Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 662305

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: 2º Termo Aditivo – PSES 36301/20 - Acréscimo de 25% no quantitativo do item 9 - ATA nº 847/19 – PE 3685/18 – PSES 40957/18. Empresa: Asli Comercial Eireli. Valor Aditado: R\$ 5.248,50. CIG: 37859/20. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br

Cod. Mat.: 662307

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: 1º Termo Aditivo – PSES 36220/20 - Acréscimo de 25% no quantitativo do item 5 - ATA nº 1237/19 – PE 3684/18 – PSES 44100/18. Empresa: Cremer SA. Valor Aditado: R\$ 6.575,10. CIG: 37856/20. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br

Cod. Mat.: 662308

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: 2º Termo Aditivo – PSES 32215/20 - Acréscimo de 25% no quantitativo do item 15 - ATA nº 748/19 – PE 830/19 – PSES 13651/19. Empresa: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda. Valor Aditado: R\$ 703,80. CIG: 38039/20. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br

Cod. Mat.: 662310

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
2º TERMO ADITIVO – PSES 32279/20 Cancelamento do item 3 – ATA 1204/2019 – PE 1265/19 – PSES 43230/19. Empresa: Bruthan Comercial Ltda. CIG: 97034/19 – Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br

Cod. Mat.: 662315

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES torna público: 1º Termo Aditivo – PSES: 26309/20 – Troca de Modelo e RMS do item 8 – ATA 1296/2019 – PE 774/19 – PSES 11911/19. Empresa: Biomedical Produtos Científicos Médicos e Hospitalares SA. CIG: 112135/19. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br

Cod. Mat.: 662331

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: ATA 296/2020
PSES 117638/19 – PE 2929/19 – CIG: 37958/2020. Empresa: Biotronik Comercial Médica Ltda. Objeto: fornecimento de órteses, próteses e materiais especiais –HRHDS e ICSC. Valor total R\$ 2.205.000,00. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.

Cod. Mat.: 662339

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO NO SUS Nº.: 030/2020 - PSES 131439/2019 - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 2376/2019

Entidade: Associação da Redeh de Beneficência Cristã – Hospital e Maternidade Dona Lisette
Município: Taió/SC
CNPJ: 86.324.860/0001-04

Objeto: Repasse mensal temporário de R\$ 39.900,00 (trinta e nove mil e novecentos reais) em complemento ao Incentivo da Política Hospitalar Catarinense para ações de combate e contenção do COVID-19 para enfrentamento da emergência em saúde pública. Decreto n. 506 de 12 de março de 2020. Lei n. 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.

Parágrafo primeiro - O valor do repasse não implicará em acréscimo no valor inicial do contrato.

Vigência: A partir da sua assinatura até fim da vigência do Decreto Estadual de estado de calamidade pública devido COVID -19. Florianópolis, 25 de março de 2020

HELTON DE SOUZA ZEFERINO

Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 662340

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO SUS Nº 037/2020 - PSES 131445/2019 - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 2376/2019

Entidade: Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas de Timbó – Hospital Oase
Município: Timbó/SC
CNPJ: 86.377.553/0002-64

Objeto: Repasse mensal temporário de R\$ 193.500,00 (cento e noventa e três mil e quinhentos reais) em complemento ao Incentivo da Política Hospitalar Catarinense para ações de combate e contenção do COVID-19 para enfrentamento da emergência em saúde pública. Decreto n. 506 de 12 de março de 2020. Lei n. 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.

Parágrafo primeiro - O valor do repasse não implicará em acréscimo no valor inicial do contrato.

Vigência: A partir da sua assinatura até fim da vigência do Decreto Estadual de estado de calamidade pública devido COVID-19. Florianópolis, 25 de março de 2020

HELTON DE SOUZA ZEFERINO

Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 662344

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO SUS Nº 063/2020 - PSES 131447/2019 - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 2376/2019

Entidade: Fundação Médico Social Rural São Sebastião – Hospital São Sebastião

Município: Treze de Maio/SC

CNPJ: 83.249.714/0001-65

Objeto: Repasse mensal temporário de R\$ 39.200,00 (trinta e nove mil e duzentos reais) em complemento ao Incentivo da Política Hospitalar Catarinense para ações de combate e contenção do COVID-19 para enfrentamento da emergência em saúde pública. Decreto n. 506 de 12 de março de 2020. Lei n. 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.

Parágrafo primeiro - O valor do repasse não implicará em acréscimo no valor inicial do contrato.

Vigência: A partir da sua assinatura até fim da vigência do Decreto Estadual de estado de calamidade pública devido COVID-19.

Florianópolis, 25 de março de 2020

HELTON DE SOUZA ZEFERINO

Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 662352

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO SUS Nº 005/2020 - PSES 131449/2019 - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 2376/2019

Entidade: Hospital Trombudo Central

Município: Trombudo Central/SC

CNPJ: 86.404.597/0001-55

Objeto: Repasse mensal temporário de R\$ 19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais) em complemento ao Incentivo da Política Hospitalar Catarinense para ações de combate e contenção do COVID-19 para enfrentamento da emergência em saúde pública. Decreto n. 506 de 12 de março de 2020. Lei n. 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.

Parágrafo primeiro - O valor do repasse não implicará em acréscimo no valor inicial do contrato.

Vigência: A partir da sua assinatura até fim da vigência do Decreto Estadual de estado de calamidade pública devido COVID-19.

Florianópolis, 25 de março de 2020

HELTON DE SOUZA ZEFERINO

Secretário de Estado da Saúde.

Cod. Mat.: 662363

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO SUS Nº 009/2020 - PSES 131645/2019 - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 2376/2019

Entidade: Instituto de Ensino e Assistência Social – Hospital Salvadoriano Divino Salvador

Município: Videira/SC

CNPJ: 86.552.809/0003-03

Objeto: Repasse mensal temporário de R\$ 229.500,00 (duzentos e vinte e nove mil e quinhentos reais) em complemento ao Incentivo da Política Hospitalar Catarinense para ações de combate e contenção do COVID-19 para enfrentamento da emergência em saúde pública. Decreto n. 506 de 12 de março de 2020. Lei n. 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.

Parágrafo primeiro - O valor do repasse não implicará em acréscimo no valor inicial do contrato

Vigência: A partir da sua assinatura até fim da vigência do Decreto Estadual de estado de calamidade pública devido COVID-19.

Florianópolis, 25 de março de 2020

HELTON DE SOUZA ZEFERINO

Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 662364

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO NO SUS Nº.: 015/2020 - PSES 130651/2019 – EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº.: 2376/2019

Entidade: Associação de Caridade São Vicente de Paulo – Hospital São Vicente de Paulo

Município: Mafra/SC

CNPJ: 85.131.993/0001-93

Objeto: Repasse mensal temporário de R\$ 130.500,00 (cento e trinta mil e quinhentos reais) em complemento ao Incentivo da Política Hospitalar Catarinense para ações de combate e contenção do COVID-19 para enfrentamento da emergência em saúde pública. Decreto n. 506 de 12 de março de 2020. Lei n. 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.

Parágrafo primeiro - O valor do repasse não implicará em acréscimo no valor inicial do contrato.

Vigência: a partir da sua assinatura até fim da vigência do Decreto Estadual de estado de calamidade pública devido COVID-19.

Florianópolis, 25 de março de 2020

HELTON DE SOUZA ZEFERINO

Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 662367

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO NO SUS Nº.: 067/2020 - PSES 131369/2019 - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 2376/2019

Entidade: Hospital e Maternidade Santa Cecília

Município: Santa Cecília/SC

CNPJ: 85.997.872/0001-29

Objeto: Repasse mensal temporário de R\$ 39.900,00 (trinta e nove mil e novecentos reais) em complemento ao Incentivo da Política Hospitalar Catarinense para ações de combate e contenção do COVID-19 para enfrentamento da emergência em saúde pública. Decreto n. 506 de 12 de março de 2020. Lei n. 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.

Parágrafo primeiro - O valor do repasse não implicará em acréscimo no valor inicial do contrato.

Vigência: A partir da sua assinatura até fim da vigência do Decreto Estadual de estado de calamidade pública devido COVID-19.

Florianópolis, 25 de março de 2020

HELTON DE SOUZA ZEFERINO

Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 662369

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO NO SUS Nº.: 036/2020 - PSES 131394/2019 - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 2376/2019

Entidade: Associação Hospitalar Padre João Berthier

Município: São Carlos/SC

CNPJ: 86.108.263/0001-34

Objeto: Repasse mensal temporário de R\$ 17.400,00 (dezesete mil e quatrocentos reais) em complemento ao Incentivo da Política Hospitalar Catarinense para ações de combate e contenção do COVID-19 para enfrentamento da emergência em saúde pública. Decreto n. 506 de 12 de março de 2020. Lei n. 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.

Parágrafo primeiro - O valor do repasse não implicará em acréscimo no valor inicial do contrato.

Vigência: A partir da sua assinatura até fim da vigência do Decreto Estadual de estado de calamidade pública devido COVID-19.

Florianópolis, 25 de março de 2020

HELTON DE SOUZA ZEFERINO

Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 662372

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO NO SUS Nº.: 086/2020 - PSES 131420/2019 - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 2376/2019

Entidade: Fundação Hospitalar São Lourenço

Município: São Lourenço do Oeste/SC

CNPJ: 86.223.864/0001-98

Objeto: Repasse mensal temporário de R\$ 45.500,00 (quarenta e cinco mil e quinhentos reais) em complemento ao Incentivo da Política Hospitalar Catarinense para ações de combate e contenção do COVID-19 para enfrentamento da emergência em saúde pública. Decreto n. 506 de 12 de março de 2020. Lei n. 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.

Parágrafo primeiro - O valor do repasse não implicará em acréscimo no valor inicial do contrato.

Vigência: A partir da sua assinatura até fim da vigência do Decreto Estadual de estado de calamidade pública devido COVID-19.

Florianópolis, 25 de março de 2020

HELTON DE SOUZA ZEFERINO

Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 662374

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DO SERVIÇOS NO SUS Nº.: 004/2020 - PSES 131649/2019 - Edital de Chamada Pública nº. 2376/2019

Entidade: Associação Educacional e Caritativa – Hospital Regional São Paulo - ASSEC

Município: Xanxerê/SC

CNPJ: 89.428.734/0022-04

Objeto: Repasse mensal temporário de R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais) em complemento ao Incentivo da Política Hospitalar Catarinense para ações de combate e contenção do COVID-19 para enfrentamento da emergência em saúde pública. Decreto n. 506 de 12 de março de 2020. Lei n. 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.

Parágrafo primeiro - O valor do repasse não implicará em acréscimo no valor inicial do contrato.

Vigência: A partir da sua assinatura até fim da vigência do Decreto Estadual de estado de calamidade pública devido COVID-19.

Florianópolis, 24 de março de 2020

HELTON DE SOUZA ZEFERINO

Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 662377

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO SUS Nº 0013/2020 - PSES 131451/2019 - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 2376/2019

Entidade: associação Congregação de Santa Catarina – Hospital Nossa Senhora da Conceição

Município: Tubarão/SC

CNPJ: 60.922.168/0053-07

Objeto: Repasse mensal temporário de R\$ 760.000,00 (setecentos e sessenta mil reais) em complemento ao Incentivo da Política Hospitalar Catarinense para ações de combate e contenção do COVID-19 para enfrentamento da emergência em saúde pública. Decreto n. 506 de 12 de março de 2020. Lei n. 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.

Parágrafo primeiro - O valor do repasse não implicará em acréscimo no valor inicial do contrato.

Vigência: A partir da sua assinatura até fim da vigência do Decreto Estadual de estado de calamidade pública devido COVID-19.

Florianópolis, 24 de março de 2020

HELTON DE SOUZA ZEFERINO

Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 662385

Defensoria Pública

EXTRATO DE ADVERTÊNCIA EM DECISÃO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DPE 661/2019.

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA torna público: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: A Defensoria Pública-Geral, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo DPE 661/2019 (EDPE608190); no Ofício-GEPE-072/2019 (fls. 54-66) e em consonância com o artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, RESOLVE aplicar à TRIÂNGULO ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA., inscrita no CNPJ 80.727.977/0001-44, a penalidade de **ADVERTÊNCIA** pelo descumprimento das cláusulas constantes na planilha de ocorrência às fls. 25-26, do Contrato nº 301167/DPE/2016. Florianópolis, 16 de janeiro de 2020. João Joffily Coutinho, Defensor Público-Geral.

Cod. Mat.: 662387

Autarquias Estaduais

EXTRATO DO CONTRATO 03/2020 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2019 (SANTUR 077/2020) SEA 13219/2019. Partes: AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE SANTA CATARINA-SANTUR e TECPRINTERS TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de impressoras multifuncionais para impressão, cópia e digitalização corporativa, integradas a sistemas corporativos e à rede de Estado. Valor: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Vigência: 01 de abril de 2020 limitado a 48 (quarenta e oito) meses. Signatários: Leandro Ferrari Lobo e Ruy Otto Buss.

Cod. Mat.: 662203

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE Nº 12/2020 (Processo SANTUR 166/2020). Partes: Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina – SANTUR e TJ SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de jardinagem no Centro de Eventos Luiz Henrique da Silveira no valor de R\$ 1.283,00 (Um mil duzentos e oitenta e três reais). Vigência de 12 meses a contar da data da assinatura. Signatários: Leandro Ferrari Lobo e Julio César A. P. Bustos.

Cod. Mat.: 662205

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DE SANTA CATARINA – IMA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2020 CONTRATO Nº 002/219 DL Nº 002/2019 CONTRATANTE: INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE CONTRATADA: FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

CIENTÍFICO E CULTURAL - FUNDECC CNPJ 07.905.127/0001-07 **OBJETO:** Prorrogação de prazo por mais 6 (seis) meses **Nº CIG:** IMA 14720/2020
FLORIANÓPOLIS, 27 de março de 2020
VALDEZ RODRIGUES VENÂNCIO / PRESIDENTE
Cod. Mat.: 662285

Fundações Estaduais

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA-FCC
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 257/2015.

Contratante: FCC; **Contratada:** REFLEXO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA;

Objeto: prorrogar a vigência do contrato; **Data da Vigência:** de 31.03.2020 a 25.08.2020, ou até conclusão de novo processo licitatório, e **Data da assinatura:** 18/03/2019. CIG FCC 864/2020.

Ana Lúcia Coutinho

Presidente

Cod. Mat.: 662241

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC. LAUDA DE EXTRATO DO CONTRATO. **SEXTO TERMO ADITIVO. Contrato nº 372/2015/UDESC.** Referência: **PR 163/2015.** Partes: UDESC – Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina e a Empresa Elevtec Manutenção de Elevadores LTDA ME. **Objeto:** Contratação de empresa prestadora de serviço de manutenção preventiva e corretiva de elevadores para o CEO/UDESC. O prazo do presente contrato cuja vigência é até 31/03/2020, fica prorrogado por mais 03 (três) meses, passando a vigorar até 30/06/2020. **Assinado em:** 27 de março de 2020. Florianópolis, 30 de março de 2020. Marcus Tomasi – Reitor da UDESC.

Cod. Mat.: 662370

Economias Mistas

SCPAR PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL S.A.

Extrato de Contrato nº 0007/2020 de 24/03/2020. Contratante: SCPAR - Porto de São Francisco do Sul S.A. Contratada: RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA. **Objeto:** contratação para o fornecimento de forma parcelada de diesel comum para as máquinas carregadeiras do Terminal Graneleiro e Geradores de Emergência da SCPAR PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL S.A. **Valor Contratado:** R\$ 41.844,00 **Recursos Orçamentários:** Correrão à conta de recursos próprios da SCPAR PSFS. **Vigência** O presente Contrato representado por este **CONTRATO** terá vigência de **60 (sessenta) dias corridos**, com início a partir da data de sua assinatura, condicionado sua eficácia a publicação em extrato no Diário Oficial do Estado e em site eletrônico da **SCPAR PSFS**, na forma do art. 127 do Regulamento de Licitações e Contratos da **SCPAR PSFS**, sendo que seus efeitos operam a partir da assinatura dos respectivos instrumentos. **Fundamento Legal:** Dispensa de Licitação Nº 0007/2020. **Assinado em:** 24/03/2020, por **Diego Machado Enke e Sérgio Poliano Villarreal** p/ Contratante **Rolf Bayerl** p/ Contratada. **CPL-SCPAR-PSFS. SGPe: 244/2020.**

Cod. Mat.: 662173

SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A.

Extrato 2º Termo Aditivo ao Contrato 0021/2019 de 04/06/2019. Contratante: SCPAR PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL S.A. Contratada: POSTO AGRICOPEL LTDA. **Clausula Primeira:** O presente termo aditivo tem por objeto o acréscimo quantitativo prevista na Cláusula Décima, item 02, do contrato original, ob-

servada as disposições do §2º do art. 143 do Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR PSFS. **Cláusula Segunda:** O valor constante da Cláusula Quarta do contrato, fica acrescido em R\$ 12.902,50 (Doze mil novecentos e dois reais e cinquenta centavos), correspondendo aproximadamente a 25,00% (vinte e cinco por cento) do valor atual do contrato, conforme o 1º Termo Aditivo de 13/09/2019, estando de acordo com o art. 139, inciso II do Regulamento Interno de Licitação e Contratos da SCPAR - Porto de São Francisco do Sul S.A., e § 1º do art.81da Lei Federal 13.303/16. **Clausula Terceira:** As demais cláusulas e condições não modificadas por este instrumento permanecem íntegras e inalteradas. **Fundamento Legal:** Pregão Presencial nº 0023/2019 **Assinado em:** 17/03/2020 por seus diretores, **Diego Machado Enke** e **Adilson Schlickmann Sperfeld** p/ Contratante por seu representante legal **Gabriel Luiz Wulff**, p/ Contratada. **CPL/SCPAR-PSFS. SGPe: 693/2020.**

Cod. Mat.: 662175

EXTRATO DE ADITIVO nº 01031/18 - TA – 02 ORIGEM: lei 8.666/93 - Licitação Inexigível Nº. 69/2018 **CONTRATANTE:** Epagri - Tubarão (GR) **CONTRATADA:** Bortoluzzi e Martins Engenharia Ltda **CNPJ/CPF:** 11.155.679/0001-04 **OBJETO:** Serviços de Terceiros - Pj **VIGÊNCIA:** 01/01/2020 a 30/06/2020 **VALOR GLOBAL:** R\$ 25.000,00 **ITEM ORÇAMENTÁRIO:** 33903024, 33903026, 33903916, 33903017, 33903025; Ação 2117, 2171; Fonte 100, 228, 240, 628, 640 **MO-DALIDADE LICITAÇÃO:** 13 - Pregão Presencial **ASSINADO EM:** 01/01/2020, por Fabio Lucas Bortoluzzi, Repres. Legal, Gustavo Gimi Santos Claudino, Repres. Legal Epagri.

Cod. Mat.: 662191

CIASC - EXTRATO DO ADITIVO 002/2020 – CONTRATO 840/2018 – CIG 0699/2020 - CONTRATADA: KLDANN INFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ/MF 59.916.395/0001-10. **Origem:** CIASC 3666/2017. **Objeto do Contrato:** Contratação sob o regime de locação um equipamento para emulação de unidades de fitas IBM 3490 e 3590 em equipamento Storage OPEN. **Objeto do Aditivo:** De acordo com a Cláusula Oitava do contrato, as partes resolvem prorrogar o prazo de execução do contrato ora aditado por 12 (doze) meses, a partir de 23 de abril de 2020. Todas e demais cláusulas e condições permanecem inalteradas e são ora ratificadas. **Data:** Florianópolis, 27 de março de 2020. **Signatário:** João Mário Martins – Vice-presidente Administrativo e Financeiro do CIASC.

Cod. Mat.: 662239

CIASC - EXTRATO DO ADITIVO 005/2020 – CONTRATO 833/2018 – CIG 0658/2020 - CONTRATADA: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. CNPJ/MF 79.283.065/0001-41. **Origem:** CIASC 2454/2017. **Objeto do Contrato:** Prestação de serviços de recepção. **Objeto do Aditivo:** Cláusula Primeira - Reajuste: As partes resolvem, com fundamento na Cláusula Nona, item 9.1. reajustar o valor do contrato de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho 2020/2020, passando o valor atual para **R\$ 5.585,97** (cinco mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e noventa e sete centavos) mensais, retroativamente a partir de 01 de janeiro de 2020. Todas e demais cláusulas e condições do referido Contrato permanecem inalteradas e são ora ratificadas. **Data:** Florianópolis, 27 de março de 2020. **Signatário:** João Mário Martins – Vice-presidente Administrativo e Financeiro do CIASC.

Cod. Mat.: 662301

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CT. Nº 08/2014.

CONTRATANTE - Companhia de Habitação de Santa Catarina – COHAB/SC
CONTRATADA – Telefônica Brasil S.A. – CNPJ: 02.558.157/0013-04. **OBJETO:** O 3º Aditivo ao CT. Nº08/2014, tem como objeto prorrogar o prazo por mais 03 meses, de 01/01/2020 até 31/03/2020. **Fonte:** 0.640; **Subação:** 1546; **Elemento de despesa:** 33.90.39. **Valor estimado** do contrato: R\$ 9.000,00. **Fundamento Legal:** Lei 8.666/1993. Florianópolis, 01/01/2020. CIG COHAB 189/2020.

Cod. Mat.: 662388

Acesse o Diário Oficial Eletrônico: www.doe.sea.sc.gov.br

O Diário Oficial do Estado de SC é publicado pela Diretoria de Tecnologia e Inovação – Secretaria de Estado da Administração. Essa Diretoria não possui representantes comerciais terceirizados nem revendedores autorizados. Portanto, todos os contatos para publicações ou outros serviços pertinentes ao Diário Oficial devem ser feitos diretamente pelo site www.doe.sea.sc.gov.br.

Prefeituras Municipais**Balneário Camboriú****AVISO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2020 – PMBC
COMPASNET Nº 031/2020**

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de gases medicinais com os cilindros em comodato.

VALOR ESTIMADO: R\$ 376.954,40.

DATA DA SESSÃO ELETRÔNICA: 10 de abril de 2020. HORÁRIO: 09h30min.

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br. Código UASG: 988039.

Balneário Camboriú, 27 de março de 2020.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras

Cod. Mat.: 662355

Benedito Novo**MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC****AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2020

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico. **OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS VAN PARA TRANSPORTE DE PACIENTES. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** até às 9h do dia 10 de abril de 2020. **ABERTURA DAS PROPOSTAS E DISPUTA:** a partir das 9:01h do dia 10 de abril de 2020. **ENDEREÇO ELETRÔNICO:** www.comprasbr.com.br. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: www.beneditonovo.sc.gov.br e no e-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 27 de março de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

Cod. Mat.: 662154

Bom Retiro**Extrato Ata de Registro de Preços 58/2020**

Ata de Registro de Preços nº 58/2020 do Pregão Eletrônico nº 17/2020. Objeto: Aquisição de veículo novo, zero km, com no mínimo sete lugares, motor no mínimo 1.8, destinado ao Fundo Municipal de Saúde: Órgão Gerenciador: Município de Bom Retiro. Detentor da Ata: **Metronorte Comercial de Veículos Ltda.** CNPJ nº 05.035.532/0000-35; Vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de 26 de março de 2020. Preço total registrado: R\$ 88.290,00. Bom Retiro, 30 de março de 2020.

Everaldo Capistrano da Cunha

Prefeito

Cod. Mat.: 662161

Caçador

AVISO DE SUSPENSÃO – PROCESSO 036/2020 – CONCORRÊNCIA – 03/2020 - OBJETO: SELEÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO, EM REGIME DE CONCESSÃO, DO SERVIÇO DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR. O Município de Caçador/SC torna pública a Suspensão do Processo Licitatório Nº 036/2020 considerando o Decreto Municipal nº 8.630 de 18 de março de 2020 que declara a Situação de emergência no Município de Caçador/SC. Maiores informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações - editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 24 de março de 2020.

**SAULO SPEROTTO
PREFEITO MUNICIPAL**

Cod. Mat.: 661653

Iomerê

Tomada de Preços nº 05/2020. O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Tomada de Preços visando a Contratação de empresa para execução de pavimentação. A abertura das propostas se dará no dia 17/04/2020 às 08h30min na sede da Prefeitura Municipal. Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos no site: www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000. Iomerê, 27 de março de 2020. Luciano Paganini - Prefeito Municipal

Cod. Mat.: 662167

Itapiranga**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA**

Processo Licitatório nº 44/2020

Dispensa de Licitação nº 44/2020

Contratante: Município de Itapiranga.

Objeto: Contratação do serviço social da indústria - SESI, para prestação de serviços educacionais para alunos da rede municipal de ensino do Município de Itapiranga/SC, para ministrar o programa Robótica Kids (educação de contra turno).

Fundamentação Legal: Artigo 24, Inciso XIII, da Lei 8.666/93.

Contratada: Serviço Social da Indústria - SESI

Valor Global: R\$ 33.008,00

Itapiranga - SC, 27 de março de 2020.

Jorge Welter – Prefeito Municipal

Cod. Mat.: 662283

Joinville**AVISO DE ERRATA**

O Município de Joinville, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, torna público que está promovendo alterações no Edital do Pregão Eletrônico SRP nº. 063/2020, destinado a Aquisição de bens móveis e equipamentos médicos hospitalares e de enfermagem, a serem utilizados no Hospital Municipal São José de Joinville e na Secretaria da Saúde. Alterando a sua data de abertura para 13/04/2020. A errata encontra-se à disposição dos interessados nos sites www.joinville.sc.gov.br/editalpublico e www.comprasgovernamentais.gov.br - UASG 460027.

Joinville, 27 de março de 2020.

Jean Rodrigues da Silva - Secretário da Saúde.

Fabrcio da Rosa - Diretor Executivo.

Cod. Mat.: 662267

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Joinville, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joinville, torna público que, conforme a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, fará realizar o **Pregão Eletrônico SRP nº. 028/2020**, destinado a **Aquisição de Coffee Breaks para capacitação e eventos da Secretaria Municipal de Saúde de Joinville e do Hospital Municipal São José**, na Data/Horário: **14/04/2020 às 9h**, para abertura das propostas. O edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites www.joinville.sc.gov.br/editalpublico e www.comprasgovernamentais.gov.br - UASG 460027. Joinville/SC, 27 de março de 2020.

Jean Rodrigues da Silva - Secretário Municipal de Saúde.

Fabrcio da Rosa – Diretor Executivo.

Cod. Mat.: 662269

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

O Município de Joinville, através do Fundo Municipal de Saúde, leva ao conhecimento dos interessados que homologa o processo licitatório levado a efeito através do **Pregão Eletrônico nº 036/2020**, referente ao Registro de Preços, destinado à futura e eventual **aquisição de pacote pronto de indicador biológico, ampola de indicador biológico de terceira geração e infusor duas vias para o Hospital Municipal São José e para a Secretaria Municipal da Saúde**, bem como o julgamento efetuado pela Pregoeira e Equipe de Apoio e a adjudicação do objeto licitado às empresas vencedoras em seus respectivos itens e valor unitários, quais sejam: **IS 8 International Supplies Importação e Comércio de Produtos Hospitalares Ltda - Item 1, R\$ 48,00; Item 2, R\$ 25,00. De Pauli Comércio Representação Importação e Exportação Ltda - Item 3, R\$ 0,94.** Joinville/SC, 27 de março de 2020.

Jean Rodrigues da Silva, Secretário da Saúde.

Fabrcio da Rosa, Diretor Executivo.

Cod. Mat.: 662274

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Joinville, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joinville, torna público que, conforme a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, fará realizar o **Pregão Eletrônico SRP nº. 022/2020**, destinado a **Aquisição de móveis a serem utilizados nas unidades da Secretaria Municipal de Saúde**, na Data/Horário: 14/04/2020 às 9h, para abertura das propostas. O edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites www.joinville.sc.gov.br/editalpublico e www.comprasgovernamentais.gov.br - UASG 460027.

Joinville/SC, 27 de março de 2020.

Jean Rodrigues da Silva - Secretário Municipal de Saúde.

Fabrcio da Rosa – Diretor Executivo.

Cod. Mat.: 662303

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Joinville, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joinville, torna público que, conforme a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, fará realizar o **Pregão Eletrônico SRP nº. 026/2020**, destinado a **Aquisição de Curativos especiais para a Secretaria Municipal de Saúde e Hospital Municipal São José**, na Data/Horário: **14/04/2020 às 9h**, para abertura das propostas. O edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites www.joinville.sc.gov.br/editalpublico e www.comprasgovernamentais.gov.br - UASG 460027.

Joinville/SC, 26 de março de 2020.

Jean Rodrigues da Silva - Secretário Municipal de Saúde.

Fabrcio da Rosa – Diretor Executivo.

Cod. Mat.: 662322

Palhoça**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA****RESULTADO**

TOMADA DE PREÇO Nº 035/2020

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado da Tomada de Preço 035-2020 que consiste na **Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para execução de construção de Arena Esportiva e Espaço Público, localizada na Rua Videira, 1391, Barra do Aririú - Palhoça - SC neste Município incluindo mão de obra e fornecimento de todos os materiais necessários**, de acordo com as especificações contidas nos anexos.

Resultado	Empresa	Proposta
1º	Rodrigues e Rodrigues Ltda Me	R\$ 263.024,76

Palhoça, 27 de março de 2020.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

Cod. Mat.: 662286

Papanduva**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA****ESTADO DE SANTA CATARINA.****EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2020 E CONTRATO Nº 022/2020**

Objeto: EXTRATO de Contrato nº 022/2020 e **DISPENSA DE LICITAÇÃO Emergencial Nº 019/2020.** Contratante: Secretaria Municipal de Saúde. Contratada: MCA COMERCIAL LTDA. Objeto: Monitor Multiparamétrico-12. Valor: **R\$: 34.800 (trinta e quatro mil e oitocentos reais).** Papanduva, 26 de março de 2020. **Luiz Henrique- Prefeito municipal.**

Cod. Mat.: 662245

Pomerode**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE POMERODE****SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS****PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 025 / 2020****TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 001 / 2020**

COMUNICADO DE SUSPENSÃO

O MUNICÍPIO DE POMERODE, ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, torna público para conhecimento dos interessados na Licitação por TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 001 / 2020, cujo objeto é a “CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO COM BLOCOS DE CONCRETO INTERTRAVADO NO PÁTIO DA CIRCUNSCRIÇÃO DE TRÂNSITO - CITRAN DE POMERODE, ANEXO AO PRÉDIO DA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL, LOCALIZADO NA RUA DOS ATIRADORES, N.º 344 - CENTRO, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO”, que o mesmo encontra-se **SUSPENSO** tendo em vista os recentes desdobramentos da pandemia de COVID-19 (coronavírus) no Brasil e no mundo, como medida preventiva emergencial. A medida vai ao encontro do Decreto Municipal n.º 3.812, de 18 de Março de 2020, Decreto Municipal n.º 3.820, de 24 de Março de 2020 e do Decreto Estadual n.º 525, de 23 de Março de 2020, que tratam das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia do coronavírus (COVID 19) e visa a proteger a saúde de todos os profissionais envolvidos. Ressaltamos que a nova data para recebimento e análise dos documentos de “Habilitação” e “Proposta de Preços” será formalizada posteriormente e conforme determinação legal, republicado nos mesmos jornais de origem.

Pomerode / SC, 27 de Março de 2020.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

Cod. Mat.: 662325

Porto União

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 059/2020 – Registro de Preços
Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 014/2020.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo Eletrônico, para a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO, somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site “www.portaldecompraspublicas.com.br” até às 08h00min do dia 13 de abril de 2020, com início da mesma às 08h30min no mesmo site e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União “www.portouniao.sc.gov.br” e no site “www.portaldecompraspublicas.com.br”. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.
Porto União - SC, 27 de março de 2020.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

Cod. Mat.: 662248

Rio do Campo

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2020
Processo Licitatório nº 05/2020

Objeto: "Construção de Centro de Eventos no município de Rio do Campo/SC". Homologa e Adjudica em favor da empresa A.R.G. INDUSTRIAL LTDA o valor total de R\$ 359.461,61 (trezentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e um reais e sessenta e um centavos). Rio do Campo, 25 de março de 2020. Alexandre Losi – Prefeito Municipal em Exercício

Cod. Mat.: 662284

Contrato Nº : 18/2020
Contratante : MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO
Contratada : ARG INDUSTRIAL LTDA EPP
Licitação : Tomada de Preços nº 01/2020
Objeto : CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE EVENTOS NO MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO/SC
Vigência : Início: 27/03/2020 Término: 31/12/2020
Assinatura : 27/03/2020
Valor R\$: 359.461,61 (Trezentos e Cinquenta e Nove Mil, Quatrocentos e Sessenta e Um Reais e Sessenta e Um Centavos)
Cod. Mat.: 662365

Santa Cecília

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA CECÍLIA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N° 44/2020
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA
Contratada: ENGEGRAU CONSTRUÇOES LTDA
Valor: 288.983,27
Vigência: Início: 10/03/2020
Licitação: 1/2020

Objeto da Contratação: A contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para reforma do Ginásio do Centro de Educação Integrado Cancianila Arbegaus – CIDEM e construção de quadras de esportes nas escolas de campo Tereza Estoqueiro Viapiana e Sebastião Ribeiro, através do convênio nº2019TR1439 entre o Estado de Santa Catarina e o município de Santa Cecília, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos.

Santa Cecília, 10 de Março de 2020

Alessandra Aparecida Garcia
Prefeito(a) Municipal

Cod. Mat.: 662304

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA CECÍLIA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N° 45/2020
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA
Contratada: ENGEGRAU CONSTRUÇOES LTDA
Valor: 106.908,19
Vigência: Início: 10/03/2020 Término: 30/06/2020
Licitação: 2/2020

Objeto da Contratação: A contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a ampliação no grupo Escolar José Ribeiro Thomaz, contemplando a construção de um banheiro, uma sala de professores e uma biblioteca, através do convênio nº2019TR1473 entre o Estado de Santa Catarina e o município de Santa Cecília, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos.

Santa Cecília, 10 de Março de 2020

Alessandra Aparecida Garcia
Prefeito(a) Municipal

Cod. Mat.: 662306

Siderópolis

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS 25/2020
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PMS Nº. 05/2020
REPUBLICAÇÃO APÓS SUSPENSÃO

1. **Objeto:** Contratação de empresa especializada na fabricação e colocação de placas de sinalização indicativa vertical turística no Município de Siderópolis de acordo com o Projeto Básico, com recursos do FINISA
2. **Fundamentação Legal:** Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.
3. **Data da sessão pública:** 09/04/2020 às 09h00min
4. **Local:** Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis (Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, Siderópolis).
5. **Obtenção do Edital:** O edital na íntegra e demais disposições referente a este pregão, estarão disponíveis no site do Município: www.sideropolis.sc.gov.br
6. **Maiores informações:** e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br; telefone: (48) 3435-8900.
Siderópolis, 30 de março de 2020.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Cod. Mat.: 662327

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS 27/2020
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PMS Nº. 06/20120
REPUBLICAÇÃO APÓS SUSPENSÃO

1. **Objeto:** Aquisição de mobílias para a Rede Municipal de Ensino.
2. **Fundamentação Legal:** Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.
3. **Data da sessão pública:** 09/04/2020 às 14h00 min
4. **Local:** Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis (Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, Siderópolis).
5. **Obtenção do Edital:** O edital na íntegra e demais disposições referente a este pregão, estarão disponíveis no site do Município: www.sideropolis.sc.gov.br
6. **Informações:** e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br; telefone: (48) 3435-8900.
Siderópolis, 30 de março de 2020.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Cod. Mat.: 662328

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS 28/2020
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PMS Nº. 07/20120
REPUBLICAÇÃO APÓS SUSPENSÃO

1. **Objeto:** Aquisição Materiais Permanentes (computadores) e parques infantis para a rede Municipal de ensino..
2. **Fundamentação Legal:** Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.
3. **Data da sessão pública:** 09/04/2020 às 16h00 min
4. **Local:** Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis (Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, Siderópolis).
5. **Obtenção do Edital:** O edital na íntegra e demais disposições referente a este pregão, estarão disponíveis no site do Município: www.sideropolis.sc.gov.br
6. **Informações:** e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br; telefone: (48) 3435-8900.
Siderópolis, 30 de março de 2020.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Cod. Mat.: 662329

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS 34/2020
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PMS Nº. 08/20120

1. **Objeto:** Aquisição de Patrulha Agrícola Mecanizada para o Município de Siderópolis, em conformidade com o Convênio /MAPA nº 892395/2019, Proposta nº 33798/2019.
2. **Fundamentação Legal:** Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.
3. **Data da sessão pública:** 13/04/2020 às 14h00 min
4. **Local:** Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis (Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, Siderópolis).
5. **Obtenção do Edital:** O edital na íntegra e demais disposições referente a este pregão, estarão disponíveis no site do Município: www.sideropolis.sc.gov.br
6. **Informações:** e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br; telefone: (48) 3435-8900.
Siderópolis, 27 de março de 2020.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Cod. Mat.: 662330

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS 36/2020
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PMS Nº. 09/20120

1. **Objeto:** Registro de Preços para fornecimento parcelado de artefatos de cimento, com recursos provenientes do FINISA.
2. **Fundamentação Legal:** Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.
3. **Data da sessão pública:** 13/04/2020 às 16h00 min
4. **Local:** Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis (Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, Siderópolis).
5. **Obtenção do Edital:** O edital na íntegra e demais disposições referente a este pregão, estarão disponíveis no site do Município: www.sideropolis.sc.gov.br
6. **Informações:** e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br; telefone: (48) 3435-8900.
Siderópolis, 30 de março de 2020.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Cod. Mat.: 662332

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS 26/2020
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS PMS Nº. 02/2020
REPUBLICAÇÃO APÓS SUSPENSÃO

1. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia remanescentes da construção de Unidade Escolar com 06 salas de aula - Projeto Padrão FNDE, conforme Termo de Compromisso PAR nº 19843/2013 entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e o Município de Siderópolis.
2. Fundamentação Legal: Lei nº 8.666/93.
3. Data da sessão pública: 14/04/2020 às 09h00min
4. Local: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis (Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, Siderópolis).
5. Obtenção do Edital: O edital na íntegra e demais disposições referente a este pregão, estarão disponíveis no site do Município: www.sideropolis.sc.gov.br
6. Maiores informações: e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br; telefone: (48) 3435-8900. Siderópolis, 30 de março de 2020.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Cod. Mat.: 662333

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS
PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS nº 29/2020
TOMADA DE PREÇOS PMS nº. 03/2020
AVISO DE LICITAÇÃO
REPUBLICAÇÃO APÓS SUSPENSÃO

1. Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica e drenagem da rua Devino Comin no bairro São Martinho Alto no município de Siderópolis/SC, de acordo com as especificações constante no Projeto Básico/Executivo, referente a Emenda Impositiva Estadual/2020 nº 444 com contrapartida do Município de Siderópolis.
2. Fundamentação Legal: Lei nº 8.666/93.
3. Data da sessão pública: 14/04/2020 às 10h30 min
4. Local: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis (Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, Siderópolis/SC).
5. Obtenção do Edital: O edital, projeto básico, cronograma e demais disposições referente à Tomada de Preços acima epigrafada encontram-se disponíveis, na íntegra, no site do Município: www.sideropolis.sc.gov.br.
6. Informações: e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br; telefone: (48) 3435-8900. Departamento de Licitações. Presidente da Comissão: Fabíola Cardoso Comin. Siderópolis, 30 de março de 2020.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Cod. Mat.: 662334

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS
PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS nº 32/2020
TOMADA DE PREÇOS PMS nº. 04/2020
AVISO DE LICITAÇÃO
REPUBLICAÇÃO APÓS SUSPENSÃO

1. Objeto: Contratação de empresa especializada para construção de uma ponte de concreto armado, com 11,50m de comprimento e 9,10m de largura, na Rodovia SID 159, próximo à Cachoeira do Bianchini no Município de Siderópolis/SC.
2. Fundamentação Legal: Lei nº 8.666/93.
3. Data da sessão pública: 14/04/2020 às 14h00 min
4. Local: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis (Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, Siderópolis/SC).
5. Obtenção do Edital: O edital, projeto básico, cronograma e demais disposições referente à Tomada de Preços acima epigrafada encontram-se disponíveis, na íntegra, no site do Município: www.sideropolis.sc.gov.br.
6. Informações: e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br; telefone: (48) 3435-8900. Departamento de Licitações. Presidente da Comissão: Fabíola Cardoso Comin. Siderópolis, 30 de março de 2020.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Cod. Mat.: 662335

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS
PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS nº 35/2020
TOMADA DE PREÇOS PMS nº. 05/2020
AVISO DE LICITAÇÃO

1. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de pavimentação com bloco sextavado (lajota), nas Ruas: Bom Jesus, Rua 3130, Rua 3146, Rua 3146, Rua Adília

F. de Oliveira Damasio; Rua 04, Rua 13, Rua Joao Pescador, Rua 3181, Rua 12, Rua José Antônio Domingos, no Município de Siderópolis/SC, conforme disposições contidas no Projeto Básico com recursos provenientes do FINISA

2. Fundamentação Legal: Lei nº 8.666/93.
3. Data da sessão pública: 14/04/2020 às 16h00 min
4. Local: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis (Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, Siderópolis/SC).
5. Obtenção do Edital: O edital, projeto básico, cronograma e demais disposições referente à Tomada de Preços acima epigrafada encontram-se disponíveis, na íntegra, no site do Município: www.sideropolis.sc.gov.br.
6. Informações: e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br; telefone: (48) 3435-8900. Departamento de Licitações. Presidente da Comissão: Fabíola Cardoso Comin. Siderópolis, 30 de março de 2020.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Cod. Mat.: 662337

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO DE LICITAÇÃO FMS 14/2020
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº. 05/2020
AVISO DE LICITAÇÃO
REPUBLICAÇÃO APÓS SUSPENSÃO

1. Objeto: Registro de Preços para o fornecimento parcelado de MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, visando a manutenção das Unidades de Saúde do município de Siderópolis, durante o exercício de 2020.
2. Fundamentação Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.
3. Data da sessão pública: 15/04/2020 às 14h00 min
4. Local: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis (Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, Siderópolis).
5. Obtenção do Edital: O edital na íntegra e demais disposições referente a este pregão, estarão disponíveis no site do Município: www.sideropolis.sc.gov.br
6. Informações: e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br; telefone: (48) 3435-8900. Siderópolis, 30 de março de 2020.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Cod. Mat.: 662338

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS 13/2020
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS PMS Nº. 01/2020
REPUBLICAÇÃO APÓS SUSPENSÃO

1. Objeto: Contratação de empresa especializada para a construção da UBS - Unidade Básica de Saúde no centro do município (remanescente de obra) - projeto padronizado - padrão 1 - Ministério da Saúde, referente à proposta nº 11270545000114003 do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC do Ministério da Saúde, com contrapartida do Município de Siderópolis.
2. Fundamentação Legal: Lei nº 8.666/93.
3. Data da sessão pública: 16/04/2020 às 14h00min
4. Local: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis (Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, Siderópolis).
5. Obtenção do Edital: O edital na íntegra e demais disposições referente a este pregão, estarão disponíveis no site do Município: www.sideropolis.sc.gov.br
6. Maiores informações: e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br; telefone: (48) 3435-8900. Siderópolis, 30 de março de 2020.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Cod. Mat.: 662349

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO DE LICITAÇÃO FMS 19/2020
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº. 06/2020
AVISO DE LICITAÇÃO

1. Objeto: Aquisição de 02 (dois) veículos "O km" para TFD.
2. Fundamentação Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.
3. Data da sessão pública: 16/04/2020 às 09h00 min
4. Local: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis (Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, Siderópolis).
5. Obtenção do Edital: O edital na íntegra e demais disposições

referente a este pregão, estarão disponíveis no site do Município: www.sideropolis.sc.gov.br
6. Informações: e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br; telefone: (48) 3435-8900. Siderópolis, 30 de março de 2020.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Cod. Mat.: 662351

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS 37/2020
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PMS Nº. 10/2020

1. Objeto: Registro de Preços para eventual prestação de serviços de transporte coletivo intermunicipal de passageiros, através da disponibilização de 2 (dois) veículos reservas com motorista (ônibus e micro-ônibus).
2. Fundamentação Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.
3. Data da sessão pública: 15/04/2020 às 09h00 min
4. Local: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis (Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, Siderópolis).
5. Obtenção do Edital: O edital na íntegra e demais disposições referente a este pregão, estarão disponíveis no site do Município: www.sideropolis.sc.gov.br
6. Maiores informações: e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br; telefone: (48) 3435-8900. Siderópolis, 30 de março de 2020.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Cod. Mat.: 662353

Taió

Tomada de Preço nº 039/2020. Processo Administrativo nº. 039/2020, licitação para contratação de empresa especializada para prestar serviços de coleta seletiva, fornecimento de mão de obra, triagem dos resíduos sólidos domiciliares, compostagem dos resíduos orgânicos, oriundos da coleta de resíduos sólidos domiciliares na modalidade convencional e seletiva e demais serviços. Ficando para o entrega das propostas e documentação o dia 17/04/2020 às 10h e abertura no mesmo dia às 10:15h, no endereço acima. Inf.: e-mail empenhos@taio.sc.gov.br, (47) 3562-8315 com Carlos. Edital: taio.atende.net Taió, 27/03/2020. Almir Reni Guski - Prefeito

Cod. Mat.: 662263

Timbó

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 23/2020 PMT
OBJETO: contratação de empresa especializada para realização de serviços para a reforma e adequação das instalações da Central de Atendimento ao Cidadão, compreendendo material e mão de obra, de acordo com as peças gráficas, memorial descritivo e cronograma físico financeiro. **ENTREGA DOS ENVELOPES:** contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 14h30min do dia 15 de abril de 2020. **ABERTURA:** dia 15 de abril de 2020 às 14h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br, ou através do e-mail licitacoes@timbo.sc.gov.br, e telefone (47) 3380-7000, ramal 7035. Timbó, 27 de março de 2020
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

Cod. Mat.: 662362

Tunápolis

PROCESSO Nº 100/2020
TOMADA DE PREÇO 04/2020

O Município de Tunápolis, torna público para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Tomada de Preço tem por objeto a Construção Capela Mortuária Municipal, conforme projetos, memorial descritivo e orçamento, parte integrante do Edital.

Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até as **9 horas do dia 16 de abril de 2020**.
Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

TUNÁPOLIS, SC., 27/03/2020
RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

Cod. Mat.: 662356

Xaxim

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº 0037/2020

Edital: Dispensa de Licitação para Compras e Serviços nº 0015/2020
Fundamento: art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93

Objeto: Dispensa de licitação para aquisição de 30 kit com 10 Testes Rápido para detecção do vírus Covid-19 para o Município de Xaxim, conforme Lei Federal 13.797/2020 e Decreto de Situação de Emergência e Municipal nº 223 de 17 de Março de 2020.
Fornecedor: Biomarchesini – Produtos Científicos Ltda - EPP.
Valor: R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais).

Dotações: 33.90.30.35.00.00.00 (29/2020).

Xaxim/SC, 27 de março de 2020. **Lirio Dagort.** Prefeito Municipal
Cod. Mat.: 662312

Câmaras Municipais

Abelardo Luz

AVISO DE ADIAMENTO DA ABERTURA DA LICITAÇÃO 0001/2020

A CÂMARA DE VEREADORES DE ABELARDO LUZ, ESTADO DE SANTA CATARINA, TORNA PÚBLICO QUE DEVIDO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA DECRETADA PELO GOVERNADOR DO ESTADO (DECRETO 515/2020), CONVERTIDO PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO EM "CALMIDADE PÚBLICA", ATRAVÉS DO DECRETO LEGISLATIVO N. 1.4/2020, FICA ADIADA A DATA DA ABERTURA DOS ENVELOPES DO PROCESSO LICITATÓRIO MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL N. 0001/2020, PARA O DIA 15 DE ABRIL DE 2020. A LICITAÇÃO VISA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA A SEREM PRESTADOS NA PINTURA DO PRÉDIO DA CÂMARA DE VEREADORES DE ABELARDO LUZ E EXECUÇÃO DE PEQUENOS AJUSTES DE ENGENHARIA NA ADAPTAÇÃO DE PARTE DA GARAGEM EM ALMOXARIFADO. PERMNECEM INALTERADAS AS DEMAIS CONDIÇÕES PREVIAMENTE ESTABELECIDAS, FICANDO TÃO SOMENTE OS PRAZOS LEGAIS E DATA DE ABERTURA ALTERADOS.

ABELARDO LUZ – 26 DE MARÇO DE 2020
QUEILA CRISTINA BARETTA – PRESIDENTE.

Cod. Mat.: 662158

Publicações Diversas

CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL

LAO Nº 6813/2016

Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda., torna público que recebeu do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (IMA) em 01/09/2016, a Licença Ambiental de Operação, válida por 48 meses para tratamento e ou disposição de resíduos sólidos urbanos em aterros sanitários, localizada na Rua João Tomaz Pinto, s/nº, Bairro Canhanduba, Itajaí-SC.

Cod. Mat.: 661938

CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL

LAI Nº 1240/2020

Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento, torna público que recebeu do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (IMA), a Licença Ambiental de Instalação (LAI), válida por 36 meses para disposição final de rejeitos urbanos em aterros sanitários, localizada em Rua João Thomaz Pinto, s/n, Canhanduba, Itajaí-SC.

Cod. Mat.: 661812

FS 805 PROPERTIES S/A - CNPJ: 28.367.215/0001-64					
Balancos patrimoniais			Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios		
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em Reais)			findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)		
Ativo	N.E	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	211.725	87.606	347.547	(212.847)
Contas a receber de clientes	4	12.908	7.517	-	192.146
Outros ativos circulantes	5	15.508	269	347.547	(20.701)
		240.142	95.392		
Não circulante					
Propriedade para Investimento	6	20.900.000	-	(12.908)	(7.517)
Imobilizado	7	2.201	20.900.000	-	(269)
		20.902.201	20.900.000		
Total do ativo		21.142.344	20.803.246		
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	8	2.547	936	(12.908)	9.363
Obrigações tributárias	9	25.862	4.128	-	-
Adiantamento de clientes	10	52.183	6.960	-	-
Outras Obrigações	11	12	5.625	-	-
		80.603	17.649		
Não circulante					
Patrimônio líquido					
Capital social	12	21.000.000	21.000.000	-	20.998.945
Reserva Legal	13	17.377	-	-	-
Lucros/Prejuízos acumulados		44.363	(214.403)	-	-
		21.061.740	20.785.597		
Total do passivo e do patr. líq.		21.142.344	20.803.246		
Demonstrações de resultados - Exercícios					
findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)					
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita líquida de vendas		711.436	90.258	347.547	212.847
(=) Lucro bruto		711.436	90.258		
(+/-) Despesas/receitas operacionais					
Despesas gerais e administrativas		(273.619)	(297.506)	347.547	212.847
Despesas tributárias		(22.903)	(4.148)	-	-
Receitas Financeiras		2.007	-	347.547	212.847
Despesas financeiras		(8.202)	(1.451)	-	-
(=) Lucro antes das prov. tributárias		408.720	(212.847)		
Imposto de renda e contribuição social		(61.172)	-	347.547	212.847
(=) Lucro líquido do exercício		347.547	(212.847)	347.547	212.847
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em 31 de dezembro de 2019 e 2018					
		Capital social integralizado	Capital social a integralizar	Lucros/prejuízos acumulados	Reserva Legal
Saldos em 31 de dezembro de 2017		100.000	(98.945)	(1.555)	-
Lucro/Prejuízo do exercício		-	-	(212.847)	-
Aumento de Capital		20.900.000	-	-	20.900.000
Capital integralizado		-	98.945	-	98.945
Saldos em 31 de dezembro de 2018		21.000.000	-	(214.403)	-
Lucro/Prejuízo do exercício		-	-	347.547	-
Lucro Distribuído		-	-	(263.550)	-
Reserva Legal		-	-	-	17.377
Ajuste Lucros/Prejuízos		-	-	174.769	174.769
Saldos em 31 de dezembro de 2019		21.000.000	-	44.363	17.377
					21.061.740

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS:

I. CONTEXTO OPERACIONAL - NOTA 01: A empresa FS 805 PROPERTIES S/A de capital limitado fundada em 04/08/2017 site na Rua FELIPE SCHMIDT, 835, LOJA 01, Centro, Florianópolis, SC, tem por objeto social Compra e venda de imóveis próprios, estacionamento de veículos, aluguel de imóveis próprios e guarda móveis. **II. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES - NOTA 02:** A empresa elaborou e está apresentando em reais (R\$) as suas Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em conformidade com a ITG 1000, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações estão sendo divulgadas de forma comparativa às do exercício anterior. **III. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS - Nota 03:** Caixa e equivalente de caixa: Incluem caixa, depósitos bancários a vista e aplicações financeiras realizáveis na data da aplicação ou considerados de liquidez imediata, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos e rendimentos auferidos até a data do balanço. **Nota 4:** A conta cliente está reconhecida pelo valor original das vendas e serviços prestados. **Nota 05:** A conta Outros Ativos representa valores de IPTU a receber dos clientes no ano de 2020, refere aos pagamentos antecipados. **Nota 06:** Propriedade de Investimentos são os bens, Lojas e estacionamentos, reclassificados do grupo imobilizado em 2019. **Nota 07:** O Imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, incluindo os gastos para colocá-lo em condições de uso no processo operacional. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica do bem. **Nota 08:** Fornecedores – compreende valores a pagar a fornecedores nacionais, registrados pelo custo original. **Nota 09:** As obrigações tributárias são compostas pelas contas de impostos a Recolher, Pis, Cofins e ainda as contribuições retidas. Estão contabilizadas pelo valor original, de acordo com a apuração nos Livros Fiscais. **Nota 10:** A conta Adiantamento de Clientes se refere a recebimento antecipado de clientes, cujo faturamento será efetuado no próximo exercício. **Nota 11:** A conta valores referem-se a caução de clientes em garantia de aluguéis. **Nota 12:** O Capital social é representado por cotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. Em Trinta e Um de Dezembro de 2017 o capital social que era de R\$ 100.000,00, passou a ser de R\$ 21.000.000,00 em 2018, mediante um aumento por meio de imóveis totalmente integralizados. **Nota 13:** Passivos circulante e exigível a longo prazo são registrados pelo grau de exigibilidade, demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas até a data do balanço. **Nota 14:** Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício corrente são tributados com base no lucro presumido trimestral. As declarações de impostos no Brasil estão sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais por um período de cinco anos da data da declaração. **Nota 15:** As receitas e despesas financeiras são representadas principalmente por rendimentos sobre aplicações financeiras, encargos financeiros sobre empréstimos, bem como variações cambiais sobre ativos e passivos, expressos em moeda diferentes da moeda nacional, registrados contabilmente pelo regime de competência. **Nota 16:** As receitas e despesas decorrentes e suas atividades estão sendo reconhecidas pelo Regime de Competência. As contas patrimoniais estão demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos financeiros pactuados. **Nota 17:** Outros Ativos e Passivos Circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. **Nota 18:** Em virtude da transferência dos bens do imobilizado para Propriedade de Investimentos a depreciação do ano de 2018, foi revertida no grupo de Lucros e Prejuízos acumulados no valor de R\$ 192.145,75.

Cod. Mat.: 662379

-★ continuação

	Capital social				Ações em Reser-va legal		Reser-vas de lucros		Lucros acumulados		Patrimônio líquido atribuído aos controladores		Patrimônio líquido atribuído aos não controladores		Patrimônio líquido	
	Nota	78.745	1.762	(212)	2.544	27.471	-	-	-	110.522	87.866	198.388	-	(212)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2017		78.745	1.762	(212)	2.544	27.471	-	-	-	110.522	87.866	198.388	-	(212)	-	
Ações próprias adquiridas		-	-	(212)	-	-	-	-	-	(212)	-	-	-	(212)	-	
Distribuição de lucro de exercícios anteriores		-	-	-	-	(4.550)	-	-	(4.550)	-	-	(4.550)	-	(4.550)	-	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	53.033	-	53.033	10.895	63.928	-	-	-	-	
Dividendos e juros sobre capital próprio (nota 24)		-	-	-	-	(15.910)	-	-	(15.910)	(9.261)	(25.171)	-	-	-	-	
Constituição de reservas		-	-	-	2.651	34.472	(37.123)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2018		78.745	1.762	(212)	5.195	57.393	-	-	142.883	89.500	232.383	-	-	-	-	
Distribuição de lucro de exercícios anteriores		-	-	-	-	(10.063)	-	-	(10.063)	(8.355)	(18.418)	-	-	-	-	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	41.980	-	41.980	13.869	55.849	-	-	-	-	
Dividendos e juros sobre capital próprio (nota 25)		-	-	-	-	(1.329)	(28.511)	-	(29.840)	(11.013)	(40.853)	-	-	-	-	
Constituição de reservas		-	-	-	2.099	11.370	(13.469)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras transações de capital com acionistas (nota 25)		-	-	-	-	(1.522)	-	-	(1.522)	(755)	(2.277)	-	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2019		78.745	1.762	(212)	7.294	55.849	-	-	143.438	83.246	226.684	-	-	-	-	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Multilog S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Rodovia Antônio Heil, 4999, em Itajaí, Santa Catarina. As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como Grupo). O Grupo está envolvido primariamente com a prestação de serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias, em armazéns gerais e recintos alfandegados, no transporte rodoviário e importação e industrialização de peças para veículos. Durante o exercício de 2018, a Companhia adquiriu controle da Elog S.A. (antiga razão social da Multilog Brasil S.A.), empresa do mesmo segmento, ampliando a atuação da Companhia para o estado de São Paulo, conforme descrito na Nota 3. Nos dias 10 e 11 de março de 2019, a cidade de São Paulo foi severamente acometida por uma enchente, especialmente a Avenida Presidente Wilson, onde está localizado o CLIA Mooça. A enchente inundou o local, causando prejuízos em mercadorias que lá estavam armazenadas. Decorrente deste evento, a Companhia incorreu em despesas de R\$ 27.881 em 2019, sendo R\$ 19.130 registrado como outras receitas e despesas e R\$ 8.751 como provisão para contingências (nota 24). **2. Relação de entidades controladas:** As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Multilog S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, apresentadas a seguir:

Razão social	% participação		
	Relação	2019	2018
Multilog Armazéns Gerais e Logística S.A.	Direta	99,87%	99,60%
Primeinvest Empreendimentos Imobiliários S.A.	Direta	48,56%	48,35%
Multiprime Indústria e Comércio de Peças para Veículos S.A.	Direta/Indireta	100,00%	100,00%
Multilog Transportes Ltda.	Direta	99,98%	99,80%
Multilog Sul Armazéns Gerais Ltda.	Direta	99,98%	100,00%
Multilog Maringá Armazéns Gerais Ltda.	Direta	99,98%	100,00%
Multilog Brasil S.A. (atual razão social da Elog S.A.)	Direta	99,98%	100,00%

A Companhia inclui em sua consolidação todas as sociedades controladas nas quais a controladora, direta ou através do acordo de acionistas, detém o poder sobre as decisões críticas à condução dos negócios, está exposta aos direitos e retornos do investimento, e possui a capacidade de exercer o seu poder sobre a investida de modo a influenciar o retorno dos investidores. **3. Aquisição de controladas:** Em fevereiro de 2018, a Companhia concluiu a aquisição de 100% do capital social e obteve controle da empresa Elog S.A., pelo montante de R\$ 92.863, a ser pago em 84 parcelas mensais corrigidas pela CDI. As unidades adquiridas atuam no ramo de logística e prestam serviços relacionados às atividades de recintos alfandegados (CLIA's, porto seco, centro de distribuição e transporte rodoviário). As operações são compostas por 5 unidades distintas localizadas no estado de São Paulo. A aquisição resultou na apuração de ganho por compra vantajosa no montante de R\$ 12.153, reconhecidos no resultado do exercício de 2018 na rubrica "outras receitas e despesas". **a. Contraprestação transferida:** A contraprestação total foi de R\$ 92.863. O total pago até 31 de dezembro de 2018 foi de 13.832. O saldo a pagar está registrado no balanço patrimonial na conta "outras obrigações" (nota explicativa 21). **b. Ativos identificáveis adquiridos:** A tabela a seguir resume a contraprestação paga para a Ecorodovias Infraestrutura e Logística S/A e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição.

	Total
Caixa pago	92.863
Total da contraprestação	92.863
Total de ativos e passivos líquidos identificáveis	105.016
Total compra vantajosa	12.153

(a) Refere-se ao valor líquido das contingências e depósitos judiciais, mensurados após a aquisição, de direito da Ecorodovias (antiga controladora da Companhia adquirida). Essas alterações são ajustes do período de mensuração, conforme disposto nos itens 45 a 49 do CPC 15 - Combinação de Negócios. Durante o período de mensuração, o adquirente deve ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição para refletir qualquer nova informação obtida relativa a fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos. **4. Base de preparação:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria e Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2020. Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 8. Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo no qual o CPC 06(R2) - Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 7. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **5. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **6. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **(i) Nota explicativa 2 - consolidação:** determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida; **(ii) Nota explicativa 3 - aquisição de controlada:** valor justo da consideração transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, mensurados em base provisória. **(iii) Nota explicativa 16 - equivalência patrimonial em investidas:** determinação se a Companhia tem influência significativa sobre uma investida; **(iv) Nota explicativa 18 - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio:** principais premissas em relação aos valores recuperáveis; **(v) Nota explicativa 24 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências:** principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; **(vi) Nota explicativa 28 - reconhecimento da receita:** determinação da receita de serviço de armazenagem. O Grupo opera principalmente na prestação de serviços de movimentação e armazenagens dos contêineres e logística para os quais o reconhecimento de receitas se dá com base em medições dos serviços prestados e apurados com base nos termos contratuais acordados. Em razão do cronograma de medição e posterior faturamento, o processo de reconhecimento da receita ao final de cada período contempla a elaboração de uma estimativa contábil para apuração da re-

ceita incorrida e ainda não faturada. **7. Mudanças nas principais políticas contábeis:** O Grupo aplicou inicialmente o CPC 06/(R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo. O Grupo adotou o CPC 06/(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06/(R1) e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06/(R2) em geral não foram aplicados a informações comparativas. **(a) Definição de arrendamento:** Anteriormente, o Grupo determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03/IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O Grupo agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrita na nota explicativa 10(t). Na transição para o CPC 06/(R2), o Grupo escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. O Grupo aplicou o CPC 06/(R2) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06/(R1) e ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06/(R2). Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06/(R2) foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019. **(b) Como arrendatário:** O Grupo arrenda diversos imóveis e equipamentos. O Grupo classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente ao Grupo. De acordo com o CPC 06/(R2), o Grupo reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual. No entanto, para arrendamentos imobiliários, o Grupo optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento. **(i) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06/(R1):** Anteriormente, o Grupo classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06/(R1). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental do Grupo em 1º de janeiro de 2019 (veja nota explicativa 7(d)). Os ativos de direito de uso são mensurados: - Pelo seu valor contábil como se o CPC 06/(R2) tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado usando a taxa de empréstimo incremental do Grupo na data da aplicação inicial: o Grupo aplicou essa abordagem ao seu maior arrendamento imobiliário. O Grupo testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável. O Grupo utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06/(R2) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06/(R1). Em particular: - não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial; - não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI); - excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e - utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento. **(c) Como arrendador:** O Grupo arrenda suas propriedades para investimento, incluindo propriedades próprias e ativos de direito de uso. O Grupo classificou esses arrendamentos como operacionais. O Grupo não é requerido a fazer ajustes na transição para o CPC 06/(R2) para arrendamentos nos quais atua como arrendador, exceto para um subarrendamento. **(d) Impacto nas demonstrações financeiras:** Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, o Grupo descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada é de 7,5%. Os impactos da adoção do CPC 06/(R2) estão apresentados abaixo:

continua -★

-★ continuação

Impactos no balanço patrimonial

	Valores sem adoção do CPC 06		Valores sem adoção do CPC 06
	apresentados	Ajustes	
Ativo			
Controladora			
Circulante	47.617		47.617
Não circulante	381.807		321.944
Outros	321.944		321.944
Direito de uso	59.863	(59.863) (a)	-
Total do ativo	429.424	(59.863)	369.561
Passivo			
Controladora			
Circulante	147.059		132.119
Outros	132.119		132.119
Arrendamento mercantil	14.940	(14.940) (a)	-
Não circulante	138.926		91.851
Outros	91.851		91.851
Arrendamento mercantil	47.075	(47.075) (a)	-
Patrimônio líquido	143.439		145.591
Outros	87.590		87.590
Lucros acumulados	55.849	2.152 (b)	58.001
Total do passivo	429.424	(59.863)	369.561
Consolidado			
Ativo	129.876		129.876
Circulante	538.239		456.292
Outros	456.292		456.292
Direito de uso	81.947	(81.947) (a)	-
Total do ativo	668.115	(81.947)	586.168
Passivo	198.287		167.772
Circulante	167.772		167.772
Outros	167.772		167.772
Arrendamento mercantil	30.514	(30.514) (a)	-
Não circulante	243.144		185.073
Outros	185.073		185.073
Arrendamento mercantil	58.071	(58.071) (a)	-
Patrimônio líquido	226.684		233.323
Outros	168.621		168.621
Lucros acumulados	58.063	6.638 (b)	64.701
Total do passivo	668.115	(81.947)	586.168

(a) O ajuste apresentado refere-se ao reconhecimento do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento dos contratos de alugueis definidos como arrendamento mercantil de acordo com o CPC 06/(R2). (b) O ajuste apresentado refere-se ao impacto resultante da adoção da norma contábil que altera a forma de contabilização dos contratos de alugueis classificados como arrendamento. Anteriormente o valor contratual do aluguel era registrado como despesa e a partir de 01 de janeiro de 2019 como ativo e passivo, ajustados a valor presente. Mensalmente há a depreciação conforme o prazo contratual firmado e o valor é registrado em conta de depreciação. Já o valor do passivo é ajustado pelos juros incorridos e registrado como despesas financeiras. **8. Principais políticas contábeis:** O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. (Veja também nota explicativa 7). **a. Base de consolidação:** (i) **Combinação de negócios:** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. (ii) **Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstra-

ções financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta, a data na qual a Multilog S.A. obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir. Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos pela CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, dos quais destacamos os seguintes: (iii) **Investimentos em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial:** As demonstrações financeiras são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Multilog S.A. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Multilog S.A. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária. O ágio é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. A participação societária está apresentada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial. (iv) **Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. A Companhia possui propriedade que está arrendada e ocupada por empresas da Companhia. Nas demonstrações financeiras consolidadas essa propriedade não se qualifica como propriedade para investimento, pelo fato de estar sendo utilizada pela Companhia na condução de suas atividades, dessa forma, a parte utilizada por empresas da Companhia foi reclassificada ao ativo imobilizado. **b. Operação descontinuada:** Uma operação descontinuada é um componente de um negócio da Companhia que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto da Companhia. A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são rerepresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo. **c. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar, empréstimos e financiamentos e outros ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuídos à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. (i) **Reconhecimento inicial e mensuração dos ativos financeiros:** O contábil a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contábil a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contábil a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. (ii) **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não

seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. (iii) **Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais

continua -★

★ **continuação**

de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **d. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; • Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e • Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **e. Redução ao valor recuperável - impairment: (i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** As perdas de crédito esperadas são esti-

mativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir, dentre outros, atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido e indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência. A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e • ativos de contrato. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. **(ii) Ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações financeiras. A Companhia avaliou a recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, sendo que para estas rubricas não foi destacada necessidade de nenhuma provisão para desvalorização. **f. Contas a receber de clientes:** O contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment* (perdas no recebimento de créditos). A provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada como redução das contas a receber de clientes e constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber. **g. Ativo não circulante mantido para venda:** Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo. Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro-rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregado, propriedade para investimento e ativos biológicos, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis da Companhia. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado. Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método. **h. Propriedades para investimento:** Propriedades para investimento são, inicialmente, mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, a Companhia optou por continuar apresentando suas propriedades para investimento pelo método de custo, que compreende o custo histórico, menos provisão para depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se aplicável. Nessas circunstâncias, a Companhia está divulgando a base de custo e as taxas de depreciação para cada classe relevante.

Propriedades para investimentos

	Prazo
Edifícios e obras	25 anos
Benfeitorias	25 anos
Instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Adicionalmente, a Companhia está divulgando na nota explicativa 14 o valor justo da propriedade para investimentos contabilizada ao custo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espere nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a Companhia contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

i. Imobilizado: Instalações e equipamentos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

Grupo patrimonial	Prazo
Edifícios e obras	25 anos
Benfeitorias	10 a 25 anos
Instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos	5 a 10 anos
Veículos	5 a 10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **j. Intangível:** São avaliados ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados levando em conta o prazo estimado de geração de benefícios econômicos futuros. O ágio por expectativa de rentabilidade futura, sem prazo de vida útil definida, está sujeito a teste de recuperabilidade anualmente ou sempre que houver indícios de eventual perda de valor econômico. **(i) Ágio:** O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. **(ii) Marcas registradas e licenças:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada. **(iii) Relações contratuais com clientes:** As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente. **(iv) Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos

continua →★

★ **continuação**

para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento dos softwares. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. **k. Empréstimos e financiamentos:** Os instrumentos financeiros classificados como empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data do balanço. **Custo dos empréstimos e financiamentos:** Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **l. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **m. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. A companhia designa certos derivativos para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a determinados passivos financeiros derivativos e não derivativos como instrumentos de hedge de riscos cambiais. **n. Capital Social:** As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. **o. Reconhecimento da receita de vendas:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: **Prestação de serviços:** A re-

ceita de serviços é reconhecida na medida em que os serviços de movimentação e armazenagens dos contêineres são prestados até uma data-corte. Quando o resultado das movimentações e armazenagens não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas. **Receita de aluguel:** A receita de aluguel resultante de arrendamentos mercantis operacionais de propriedades para investimentos é contabilizada de forma linear ao longo do prazo dos compromissos de arrendamento mercantil. Nas demonstrações financeiras consolidadas está divulgada como receita operacional líquida. **Venda de produtos:** O reconhecimento da receita baseia-se na venda de carrocerias de veículos adquiridos pela Companhia. Essas vendas são reconhecidas, em geral, quando o controle é transferido aos clientes, o que normalmente acontece quando os produtos são disponibilizados ao transportador e/ou entregues ao cliente, conforme for o caso. **Receita de juros:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. **p. Dividendos e juros sobre capital próprio (JCP):** A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como um passivo quando aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral antes da data-base das Demonstrações Financeiras. Para fins societários, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido. Para fins fiscais, foram tratados como despesa financeira, reduzindo a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social. **q. Benefícios a empregados: Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego:** Em novembro de 1997, a Companhia firmou contrato de adesão ao Plano de Benefícios Portobello Prev, cujo objetivo é promover o bem-estar social dos seus colaboradores e respectivos beneficiários, através da concessão de benefícios de natureza previdenciária. O Plano tem a característica de contribuição definida e a administração é efetuada pela BB Previdência. Os benefícios oferecidos pelo plano são: **(i) Parte geral:** benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade; **(ii) Parte opcional:** aos participantes inscritos: renda mensal de aposentadoria por tempo de serviço; renda mensal de aposentadoria por idade; renda mensal de aposentadoria antecipada; renda mensal de aposentadoria por invalidez. Aos seus dependentes: renda mensal de pensão por morte. Com base nas características do plano de pensão, a Companhia não identificou passivo atuarial líquido relevante a ser reconhecido nas demonstrações financeiras da Multilog S.A. **(iii) Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada. **9. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. • Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS. • Definição de um negócio (alterações ao CPC 15). • Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8). **10. Caixa e equivalentes de caixa:**

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e Banco conta-movimento	315	66	449	2.090
Certificados de depósito bancário (CDB)	-	-	-	753
Fundos de investimentos de curto prazo	2.034	3.241	10.679	19.940
Total de investimento em aplicações	2.349	3.307	11.128	22.783

As aplicações financeiras referem-se a CDBs e fundos de investimentos com remuneração média de 60% da CDI. As aplicações são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essas razões, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. **11. Contas a receber de clientes:** Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os valores a receber de clientes estão assim representados:

	Controladora		Consolidado		
	2019	2018	2019	2018	
Cientes no mercado interno	22.812	22.519	87.366	87.427	
Cientes no mercado externo	414	527	905	815	
Provisão para devedores duvidosos	(1.436)	(725)	(16.335)	(12.028)	
Total contas a receber de clientes	21.790	22.321	71.936	76.214	
A vencer	18.520	18.532	54.100	56.217	
Vencidos até 30 dias	1.321	2.386	8.177	9.960	
Vencidos entre 31 a 90 dias	1.301	998	4.200	4.262	
Vencidos entre 91 a 180 dias	514	388	3.270	5.120	
Vencidos entre 181 a 360 dias	1.570	742	18.274	12.683	
Total	23.226	23.046	88.271	88.242	
A provisão para perdas de contas a receber de clientes é estimada usando uma matriz de provisão com base na experiência na inadimplência passada do devedor e em análise da posição financeira atual do devedor, ajustadas com base em fatores específicos aos devedores e condições econômicas gerais.					
	Controladora		Consolidado		
	2019	2018	2019	2018	
Saldo em 01 de janeiro	(725)	(438)	(12.028)	(4.816)	
Incorporado das empresas controladas (Nota 3)	-	-	-	(4.209)	
Provisões realizadas no exercício	(1.039)	(564)	(6.176)	(3.826)	
Baixas permanentes reconhecidas	-	174	-	174	
Reversões realizadas no exercício	328	103	1.869	649	
Saldo em 31 de dezembro	(1.436)	(725)	(16.335)	(12.028)	
12. Impostos a recuperar:	Controladora		Consolidado		
	2019	2018	2019	2018	
FUNDAF (a) (b)	490	4	22.573	11.451	
IRPJ a compensar	1.186	889	3.272	1.359	
CSLL a compensar	328	41	1.020	153	
Outros impostos a compensar	334	431	6.065	4.549	
Total de impostos a recuperar	2.338	1.365	32.930	17.512	
Circulante	2.338	1.365	29.598	16.825	
Não circulante	-	-	3.332	687	
(a) Transitou em julgado em dezembro de 2018, processo judicial reconhecendo o indébito dos pagamentos feitos por CLIA Curitiba ao FUNDAF, resultando na compensação dos valores recolhidos nos últimos cinco anos, totalizando R\$ 7.075 reconhecidos neste exercício como "outras receitas e despesas" e R\$ 2.902 como "receitas financeiras". (b) O Grupo obteve êxito nas demandas judiciais referente à recuperação dos créditos de FUNDAF da Multilog Brasil, e desta forma reconheceu o crédito correspondente aos valores recolhidos nos últimos cinco anos, totalizando R\$ 15.902 reconhecidos neste exercício como "outras receitas e despesas" e R\$ 4.371 como "receitas financeiras". O Grupo estima a utilização dos créditos no curso normal de suas operações.					
	Controladora		Consolidado		
	2019	2018	2019	2018	
Adiantamento a fornecedores	10	55	1.182	2.354	
Adiantamento a empregados	366	168	1.149	667	
Outros créditos	120	113	1.215	591	
Adiantamento partes relacionadas (nota 31)	4.432	4.634	-	-	
Total outros créditos	4.928	4.970	3.546	3.612	
14. Ativo não circulante mantido para venda: No exercício de 2019, a Administração se comprometeu com um plano de venda de seus terrenos nos estados de Santa Catarina e São Paulo. Os esforços para a venda desses ativos já iniciaram e a Administração espera que a venda ocorra em 2020. 15. Propriedades para investimentos: As propriedades mantidas para auferir aluguel e/ou para valorização do capital são registradas como propriedades para investimento. As propriedades para investimento foram inicialmente mensuradas pelo seu custo, e podem ser resumidas como segue: Consolidado			2019	2018	
Propriedades para auferir renda de aluguel			32.067	31.099	
Total das propriedades para investimentos			32.067	31.099	
A seguir demonstramos a movimentação ocorrida nas propriedades para investimentos da Companhia:					
	Consolidado		Propriedades para auferir renda de aluguel		Total
	2019	2018	2019	2018	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	8.318	27.327	35.645		
Transferência para ativos não circulantes mantidos para venda (nota 14)	(8.318)	-	(8.318)		
Transferência para imobilizado	-	(209)	(209)		
Depreciação	-	(1.421)	(1.421)		
Aquisição	-	5.402	5.402		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	31.099	31.099		
Transferência para imobilizado	-	208	208		
Depreciação	-	(2.148)	(2.148)		
Aquisição	-	2.908	2.908		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	32.067	32.067		

continua →★

☆ **continuação**

O valor justo das propriedades para investimento foi determinado por avaliadores imobiliários externos independentes, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência recente na localidade e na categoria da propriedade que está sendo avaliada. Os avaliadores independentes fornecem o valor justo da carteira das propriedades para investimento do Grupo anualmente, apresentado como segue:

	Consolidado			
	Valor Contábil		Valor Justo	
	2019	2018	2019	2018
Propriedades para auferir renda de aluguel	32.067	31.099	102.000	83.700
Total das propriedades para investimentos	32.067	31.099	102.000	83.700

16. Investimentos em controladas e coligadas: a. Movimentação dos investimentos: A movimentação dos investimentos em controladas, apresentados nas demonstrações financeiras individuais da controladora, é como segue:

	Controladora	
	2019	2018
Em 1º de janeiro	323.210	218.882
Aquisição de controlada (nota 3)	—	92.863
Ganho por compra vantajosa (nota 3)	—	12.153
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos de controladas e coligadas	(62.684)	(32.137)
Equivalência patrimonial	42.228	42.437
Amortização intangíveis combinações de negócios	(8.482)	(10.988)
Em 31 de dezembro	294.272	323.210

b. Composição dos investimentos da Companhia em controladas e coligadas 31/12/2019

	Participação no capital %	Patrimônio Líquido ajustado	Resultado exercicício	Equivalência patrimonial	Ágio na aquisição de controlada (nota 3)	Ajustes de combinação de negócios (nota 3)	Valor do investimento
Multilog Armazéns Gerais e Logística S.A.	99,87%	1.800	3.126	3.122	—	—	1.798
Primeinvest Empreendimentos Imobiliários S.A.	48,56%	157.460	22.535	10.943	—	—	76.463
Multiprime Ind. e Com. de Peças S.A.	10,00%	2.264	1.153	115	—	—	226
Multilog Transportes Ltda.	99,98%	4.031	5.442	5.441	—	—	4.030
Multilog Sul Armazéns Gerais Ltda.	99,98%	33.952	9.376	9.374	23.000	34.825	91.770
Multilog Maringá Armazéns Gerais Ltda.	99,98%	802	(255)	(255)	—	—	802
Multilog Brasil S.A.	99,98%	83.888	13.305	13.302	—	27.424	111.295
Investimentos em controladas			42.042	23.000		62.249	286.384
SCP Edifício Softway	48,00%	16.448	380	186	—	—	7.888
Investimentos em coligadas			186	—	—	—	7.888
Total investimentos em 2019			42.228	23.000		62.249	294.272

O patrimônio líquido ajustado das empresas Multilog Sul Armazéns Gerais Ltda., Multilog Maringá Armazéns Gerais Ltda. e Multilog Brasil S.A. é composto pelo patrimônio líquido contábil destas empresas acrescido dos ativos intangíveis e mais valia de ativo imobilizado identificados na combinação de negócios, líquidos de respectivas despesas com amortização e depreciação. A equivalência patrimonial na demonstração de resultados está líquida dos efeitos das operações descontinuadas da Multilog Maringá Armazéns Gerais Ltda.

	Participação no capital %	Patrimônio Líquido ajustado	Resultado exercicício	Equivalência patrimonial	Ágio na aquisição de controlada (nota 3)	Ajustes de combinação de negócios (nota 3)	Valor do investimento
Multilog Armazéns Gerais e Logística S.A.	99,60%	2.459	2.823	2.819	—	—	2.457
Primeinvest Empreendimentos Imobiliários S.A.	48,35%	173.273	22.704	10.908	—	—	83.780
Multiprime Ind. e Com. de Peças S.A.	10,00%	3.310	1.740	174	—	—	331
Multilog Transportes Ltda.	99,99%	5.114	2.976	2.975	—	—	5.114
Multilog Sul Armazéns Gerais Ltda.	100,00%	58.089	24.792	24.788	23.000	38.528	119.617
Multilog Maringá Armazéns Gerais Ltda.	100,00%	1.057	(1.185)	(1.185)	—	—	1.057
Multilog Brasil S.A.	100,00%	70.583	842	1.752	—	32.203	102.786
Investimentos em controladas			42.231	23.000		70.731	315.142
SCP Edifício Softway	48,00%	16.968	430	206	—	—	8.068
Investimentos em coligadas			206	—	—	—	8.068
Total investimentos em 2018			42.437	23.000		70.731	323.210

	Máquinas e Equipam.							Móveis e Processam. de dados			Obras em andamento		Total
	Terrenos	Benfeitorias	Veículos	utensílios	de dados	Edificações	Instalações	andamento					
Saldo em 31 de dezembro de 2017	41.048	48.970	29.090	13.471	6.591	16.718	63.114	46.557	2.217			267.776	
Transferência de propriedade para investimento	209	—	—	—	—	—	—	—	—			209	
Aquisições	2	1.282	—	1.646	208	2.620	115	3.608	3.318			12.799	
Aquisição ativos Multilog Brasil	—	32.728	—	2.058	4.418	12.710	—	57.440	—			109.354	
Baixas	—	(7.965)	(361)	(2.307)	(444)	(567)	—	(235)	(2.868)			(14.747)	
Mais-valia oriundo de combinação de negócios	—	3.271	—	—	823	1.665	—	75	—			5.834	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	41.259	78.286	28.729	14.868	11.596	33.146	63.229	107.445	2.667			381.225	
Transferência de propriedade para investimento	(209)	—	—	—	—	—	—	—	—			(209)	
Transferências	—	1.630	7.461	482	134	2.520	(176)	3.841	(15.892)			—	
Aquisições	—	1.336	116	351	81	548	—	1.663	16.624			20.719	
Baixas	—	(8.091)	(642)	(520)	(1.311)	(3.921)	—	(1.703)	(1)			(16.189)	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	41.050	73.161	35.664	15.181	10.500	32.293	63.053	111.246	3.398			385.546	
Depreciação													
Saldo em 31 de dezembro de 2017	—	(28.955)	(13.999)	(4.721)	(3.113)	(11.267)	(16.277)	(20.243)	—			(98.575)	
Depreciação	—	(4.361)	(1.371)	(1.724)	(533)	(1.879)	(2.704)	(7.431)	—			(20.003)	
Depreciação ativos Multilog Brasil	—	(20.463)	—	(1.852)	(3.451)	(11.414)	—	(30.068)	—			(67.247)	
Baixas	—	4.536	361	1.821	198	377	—	172	—			7.465	
Depreciação mais-valia	—	(788)	(368)	—	(280)	(1.220)	—	(31)	—			(2.687)	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	—	(50.030)	(15.377)	(6.476)	(7.179)	(25.403)	(18.981)	(57.601)	—			(181.047)	
Depreciação	—	(4.850)	(1.886)	(1.838)	(525)	(2.104)	(3.423)	(9.864)	—			(24.492)	
Transferências	—	—	(8)	—	—	—	—	8	—			—	
Transferências de propriedade para investimento	—	95	41	—	—	—	1.049	963	—			2.148	
Baixas	—	3.676	400	424	1.210	3.913	—	1.426	—			11.049	
Depreciação mais-valia	—	(496)	(368)	—	(254)	(1.273)	—	(37)	—			(2.428)	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	—	(51.605)	(17.198)	(7.890)	(6.748)	(24.867)	(21.355)	(65.105)	—			(194.770)	
Em 31 de dezembro de 2018	41.259	28.256	13.352	8.392	4.417	7.743	44.248	49.844	2.667			200.178	
Em 31 de dezembro de 2019	41.050	21.556	18.466	7.291	3.752	7.426	41.698	46.141	3.398			190.778	

Garantias: A Companhia e suas controladas possuem bens do ativo imobilizado dados como garantia de empréstimos e financiamentos, cujos saldos contábeis totalizam o montante de R\$ 24.508.

continua →

★ **continuação**

complementação de aposentadoria. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço.

e. Compensação por fiança pessoal: A Companhia aprovou em reunião do conselho de administração do dia 10 de novembro de 2016, remuneração a título de fiança fidejussória a acionistas, pela concessão de fiança pessoal na operação de debêntures. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2019 totaliza R\$ 772, sendo R\$ 614 no curto prazo e R\$ 158 no longo prazo. **32. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** As atividades da Companhia o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros, risco de preço), risco regulatório, risco de crédito e risco de liquidez. Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 48, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2019 e correspondem, substancialmente, ao seu valor de mercado. Os principais instrumentos financeiros por categoria da Companhia em 31 de dezembro são:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	2.349	3.307	11.128	22.783
Contas a receber de clientes	21.790	22.321	71.936	76.214
Dividendos a receber	13.658	10.989	-	-
Outros créditos	4.928	4.970	3.546	3.612
	<u>42.725</u>	<u>41.587</u>	<u>86.610</u>	<u>102.609</u>
Outros passivos financeiros				
Empréstimos	(54.250)	(71.065)	(56.985)	(72.019)
Fornecedores	(38.136)	(45.923)	(35.165)	(36.225)
Dividendos a pagar	(24.678)	(17.864)	(35.969)	(14.469)
Provisões diversas	(3.118)	(4.681)	(41.882)	(33.368)
Arrendamento mercantil	(62.015)	-	(88.586)	-
Outras obrigações	<u>(75.662)</u>	<u>(85.702)</u>	<u>(95.768)</u>	<u>(103.355)</u>
	<u>(257.859)</u>	<u>(225.235)</u>	<u>(354.355)</u>	<u>(259.436)</u>

Os administradores são responsáveis por supervisionar a gestão dos riscos aos quais a Companhia está exposta, conforme descrito a seguir: **Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Diretoria Financeira da Companhia. A Companhia monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitiga o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Em relação a contas a receber de clientes, a Companhia não tem concentração de recebíveis de forma relevante, pois possui uma carteira de clientes pulverizada. A Companhia administra o risco por meio de rigoroso processo de concessão de crédito, bem como registrando, periodicamente, quando aplicável, provisão para créditos de liquidação duvidosa. A nota 11 apresenta informações sobre este risco. **Risco regulatório:** Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da operação da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota. Quanto a eventos provocados pela natureza, importa ressaltar, que a Companhia encontra-se coberta com apólice de seguros para todos os efeitos. **Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de avaliações regulares de sua administração. Na Nota 19 apresentamos o perfil do vencimento do passivo financeiro com instituições financeiras da Companhia, com base nos pagamentos contratuais não descontados. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2019 e 2018, bem como não contratou instrumentos desta natureza ao longo de todo o exercício. **Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido às variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: a) risco de taxa de juros, b) risco cambial e c) risco de preço re-

lativo às suas ações. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não tem ações negociadas em mercado. **Risco de encargos financeiros/flutuação de taxa de câmbio:** Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado. **Gestão de capital:** O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

	Consolidado	
	2019	2018
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 20)	56.985	72.019
(-) caixa e equivalentes de caixa	(449)	(2.090)
(-) aplicações financeiras (Nota 10)	<u>(10.679)</u>	<u>(20.693)</u>
Dívida líquida	45.857	49.236
Patrimônio líquido	226.684	232.383
Índice de alavancagem financeira - %	17%	17%

33. Atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa: Durante o exercício de 2019 e 2018, a Companhia realizou atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa. Portanto, não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa.

	Consolidado	
	2019	2018
Aquisição de Empresa (Multilog Brasil)	-	70.031

34. Eventos subsequentes: No dia 1º de janeiro de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária da Multilog Brasil S/A, foi aprovada a incorporação da Multilog Sul Armazéns Gerais Ltda. e da Multilog Transportes Ltda. A Incorporação será realizada em conformidade com os termos e condições estabelecidos no Protocolo e Justificação relativo a incorporação.

Diretoria			
Djalma Lucio Rodrigues Vilela Diretor Presidente	Aílto Darugna Diretor Adm. Financeiro	Alexandre Heitmann Diretor de Desenvolvimento de Negócios	Fabrizio Leocadio Baggio de Almeida Diretor Operações e Transporte
Contador			
Leonardo Furtado de Oliveira - CRC - RJ-099250/O-9			

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas Conselheiros e Administradores da Multilog S.A. - Itajaí - SC

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Multilog S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Multilog S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Análise de recuperabilidade dos ativos intangíveis com vida útil indefinida

Veja as Notas Explicativas nº 6 e 18 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem valores de ativos intangíveis com vida útil indefinida, que são compostos por licenças para operação fora da zona primária (Centro Logístico Industrial Aduaneiro - CLIA), cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios preparados pela Companhia.

Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- o envolvimento de especialistas em finanças corporativas para nos auxiliar na análise da metodologia, na avaliação da determinação das estimativas de rentabilidade futura das UGC e das demais premissas, tais como taxa de desconto, taxa de crescimento e margem bruta, e nos cálculos utilizados na mensuração do valor recuperável desses ativos, incluindo a razoabilidade entre os dados utilizados pela

das estimativas de rentabilidade futura das unidades geradoras de caixa (UGC) e das demais premissas relevantes para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos, que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras consolidadas, e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Companhia com dados comparativos de mercado, além dos cálculos aritméticos; • Avaliamos a análise de sensibilidade do impacto sobre o valor recuperável resultante de mudanças razoavelmente possíveis nas premissas-chave usadas pela Companhia.

• Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia requeridas sobre o assunto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os valores de ativos intangíveis reconhecidos são aceitáveis no contexto das demonstrações individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras

continua →★

★ **continuação**

individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais

e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 20 de fevereiro de 2020



KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Felipe Brutti da Silva
Contador - CRC RS - 083091/O-0

Cod. Mat.: 662298

CJ Logística Internacional S.A.

CNPJ 10.887.366/0001-88 - NIRE 42.3.0003530-1

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária
Ficam convocados os Senhores Acionistas da **CJ Logística Internacional S.A. ("Companhia")**, para a Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia 06 de abril de 2020, às 10:00 horas, em primeira convocação, e no dia 13 de abril de 2020, à 10:00 horas em segunda convocação. Tal Assembleia será realizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 11º Andar, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 01452001, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) eleição dos Diretores da Companhia, (ii) alteração do endereço da Companhia e (iii) alteração do objeto social da Companhia. Em virtude do Decreto Estadual nº 64.881, de 22 de março de 2020, o qual decretou quarentena no estado de São Paulo, a Companhia disponibiliza o link a seguir para possibilitar o acesso virtual dos Senhores Acionistas à referida Assembleia: [https://teams.microsoft.com/join/19:meetingN2FIZjBkZ-DYtNiFiNC00OWJiLWj2NGYtZ-mQxMmM2MDixQDNk@thread.v2/0?context=%7B%22Tid%22:%221d-de4376-814e-44ba-bc-41-092780e22578%22,%22Oid%22:%22dd113f74-ffb5-42ee-af0d-4902115c8b92%22%7D&anon=true&deepinkid=4de5504c-a424-4f16-e041-bfd0660c76f0](https://teams.microsoft.com/join/19:meetingN2FIZjBkZ-DYtNiFiNC00OWJiLWj2NGYtZ-mQxMmM2MDixQDNk@thread?https://teams.microsoft.com/join/19:meetingN2FIZjBkZ-DYtNiFiNC00OWJiLWj2NGYtZ-mQxMmM2MDixQDNk@thread.v2/0?context=%7B%22Tid%22:%221d-de4376-814e-44ba-bc-41-092780e22578%22,%22Oid%22:%22dd113f74-ffb5-42ee-af0d-4902115c8b92%22%7D&anon=true&deepinkid=4de5504c-a424-4f16-e041-bfd0660c76f0). Florianópolis/SC, 26 de março de 2020. **Cristobal Jimenez Dominguez Neto** - Diretor Presidente.

Cod. Mat.: 661962

ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.

CNPJ 05.210.535/0001-00,

Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

Na forma das disposições legais e estatutárias, ficam convocados os Acionistas da **ENGIE Brasil Energia S.A.** para a Assembleia Geral Ordinária, a se realizar, no dia 28 de abril de 2020, com início às 10h30min, na sede da Companhia, situada na Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064, Bairro Agronômica, CEP 88025-255, na cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, com a seguinte Ordem do Dia: **1 - Assembleia Geral Ordinária:** 1.1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; 1.2. Deliberar sobre a destinação dos Lucros e a distribuição de dividendos; 1.3. Deliberar sobre o montante da participação dos empregados nos resultados do exercício de 2019; 1.4. Deliberar sobre a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2020; 1.5. Aprovar novo jornal como veículo para as publicações legais da Companhia; e 1.6. Eleição dos 9 (nove) membros titulares do Conselho de Administração e seus respectivos suplentes. Em atendimento ao disposto na Lei nº 6.404/1976 ("LS/A") e na Instrução CVM nº 481/2009 ("ICVM481/09"), informamos que estão à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia e nas páginas na Internet da Companhia (www.engie.com.br/investidores), da B3 (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), os seguintes documentos e informações: i) os previstos no artigo 9º da ICVM481/09; ii) as relativas à proposta de participação dos empregados nos resultados do exercício de 2019 (art. 133, inc. V, da LS/A); iii) a proposta de remuneração dos administradores e demais informações (art. 12 da ICVM481/09); e iv) as relativas à eleição dos membros titulares e suplentes do Conselho de Administração (art. 10 da ICVM481/09). Conforme disposto no artigo 141 da LS/A e na Instrução CVM nº 165/91, com a redação alterada pela Instrução CVM nº 282/98, o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia para requerer a adoção do voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento). Os acionistas, nos termos da legislação aplicável e do artigo 13 do Estatuto Social, deverão comprovar a condição de acionista até o prazo de

72 (setenta e duas) horas antes da realização da Assembleia ora convocada, mediante depósito dos documentos comprobatórios de titularidade de ações da ENGIE Brasil Energia S.A., expedidos por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia no máximo 4 (quatro) dias úteis antes da data da Assembleia, a serem entregues na sede da Companhia, em horário comercial, aos cuidados da U.O. Assuntos Jurídicos. Para participação presencial na Assembleia, além do comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia, os acionistas deverão apresentar os seguintes documentos: - **Acionistas Pessoas Físicas:** original ou cópia autenticada do documento oficial de identificação com foto. - **Acionistas Pessoas Jurídicas:** i) cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado ou de suas alterações e da ata de eleição dos diretores, caso esses não constem do contrato social; e ii) original ou cópia autenticada de documento oficial de identificação, com foto, do(s) representante(s) legal(is). - **Fundos de Investimento:** i) original ou cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo ou suas alterações, do estatuto ou contrato social consolidado ou suas alterações do seu administrador e da ata de eleição dos diretores do administrador do fundo, caso esses não constem do contrato social; e ii) original ou cópia autenticada de documento oficial de identificação, com foto, do(s) representante(s) legal(is). Caso o acionista se faça representar por procurador (acionista ou administrador da companhia ou, ainda, advogado), além dos atos societários listados acima dos acionistas pessoas jurídicas e dos fundos de investimentos, deverá ser apresentado o documento oficial de identificação do procurador e procuração com poderes específicos, emitida em prazo inferior a um ano contado da data da Assembleia, nos termos do §1º do art.126 da LS/A, por instrumento público ou particular, neste caso, não havendo necessidade de reconhecimento de firma do outorgante, mas acompanhada de cópia do documento de identificação de quem assinou a procuração. Com a adoção do sistema de voto a distância, os acionistas também poderão exercer seu direito de voto por meio de seus respectivos agentes de custódia/corretora ou por intermédio do Itaú Corretora de Valores S.A., escriturador da Companhia, ou, ainda, pelo preenchimento e remessa do Boletim de Voto a Distância, acompanhado do documento comprobatório de titularidade de ações da ENGIE Brasil Energia S.A. e cópia autenticada dos documentos para participação na Assembleia acima indicados, conforme o caso. Devendo observar as orientações, prazos e procedimentos disponíveis na página na Internet da Companhia (www.engie.com.br/investidores), no seguinte endereçamento: **Investidores/Assembleias e Reuniões do Conselho**, selecionando Voto a Distância - Orientações. Em decorrência do avanço pandemia do vírus SARS-CoV-2/COVID-19 (novo coronavírus) e em linha com as orientações oficiais que visam reduzir a circulação e aglomeração de pessoas, visando à contenção da pandemia, a Companhia recomenda aos Senhores Acionistas que se preservem e utilizem a alternativa de participação e voto a distância referente às matérias da Assembleia Geral Ordinária agendada para o dia 28 de abril de 2020. Adicionalmente, em prol da maior transparência e participação dos Senhores Acionistas, a Companhia se reserva o direito de vir a permitir o acompanhamento e participação limitada (com voto pelo sistema tradicional de voto a distância ou presencialmente, que deve ser evitado ao máximo) na Assembleia Geral Ordinária por meio de plataforma eletrônica de videoconferência (por exemplo, Microsoft Teams, Zoom ou ClickMeeting) ou outro meio que porventura venha a ser aceito pela legislação. Neste caso, previamente à data da Assembleia, a Companhia divulgará Aviso aos Acionistas contendo informações detalhadas sobre o processo e as orientações necessárias para a participação limitada na Assembleia por meio da plataforma digital selecionada pela Companhia, devendo, portanto, ficar atentos à divulgação de Aviso aos Acionistas sobre o tema. Florianópolis (SC), 27 de março de 2020. **Maurício Stolle Bähr** - Presidente do Conselho de Administração.

Cod. Mat.: 662048

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária - O Conselho de Administração, através de seu Presidente, da **Barra do Rio Terminal Portuário S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua Arnaldo Lopes Gonzaga, n. 507, Bairro Barra do Rio, na Cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, CEP 88.305-570, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC) sob o **NIRE 42300030864**, inscrita no CNPJ/MF sob o n. **06.989.608/0001-77** ("Companhia"), vem pela presente, nos termos da Lei n. 6.404, de 1976, e do seu Estatuto Social, **CONVOCAR** para **Assembleia Geral Ordinária**, a realizar-se as 14h00 em 1ª Convocação e as 14h15 em 2ª Convocação e para **Assembleia Geral Extraordinária**, a realizar-se as 15h00 em 1ª Convocação e as 15h15 em 2ª Convocação, ambas no dia **27 DE ABRIL DE 2020**, na sede da Companhia, ou a depender das condições de deslocamento das pessoas, via internet ou outro meio apropriado. A **Assembleia Geral Ordinária** deverá examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: * Aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31/12/2019. A **Assembleia Geral Extraordinária** deverá examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: * Aprovar o aumento de capital da Companhia, mediante a subscrição particular de novas ações; * Aprovar a integralização de capital na Companhia; * Aprovar a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia. **Comunica**, outrossim, que encontram-se à disposição dos senhores acionistas, no endereço supra mencionado, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos ao Exercício Social encerrados em 31/12/2019. Itajaí (SC), 25 de março de 2020. **Ademar Menegotti** - Presidente do Conselho de Administração.

Cod. Mat.: 661947

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO ELETRÔNICO

O leiloeiro Oficial Sr. Rubens Henrique de Castro JUCESC AARC Nº 398 comunica aos interessados que serão oferecidos em Leilão Público, a realizar-se pela internet através do site www.usadaomaquinas.com.br com data de ENCERRAMENTO nos dias 02/04/2020, 09/04/2020, 16/04/2020, 23/04/2020 e 30/04/2020 a partir das 10 am (UTC-3) leilão de equipamentos agrícolas, construção e ativos de concessionárias. O pagamento do valor do arremate será do valor do bem e acrescido da Comissão ao Leiloeiro de 5%, e taxa administrativa, devendo todos serem pagos através de depósito em dinheiro na rede bancária, DOC ou TED, BANCO ITAÚ AG-6382 CC/ 09975-9 CNPJ-11.280/0001-52- VIA COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA no prazo de até 2 (dois) dias úteis após o encerramento dos leilões, impreterivelmente. Demais informações e normas do leilão consultar em CONDIÇÕES DE VENDA no site www.usadaomaquinas.com.br. O ICMS quando devido será de responsabilidade do arrematante. Débitos de IPVA, Seguro Obrigatório, Multas de Trânsito ou de averbação vencida ou quaisquer outros débitos incidentes sobre o bem arrematado, ficam a cargo do arrematante, correndo por sua conta e risco a retirada dos bens. **RECOMENDA-SE A VISITAÇÃO DOS BENS PARA POSTERIOR COMPRA. OS BENS SERÃO VENDIDOS NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM E SEM GARANTIAS**, assumindo o arrematante todo e qualquer ônus que recaiam sobre os bens leiloados. O leiloeiro é mero mandatário do comitente, não se responsabilizando pelo origem, validade, defeitos, inexistência de peças, existência de impedimentos e quaisquer ônus sobre os bens em leilão, nem tão pouco pelo pagamento de impostos, e/ ou tributos referente ao (s) bens. Descrições dos lotes, fotos, horários para visitação e demais informações poderão ser obtidas única e exclusivamente pelo site www.usadaomaquinas.com.br ou pelo fone (47)3311-0550. Rua Tailândia 150, sala 10, Nações, Balneário Camboriú- SC.

Cod. Mat.: 661766

MOBASA REFLORESTAMENTO S.A.

RIO NEGRINHO - SANTA CATARINA - CNPJ/MF 44.021.145/0001-44

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias vigentes, temos a satisfação de apresentar a V.Sas., as Demonstrações Financeiras da empresa, acompanhadas de Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. Referidas demonstrações foram preparadas em acordo com a Legislação Societária brasileira e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, em função da padronização às práticas contábeis internacionais – IFRS. A Mobasa Reflorestamento S.A., tem por ramo de atividade a exploração florestal, voltado à gestão de Silvicultura, produção

e comercialização de insumos florestais. Durante 2019, assim como nos anos precedentes, o perfil de idade das florestas, e consequente pouca disponibilidade de suprimento ao mercado com produtos de maior valor agregado, as receitas foram da ordem de R\$19.829 (R\$11.098 em 2018). A recuperação econômica, se refletiu nas perspectivas futuras de resultados dos ativos florestais, e o ajuste de valor justo esperado, contribuiu majoritariamente para que a companhia registrasse lucros de R\$ 68.463, sendo R\$36.331 em 2018, principalmente gerados à partir da determinação do valor justo dos ativos florestais em consonância com as disposições contábeis vigentes. Para o

ano de 2020 a administração estima incrementar o volume de operações dado ao perfil de idade e seu programa de colheita. Já no cenário econômico 2020 que inicialmente começou com otimismo tem um crescente risco e incertezas para o ambiente, tanto de gestão política interna, quanto do ambiente para a economia global. O Capital Social é de R\$ 60.948 e o Patrimônio Líquido totalizou R\$ 235.427 em 2018. A administração propõe que sejam distribuídos dividendos de R\$16.255. Agradecemos a todos os nossos Clientes, Fornecedores, Funcionários e demais colaboradores, pelos resultados obtidos. Rio Negrinho, SC, 28 de março de 2020. A Administração

BALANÇO PATRIMÔNIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2019	2018
CIRCULANTE:				CIRCULANTE:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.937	673	Fornecedores	9	1.363	745
Contas a receber de clientes	5	150	317	Obrigações tributárias	10	292	447
Estoques	6	455	357	Obrigações sociais		138	75
Impostos a recuperar		43	40	Dividendos a pagar	12	40.504	24.249
Despesas antecipadas		19	229	Outras obrigações		462	193
Outras contas a receber	7	86	121			<u>42.759</u>	<u>25.709</u>
		2.690	1.737				
NÃO CIRCULANTE:				NÃO CIRCULANTE:			
Outras contas a receber	7	720	687	Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	13	262	262
Imobilizado	8	25.608	24.904	Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	6.081	3.897
Ativo biológico	8	256.114	185.152	Obrigações tributárias	10	603	585
		282.442	210.743			<u>6.946</u>	<u>4.744</u>
Total do ativo		285.132	212.480				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

	Nota	2019	2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			
VARIAÇÃO DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS BIOLÓGICOS	16	19.829	11.098
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	8	73.602	40.052
LUCRO BRUTO		76.327	43.462
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:			
Gerais e administrativas	17	(5.430)	(5.762)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	584	469
Receitas financeiras, líquidas	18	74	14
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		71.555	38.183
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19	(3.096)	(1.852)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		68.459	36.331
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR LOTE MIL DE AÇÕES		2,69	1,43

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

	Reservas de lucros					Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
	Capital social	Reserva legal	Reservas estatutárias	Reserva de lucros retidos	Lucros acumulados		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	59.948	8.296	15.119	70.011	-	-	153.374
Lucro líquido do exercício	-	-	-	36.331	-	-	36.331
Reserva legal	12	1.617	-	(1.617)	-	-	-
Dividendos	12	-	-	(7.678)	-	-	(7.678)
Reserva de lucros	-	-	-	27.036	(27.036)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	59.948	9.913	15.119	97.047	-	-	182.027
Lucro líquido do exercício	-	-	-	68.459	-	-	68.459
Aumento de capital		1.000	-	-	-	196	1.196
Reserva legal	12	3.422	-	(3.422)	-	-	-
Dividendos	12	-	-	(16.255)	-	-	(16.255)
Reserva de lucros	-	-	-	48.782	(48.782)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	60.948	13.335	15.119	145.829	-	196	235.427

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

MÉTODO DIRETO

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

	2019	2018
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Valor recebido de clientes	22.634	13.251
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.025)	(1.742)
Receitas financeiras	50	123
Gastos com matérias primas e produção	(16.757)	(11.822)
Outros	614	475
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.516	285
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Adições no imobilizado e atividades de silvicultura	(2.448)	(2.447)
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.448)	(2.447)
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento para aumento de capital	1.196	-
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO (APLICADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.196	-
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.264	(2.162)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	673	2.835
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.937	673

As notas explic. são parte integrante das demonstr. financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de Reais – R\$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Mobasa Reflorestamento S/A. (a "Companhia") é uma Sociedade Anônima criada em 11 de março de 1974, conjuntamente controlada por Berneck Painés e Serrados S/A, located in Araucária – Paraná - Brazil e por SEDCO Capital Timber Fund II, Limited, GTI 9 Institutional Investors Company Limited, GTI 9 Taxable Investors Company Limited, todas sediadas nas Ilhas Cayman. A Companhia está localizada em Rio Negrinho, Santa Catarina – Brasil.

A Companhia tem por objeto social a exploração de atividades agrícolas florestais, especialmente florestamento e reflorestamento, a produção, extração, beneficiamento e comercialização de insumos florestais, tais como sementes, mudas, madeira e seus derivados, a prestação de serviços voltados a atividades de silvicultura.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), com base nas normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração

continua na próxima página ----->

continuação das NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de Reais – R\$)

nistração em 28 de fevereiro de 2020.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis utilizadas nessas demonstrações financeiras são:

a) **Moeda funcional e moeda de apresentação** - Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”).

b) **Instrumentos financeiros** - Instrumentos financeiros - Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação atribuídos diretamente à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre em todas as datas dos balanços, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) custo amortizado, (ii) valor justo por meio do resultado e (iii) valor justo por meio do resultado abrangente.

b.1. **Ativos financeiros** - Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são caixa e equivalentes de caixa. São classificados com empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros. O recebimento de tais ativos é fixo ou determinável. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. Os juros aplicáveis, atualizações monetárias, variação cambial, menos redução ao valor recuperável de ativos, quando aplicável, são registrados na demonstração do resultado quando incorridos.

b.2. **Passivos financeiros** - Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia incluem contas a pagar e empréstimos devidos a acionistas (denominados em dólares norte-americanos). Tais passivos financeiros geralmente não são negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos.

A Companhia não possui transações com instrumentos financeiros derivativos.

c) **Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem os saldos em caixa, conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata resgatáveis em até 90 dias da data do investimento e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

d) **Demais ativos circulantes e não circulantes** - Apresentados pelo valor de realização, incluindo, quaisquer rendimentos auferidos e variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data das demonstrações financeiras, se aplicável.

e) **Estoque** - Os estoques referem-se a matérias primas constituídas por produtos destinados ao tratamento e controle de pragas, como adubos, herbicidas, toras e outros. São avaliados e estão demonstrados ao custo médio de aquisição os quais não excedem os seus valores de realização. As provisões de estoques para obsolescência são constituídas com base nas expectativas da administração em montantes considerados suficientes para suprir perdas nos estoques.

f) **Imobilizado** - Estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, deduzida de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quanto aplicável.

g) **Depreciação e exaustão** - A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração a vida útil econômica dos bens, os quais são anualmente revistos e ajustados, quando aplicável. As terras não são depreciadas.

A exaustão é calculada com base nos metros cúbicos de madeira extraídos durante o período, em proporção aos metros cúbicos previamente inventariados para cada talhão.

Os gastos incorridos com manutenção são diretamente contabilizados na demonstração de resultados, quando ocorridos.

h) **Avaliação a valor recuperável de ativos** - A administração revisa o valor recuperável dos seus ativos anualmente ou quando há ocorrência de eventos significativos ou mudanças nas circunstâncias que possam indicar deterioração ou perda nos seus valores recuperáveis. Quando uma redução do valor recuperável é identificada, é constituída provisão para desvalorização diretamente ao resultado do período no montante em que o valor contábil líquido exceder ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as estimativas correntes de mercado e os riscos específicos para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, se possível, com base em contrato firme de venda em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato firme de venda, com base no preço de mercado obtido em um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

i) **Ativos biológicos** - Os ativos biológicos são compostos por florestas plantadas avaliadas e mensuradas ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita.

O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início e no final do período, e são reconhecidos como ganhos ou perdas diretamente ao resultado do período em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado denominada “variação do valor justo dos ativos biológicos”.

O valor justo dos ativos biológicos é determinado em bases anuais por especialistas contratados diretamente pelos acionistas da Companhia.

A avaliação dos ativos biológicos por seus valores justos considera certas estimativas como: preços, produtividade, custos de silvicultura, custos necessários para colocação em condição de venda, taxa de desconto, plano de colheita, as quais estão sujeitas a incertezas, gerar desta forma os resultados futuros podem ser significativamente diferentes daqueles registrados nas demonstrações financeiras.

j) **Contas a pagar e outros ativos e passivos** - Demonstrados ao valor de custo, os valores são atualizados na data das demonstrações financeiras. Os saldos são periodicamente ava-

liados para realização e provisões são registradas quando necessário.

k) **Provisões** - As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem obrigação legal ou um passivo gerado como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar tal obrigação. Algumas provisões são incertas em relação às datas e valores de liquidação. As provisões são contabilizadas com base na melhor estimativa dos riscos envolvidos.

l) **Estimativas contábeis** - Estimativas são utilizadas para mensurar e reconhecer certas receitas e despesas, ativos e passivos das demonstrações financeiras.

A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, dentre outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- Determinação das vidas úteis dos ativos imobilizados
- Provisão para crédito de liquidação duvidosa
- Mensuração de instrumentos financeiros
- Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis
- Imposto de renda e contribuição social diferidos
- Valor justo do ativo biológico

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia revisa essas estimativas e premissas no mínimo em bases anuais.

m) **Demonstração dos fluxos de caixa** - Preparada pelo método direto, e se encontra apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) Demonstrações de fluxo de caixa. Conforme solicitado no referido pronunciamento, a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, está sendo apresentada, na nota explicativa 20.

n) **Reconhecimento de receita** - Receitas de vendas são reconhecidas na extensão que seja provável que benefícios econômicos fluirão para a Companhia e os mesmos podem ser mensurados de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre as vendas. A Companhia avalia seus contratos de venda de acordo com critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de venda. Os seguintes critérios específicos devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de Produtos

A receita da venda de mercadorias é reconhecida quando o controle sobre as mercadorias vendidas é transferido para o comprador, geralmente na entrega das mercadorias. Considerando o CPC 47, a receita é reconhecida quando (i) existe contrato escrito ou oral; (ii) a obrigação de executar o contrato é identificada; (iii) é possível determinar o preço da transação e alocar por obrigação de desempenho; e (iv) a obrigação de desempenho seja cumprida. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

o) Impostos sobre vendas

Receitas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas, e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, a recuperar ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	12,00%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	3,00%
PIS – Programa de Integração Social	0,65%

Na demonstração de resultados as receitas são apresentadas líquidas destes impostos.

Os impostos sobre a renda são determinados com base no lucro presumido, a provisão para imposto de renda considera a presunção de lucratividade em 8% e alíquotas de 15% e adicional de 10%, a contribuição social é determinada com a aplicação da alíquota de 9% de imposto em na base presumida de lucratividade de 12%.

p) Normas, alterações e respectivas interpretações novas e revisadas

CPC 6 / IFRS 16 - Locações (efetivo por períodos iniciados após 1º de janeiro de 2019).

A norma substitui o padrão de arrendamento anterior, IAS 17 / CPC 06 (R1) - “Operações de Arrendamento Mercantil” e as interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de leasing para ambas as partes de um contrato, ou seja, clientes (arrendatários) e fornecedores (arrendadores).

Os arrendatários são obrigados a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do contrato e um “direito de usar um ativo” para praticamente todos os contratos de arrendamento, com a exceção de certos arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para os proprietários, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação de arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e contabilizando esses dois tipos de arrendamento de forma diferente.

A Administração adotou a norma a partir de 1º de janeiro de 2019 e não identificou impactos nas demonstrações financeiras.

continua na próxima página ----->

continuação das NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de Reais – R\$)**IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro)**

A nova interpretação estabelece requisitos para o reconhecimento e mensuração do cálculo do imposto de renda.

Para situações em que os tratamentos fiscais aplicados gerem incertezas os e possam ser questionados pelas autoridades fiscais, a Companhia deve avaliar os riscos da não aceitação e apresentá-los separadamente quando a conclusão é que as autoridades fiscais não aceitarão os procedimentos adotados pela empresa.

A Administração da Companhia aplicou os aspectos da IFRIC 23 e não identificou impactos nas demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2019	2018
Bancos	4	42
Aplicações financeiras	1.933	631
Total	1.937	673

A Companhia mantém investimentos de curto prazo para financiar necessidades de caixa de curto prazo e não para outras finalidades. A Companhia considera caixa e equivalentes de caixa os investimentos de curto prazo em aplicação de baixo risco imediatamente conversíveis em caixa, sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Tais investimentos de curto prazo consistem em investimentos que possuem juros médios anuais do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Os investimentos de curto prazo são mantidos em instituições financeiras consideradas pela administração como principais bancos no Brasil.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2019	2018
Contas a receber	150	317
Total	150	317

O prazo médio das contas a receber é de 17 dias. (17 dias em 31 de dezembro de 2018).

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base em análise das contas a receber em aberto e em montante considerado pela Administração suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos.

	2019	2018
Abertura por vencimento		
A vencer	150	317
Total	150	317

Provisão para devedores duvidosos

Saldos em 31 de dezembro de 2017	(228)
(-) Baixa de títulos para perda	228
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-

6. ESTOQUES

	2019	2018
Almoxarifado	455	357

7. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	2019	2018
Batistella Ind. e Com. Ltda. (a)	603	705
Outros	203	103
Total	806	808
Circulante	86	121
Não circulante	720	687

(a) Conforme estipulado no acordo de compra de ações, a Battistella Indústria e Comércio Ltda. pagará esse saldo nas mesmas datas de vencimento dos saldos do parcelamento do REFIS, no qual a Companhia está inscrita (nota 10).

8. IMOBILIZADO E ATIVO BIOLÓGICO**Movimentação 31/12/2018:**

	Maquinas e Edificações/equipamentos				Outros	Terrenos	Total	Ativos biológicos
Custo								
31 de dezembro de 2017	3.539	427	10.278	22.216	36.460	236.612		
Aquisições	47	13	78	-	138	2.308		
Baixas	-	-	(2.273)	-	(2.273)	-		
Ajustes a valor justo	-	-	-	-	-	40.052		
31 de dezembro DE 2018	3.586	440	8.083	22.216	34.325	278.972		

Depreciação e exaustão

31 de dezembro de 2017	(1.020)	(389)	(10.057)	-	(11.466)	(91.432)
Depreciação e exaustão	(156)	(10)	(62)	-	(228)	(2.388)
Baixas	-	-	2.273	-	2.273	-
31 de dezembro de 2018	(1.176)	(399)	(7.846)	-	(9.421)	(93.820)
Saldo líquido 31 de dezembro de 2018	2.410	41	237	22.216	24.904	185.152

Movimentação 31/12/2019:

	Maquinas e Edificações/equipamentos				Outros	Terrenos	Total	Ativos biológicos
Custo								
31 de dezembro de 2018	3.586	440	8.083	22.216	34.325	278.972		
Aquisições	356	11	398	334	1.099	2.080		
Baixas	-	-	(3.049)	-	(3.049)	-		
Ajustes a valor justo	-	-	-	-	-	73.602		
31 de dezembro DE 2019	3.842	451	5.432	22.550	32.375	354.654		

Depreciação e exaustão

31 de dezembro de 2018	(1.176)	(399)	(7.846)	-	(9.421)	(93.820)
Depreciação e exaustão	(300)	(10)	(83)	-	(393)	(4.720)
Baixas	-	-	3.047	-	3.047	-
31 de dezembro de 2019	(1.476)	(409)	(4.882)	-	(6.767)	(98.540)
Saldo líquido 31 de dezembro de 2019	2.366	42	550	22.550	25.608	256.114

À exaustão é calculada com base nos metros cúbicos de madeira extraídos durante o período, em proporção aos metros cúbicos previamente inventariados para cada talhão.

A taxa anual de depreciação do imobilizado é de 10% a 15%.

Valor justo dos ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo de florestas de pinus implantadas até 31 de dezembro de 2018 para o abastecimento de matéria-prima na produção de madeira serrada e vendas de toras de madeira para terceiros.

O saldo dos ativos biológicos da Companhia é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, para que o saldo de ativos biológicos como um todo esteja registrado ao valor justo, menos os custos necessários para colocação dos ativos em condição de uso ou venda, da seguinte forma:

	2019	2018
Custo histórico	58.665	58.615
Ajuste a valor justo	197.449	126.537
Total	256.114	185.152

A Companhia avalia seu ativo biológico ao valor justo conforme estabelecido no CPC 29 – Ativo Biológico (equivalente ao IAS 41).

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preço de madeira, taxa de desconto, plano de colheita das florestas e produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

A Companhia elegeu o regime de tributação pelo regime de lucro presumido, de forma que os ajustes gerados pela mensuração dos ativos biológicos a valor justo, resulta no reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferida passiva considerando a realização desse ativo por esse regime de tributário.

Em 31 de dezembro de 2019, foi considerada no estudo área plantada de 15.295 ha (12.727 ha em 2018). O reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos depende da projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com a produtividade esperada, considerando as flutuações de preços e de crescimento de tais ativos biológicos, com base nas seguintes premissas:

i) As florestas são valorizadas por seu valor justo, o qual reflete o preço de venda do ativo menos os custos necessários para colocação do produto em condições de venda ou consumo.

ii) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao WACC da Companhia de 8,7% a.a. (8,5% a.a. em 2018), o qual é revisado periodicamente pela Administração.

iii) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada material genético implantado, solo e clima nos locais de plantio. O conjunto dessas características compõe um índice denominado IMA (Incremento Médio Anual), expresso em metros cúbicos por hectare/ano utilizado como base na projeção de produtividade, para determinação do valor justo em 2018 as premissas de manejo foram revistas, incrementando a expectativa de produção futura em 26%

iv) Os preços dos ativos biológicos são denominados em R\$/metro cúbico, variando entre R\$81,5 e R\$232,5 conforme o diâmetro do produto, obtidos através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas, além dos preços praticados pela Companhia em vendas para terceiros. Os preços obtidos são ajustados deduzindo-se os custos de capital relacionados com o arrendamento de terras, de acordo com as recomendações do CPC 29 / IAS 41.

continua na próxima página ----->

continuação das NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de Reais – R\$)

9. FORNECEDORES

	2019	2018
Fornecedores nacionais	1.363	745

O prazo médio de pagamento é de 30 dias (28 dias em 2018).

10. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2019	2018
REFIS (a)	603	706
Imposto de renda e contribuição social	198	155
ICMS	14	66
PIS/COFINS	51	19
Outros	29	86
Total	895	1.032
Circulante	292	447
Não circulante	603	585

Durante os meses de outubro a dezembro de 2009, a Companhia aderiu ao programa de refinanciamento de débitos tributários estabelecido pelo Governo Federal através da Lei 11.941/2009, no qual foram incluídos débitos que estavam sendo discutidos em processos administrativos e judiciais. Em dezembro de 2009, todos os efeitos decorrentes desta opção foram reconhecidos, particularmente com relação à composição do débito, incluindo principal, juros e multas, assim como reduções estabelecidas pela legislação aplicável. A compensação de parte desse débito com créditos resultantes da utilização de prejuízo fiscal também foi reconhecida. Em julho de 2011 a Receita Federal aprovou o parcelamento dos valores, com base na adesão da Companhia ao plano. Em 31 de dezembro de 2019 o montante reconhecido no longo prazo é R\$ 585 (R\$ 682 em 31 de dezembro de 2018).

11. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas referem-se a compra e venda de mercadorias e foram efetuadas em condições pactuadas entre as partes, e os saldos são assim resumidos:

	2019	2018
	Venda	Venda
Berneck Painéis e Serrados S/A (a)	44	151

A Berneck Painéis e Serrados S/A possui 51% de participação na Rio Negrinho Participações S/A, controladora da Companhia.

Compensação de gerência

A Companhia não efetuou pagamentos ao pessoal-chave da administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

12. DIVIDENDOS A PAGAR

	2019	2018
Acionistas não controladores	417	304
Rio Negrinho Participações S/A	40.087	23.945
Total	40.504	24.249

Distribuição de dividendos

O estatuto da Companhia prevê que os dividendos obrigatórios são calculados com base no percentual mínimo de 25%, sobre o lucro líquido, após a compensação de prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal de 5%.

Reserva de lucros

O lucro remanescente após a transferência para reserva legal e distribuição de lucros (imputados aos dividendos mínimos obrigatórios) foi destinado em 31 de dezembro de 2018 para a conta de reserva de lucros, na forma prevista no artigo 196 da Lei nº. 6.404/76. Conforme previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social; atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. A Administração irá solicitar aos acionistas na próxima assembleia a destinação da reserva de lucro para enquadramento.

13. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia é parte em vários processos judiciais e administrativos de natureza civil e trabalhista. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais a probabilidade de uma saída de recursos para liquidar a contingência / obrigação é provável e uma estimativa razoável possa ser feita. A probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a opinião dos assessores jurídicos externos. As provisões são revisadas e ajustadas levando-se em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo prescricional aplicável, procedimentos de fiscalização ou riscos adicionais identificados com base em novos temas ou decisões dos tribunais. Com base nas informações fornecidas pelos assessores legais e na análise de processos pendentes, a administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas para os litígios em curso, conforme abaixo:

	2019	2018
Cíveis	262	262
Total	262	262

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia era parte em outros processos no valor total de R\$ 7.844 (R\$ 7.346 em 2018), para os quais, na opinião dos assessores legais, o risco de perda é possível, mas não provável. A administração, amparada nesta opinião, entende que a constituição de provisão para perdas não seja necessária.

14. CAPITAL SOCIAL

O capital social totalmente integralizado é representado por 25.469.217 ações com um valor total de R\$ 61.144, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
	Quotas	Quotas
Acionistas não controladores	166.859	166.859
Rio Negrinho Participações S/A	25.302.358	25.161.513
Total	25.469.217	25.328.372

O valor estava pago de forma integral em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Aumento de capital

A 46ª assembleia geral ordinária realizada em 30 de abril de 2019 homologou o aumento de capital no valor de R\$ 1.000 através da emissão de 140.845 ações ordinárias.

15. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os principais passivos financeiros da Companhia compreendem fornecedores e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é o de financiar as operações da Companhia. Por outro lado, a Companhia possui ativos financeiros que compreendem caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes derivados diretamente de suas operações.

A alta administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos de forma a assegurar que as operações em que riscos são assumidos, são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e apetite ao risco.

A Companhia não opera comercialmente ou assume posições especulativas com derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados destas atividades são condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, dentre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos, depósitos e instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre da dificuldade de recebimento de valores de vendas de produtos e serviços a clientes.

A Companhia também está sujeita a risco de crédito oriundo de seus investimentos de curto prazo.

O saldo a receber de clientes é substancialmente denominado em reais e pulverizado em sua carteira de clientes. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia avalia individualmente os clientes para sua aceitação, mas como prática de mercado, somente exige pagamento antecipado para aqueles clientes considerados de alto risco. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não existe nenhum cliente que represente mais de 53% do total do contas a receber da Companhia. A Administração monitora o risco dos saldos a receber de clientes através da constituição de provisão para devedores duvidosos.

Em relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia o administra diversificando essa exposição entre instituições financeiras consideradas de primeira linha.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para atender seus compromissos devido às diferentes moedas e prazos de seus direitos e obrigações.

O controle do fluxo de caixa e liquidez da Companhia é monitorado diariamente, de modo a garantir que a geração de capital de giro e captação de recursos, quando necessário, sejam suficientes para manter a cronologia dos seus compromissos, e assim, mitigar os riscos de liquidez para a Companhia.

Risco de estrutura da capital

O objetivo primário da gestão da estrutura de capital é o de assegurar que este mantenha uma adequada classificação de crédito e índices de estrutura de capital saudáveis de forma a suportar as atividades empresariais e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital, ajustando-a em decorrência de mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou risco financeiro decorre da escolha da Companhia entre capital próprio (capital social e retenção de lucros) e capital de terceiros provenientes de empréstimos para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado de capital, a Companhia monitora permanentemente os seus níveis de endividamento com base em padrões de mercado.

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2019	2018
Receita bruta	22.470	12.441
Impostos sobre vendas	(2.641)	(1.343)
Receita líquida	19.829	11.098

continua na próxima página ----->

continuação das NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de Reais – R\$)**17. DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA**

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26, apresenta a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	2019	2018
Despesas por função		
Custo dos produtos vendidos	17.104	7.688
Despesas gerais e administrativas	5.430	5.762
Outros	(584)	(469)
Total	21.950	12.981
Despesas por natureza		
Custo de matéria prima e produção	8.814	1.982
Despesas com pessoal	1.399	1.849
Serviços de terceiros	4.482	4.122
Despesas com manutenção	992	753
Depreciação e exaustão	5.113	2.496
Aluguéis	299	495
Outros	851	1.284
Total	21.950	12.981

18. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	2019	2018
Receitas financeiras-		
Juros recebidos e rendimentos de aplicações financeiras	97	172
Despesas financeiras:		
Juros pagos	(23)	(142)
Despesas bancárias	-	(12)
Outros	-	(4)
	(23)	(158)
Resultado financeiro líquido	74	14

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2019	2018
<u>Impostos correntes:</u>		
Imposto de renda	605	453
Contribuição social	307	216
Total	912	669
<u>Impostos diferidos:</u>		
Imposto de renda	1.418	768
Contribuição social	766	415
Total	2.184	1.183
Total imposto de renda e contribuição social	3.096	1.852

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no regime do lucro presumido e pelo regime de caixa, conforme demonstrado abaixo:

	2019		2018	
	IR	CS	IR	CS
Receita bruta	22.429	22.429	12.220	12.220
Devoluções	-	-	-	-
Receita total	22.429	22.429	12.220	12.220
Alíquota %	8%	12%	8%	12%
	1.794	2.692	978	1.466
Serviços	41	41	221	221
Alíquota	32%	32%	32%	32%
	12	12	71	71
Base de cálculo – IR/CS	1.806	2.704	1.049	1.537
Receitas financeiras e outros	707	707	861	861
Base de cálculo após receita financeira e outros	2.513	3.411	1.910	2.398
Alíquota %	15%	9%	15%	9%
Imposto calculado sem o adicional de IR	377	307	286	216

Base de cálculo – IR adicional de 10%	2.275	1.670
10%	228	167
Total	605	453

A composição dos impostos diferidos passivos é como segue:

	2019	2018
Valor justo ativo biológico	197.449	126.538
Alíquota final lucro presumido	3,08%	3,08%
Impostos diferidos	6.081	3.897
Imposto de renda	3.949	2.530
Contribuição social	2.132	1.367
Total	6.081	3.897

	2019	2018
Ganho no valor justo ativo biológico no exercício	73.602	40.052
Realização de ativo biológico de exercício anterior	(2.692)	(1.658)
Base de cálculo	70.910	38.394
Alíquota final lucro presumido	3,08%	3,08%
Impostos diferidos para o exercício	2.184	1.183

20. CONCILIAÇÃO FLUXO DE CAIXA

A Companhia apresenta as demonstrações do fluxo de caixa pelo método direto. Conforme Pronunciamento CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, quando da adoção desse método, é obrigatório o fornecimento da conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais demonstrados nas demonstrações do fluxo de caixa. Apresentamos tal conciliação abaixo:

	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	71.555	36.331
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) do exercício com o caixa (aplicado nas) gerado pelas nas atividades operacionais:		
Valor justo do ativo biológico	(73.602)	(40.052)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	3.096	1.852
Resultado na alienação de bens do ativo imobilizado	602	(461)
Depreciação e exaustão	5.113	2.616

(AUMENTO) REDUÇÃO NOS ATIVOS OPERACIONAIS:

Contas a receber	167	590
Estoques	(98)	(100)
Impostos a recuperar	(3)	(3)
Outros ativos	(1.019)	(137)

AUMENTO (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS:

Fornecedores	618	(20)
Obrigações sociais	63	(66)
Obrigações tributárias	(155)	(58)
Outros passivos	204	1.535

Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.025)	(1.742)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.516	285

21. SEGUROS (Não auditado)

A Companhia possui apólices de seguros em valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em relação às atividades de florestamento, a administração entende que ações preventivas para gerenciar riscos relacionados aos ativos, como incêndio e outros riscos, têm se mostrado historicamente mais eficazes do que contratar seguros.

* * *

DIRETORIADiretores: **Fernando Alberto Zamorano e Jalton Dorneles de Souza**Contador: **Antonio Carlos dos Santos Gandarez** | CRC/SP 134853/O-3 T-PR

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Mobasa Reflorestamento S/A

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mobasa Reflorestamento S/A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mobasa Reflorestamento S/A em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administra-

ção é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes

para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 19 de março de 2019

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Machado
Contador CRC 1PR042584/O-7

Cod. Mat.: 662292

CIA. HERING

CNPJ nº 78.876.950/0001-71 – Companhia Aberta
Blumenau - SC

Edital de Convocação**Assembleia Geral Ordinária**

Ficam convocados os senhores acionistas da Cia. Hering ("Companhia") para se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária** a ser realizada às 15h00min do dia 27 de abril de 2020, na sede da Companhia, localizada na cidade de Blumenau, estado de Santa Catarina, na Rua Hermann Hering, 1790, bairro Bom Retiro, CEP 89010-900, para deliberarem a respeito da seguinte ordem do dia:

(i) Examinar, discutir e votar as contas dos Administradores e as demonstrações financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2019; (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2019, e a ratificação da distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio deliberados pelo Conselho de Administração "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária; e (iii) Fixar o montante da remuneração global dos Administradores para o exercício de 2020. **Informações Gerais:** Para a realização desta Assembleia Geral Ordinária, a Companhia, diante do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Federal nº 6 de 20/03/2020 e do disposto na alínea "a", inc. II, do art. 7º do Decreto Estadual de SC de nº 525, utilizará o processo de boletim de voto à distância, de acordo com a Instrução CVM 481/2009, os quais deverão ser entregues aos agentes de custódia, ao escriturador ou diretamente à Companhia, de acordo com as instruções contidas do item 12.2 do formulário de referência da Companhia. Também serão tomadas outras alternativas legais para evitar a reunião de pessoas. Neste sentido, os acionistas que não quiseram utilizar a faculdade de voto à distância, poderão outorgar procuração a advogado da Companhia, com sua orientação de voto, que estará presente à Assembleia com esta finalidade, de acordo com as instruções que constarão da proposta da Administração a ser divulgada ao mercado no dia 27/03/2020, após o encerramento do pregão. Diante da instabilidade no atual cenário e da publicação constante de novas leis, decisões e decretos, qualquer mudança de cenário, será oportunamente informada pela Administração da Companhia. De modo a facilitar os trabalhos da Assembleia, a Companhia sugere que os acionistas que optarem por outorgar

procuração a advogado da Companhia enviem os documentos de representação (se pessoa física: Documento de Identidade do outorgante e o instrumento de procuração; e se pessoa jurídica: Estatuto ou Contrato Social, com Ata de eleição dos administradores e o instrumento de procuração respectivo - para ambos, o comprovante da qualidade de acionista da Companhia expedido pelo Banco Itaú S.A. ou por agente de custódia) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência à realização da Assembleia. Nos termos da Lei nº 6.404/76 e, ainda, de acordo com a Instrução CVM 481/09, encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, através do site na rede mundial de computadores (www.ciahering.com.br), na B3 S.A. - Brasil Bolsa Balcão e na página da Comissão de Valores Mobiliários na rede mundial de computadores (www.cvm.gov.br), todos os documentos atinentes às matérias que serão deliberadas na Assembleia. Blumenau (SC), 25 de março de 2020.

Ivo Hering

Presidente do Conselho de Administração

Cod. Mat.: 662213

PBG S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF 83.475.913/0001-91 - NIRE 42300030201

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Ficam convidados os Senhores Acionistas da PBG S.A para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária que será realizada no dia 28 de abril de 2020, às 10h00, na sede social da Companhia, na Rodovia BR 101, Km 163, Tijucas, Santa Catarina, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **Assembleia Geral Ordinária:** 1. Apreciar e aprovar o Relatório e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2019. 2. Deliberar sobre a proposta da Administração de destinação do resultado do exercício. 3. Fixação do número de cargos (membros) do Conselho de Administração da Companhia. 4. Eleição dos integrantes do Conselho de Administração (mandato de 2 anos). 5. Eleição dos integrantes do Conselho Fiscal (mandato de 1 ano). 6. Fixar os valores destinados à remuneração dos órgãos da Administração. O Acionista presente à Assembleia deverá apresentar documento de identidade (pessoa física) ou

atos constitutivos (pessoa jurídica), podendo ser representado por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira. As procurações poderão prescindir de firma reconhecida em cartório e poderão ser outorgadas por meio eletrônico, desde que comprovada a autoria e integridade do documento. As procurações, que foram objeto de pedido público, deverão observar o disposto no artigo 24 da Instrução CVM nº 481/09. Os documentos e informações mínimas para subsidiar o acionista em relação às matérias objeto da presente convocação estão à disposição na sede da Companhia (artigos 9º e 10 da Instrução CVM 481/09) e já foram disponibilizadas por meio de sistema eletrônico na página da CVM. Tijucas/SC, 24 de março de 2020. César Gomes Júnior - Presidente do Conselho de Administração

Cod. Mat.: 662257

AVISO DE PRORROGAÇÃO - O Hospital Municipal São José leva ao conhecimento dos interessados que tendo em vista não acudirem empresas interessadas até a data e hora previstas para abertura de sessão, está prorrogando a data para recebimento e abertura do Pregão Eletrônico SRP nº 031/2020, destinado à Contratação de Serviço de Monitorização Neurofisiológica Intraoperatória, sendo transferida a data de recebimento e abertura da sessão para o dia 09/04/2020 às 09:00 horas. O edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites www.joinville.sc.gov.br/editalpublico e www.comprasgovernamentais.gov.br - UASG 927773. Joinville, 26/03/2020. Jean Rodrigues da Silva, Diretor Presidente. Fabrício da Rosa, Diretor Executivo.

Cod. Mat.: 662164

EMPREENDIMENTOS DE TURISMO SÃO BENTO S.A.**CNPJ 79.422.911/0001-67 - SÃO BENTO DO SUL-SC**

AVISO AOS ACIONISTAS: Encontram-se à disposição dos senhores acionistas desta Companhia, em sua sede social, os documentos a que se refere o artigo nº 133, da Lei nº 6.404/76, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2019. São Bento do Sul (SC), 30 de março de 2020. Andreas Broder - **Diretor Presidente.**

Cod. Mat.: 662176

ELECTRO AÇO ALTONA S/A
COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO - CNPJ 82.643.537/0001-34 - IE Nº 250.043.106. RUA ENG.º PAUL WERNER, 925 - CEP 89030-900 - BLUMENAU - SC - BRASIL
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores e Entidades Financeiras

Submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, com parecer do Conselho de Administração e relatório dos Auditores Independentes. Abaixo apresentamos o relatório da administração destacando os fatos importantes que ocorreram no exercício.

Mensagem do Presidente

O ano de 2019 foi marcado por diversos aspectos econômicos/políticos internos e externos. Podemos pontuar alguns que influenciam direta ou indiretamente os negócios da Companhia. No Brasil os juros tiveram suas mínimas históricas. O Dólar com cotações que chegaram a R\$ 4,26. Reforma da previdência. PIB projetado em 2,50%, fechando em 1,12%.

Já no âmbito exterior, o destaque ficou nas tensões entre Estados Unidos e China. A inversão na curva dos juros nos Estados Unidos juntamente com o temor de uma recessão global.

Neste cenário de muitas adversidades a Altona conseguiu realizar seu orçamento planejado. Os mercados americano e europeu, são os principais vetores da força de vendas e o plano comercial manteve sua aderência e em alguns mercados se demonstrou mais competitivo.

Com o dólar em suas máximas, a Companhia manteve o foco nas exportações que representaram 47,09 % da participação da Receita Operacional Líquida.

O Brasil continua na batalha de reformas políticas com a tentativa de ajustar a balança econômica. Novamente o desempenho econômico se mostrou lento, e com pouca melhoria no ambiente de negócios. Planos de trabalhos necessitam sair do papel para aumento da confiança empresarial e recuperação na produção industrial a médio prazo.

A retomada na produção industrial seja no Brasil ou no Exterior, são fatores importantes para crescimento em investimentos, tecnologia e para a melhoria do ambiente de negócios. A Administração da Altona está atenta para esses movimentos, tanto para as economias avançadas como as emergentes que demonstraram crescimento.

O destaque se deu para o aumento expressivo na receita para o mercado externo/exportações. A Altona registou um incremento de R\$ 30,0 milhões ou 25,5% em relação a 2018. A produção dos nossos clientes de máquinas/equipamentos, sendo o destino final destes produtos foram para seguimentos de infra-estruturas, mineração.

No início de 2019 houve algumas adequações no quadro ocupacional. Totalizando ao final do ano, um quadro de aproximadamente 990 colaboradores. O reconhecimento do time técnico, nas mais de 15 engenharias que Altona atua, titulamos como diferencial competitivo.

Durante o ano, a Administração apoiou diversos planos de trabalhos voltados para competitividade e produtividade. Esforços direcionados para reduções dos custos e eliminação de desperdícios são objetivos diários. Projetos de manufatura e inovação também contribuem para competitividade. Investimentos na ordem de R\$ 16,8 milhões foram direcionados para modernização do parque fabril, e podemos destacar a compra de máquinas no montante de R\$ 11,7 milhões que irá proporcionar uma produtividade maior para os próximos anos.

No decorrer deste relatório, poderemos verificar o desempenho econômico/financeiro da Altona de forma consolidada com os resultados operacionais obtidos, e também das empresas do grupo, como Administradora de Bens Altona, Altona Europa e Modelação Kimze. As receitas e o resultado estão incrementados pela realização da venda de parte do terreno de Barra Velha ao grupo Havan. Nota explicativa no balanço 09.

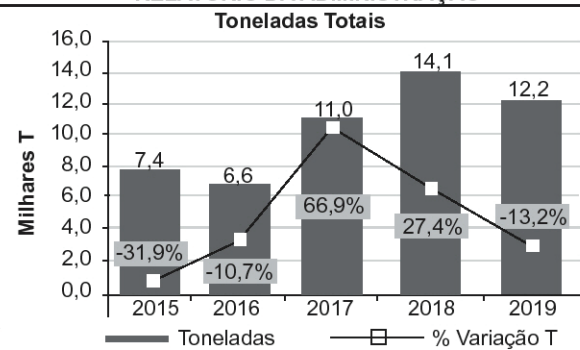
Ações direcionadas ao compromisso da sustentabilidade dos resultados positivos foram pauta para elaboração do orçamento para 2020. É objetivo do Planejamento Estratégico, ser uma empresa sustentável.

Desempenho Geral Consolidado em 2019

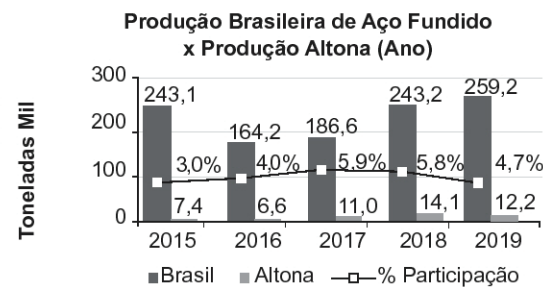
1. Operacional

1.1. Produção/Mercados

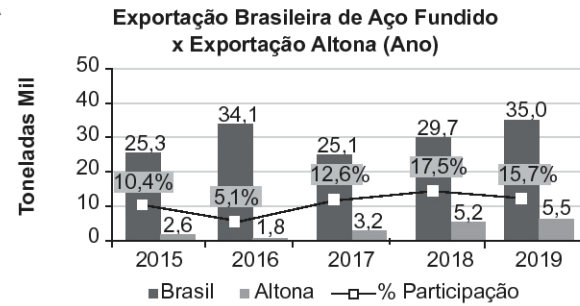
2019 a demanda foi puxada pelos negócios do mercado externo e para os itens da Unidade Sob Encomenda. O recuo de 2018 para 2019 na ordem de 13,2% ficou mais direcionado para o mercado interno e para itens titulados como Repetitivos.



Acompanhamos a movimentação em relação à produção brasileira de aço fundido. No ano de 2019, conforme dados da ABIFA (Associação Brasileira de Fundição), o país mostrou um acréscimo de 16 mil toneladas ou 6,6% em relação a 2018. O posicionamento da Companhia em relação a produção nacional se manteve na ordem de 4,7% para 2019.

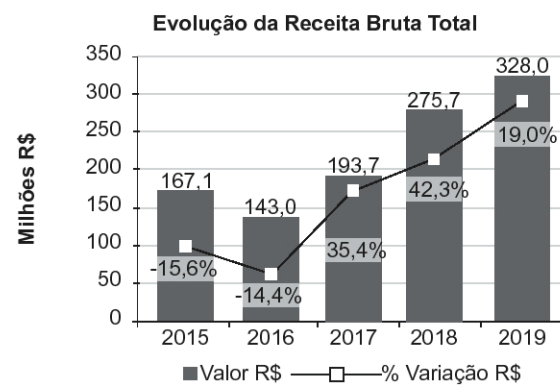


Conforme a mesma fonte, a Altona manteve elevada sua participação das exportações brasileiras. Do total de produção de aço que o Brasil exporta, a Altona participa em 15,7%. De acordo com a mesma fonte, as exportações brasileiras aumentaram em relação a 2018, 5,3 mil toneladas ou 17,8%, enquanto a Altona cresceu 5,8% ou 300 toneladas comparando 2019 com 2018.



1.2. Receitas

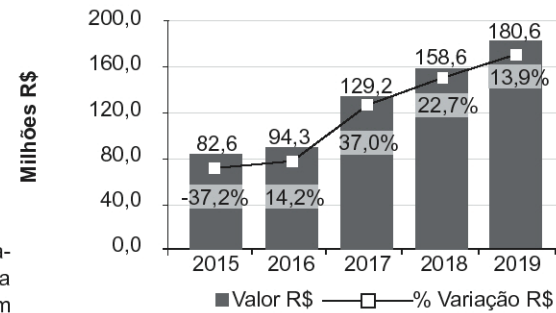
A Receita Bruta consolidada teve um incremento representativo para o ano: aumentou em R\$ 52,3 milhões ou 19,0 % em comparação a 2018. O aumento dos negócios está atrelado a duas vertentes: i) Realização da venda de parte do terreno de Barra Velha pela Administradora de Bens Altona, na ordem de R\$ 45,4 milhões; ii). Incremento na demanda operacional foi na ordem de R\$ 6,9 milhões. A Administração entende que havendo a desejada reação efetiva do consumo para o mercado nacional será um diferencial para 2020, pois a sinalização dos nossos clientes é que a demanda interna continua reprimida.



A receita no mercado interno consolidada aumentou em R\$ 22,00 milhões ou 13,9%. Com o reconhecimento da venda do terreno que representou R\$ 45,4 milhões, para o total de R\$ 180,6 milhões, as receitas operacionais do mercado interno ficaram prejudicadas em R\$ 23,4 milhões ou um recuo na ordem de 14,7%, comparados com 2018. No último quadrimestre as demandas do segmento titulado como repetitivos tiveram sua

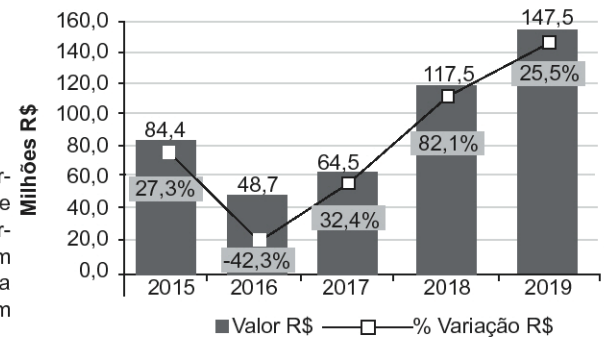
performance abaixo do esperado e contribuiu para baixo desempenho. Em toneladas, o recuo foi de 24,7% comparado com ano de 2018.

Evolução da Receita Bruta Mercado Interno

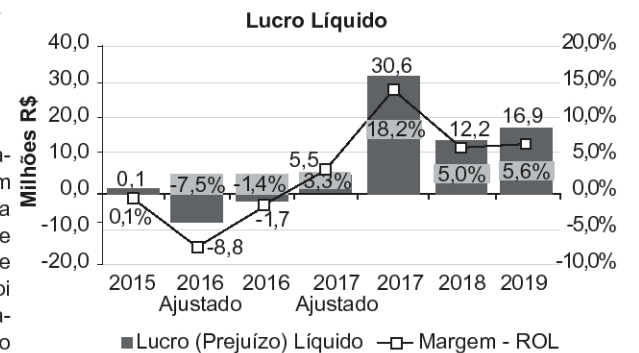


O desempenho da receita no mercado externo, também apresentou aumento de R\$ 30,0 milhões ou 25,5%. Esse incremento foi motivado pela demanda do segmento denominado sob encomendas. Os efeitos do câmbio também contribuíram positivamente. Em toneladas, o crescimento foi de 5,8% comparado com ano de 2018.

Evolução da Receita Bruta Mercado Externo

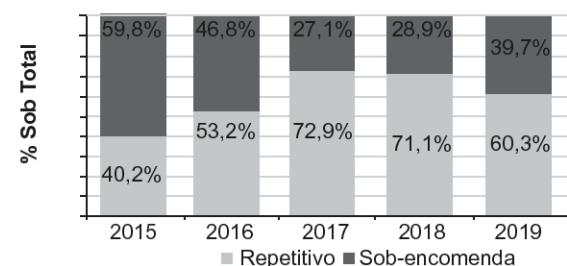


A Altona registra um lucro líquido de R\$ 16,9 milhões, ou 5,6% do ROL. Comparados com o lucro líquido ajustado, excluindo os efeitos do resultado da Administradora de Bens e empresas do grupo de R\$ 6,9 milhões, o resultado operacional ficou em R\$ 10,0 milhões ou 3,9% do ROL. Comparando com 2018, tivemos um recuo no resultado operacional na ordem de R\$ 2,2 milhões ou 18%.

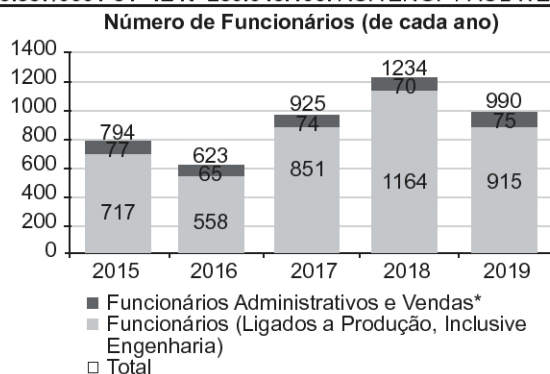
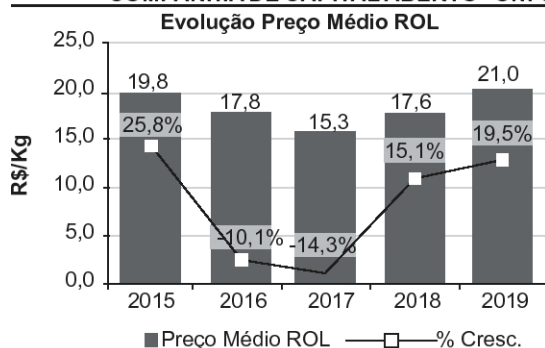


Este ano o segmento que titulamos sob encomenda demonstrou uma reação considerável puxado pelas exportações. A Administração entende que o mix 60/40 é ideal para o negócio. O Sob encomenda participou em média 39,7% do total da produção/faturamento em 2019.

Evolução Repetitivo x Sob-Encomenda

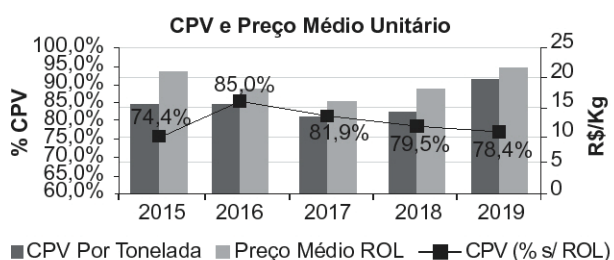


ELECTRO AÇO ALTONA S/A
 COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO - CNPJ 82.643.537/0001-34 - IE Nº 250.043.106. RUA ENG.º PAUL WERNER, 925 - CEP 89030-900 - BLUMENAU - SC - BRASIL



1.3. Custos: Adequações e Capacitação

O CPV – Custo do Produto Vendido teve uma sensível redução, passando de 79,5% em 2018 para 78,4% em 2019. Mesmo com fatores que incrementaram o preço médio, este, não foi suficiente para equilibrar os custos operacionais. Em função do recuo da carteira dos itens repetitivos a Companhia efetuou algumas adequações ocupacionais para um novo quadro de empregados que foi reduzido em aproximadamente 240 pessoas. Adicionalmente, durante o ano de 2019 houve adequações/reduções nos níveis dos estoques, estoques estes valorizados com os custos que sofreram os aumentos em 2018. A Administração reconhece que o CPV não está em níveis ideais, e necessita ser menor que os indicados nos anos anteriores. Para isso, se faz necessário buscar adequações nas despesas e repasses dos custos primários nos compósitos de preços.



1.4. Recursos Humanos

Altona fechou o ano com 990 colaboradores, as adequações ocupacionais foram efetuadas logo nos primeiros meses do ano provocadas pelo recuo da demanda do itens repetitivos. A força de mão de obra esta/foi alocada no setor produtivo que representa 93%. Um dos indicadores utilizados para medir o desempenho é produtividade por tonelada/hora homem trabalhada. Durante 2019 a produtividade geral da Altona ficou em 1,03 tn./ homem, e 1,17 tn/hora homem em 2018. Reflexo de uma participação do aumento dos itens de maior complexidade, a participação da unidade Sob Encomenda em 2019 foi de 39,7% e 2018 de 28,9% em valores. Os indicadores não estão nos níveis adequados que almeja a Administração, que entende ser um vetor para melhorar a rentabilidade e a competitividade. Para isso, no segundo semestre de 2019 a Administração apoiou projetos voltados a produtividade. Trabalhos voltados para redução de gastos e melhorias de fluxos de processos/produção estão em andamento. Números acima de 1,3 tn/hora homem, sustentam para uma melhora dos custos e/ou redução do CPV. A mão de obra evidenciada como principal vetor do Valor Adicionado abrange os recursos aplicados aos empregados/pessoas ou na área social, tais como: remuneração fixa, assistência médica e odontológica, plano de saúde, alimentação, transporte, formação, segurança do trabalho, programa de estágio etc.; foram expressivos e representaram R\$ 81,4 milhões em 2019 (R\$ 76,2 milhões 2018). No planejamento estratégico, o item saúde e segurança do trabalho, tem status de "Valor" com objetivo de acidente zero. A Administração tem várias atribuições para prevenção e/ou eliminação dos acidentes ocupacionais, investigações e indicadores para controlar o número de incidentes/acidentes. Um dos principais indicadores é o acidente com afastamento. No ano de 2019 o indicador teve seu melhor índice da história, foram registrados 9 acidentes com afastamento, menos de 1 ao mês. Os trabalhos voltados para ambiente de trabalho e aos mapeamentos dos riscos foram eminentes, possibilitando ao colaborador a percepção da exposição ao risco de incidentes/acidentes. Reformulações na gestão de saúde e segurança do trabalhador são fomentadas todos os dias.

1.5. Valor Adicionado

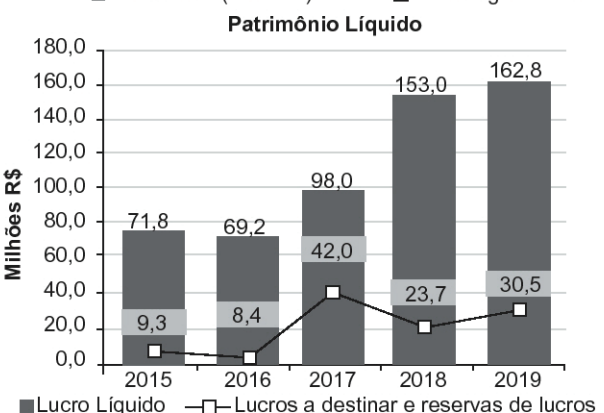
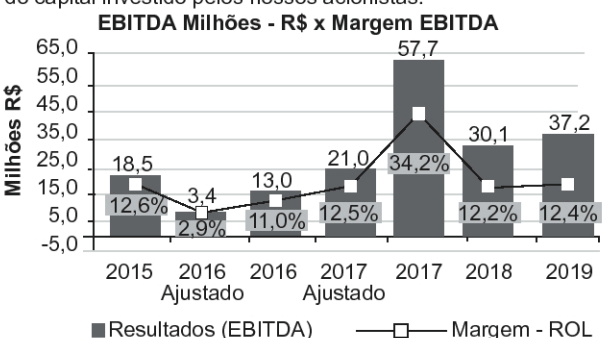
Em 2019, nosso valor adicionado gerou uma riqueza líquida na ordem de R\$ 142,9 milhões, distribuídos em seus diversos elementos e contribuições, conforme demonstra o gráfico, de forma sintetizada.



1.6. Resultados

A capacidade de geração de caixa operacional da companhia, demonstrada pelo EBITDA foi de R\$ 37,2 milhões, que representa 12,4% sobre a ROL. Comparamos com a geração operacional ajustada, sem os efeitos dos resultados advindos da Administradora de Bens e outras empresas, demonstram um EBITDA de R\$ 29,4 milhões ou 11,5% do ROL. Mesmo um EBITA estável e na casa de 12,0% sobre ROL, comparado com anos anteriores, avaliamos que a geração de caixa não está em patamares aceitáveis, onde, para fazer frente ao endividamento e investimentos, estimasse um EBITDA ideal acima de 15,0% sobre o ROL.

O Patrimônio líquido de 2019 apresenta R\$ 162,8 milhões. Estes esforços despendidos resultaram no acréscimo do Patrimônio Líquido, acumulando Lucros e objetivando a remuneração do capital investido pelos nossos acionistas.

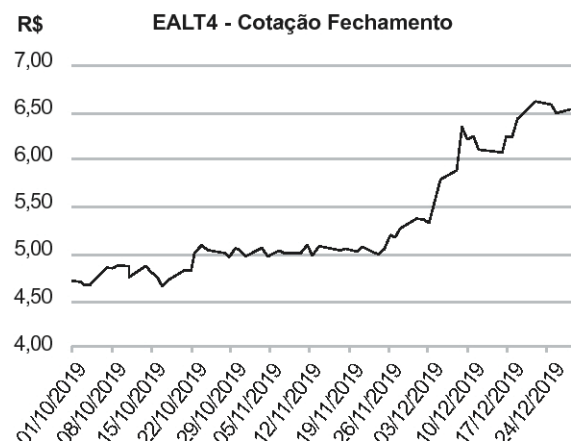


2. Investimentos

É premissa do nosso planejamento estratégico priorizar os investimentos sem comprometer nossa capacidade de pagamento. Os valores aprovados no orçamento de 2019 para aquisições em investimentos eram de 5% do ROL, (R\$ 12,8 milhões) e a realização foi de R\$ 16,8 milhões. Os investimentos foram destinados para ampliação de áreas, melhorias de processos, meio ambiente, saúde e segurança do trabalhador.

3. Mercado de Capitais

Em 31 de dezembro de 2019 o *freefloat* era de 39%. As participações dos administradores da Companhia, incluindo as pessoas vinculadas e empresas controladas por estes (61%). Através da AGO de abril 2018, as ações da Companhia foram submetidas a bonificações de 900%. A Administração entende que a bonificação tornou o mercado de ações mais adequado para movimentações em bolsa. Depois da bonificação, as ações EALT3 e 4 passaram de 600 acionistas para aproximadamente 2.800.



4. Relacionamento com os Auditores Independentes

As políticas da Companhia no que tange à contratação de serviços junto aos seus auditores independentes, não relacionados a serviços de auditoria externa, asseguram que não há conflito de interesse, perda de independência ou objetividade. Ademais, todos os serviços contratados não vinculados à prestação de auditoria externa têm acompanhamento por parte da Administração da Companhia. Em atendimento à Instrução nº 381/03 da CVM, informamos que em 2019, a Companhia pagou honorários à empresa Berkan Auditores Independentes no montante de R\$ 89 mil, os quais abrangem os serviços legais obrigatórios de auditoria externa que compreenderam a revisão das informações trimestrais (ITRs) dos períodos encerrados em março, junho e setembro de 2019 e da auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

5. Perspectivas

Em atendimento ao OFÍCIO-CIRCULAR / CVM / SNC / SEP/n.º 02/2020, referente os riscos econômicos do COVID-19, a Companhia declara que ainda não tem a visão clara sobre os impactos, mas o cenário não é favorável. A Administração entende que possíveis ajustes negativos no orçamento para 2020 através das mudanças a curto prazo possam acontecer nos negócios/orçamento atual. Declara também que elaborou medidas administrativas internas através do seu comitê de crise para prevenção / segurança e bem estar dos colaboradores, bem como orientações sobre cuidados a serem tomados para prevenção da doença. Reforçamos as medidas de dispensa dos colaboradores administrativos para trabalhar em home office. Colaboradores de grupos de risco maiores de 60 anos e/ou que tenham qualquer doença foram afastados. Também foi elaborado um plano de redução das atividades operacionais de forma cronológica/gradativa em atendimento ao Decreto Estadual 515 de 17/03/2020. O monitoramento através do comitê de crise será diário e qualquer adversidade apontada os planos de ações serão executados. 2020 já mostrou que será um ano adverso e de muitos desafios. No cenário interno, o Brasil tem como meta várias reformas a serem aprovadas no congresso, tais como: tributários e administrativo, para que o País se torne mais competitivo. No cenário externo as instabilidades comerciais das principais economias, como Estados Unidos/China/Europa, poderão afetar negativamente o crescimento mundial e agora agravados pelos impactos negativos pelo COVID-19. A Administração tem como foco a gestão das despesas e reduções dos custos, visando a lucratividade do negócio. O desafio será grande, e repetir 2019 em termos de produção/faturamento com melhor performance será o desafio para 2020. A Altona continuará focada em gerar valor ao negócio, equilibrando o caixa e equalizando a baixa do endividamento, prospectando clientes e produtos diferenciados, sempre na vanguarda de atender os requisitos ambientais, sociais e econômicos, bem como recompensar os colaboradores de forma justa e sem comprometer a saúde e segurança ocupacional.

A Administração

ELECTRO AÇO ALTONA S/A											
COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO - CNPJ 82.643.537/0001-34 - IE Nº 250.043.106. RUA ENG.º PAUL WERNER, 925 - CEP 89030-900 - BLUMENAU - SC - BRASIL											
As notas explicativas são parte integrante da demonstração anual											
BALANÇO PATRIMONIAL 31/12/2019 e 31/12/2018 (Em milhares de reais)					DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)						
	Notas	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			CONTROLADORA		CONSOLIDADO		
		31 DEZ 2019	31 DEZ 2018	31 DEZ 2019	31 DEZ 2018		31 DEZ 2019	31 DEZ 2018	31 DEZ 2019	31 DEZ 2018	
Ativo											
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.811	1.929	4.985	1.929						
Aplicações Financeiras	5	3.902	3.657	3.928	3.657	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	16.851	12.249	16.851	12.249	
Contas a receber	6	64.767	46.272	69.541	46.272	Outros res. abrang. Líquidos a serem reclassificados para resultado em exercícios subsequentes:					
Estoques	7	33.850	42.432	33.850	42.432	Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	
Tributos a recuperar	8	10.802	12.838	10.803	12.838	Tributos diferidos s/ outra res. abrangente	-	-	-	-	
Outras contas a receber		5.094	4.348	5.227	4.348	Resultado abrangente total	16.851	12.249	16.851	12.249	
Despesas antecipadas		641	1.125	642	1.125						
		<u>122.867</u>	<u>112.601</u>	<u>128.976</u>	<u>112.601</u>						
Não circulante											
Depósitos judiciais	13.b	3.402	2.964	3.402	2.964	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)					
Tributos a recuperar	8	10.370	10.489	10.370	10.489					CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Contas a receber	6	-	-	31.600	-			31 DEZ 2019	31 DEZ 2018	31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
Outras contas a receber		-	460	-	460	Fluxo de caixa					
Crédito com Partes Relacionadas		244	55	-	55	Atividades Operacionais					
Investimentos	9	95.265	92.539	3.150	2.106	Lucro (prejuízo) antes dos impostos					
Imobilizado	10	131.950	125.733	190.380	216.166	Imposto de renda e contribuição social					
Intangível	11	600	670	600	670	Lucro (prejuízo) líquido do período					
		<u>241.831</u>	<u>232.910</u>	<u>239.502</u>	<u>232.910</u>	Ajuste de itens sem desembolso de caixa					
Total do ativo		<u>364.698</u>	<u>345.511</u>	<u>368.478</u>	<u>345.511</u>	Valor justo de contraprestação contingente					
Passivo											
Circulante											
Financiamentos e empréstimos	12	60.622	55.954	60.622	55.954	Encargos sobre empréstimos e financiamentos					
Fornecedores	14	12.124	15.412	12.310	15.412	Depreciação e amortização					
Programa de recuperação fiscal	15	1.975	1.969	1.996	1.969	Resultado da Equivalência Patrimonial					
Obrigações tributárias		1.589	1.507	4.196	1.507	Provisão para realização créditos					
Adiantamentos de clientes		5.986	5.355	6.081	5.355	Provisão para perdas estoque					
Obrigações sociais trabalhistas	16	16.609	18.941	16.806	18.941	Perda (ganho/recebimento) com ações Eletrobrás					
Dividendos/JCP/Particip. Adm a pagar		3.965	3.440	3.965	3.440	Baixas de ativo imobilizado					
Outras contas a pagar	18	12.586	13.660	12.582	13.660	Ajuste a valor presente					
		<u>115.456</u>	<u>116.238</u>	<u>118.558</u>	<u>116.238</u>	Ajuste de Avaliação Patrimonial					
Não circulante											
Financiamentos e empréstimos	12	27.026	26.254	27.026	26.254	Imposto de renda e contribuição social diferidos					
Programa de recuperação fiscal	15	18.108	20.220	18.235	20.220	Ajustes de capital de giro					
IR e contrib. social diferida	17.a	27.340	24.131	28.422	24.131	(Aumento) Redução do contas a receber					
Provisão p/ litígios e demandas judiciais	13.a	5.725	4.014	5.725	4.014	(Aumento) Redução dos estoques					
Outras contas a pagar	18	8.265	1.631	7.734	1.631	(Aumento) Redução dos tributos a recuperar					
		<u>86.464</u>	<u>76.250</u>	<u>87.142</u>	<u>76.250</u>	(Aumento) Redução de outros ativos					
Total do passivo		<u>201.920</u>	<u>192.488</u>	<u>205.700</u>	<u>192.488</u>	(Aumento) Redução de fornecedores					
Patrimônio líquido											
Capital social	19.a	43.676	39.540	43.676	39.540	(Aumento) Redução de obrigações tributárias					
Reserva legal	19.b	3.716	2.960	3.716	2.960	(Aumento) Redução de obrigações sociais e trab.					
Reservas de lucros		26.761	20.703	26.761	20.703	(Aumento) Redução de outros passivos					
Ajustes de avaliação patrimonial		88.625	89.820	88.625	89.820	Recursos líquidos originados (aplicados) em atividades operacionais					
		<u>162.778</u>	<u>153.023</u>	<u>162.778</u>	<u>153.023</u>	Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>364.698</u>	<u>345.511</u>	<u>368.478</u>	<u>345.511</u>	Redução/ (aumento) das Aplicações Financeiras					
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Exercícios findos em 31/12/2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto resultado por ação)											
	Notas	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			31 DEZ 2019	31 DEZ 2018	31 DEZ 2019	31 DEZ 2018	
		31 DEZ 2019	31 DEZ 2018	31 DEZ 2019	31 DEZ 2018						
Receita operacional líquida	22	256.202	246.961	299.194	246.961						
Custo dos produtos vendidos	23	(200.418)	(196.304)	(234.512)	(196.304)	Adições ao imobilizado e intangível	(15.843)	(20.077)	(16.784)	(20.077)	
Lucro bruto		55.784	50.657	64.682	50.657	Baixas Imobilizado	-	-	32.447	-	
Receitas (despesas) operacionais						Baixas Intangível	-	215	-	215	
Despesas com vendas	23	(15.755)	(19.957)	(15.828)	(19.957)	Variação em investimentos diversos	4.793	(57.664)	6.475	(57.664)	
Despesas gerais e administrativas	23	(19.077)	(18.224)	(20.701)	(18.224)	Recursos líquidos aplicado em atividades de investimento	(11.295)	(80.362)	21.867	(80.362)	
Outras receitas operacionais	24	3.111	11.273	3.111	11.273	Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Outras despesas operacionais	24	(4.185)	(3.023)	(4.190)	(3.589)	Pagamento de arrendamento mercantil financeiro e empréstimos	(96.685)	(79.520)	(96.685)	(79.520)	
Resultado de Equivalência Patrimonial		6.943	(566)	-	-	Captações de empréstimos e financiamentos obtidos	97.290	102.516	97.290	102.516	
Resultado antes do resultado financeiro		26.821	20.160	27.074	20.160	Pagamento de dividendos, JSCP e part. admin.	(6.572)	(5.809)	(6.572)	(5.809)	
Despesas financeiras	25	(12.663)	(11.824)	(12.681)	(11.824)	Recursos líquido originado (aplicado) em atividades de financiamento	(5.967)	17.187	(5.967)	17.187	
Receitas financeiras	25	4.452	3.962	5.059	3.962						
Resultado financeiro líquido		(8.211)	(7.862)	(7.622)	(7.862)	Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.882	1.356	3.056	1.356	
Resultado antes dos trib. sobre lucro		18.610	12.298	19.452	12.298	Caixa e equivalentes no início do período	1.929	573	1.929	573	
Impostos sobre os lucros	17.b	(1.759)	(49)	(2.601)	(49)	Caixa e equivalentes no fim do período	3.811	1.929	4.985	1.929	
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		16.851	12.249	16.851	12.249						
Ação preferencial – R\$ (básico e diluído)	19.d	0,7797	0,5667	0,7797	0,5667						
Ação ordinária – R\$ (básico e diluído)	19.d	0,7088	0,5152	0,7088	0,5152						

ELECTRO AÇO ALTONA S/A

COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO - CNPJ 82.643.537/0001-34 - IE Nº 250.043.106. RUA ENG.º PAUL WERNER, 925 - CEP 89030-900 - BLUMENAU - SC - BRASIL

As notas explicativas são parte integrante da demonstração anual

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	RESERVAS					OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTROLADORA	PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADOS*	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
	CAPITAL SOCIAL CS	RESERVA DE INCENTIVOS FISCAIS	RESERVA LEGAL	RESERVA DE LUCROS	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS				
Saldos em 31 de dezembro de 2017	17.264	-	2.409	39.575	-	37.147	96.395	-	96.395
Participação Administradores	-	-	-	(3.066)	-	-	(3.066)	-	(3.066)
Distribuição Dividendos	-	-	-	(6.140)	-	-	(6.140)	-	(6.140)
Realização aumento de capital	22.276	-	-	(22.276)	-	-	-	-	-
AAP Adm de Bens	-	-	-	-	-	53.585	53.585	-	53.585
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	12.249	-	12.249	-	12.249
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	(675)	1.587	(912)	-	-	-
Participação dos Admin. a destinar	-	-	-	1.225	(1.225)	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	551	-	(551)	-	-	-	-
Dividendos a Destinar	-	-	-	3.015	(3.015)	-	-	-	-
Lucros a Destinar	-	-	-	9.045	(9.045)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	39.540	-	2.960	20.703	-	89.820	153.023	-	153.023
Participação Administradores	-	-	-	(1.225)	-	-	(1.225)	-	(1.225)
Distribuição dividendos	-	-	-	(3.015)	-	-	(3.015)	-	(3.015)
Reserva de Capital (subvenção/inc. Fiscal)	-	4.909	-	(4.909)	-	-	-	-	-
Realização aumento de capital	4.136	-	-	(4.136)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	16.851	-	16.851	-	16.851
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	-	1.195	(1.195)	-	-	-
Participação dos Admin. a destinar	-	-	-	1.685	(1.685)	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	758	-	(758)	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio pagos	-	-	-	-	(2.856)	-	(2.856)	-	(2.856)
Dividendos a Destinar	-	-	-	1.045	(1.045)	-	-	-	-
Lucros a Destinar	-	-	-	11.702	(11.702)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	43.676	4.909	3.716	21.850	-	88.625	162.778	-	162.778

* As empresas que compõem o consolidado do grupo Altona, são subsidiárias integrais, por isso, o efeito é nulo.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 DEZ 2019	31 DEZ 2018	31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
Receitas	275.045	258.234	302.305	258.234
Vendas de mercadorias produtos	271.934	246.961	299.194	246.961
Outras receitas	3.111	11.273	3.111	11.273
Insumos adquiridos de terceiros (com impostos)	(69.267)	(71.378)	(69.428)	(71.378)
Materiais diretos (matéria prima e insumos diretos)	(69.267)	(71.378)	(69.428)	(71.378)
Materiais indiretos e serviços de terceiros	(51.363)	(46.606)	(51.746)	(46.606)
Energia	(15.634)	(10.435)	(15.655)	(10.435)
Custo Controladas	-	-	(15.341)	-
Valor adicionado bruto	138.781	129.815	150.135	129.815
Depreciações e amortizações	(9.673)	(9.930)	(10.171)	(9.930)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	129.108	119.885	139.964	119.885
Receitas financeiras	4.453	3.962	5.316	3.962
Resultado Equivalência Patrimonial	6.944	(566)	-	-
Valor adicionado total a distribuir	140.505	123.281	145.280	123.847
Distribuição do valor adicionado				
Empregados	79.529	76.210	80.431	76.210
Remuneração direta	59.217	58.870	59.923	58.870
Benefícios	13.924	12.508	14.006	12.508
FGTS	6.388	4.832	6.502	4.832
Tributos	30.895	23.564	34.760	23.564
Federais	27.681	19.908	30.710	19.908
Estaduais	2.809	3.003	2.836	3.003
Municipais	405	653	1.214	653
Remuneração de capital de terceiros	13.230	11.258	13.238	11.258
Juros e variações cambiais	13.230	11.258	13.238	11.258
Remuneração de capitais próprios	16.851	12.249	16.851	12.249
Lucros retidos (prejuízos) do período	16.851	12.249	16.851	12.249

1. Informações sobre a Companhia

A ELECTRO AÇO ALTONA S/A é uma Companhia aberta com sede em Blumenau – SC, Brasil, e tem como atividade principal e objeto social a: produção, industrialização nos setores de fundição e usinagem, e fornecimento de peças fundidas em aços carbono, ligadas (baixa, média e alta liga) e ferros ligados para aplicações especiais. A Companhia é controlada pela Companhia Werner S/A e controladora da Administradora de Bens Altona S/A, tendo seu capital aberto há mais de 60 anos e listadas na BM&FBOVESPA sob código de negociação EALT3 e EALT4.

Trabalhando em dois núcleos de peças fornecidas que são tituladas como “repetitivas”, quando são feitas em série, constituindo produtos, partes, peças e conjuntos de peças, para as empresas montadoras de equipamentos autopropulsores, ou “sob encomenda”, quando são feitas sob medida de forma não seriada, sejam isoladas ou como partes de subconjuntos, constituintes de equipamentos completos. Independentemente de serem “repetitivas” ou “sob encomenda”, todas as peças são produzidas de acordo com especificações, projetos e normas técnicas de uso internacional e de clientes.

2. Base de preparação

2.1 Declaração da administração e base de preparação e apresentação das informações financeiras intermediárias (Controladora e Consolidado)

A Demonstração Anual Financeira da Controladora e Consolidado foi preparada conforme as prá-

ticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e que está em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), contemplando a adoção dos novos pronunciamentos contábeis vigentes a partir de 2019 e estão identificadas como “Controladora” e “Consolidado”.

A Demonstração Anual Financeira da Controladora e Consolidado estão expressas em milhares de Reais (“R\$”), bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Itens divulgados em Reais estão informados quando aplicáveis.

A preparação da Demonstração Anual Financeira da Controladora e Consolidado requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo passivos contingentes. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros.

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas trimestralmente.

A presente Demonstração Anual Financeira da Controladora e Consolidado da Electro Aço Altona S.A. foi aprovada pela Diretoria da Companhia em 26 de março de 2020.

2.2 Base de consolidação

As Informações Intermediárias consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas apresentada abaixo:

Controlada	País	% de Participação 31/12/2019
Administradora de Bens Altona S.A.	Brasil	100%
Modelação Kimze Ltda	Brasil	100%
Altona Europa	Alemanha	100%

A consolidação ocorre em conformidade com o estipulado pela Lei no 6.404/76 e as devidas alterações promovidas pela Lei no 11.638/07 e Lei no 11.941/09, bem como pelos critérios previstos pelo CPC 36 – Demonstrações Consolidadas, dos quais destacamos os seguintes:

As demonstrações financeiras da controlada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes e padronizadas com o propósito de apresentação, classificação e mensuração uniformes.

Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo, entre esses:

a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as empresas incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação.

b) Eliminação das parcelas dos resultados do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados e do custo de estoques ou do ativo não circulante que corresponderem a resultados, ainda não realizados, de negócios entre as sociedades.

c) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio.

d) Os ajustes decorrentes das reavaliações patrimoniais serão compensados reflexivamente, conforme CPC 18 – Equivalência Patrimonial, quando de novas reavaliações a serem realizadas por uma controlada, eliminando assim nos ganhos com as investidas, os saldos contidos no Patrimônio Líquido da Controlada.

Reconhecimento de prejuízos da empresa controlada atribuível à controladora que excedam o valor da participação até o limite do valor do investimento, exceto quando a controladora tem a obrigação ou intenção de cobrir estes prejuízos.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A demonstração anual financeira individual e consolidada está apresentada em Reais (R\$),

ELECTRO AÇO ALTONA S/A

COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO - CNPJ 8.643.537/0001-34 - IE Nº 250.043.106. RUA ENG.º PAUL WERNER, 925 - CEP 89030-900 - BLUMENAU - SC - BRASIL

que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo a variação registrada na demonstração do resultado.

3. Resumo das principais práticas contábeis

A demonstração anual financeira foi preparada de acordo com a Deliberação CVM nº 673/11, que estabelece o conteúdo mínimo de uma demonstração financeira anual e os princípios para reconhecimento e mensuração para demonstrações da Controladora e Consolidadas de exercício.

A demonstração anual financeira individual e consolidada têm como objetivo prover atualização com base nas últimas demonstrações financeiras anuais completas. Portanto, elas focam em novas atividades, eventos e circunstâncias e não duplicam informações previamente divulgadas, exceto quando a Administração julga relevante a manutenção de uma determinada informação.

A demonstração anual financeira aqui apresentada foi preparada com base nas políticas contábeis e métodos de cálculo de estimativas adotados na elaboração das demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (nota 2), bem como contemplando a adoção dos novos pronunciamentos contábeis. Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculo de estimativas. Conforme permitido pela Deliberação CVM nº 673/11, a Administração optou por não divulgar novamente em detalhes as políticas contábeis adotadas pela Companhia. Assim, faz-se necessário a leitura das informações financeiras intermediárias elaboradas durante o ano de 2019 em conjunto com as demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de modo a permitir que os usuários ampliem o seu entendimento acerca da condição financeira e de liquidez da Companhia e da sua capacidade em gerar lucros e fluxos de caixa.

Referente às novas normas vigentes neste exercício, apresentamos as principais práticas contábeis adotadas pela companhia nestas demonstrações anuais, no que tange à:

a) CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes: As Receitas de contratos de clientes que foram elegíveis para fins deste CPC 47 referem-se em sua totalidade a vendas de produtos que contemplam todas as etapas do pós-vendas, tais como descontos atrelados, garantia de performance, fretes atrelados (quando de obrigação da Companhia) e qualquer outra obrigação pós-venda. Em alguns contratos de clientes existem adiantamentos, porém somente a curto prazo, isso não caracteriza um componente de financiamento significativo em seus contratos, pois os produtos e serviços são pagos após o início do contrato com um ano ou menos. Portanto para estes adiantamentos de curto prazo a Companhia não contará com um componente de financiamento, mesmo que ele seja significativo.

b) CPC 48 – Instrumentos Financeiros: O CPC 48 exige que a Companhia faça o registro de suas perdas, de créditos ou débitos (contas a receber/empréstimos) em uma base de 12 meses ou por toda a vida operacional da mesma. A Companhia aplicará esta prática e através de uma abordagem simplificada fará o registro destas perdas durante toda a sua vida operacional. Para a avaliação das perdas de liquidação duvidosa de seus clientes a Companhia adotou o mesmo procedimento atualmente utilizado levando em consideração sua área de atuação e a de seus clientes, o histórico de inadimplência de seus clientes, indicadores de crescimento da companhia para os próximos anos.

A alteração no procedimento de gerenciamento do risco de crédito, não apresentou impactos significativos ou relevantes nas demonstrações financeiras da companhia.

No que diz respeito aos passivos financeiros não derivativos (empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar), estes são reconhecidos pelo valor justo e pelos custos que forem atribuídos a operação, após isso a amortização se dá através do custo amortizado e pela apropriação dos juros. Os ativos financeiros derivativos também são reconhecidos pelo valor justo e todos os custos atribuídos a ele, as variações destes derivativos são registradas também pelo valor justo diretamente no resultado.

A Companhia e suas controladas avaliam seus ativos não financeiros que estão sujeitos à depreciação ou amortização através de revisões (impairment), sempre que há eventos ou mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável, esta perda é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

c) CPC 24 – Eventos subsequentes: A Companhia declara que em fevereiro de 2020 realizou um termo de compromisso de compra/venda de imóveis de sua propriedade. Os efeitos dessa

venda serão registrados no primeiro ITR de 2020.

Em atendimento ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020, referente os riscos econômicos do COVID-19, a Companhia declara que ainda não tem a visão clara sobre os impactos, mas o cenário não é favorável. A Administração entende que possíveis ajustes negativos no orçamento para 2020 através das mudanças a curto prazo possam acontecer nos negócios/orçamento atual. Declara também que elaborou medidas administrativas internas através do seu comitê de crise para prevenção/securitização e bem estar dos colaboradores, bem como orientações sobre cuidados a serem tomados para prevenção da doença. Reforçamos as medidas de dispensa dos colaboradores administrativos para trabalhar em home office. Colaboradores de grupos de risco maiores de 60 anos e/ou que tenham qualquer doença foram afastados. Também foi elaborado um plano de redução das atividades operacionais de forma cronológica/gradativa em atendimento ao Decreto Estadual 515 e 525 de março/2020. O monitoramento através do comitê de crise será diário e qualquer adversidade apontada os planos de ações serão executados.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
CONTROLADORA		
Caixa e equivalentes de caixa	3.811	1.929
CONSOLIDADO		
Caixa e equivalentes de caixa	4.985	1.929

Em 31 dezembro de 2019 as aplicações financeiras são compostas por Fundos de Investimentos de curto prazo, lastreados ao rendimento entre 97% e 99,5% do CDI, resgatáveis a qualquer momento. Em todos os casos, as aplicações possuem liquidez imediata.

5. Aplicações Financeiras

	31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
CONTROLADORA		
Aplicações Financeiras – garantias	3.902	3.657
CONSOLIDADO		
Aplicações Financeiras – garantias	3.928	3.657

A Companhia firmou contrato de empréstimo junto à Caixa Econômica Federal nº 592431/19 no montante de R\$ 5 milhões, destes, R\$ 1,9 milhões estão classificados como aplicação financeira, que serve como garantia real para transferência ao giro, o mesmo acontece com o Contrato do Banco ABC nº 5328918 no montante de R\$ 5 milhões onde a Companhia mantém R\$ 900 mil como aplicação financeira. A Companhia está negociando com os bancos a substituição dos valores retidos por garantias de imóveis.

A Companhia entende que o valor de mercado de realização destas aplicações não difere significativamente dos saldos já registrados no balanço apresentado.

6. Contas a receber

	31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
Circulante		
CONTROLADORA		
Mercado interno	2.493	9.906
Mercado externo	63.252	37.449
	65.745	47.355
(-) Ajuste a valor presente	(546)	(379)
(-) Provisão para devedores duvidosos	(432)	(704)
Total	64.767	46.272

CONSOLIDADO

Mercado interno	7.267	9.906
Mercado externo	63.252	37.449
	70.519	47.355
(-) Ajuste a valor presente	(546)	(379)
(-) Provisão para devedores duvidosos	(432)	(704)
Total	69.541	46.272

Do saldo consolidado de R\$ 70.519, do contas a receber circulante R\$ 4.515 refere-se ao contas a receber da Administradora de Bens Altona S/A, R\$ 202 da Altona Europa e R\$ 57 da Modelação Kimze

Não Circulante

	31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
CONSOLIDADO		
Mercado interno	31.600	-
Total	31.600	-

O saldo de R\$ 31.600 do contas a receber não-circulante, refere-se na sua totalidade ao saldo a receber da Administradora de Bens Altona S/A. O montante está a valor presente, não se aplicando a regra do AVP – Ajuste a Valor Presente.

Contas a receber dos clientes do mercado externo em moeda estrangeira:

CONTROLADORA CONSOLIDADO

31 DEZ 2019 31 DEZ 2018

Valores a receber em milhares de US\$	US\$ 14.157	US\$ 7.695
Dólar fechamento do período	R\$ 4,03	R\$ 3,87
Total a receber conversão	R\$ 57.053	R\$ 29.780
Dólar x Real no período		
Valores a receber em milhares de CAD	CAD 233	CAD 1.814
Dólar Canadense fechamento do período	R\$ 3,10	R\$ 2,84
Total a receber conversão	R\$ 722	R\$ 5.152
Dólar CAD x Real no período		
Valores a receber em milhares de €	€ 1.209	€ 567
Euro fechamento do período	R\$ 4,53	R\$ 4,44
Total a receber conversão	R\$ 5.477	R\$ 2.517
Euro x Real no período		
Total a receber mercado externo no período	R\$ 63.252	R\$ 37.449

A análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
Circulante		
CONTROLADORA		
Duplicatas a vencer até 30 dias	14.745	18.744
Duplicatas a vencer após 30 dias	44.904	22.057
Duplicatas vencidas até 30 dias	3.801	3.180
Duplicatas vencidas há mais de 30 dias	2.295	3.374
Total	65.745	47.355

Circulante

	31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
CONSOLIDADO		
Duplicatas a vencer até 30 dias	15.505	18.744
Duplicatas a vencer após 30 dias	48.918	22.057
Duplicatas vencidas até 30 dias	3.801	3.180
Duplicatas vencidas há mais de 30 dias	2.295	3.374
Total	70.519	47.355

Não Circulante

	31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
CONSOLIDADO		
Duplicatas a vencer 2020	4.510	-
Duplicatas a vencer 2021	3.588	-
Duplicatas a vencer 2022	3.588	-
Duplicatas a vencer 2023	3.588	-
Duplicatas a vencer 2024 em diante	16.326	-
Total	31.600	-

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
CONTROLADORA E CONSOLIDADO		
Saldo no início do período	(704)	(744)
Constituição	-	-
Recuperações/reversão	272	40
Saldo no final do período	(432)	(704)

Os produtos da Companhia em sua grande maioria são repetitivos e não geram atrasos maiores de 180 dias no recebimento. Os produtos que geram e compõe a PCLD são processos sob encomenda, que por sua vez tendem a gerar atrasos no recebimento. Nos últimos 3 anos a Companhia não obteve perdas que ultrapassassem 2% de suas vendas.

7. Estoques

	31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
CONTROLADORA E CONSOLIDADO		
Produtos acabados	6.114	5.395
Produtos em elaboração	16.138	25.827
Matéria prima	3.232	2.288
Materiais auxiliares	4.661	3.877
Outros materiais	3.504	4.865
Mercadorias em consignação	201	180
Total	33.850	42.432

8. Tributos a recuperar

	31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
CONTROLADORA E CONSOLIDADO		
IPi, PIS, COFINS e outros sobre insumo	5.212	5.902
ICMS, PIS, COFINS sobre o imobilizado	2.056	1.595
Ressarcimento compensação PERT	3.571	3.571
IRPJ/CSLL ⁽¹⁾	10.333	12.259
Total	21.172	23.327
Circulante	10.802	12.838
Não circulante	10.370	10.489

Os créditos serão realizados pela Companhia através de restituição e/ou compensação com impostos e contribuições. A ad-

ELECTRO AÇO ALTONA S/A

COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO - CNPJ 82.643.537/0001-34 - IE Nº 250.043.106. RUA ENG.º PAUL WERNER, 925 - CEP 89030-900 - BLUMENAU - SC - BRASIL

ministração não espera perdas na realização destes créditos. * Corresponde ao valor pago pela Modelação Kimze no montante de R\$ 259, somado ao Patrimônio Líquido negativo da empresa. A Companhia entende que a aquisição faz sinergia com o negócio, trazendo redução de custos e melhor agilidade no processo de confecção de modelos.

(1) O STF transitou em julgado o processo nº 5016243-44.2013.4.04.7205 no qual a Companhia discutia a não inclusão na base de cálculo do IRPJ e da CSLL referente ao regime especial do ICMS enquadrado na tese como Subvenção Governamental. Desde 2018, o STF considerou inconstitucional a inclusão e concedeu ganho de causa para os contribuintes. A Companhia por sua vez, após referida decisão e com base no parecer jurídico, optou por modular suas apurações mensais já com a referida exclusão na base de cálculo do IR/CS. Adicionalmente, o processo acima mencionado transitou em julgado a favor da Companhia, que por sua vez recalculou e reconheceu seus efeitos no último trimestre de 2018. O saldo destes créditos estão todos reconhecidos no Ativo Não-Circulante (Longo Prazo) e totalizam R\$ 8.362.

9. Investimentos

A composição dos investimentos da Companhia é a seguinte:

Investimento em Controladas	CONTROLADORA CONSOLIDADO			
	31 DEZ 2019	31 DEZ 2018	31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
Adm de Bens Altona S.A	91.788	90.433	-	-
Altona Europa	327	494	-	494
Modelação Kimze	910	-	910	-
Outros investimentos				
Processo Eletrobrás	2.189	1.612	2.189	1.612
Outros	51	-	51	-
Total	95.265	92.539	3.150	2.106

a) Investimento em Controladas

Os investimentos da Companhia são avaliados pela equivalência patrimonial, conforme quadro abaixo:

	Administradora de Bens Altona S.A.	Modelação Kimze	Altona Europa	31 DEZ 2019
Total de ativos circulante e não circulante	95.574	167	628	96.369
Total de passivos circulante e não circulante	3.786	696	301	4.783
Patrimônio líquido	91.788	(529)	327	91.586
Receitas líquidas do exercício	42.731	1.657	-	44.388
Resultado do exercício	7.863	122	(1.042)	6.943
Participação no capital em %	100%	100%	100%	100%
Equivalência patrimonial	7.863	122	(1.042)	6.943
Investimento pela equivalência patrimonial	91.788	910*	327	93.025

10. Imobilizado Movimentação dos ativos imobilizados 2019:

CONTROLADORA	Terrenos	Edificações próprias	Máquinas e equipamentos	Veículos, modelos, moldes e instalações	Móveis e utensílios	Imobilizados em curso	Cartas de Consorcio	Arrendamento mercantil	Outros imobilizados	Total
Custo										
Em 31 dezembro 2018	23.972	63.764	174.932	18.722	6.124	7.875	3.815	1.357	3.412	303.973
Adições	49	805	2.908	1.950	217	3.297	209	6.136	91	15.662
Transferências	-	1.310	2.224	-	-	(3.534)	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	(11)	(8)	-	-	-	(17)	(36)
Em 31 dezembro 2019	24.021	65.879	180.064	20.661	6.333	7.638	4.024	7.493	3.486	319.599
Depreciação										
Em 31 dezembro 2018	-	(34.381)	(120.618)	(15.501)	(4.819)	-	-	(110)	(2.811)	(178.240)
Depreciação	-	(2.593)	(5.477)	(650)	(230)	-	-	(265)	(208)	(9.423)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	1	7	-	-	-	6	14
Em 31 dezembro 2019	-	(36.974)	(126.095)	(16.150)	(5.042)	-	-	(375)	(3.013)	(187.649)
Valor líquido										
Em 31 dezembro 2018	23.972	29.383	54.314	3.221	1.305	7.875	3.815	1.247	601	125.733
Em 31 dezembro 2019	24.021	28.905	53.969	4.511	1.291	7.638	4.024	7.118	473	131.950

CONSOLIDADO	Terrenos	Edificações próprias	Máquinas e equipamentos	Veículos, modelos, moldes e instalações	Móveis e utensílios	Imobilizados em curso	Cartas de Consorcio	Arrendamento mercantil	Outros imobilizados	Total
Custo										
Em 31 dezembro 2018	114.405	63.764	174.932	18.722	6.124	7.875	3.815	1.357	3.412	394.406
Adições	437	823	3.383	1.966	239	3.297	209	6.136	113	16.603
Transferências	-	1.310	2.224	-	-	(3.534)	-	-	-	-
Baixas	(32.447)	-	-	(11)	(8)	-	-	-	(17)	(32.483)
Em 31 dezembro 2019	82.395	65.897	180.539	20.677	6.355	7.638	4.024	7.493	3.508	378.526
Depreciação										
Em 31 dezembro 2018	-	(34.381)	(120.618)	(15.501)	(4.819)	-	-	(110)	(2.811)	(178.240)
Depreciação	-	(2.610)	(5.905)	(666)	(245)	-	-	(265)	(229)	(9.920)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	1	7	-	-	-	6	14
Em 31 dezembro 2019	-	(36.991)	(126.523)	(16.166)	(5.057)	-	-	(375)	(3.034)	(188.146)
Valor líquido										
Em 31 dezembro 2018	114.405	29.383	54.314	3.221	1.305	7.875	3.815	1.247	601	216.166
Em 31 dezembro 2019	82.395	28.906	54.016	4.511	1.298	7.638	4.024	7.118	474	190.380

ELECTRO AÇO ALTONA S/A

COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO - CNPJ 82.643.537/0001-34 - IE Nº 250.043.106. RUA ENG.º PAUL WERNER, 925 - CEP 89030-900 - BLUMENAU - SC - BRASIL

Como garantias dos empréstimos e financiamentos, a Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, ofereceu:

- Alienação de máquinas e equipamentos;
- A Companhia mantém com a Companhia Werner S/A e a empresa Bellevue Participações Societárias Ltda, a prestação de fianças/avaís. Os valores pagos a título de aval estão descritos na Nota 20.

13. Provisão para litígios e demandas judiciais**a) Provisão para litígios e demandas judiciais**

A Companhia está envolvida em discussões administrativas e jurídicas de natureza trabalhista e tributária. Para as causas cuja probabilidade foi considerada como perda provável, foi registrada provisão para contingências, como abaixo indicado:

Controladora e Consolidado				
	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2018
Trabalhistas	2.422	2.273	(1.561)	1.710
Tributárias	2.892	588	-	2.304
ICMS Exportação	411	411	-	-
Total	5.725	3.272	(1.561)	4.014

Trabalhistas: A Companhia é acionada em reclamações trabalhistas envolvendo principalmente discussões sobre insalubridade, periculosidade, entre outros. Baseado no histórico de pagamentos e na opinião dos assessores jurídicos, a provisão de R\$ 2.422 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 1.710 em 31 de dezembro de 2018) é julgada suficiente para cobrir prováveis perdas. Adicionalmente, há em andamento processos trabalhistas no montante de aproximadamente R\$ 1.032, para os quais não foi constituída qualquer provisão pelo fato dos consultores jurídicos da Companhia entenderem que a perspectiva de ganho da Companhia nestes processos é possível.

Tributárias: A provisão é formada por valores provisionados a título de INSS sobre verbas salariais. A Companhia discute judicialmente a não incidência de INSS sobre as verbas do SEBRAE. Os valores devidos são apurados mensalmente e provisionados, sendo que o montante provisionado em 31 de dezembro de 2019, para esta causa, totaliza R\$ 2.892 (R\$ 2.304 em 31 de dezembro 2018).

ICMS Exportação: O valor provisionado trata-se da cobrança da CDA nº19047791714 referente à desconsideração de exportações realizadas pela empresa e consequente cobrança de ICMS.

b) Depósitos judiciais

A Companhia registra no ativo, valores referentes a depósitos judiciais conforme demonstrado abaixo:

Controladora e Consolidado					
	31 DEZ 2019	Adições	Atualizações	Baixas	31 DEZ 2018
Depósitos trabalhistas	3.402	314	-	-	2.964

Do saldo em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 3.402, o montante de R\$ 2.892 (R\$ 2.453 em 31 de dezembro de 2018) corresponde a processos ingressados para reconhecimento da não incidência de INSS nas verbas salariais referente ao SEBRAE, conforme orientação dos consultores jurídicos da Companhia. O Saldo remanescente de R\$ 510 (R\$ 511 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a depósitos judiciais para que a Companhia possa discutir ações trabalhistas.

c) Contingências ativas – Processo Celesc 0016440-92.2009.8.24.0008

Em 10 de setembro de 2018 a Companhia obteve êxito em primeira instância do processo acima mencionado no qual o réu é a Celesc, onde a Electro Aço Altona busca ressarcir o valor indevidamente cobrado pela concessionária de energia enquanto a Companhia já era cliente de energia do mercado livre. O valor pleiteado, é de R\$ 2.207 e será acrescido de INPC e juros de 1% ao mês. Além disto a sentença orienta que a Companhia poderá reivindicar o dobro deste valor (principal mais correção). Por se tratar de uma ação ativa a Electro Aço Altona em atendimento aos dispositivos contábeis do CPC e aos princípios contábeis não fez qualquer registro em seu balanço de tais créditos. Quando obtiver o transitado em julgado em última instância fará as atualizações necessárias, procederá o registro e fará as divulgações pertinentes ao mercado.

14. Fornecedores

A Companhia apresenta apenas fornecedores do mercado interno, sendo que as importações em andamento são demonstradas na conta de Estoques.

	Controladora		Consolidado	
	31 DEZ 2019	31 DEZ 2018	31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
Fornecedores	12.168	15.502	12.354	15.502
(-) Ajuste a valor presente	(44)	(90)	(44)	(90)
Total	12.124	15.412	12.310	15.412

15. Programa de recuperação fiscal

Conforme divulgado ao mercado em 20 de novembro de 2017 através de fato relevante, a Companhia migrou do REFIS – Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei Federal nº 9.964/2000, para o PERT – Programa Especial de Regularização Tributária, criado pela Lei Federal nº 13.496/2017 pelo fato deste novo programa de parcelamento do Governo proporcionar melhores benefícios aos seus optantes.

Está modalidade garantiu a Companhia redução de juros em 80%, multas na ordem de 50% e encargos legais reduzidos em sua totalidade. A amortização da dívida remanescente do PERT está ocorrendo através de quitação inicial de adesão no montante de R\$ 14.950, sendo o saldo remanescente parcelado em 145 parcelas mensais atualizados pela SELIC + 1% (sobre a parcela).

Os débitos migrados do REFIS para o PERT são da esfera da Receita Federal do Brasil – RFB (IPI, PIS/Cofins e INSS) e débitos inscritos na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (IPI, INSS, IRPJ e PIS).

Abaixo quadro demonstrativo:

	Consolidado		Controladora		
	31 DEZ 2019	Saldo Moderação Kimze	31 DEZ 2019	Amortizações	Atualizações
PERT	20.231	-	20.083	(2.332)	226
Parcelamento do Simples Nacional	-	140	-	-	-
Parcelamento INSS	-	8	-	-	-
Circulante	1.996	21	1.975	-	1.969
Não circulante	18.235	127	18.108	-	20.220

No exercício, houve ainda o reajuste de saldos do Curto Prazo para o Longo Prazo referente ao pagamento à vista do valor da dívida com a RFB que ainda está em consolidação, desta forma a Companhia entende que não há previsão para realização do mesmo.

No dia 31/08/2018 a RFB consolidou a parte dos débitos previdenciários (INSS) incluídos no PERT. No momento da adesão em novembro de 2017 a Companhia optou pela modalidade de pagamento em 5 parcelas sucessivas no total de R\$ 589 pagos em 2018. O saldo da dívida foi compensado com tributos federais. A Companhia está aguardando a homologação da Compensação do saldo, no montante de R\$ 3.571. Esta compensação será com impostos administrados pela RFB que fazem parte do saldo de impostos a recuperar, nota 8.

No dia 13/12/2018 a RFB consolidou o saldo do PERT de impostos não-previdenciários (Pis/Cofins/IPI) no valor de R\$ 2.302. Na adesão houve um pagamento de R\$ 294. O saldo de R\$ 2.008 foi compensado através de PERDCOMP (saldo credor Pis e Cofins) conforme previsto na legislação.

A Companhia discute no âmbito judicial a inclusão indevida de supostos débitos a título de imposto de renda e contribuição social, não recolhidos nos exercícios de 1990 e 1991, sendo que esses exercícios não apresentaram lucro tributável.

Tal discussão atualmente está em primeira instância, com os embargos à execução fiscal sendo recebidos com efeito suspensivo pela plausibilidade da tese levantada pela Companhia, com precedentes do STF e do TRF da 4ª Região, sendo que está em discussão um valor de R\$ 2.000.

Porém tal questão de forma global envolve um montante de R\$ 3.190 em 31 de dezembro de 2019 pois quando da exclusão do REFIS para adesão ao PERT, houve apropriação dos pagamentos realizados no âmbito do REFIS sobre tais débitos.

Adicionalmente, a Companhia declara o parcelamento do Simples nacional, no montante de R\$ 140 da sua subsidiária integral, a empresa Modelação Kimze.

16. Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31 DEZ 2019	31 DEZ 2018	31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
Salários e Ordenados	2.729	2.383	2.926	2.383
Gratificações – PPR	1.782	1.337	1.782	1.337
Honorários	227	228	227	228
Provisão Encargos	11.871	14.993	11.871	14.993
Total	16.609	18.941	16.806	18.941

O programa de participação dos empregados no resultado da Companhia foi estabelecido conforme o atingimento de metas pré-estabelecidas das receitas brutas dos trimestres, sendo ainda proposto uma bonificação no valor final a receber decorrente da maior lucratividade auferida no período.

17. Imposto de renda e contribuições social

a) Impostos diferidos:

A Companhia registra imposto de renda e contribuição social diferidos como abaixo demonstrado:

	31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
Controladora		
Crédito tributário ativo		
Diferenças temporárias	4.034	5.236
Prejuízo fiscal e base negativa	8.851	10.374
	12.885	15.610
Crédito tributário passivo		
Exclusão temporária do PERT	(21.022)	(19.922)
Valor justo do ativo imobilizado (custo atribuído - CPC 27)	(19.203)	(19.819)
	(40.225)	(39.741)
Passivo líquido não circulante	(27.340)	(24.131)
	31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
Consolidado		
Ativo		
Diferenças temporárias	4.034	5.236
Prejuízo fiscal e base negativa	8.851	10.374
	12.885	15.610
Exclusão temporária do PERT	(21.022)	(19.922)
CPC 27- adoção inicial - valor justo/mais valia - custo atribuído do ativo imobilizado próprio na controladora	(19.203)	(19.819)
CPC 27 - adoção inicial - valor justo/mais valia - custo atribuído do ativo imobilizado de controladas de controle integral - Adm de Bens Altona	(1.082)	-
	(41.307)	(39.741)
Passivo líquido não circulante	(28.422)	(24.131)

Imposto de renda diferido sobre adições temporárias e prejuízos fiscais:

Os créditos e débitos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social foram apurados e estão apresentados pelo seu valor líquido no passivo.

Os resultados obtidos com a adesão ao “Parcelamento Especial de Regularização Tributária” (PERT) foram excluídos temporariamente no Cálculo do Lucro Real respaldado por entendimento dos assessores jurídicos da Companhia.

Os efeitos oriundos da “mais valia” do ativo imobilizado da Companhia ocorrido no ano de 2010 conforme facultado pela adoção inicial da Lei 11.638 e CPC 27 – Ativo Imobilizado estão sendo tributados conforme a sua realização mediante a depreciação, quais contemplam bens na operação própria na própria companhia controladora e terrenos reavaliados transferidos outrora na constituição da controlada de 100% integral chamada Adm de Bens Altona.

Prazo estimado de realização:

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia acumula prejuízos fiscais num total de R\$ 25.559 (R\$ 29.864 em 31/12/2018) e base negativa de contribuição social em um total de R\$ 27.340 (R\$ 32.311 em 31/12/2018), os quais geraram os créditos tributários de IR diferido de R\$ 6.391 (R\$ 7.466 em 31/12/2018) e CS diferido de R\$ 2.460 (R\$ 2.908 em 31/12/2018). A realização destes créditos encontra-se suportada por estudos elaborados pela Administração. Esses estudos encontram-se fundamentados na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, tendo como base em orçamento e plano de negócios para 10 anos, examinados e aprovados pela Administração da Companhia, em atendimento ao exigido pela Instrução CVM 371. A expectativa da Administração é de que esses créditos tributários diferidos sejam realizados no seguinte cronograma:

Estimativa compensação - Controladora e Consolidado

2020	1.220
2021	1.823
2022	2.028
2023	1.790
2024	1.990
Total	8.851

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 DEZ 2019	31 DEZ 2018	31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	18.610	12.298	19.452	12.298
IR/CS a alíquota nominal de 34%	(6.327)	(4.181)	(6.614)	(4.181)

ELECTRO AÇO ALTONA S/A

COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO - CNPJ 82.643.537/0001-34 - IE Nº 250.043.106. RUA ENG.º PAUL WERNER, 925 - CEP 89030-900 - BLUMENAU - SC - BRASIL

	Controladora		Consolidado	
	31 DEZ 2019	31 DEZ 2018	31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
(Exclusões) / Adições				
Diferenças permanentes*	4.568	4.132	4.013	4.132
Outras diferenças	-	-	-	-
IR/CS apurado	(1.759)	(49)	(2.601)	(49)
Tributos correntes	-	-	(842)	-
Tributos diferidos	(1.759)	(49)	(1.759)	(49)
	(1.759)	(49)	(2.601)	(49)
Alíquota fiscal efetiva:	9,45%	0,40%	13,37%	0,40%

A alíquota efetiva da apuração acima é de 9,45% na controladora e 13,37% no consolidado, para o período encerrado em 31 de dezembro de 2019.

*As diferenças permanentes são compostas das movimentações oriundas da: i) Lei do Bem e do ii) Regime Especial do ICMS os quais não compuseram a base de constituição de IR e CS diferidos da Companhia. O Regime Especial do ICMS foi reconhecido contabilmente através da Lei Federal 160/2017 que alterou o artigo 30 da Lei 12.973/14, porém somente em Julho/18 o governo do Estado de SC apresentou ao CONFAZ o Certificado de Registro e Depósito – SE/CONFAZ nº 32/2018 tornando assim válido o efeito em SC para que sendo o crédito contabilizado como Subvenção Governamental não fazendo mais parte da base de cálculo do IRPJ e CSLL. No consolidado está contemplado os impostos da venda do terreno na Administradora de Bens Altona.

18. Outras Contas a Pagar

Circulante	Controladora		Consolidado	
	31 DEZ 2019	31 DEZ 2018	31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
Cartas de Consorcio	455	-	455	-
Representantes	10.394	8.533	10.394	8.533
Outras	1.737	5.127	1.733	5.127
Total	12.586	13.660	12.582	13.660

Não Circulante	Controladora		Consolidado	
	31 DEZ 2019	31 DEZ 2018	31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
Cartas de Consorcio	1.373	-	1.373	-
Cálculo Atuarial	324	324	324	324
Outras	6.568	1.307	6.037	1.307
Total	8.265	1.631	7.734	1.631

A Companhia possui cartas de crédito de consórcios, as quais estão classificadas no grupo de Outras Contas a Pagar, o saldo total destas cartas perfaz o montante de R\$ 455 mil a Curto Prazo e R\$ 1.373 a Longo Prazo. Sendo sorteadas estas cartas, a Diretoria irá definir o direcionamento do recurso que poderá ser para redução de endividamento ou aquisições de imobilizados. Na conta outros, o maior valor é um parcelamento tributário.

19. Patrimônio líquido**a) Capital social:**

Na AGO de 30/04/2019 foi aprovada por unanimidade o aumento do Capital Social, sem qualquer capitalização ou modificação no número de ações, no valor de R\$ 4.136. Adicionalmente foi aprovado R\$ 4.909 para reserva de capital referente incentivos fiscais/subvenção. Após movimentações o Capital Social tem o valor de R\$ 43.676.

b) Reservas**i) Legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final do exercício após a dedução das participações, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Saldo R\$ 3.716 em 31 de dezembro 2019.

ii) Participação estatutária dos administradores

Do lucro que remanescer será atribuído uma participação aos administradores de 10%, calculada na forma prevista no artigo 190 da Lei 6.404, a qual somente farão jus se pago o dividendo mínimo obrigatório. Para fins de demonstração financeira, este valor já está deduzido do resultado do exercício como "Participações" após a linha do Imposto de Renda.

iii) Lucros a distribuir

Para 2019, o saldo remanescente de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 11.702, foi alocado à reserva de lucros a distribuir. A destinação final de tal valor será decidida em Assembleia de Acionistas a ser realizada em 29 de abril de 2020.

A administração da Companhia proporá a AGO que o saldo da reserva de lucros a distribuir seja destinado à reservas de subvenções (no valor de R\$ 4.194) e o restante para aumento de capital (no valor de R\$ 7.508), mediante capitalização dos referidos lucros, aumento que se realizará sem emissão de novas ações, com base no caput e no §1º do artigo 169 da Lei 6.404/76.

c) Destinação do Resultado

A decomposição das reservas, destinações e lucros a distribuir segue abaixo:

Participação e Reservas

Lucro líquido do exercício	16.851
Participação dos administradores (10%)	(1.685)
Base da Reserva Legal	15.166
Reserva legal (5%)	(758)

Composição do Lucro Remanescente para Destinação

	31 DEZ 2019
Lucro líquido do exercício	16.851
(+) Ajuste de Avaliação Patrimonial	1.195
(-) Participações dos Administradores	(1.685)
(-) Reserva legal	(758)
Lucro após as destinações obrigatórias	15.603
(-) Dividendos propostos (25%)	(3.901)
Lucros a Destinar	11.702

Sendo:

Reservas para subvenções	4.194
Aumento de capital	7.508

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76. Conforme item 4.2.2 do relatório da proposta da Administração a ser aprovado em AGO no dia 29 de Abril de 2020, o montante de dividendos, somados ao JSCP, será de R\$ 3.901.

d) Resultado por Ação:

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação para o período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Controladora e Consolidado

	31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
Lucro líquido (prejuízo) do período atribuído aos acionistas da Companhia	9.941	7.226
Lucro (prejuízo) disponível aos acionistas Preferencialistas		
Lucro (prejuízo) disponível aos acionistas Ordinarietas	6.910	5.023
	16.851	12.249
Média ponderada de ações	12.750.000	12.750.000
Preferencialistas		
Média ponderada de ações ordinarietas	9.750.000	9.750.000
	22.500.000	22.500.000

Resultado básico e diluído por ação

Ação preferencial	0,7797	0,5667
Ação ordinária	0,7088	0,5152

As ações preferenciais não gozarão de direito de voto, respeitadas, no entanto, as disposições de lei. As ações preferenciais terão: a) direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, pelo menos 10% (dez por cento) maior que o atribuído a cada ação ordinária; b) preferência, em caso de liquidação da sociedade, no reembolso do capital social; c) se a Companhia deixar transcorrer três exercícios consecutivos sem a distribuição dos dividendos acima, as ações preferenciais adquirirão o direito de voto, direito esse que perderão quando forem distribuídos dividendos.

O demonstrativo acima, para fins de lucros por ação, não está considerado a redução dos valores referentes aos incentivos governamentais/subvenção governamental.

20. Partes relacionadas

As transações comerciais e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos, captação de recursos entre partes relacionadas e remuneração da Administração foram realizadas conforme segue.

a) Garantias:

Em garantia aos empréstimos bancários firmados pela Companhia até 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, que estão sendo amortizados regularmente em seus vencimentos, foram dados máquinas, equipamentos e avais. A Companhia mantém com a Companhia Werner S/A e a empresa Bellevue Participações Societárias Ltda, a prestação de fianças/avais. Para fins de remuneração sobre os contratos outras avenças existe um limite até de R\$ 60 milhões, porém no caso da empresa Bellevue Participações Societárias Ltda esta poderá avaliar contratos até o limite de R\$ 80 milhões, sem remuneração do que exceder os R\$ 60 milhões. Em 31 de dezembro de 2019, o montante de operações contratadas pela Companhia, garantido pelas avalistas/fiadoras, é de R\$ 80 milhões (R\$ 59,8 milhões em 31 de dezembro de 2018). Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia já pagou aos avalistas/fiadoras, a título de remuneração, a importância de R\$ 611 (R\$ 645 em 31 de dezembro de 2018), registrado na demonstração do resultado sob a rubrica "Outras despesas operacionais".

b) Remuneração da administração:

A administração da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, sendo um Presidente, um Vice-Presidente que acumula como Diretor estatutário e três Conselheiros e uma Diretoria Estatutária composta de um Diretor-Presidente e de Relações com Investidores e um outro Diretor. Os membros da Administração fizeram jus à remuneração de R\$ 3.721, e seus respectivos encargos previdenciários de R\$ 1.042 por seus serviços, correspondendo o montante total com encargos de R\$ 4.763 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 4.094 em 31 de dezembro de 2018). Os Diretores recebem benefícios corporativos adicionais tais como: assistência médica e odontológica, seguro de vida, complementação de benefícios previdenciários (plano de previdência privado), dentre outros.

21. Instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro 2018, apresentando os seguintes valores contábeis e de mercado:

	Valor Contábil		Valor de Mercado	
	31 DEZ 2019	31 DEZ 2018	31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
CONTROLADORA				
Caixa e equivalentes de caixa	3.811	1.929	3.811	1.929
Aplicações financeiras	3.902	3.657	3.902	3.657
Contas a receber de clientes	64.767	46.272	64.767	46.272
Fornecedores	12.124	15.412	12.124	15.412
Financiamentos e empréstimos	87.648	82.208	87.648	82.208
CONSOLIDADO				
Caixa e equivalentes de caixa	4.985	1.929	4.985	1.929
Aplicações financeiras	3.928	3.657	3.928	3.657
Contas a receber de clientes	69.541	46.272	69.541	46.272
Fornecedores	12.310	15.412	12.310	15.412
Financiamentos e empréstimos	87.648	82.208	87.648	82.208

Os fatores de risco dos instrumentos financeiros basicamente estão relacionados com:

a) Riscos financeiros:

Riscos de moeda estrangeira: Para atenuar riscos cambiais, a Companhia monitora a exposição financeira, procurando equilibrar os seus ativos e passivos financeiros dentro de limites estabelecidos pela Administração.

Riscos de encargos da dívida: Estes riscos são oriundos da possibilidade de a Companhia vir incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018.

b) Riscos operacionais:

Risco de crédito: Advém de a possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por aplicações financeiras. Para atenuar o risco decorrente das operações de vendas, a Companhia adota como prática a análise da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecem um limite de crédito e acompanha permanentemente o seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco.

22. Receita líquida – Consolidada

	31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
Receita bruta	328.030	275.674
Impostos	(19.348)	(21.072)
Devoluções e abatimentos	(6.135)	(4.325)
Ajuste a valor presente – AVP	(3.353)	(3.316)
Receita operacional líquida	299.194	246.961

23. Despesas por natureza - Consolidada

	31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
Custo		
Insumos diretos	(69.710) 29,7%	(67.292) 34,3%
Materiais indiretos	(10.817) 4,6%	(13.678) 7,0%
Custos com pessoal	(80.213) 34,2%	(67.054) 34,2%
Serviços de terceiros	(8.207) 3,5%	(12.327) 6,3%
Outras despesas	(30.533) 13,0%	(35.953) 18,2%
Custos Controladas	(35.032) 15,0%	-
Total	(234.512) 100%	(196.304) 100%

ELECTRO AÇO ALTONA S/A

COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO - CNPJ 82.643.537/0001-34 - IE Nº 250.043.106. RUA ENG.º PAUL WERNER, 925 - CEP 89030-900 - BLUMENAU - SC - BRASIL

Despesas com vendas	31 DEZ 2019		31 DEZ 2018		ROL Consolidado – Acumulado 2019				ROL Consolidado – Acumulado 2018		
	Valor	%	Valor	%	Repetitivos	Sob Encomenda	Controladas	Total	Repetitivos	Sob Encomenda	Total
Comissões	(6.580)	41,6%	(7.329)	36,7%	93.109	22.201	42.992	158.302	105.744	26.990	132.734
Fretes	(1.882)	11,9%	(5.424)	27,2%	-	3.490	-	3.490	-	3.451	3.451
Materiais	(75)	0,5%	(56)	0,3%	61.300	63.464	-	124.764	68.840	33.033	101.873
Mão de obra	(3.606)	22,8%	(2.952)	14,8%	189	12.449	-	12.638	1.086	7.817	8.903
Serviços de terceiros	(425)	2,7%	(620)	3,1%	154.598	101.604	42.992	299.194	175.670	71.291	246.961
Outras despesas	(3.187)	20,0%	(3.576)	17,9%							
Despesas Controladas	(73)	0,5%	-	-							
Total	(15.828)	100%	(19.957)	100%							

27. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia possui cobertura de seguros para valores monetários relevantes em riscos diversos, como responsabilidade civil, lucros cessantes e demais coberturas, como abaixo demonstrado:

Ativos, responsabilidades ou interesses cobertos	Modalidade	Importância Segurada (mil)	Vigência até
Responsabilidade civil administradores - D&O	Danos financeiros involuntários causados por administradores	5.000	16/04/2020
Riscos diversos a máquinas e equipamentos portáteis	Roubo/quebra de máquinas e equipamentos portáteis	500	20/05/2020
Vida colaboradores	Indeniza morte, acidente ou invalidez de colaboradores	Até 215 por colaborador	01/10/2020
Transporte internacional importação	Seguro de transporte ref. importação de mercadorias	Conforme valor NFs/Faturas/Invs.	31/08/2020
Responsabilidade civil geral	Danos involuntários físicos às pessoas e/ou danos materiais e morais causados a terceiros	20.000	20/08/2020
Instalações fabris, administrativas e centros de distribuição	Incêndio, danos materiais a edificações, instalações, máquinas e equipamentos	94.000	20/05/2020
Lucro cessantes	Perda de receita decorrente de acidentes	112.000	20/05/2020
Veículos	Roubo, colisão, morte/invalidez de passageiros	735	20/09/2020
Responsabilidade civil ambiental	Danos Involuntários causados ao meio ambiente	3.000	03/08/2020

A cobertura de seguros foi determinada pela Administração da Companhia, que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros, portanto, não foi escopo de avaliação por parte de nossos auditores.

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Atendendo ao que determina o Capítulo V do Estatuto Social, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da ELECTRO AÇO ALTONA S.A., para apreciação dos relatórios das Contas da Diretoria, expresso pelo Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras Anuais, referente ao período encerrado em 31 de dezembro de 2019. Após analisados e discutidos todos os pormenores, aprovaram-nos na sua íntegra e manifestaram-se favoravelmente quanto à sua aprovação no dia 26 de março de 2020.

Membros do Conselho de Administração

Carmen Vetter Werner - Presidente
Valmir Osni de Espindola - Vice-Presidente
Eduardo Vetter - Conselheiro
Débora de Souza Morsch - Conselheira
Marco Antonio Werner - Conselheiro

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DE REVISÃO ESPECIAL DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, a diretoria executiva da Altona S.A., declara que:

(i) revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras Anuais da Companhia do período encerrado em 31/12/2019; e

(ii) revisou, discutiu e concordam com revisão expressa no relatório de revisão especial da Berkan Auditores Independentes S.S., relativamente às Demonstrações Financeiras Anuais da Companhia do período encerrado em 31/12/2019.

Blumenau, 26 de março de 2020.

Cacídio Girardi - Diretor Presidente e Relação com Investidor
Duncan Roderick MC Kay - Diretor
Valmir Osni de Espindola - Diretor
Cleber Roberto Pisetta - Contador CRC-SC 025.984/O-7

Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Electro Aço Altona S/A** - Blumenau - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Electro Aço Altona S/A** (Companhia), que compre-

endem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Electro Aço Altona S/A** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossos trabalhos de auditoria foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

a) Valor recuperável ("impairment") de Imobilizado (Nota explicativa 10)

Conforme Nota Explicativa nº 10, o principal ativo da Companhia é seu ativo imobilizado registrado em 31 de dezembro de

24. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas - Consolidada

Outras receitas	31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
Receitas extraordinárias	687	7.562
Outras receitas	2.424	3.711
Total	3.111	11.273

Outras despesas

Outras despesas	31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
Outras despesas	(4.190)	(3.589)
Total	(4.190)	(3.589)

Efeito Líquido

Efeito Líquido	31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
Efeito Líquido	(1.079)	7.684

As principais movimentações reconhecidas à rubrica de outras receitas e despesas refere-se a:

Na rubrica outras receitas / receitas extraordinárias, o valor de maior relevância em 2019 é composto pelos efeitos das oscilações das ações da Eletrobrás. Em 2018, os valores de maior relevância são os efeitos líquidos do processo Regime especial ICMS sobre os efeitos na base calculo IR/CS.

Na rubrica outras despesas, os valores de maior relevância foram os efeitos dos honorários advocatícios em função das oscilações das ações da Eletrobrás, e a despesa com o Aval R\$ 611 em 2019.

25. Receitas e (despesas) financeiras - Consolidada

Receita financeira	31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
Rendimentos de aplicações financeiras	422	233
Ajustes a valor presente – AVP	3.387	2.233
Varição cambial ativa*	-	811
Outras receitas	1.250	685
Total	5.059	3.962

Despesas financeiras

Despesas financeiras	31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
Encargos	(9.807)	(8.915)
Juros incorridos Impostos	(1.484)	(1.621)
Varição cambial passiva*	(1.390)	(1.288)
Total	(12.681)	(11.824)

Despesas financeiras, líquidas **(7.622)** **(7.862)**

*Os registros das variações cambiais, estão reconhecidos pelas movimentações líquidas nas despesas e receitas financeiras. O valor das Receitas Financeiras das Controladas refere-se ao juros recebidos pela Administradora de Bens Altona S/A, decorrentes da atualização das parcelas pela venda dos terrenos, conforme contratos.

26. Informações por segmento

A Companhia atua em apenas um segmento operacional definido como metalúrgico, produzindo e comercializando fundidos de aço. As ferramentas que utilizamos para avaliar o desempenho da única atividade que atuamos tanto para fins operacionais, gerenciais, comerciais ou administrativos são submetidas às seguintes premissas:

a) Nossas linhas de produção operam separadamente nas categorias de produtos que fabricamos, a saber, (Repetitivos e Produtos Sob Encomenda); e

b) Na planta fabril, há algumas divisões que separam estas categorias nas linhas de produção e outras não, e por isto a administração gerencia o resultado do negócio de forma única e; Segregamos para análise a receita de dois clientes do segmento denominado repetitivo representam, individualmente, mais de 10% do total da receita líquida, localizado no mercado nacional e internacional, mais especificamente na América do Norte. A Companhia demonstra no quadro abaixo, além da receita líquida de suas linhas de produção de produtos, as receitas advindas de suas controladas.

ELECTRO AÇO ALTONA S/A

COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO - CNPJ 82.643.537/0001-34 - IE Nº 250.043.106. RUA ENG.º PAUL WERNER, 925 - CEP 89030-900 - BLUMENAU - SC - BRASIL

2019 no montante de R\$ 131.950 na controladora e R\$ 190.380 no consolidado (R\$ 125.733 e R\$ 216.166, respectivamente, em 31 de dezembro de 2018). A Administração avalia no mínimo anualmente o risco de impairment desse ativo, baseado no método do valor em uso ou no modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, no qual envolve julgamento significativo sobre os resultados futuros do negócio, em que qualquer alteração nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. Com base nas medidas de readequação orçamentário realizadas pela Companhia nos últimos exercícios, e por se tratar da conta com saldo de maior relevância nas demonstrações financeiras da Companhia, decidimos então abordar dentro dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: revisão das previsões de fluxo de caixa futuro, preparadas pela Administração e o processo usado na sua elaboração; questionamento das principais premissas e critérios adotados pela Administração com relação das taxas de crescimento; análise e implementação operacional dos controles internos relacionados com a preparação e revisão do plano de negócio, orçamentos e análises ao valor recuperável disponibilizados pela Companhia. Também avaliamos a razoabilidade dos cálculos matemáticos e a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia.

b) Programa especial de regularização tributária (Notas explicativas 15)

Conforme Nota Explicativa nº 15, a Companhia migrou do RE-FIS Federal - Programa de recuperação fiscal para o PERT - Programa especial de regularização tributária, instituído pela Lei Federal nº 13.496/2018. A Companhia possui registrado em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 20.083 divulgado na demonstração da controladora (R\$ 2.2189 na controladora em 31 de dezembro de 2018) relativo ao PERT. Este programa é um dos principais saldos do Passivo, desta forma entendemos como um "PAA" (Principais Assuntos de Auditoria).

Como nossa auditoria conduziu esse assunto?

Com auxílio de especialistas em impostos revisamos toda a composição dos débitos federais incluídos no programa PERT, avaliamos as medidas executadas pela Companhia para realização da reversão dos impostos, através de avaliação da fundamentação legal, recálculo do valor excedente e análise do parecer do representante jurídico da Companhia, obtenção de carta de confirmação junto ao assessor jurídico da Companhia referente ao processo. Também refizemos todos os cálculos aritméticos de controle e cômputo do PERT nos controles da Companhia.

Ênfase – Pandemia do Coronavírus – COVID19

Conforme item 3 letra C, das Notas Explicativas acima, em relação aos riscos econômicos e sociais do Coronavírus - COVID-19, a Companhia declarou que ainda não tem a visão clara sobre os impactos em seu negócio, mas se prepara para um possível cenário não favorável. A Companhia entende que possíveis ajustes no orçamento para 2020 através das mudanças de cenário econômico de curto prazo possam acontecer, conforme detalhado pormenorizadamente naquela nota explicativa. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto, considerando também sua exigência pelas circulares 02/2020 e 03/2020 do Ibracon (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil) bem como circular 02/2020 emitida pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

Outros assuntos**Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar

para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento

profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Forneçemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau (SC), 26 de março de 2020.

Berkan Auditores Independentes S.S. CRC SC-009075/O-7
Bradley Ricardo Moretti Contador CRC SC-023618/O-6

WERNER S.A. AGRICULTURA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Companhia Capital Fechado CNPJ 82.645.722/0001-68 - Blumenau - SC. Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 De Dezembro de 2019 e 2018.

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V. Sa. as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparativamente com as demonstrações financeiras do exercício anterior. **A Administração.**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em reais)

ATIVO	2019	2018	PASSIVO	2019	2018	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERC. FINDOS EM 31 de dez. de 2019 e 2018 (Valores expressos em reais)		
CIRCULANTE			CIRCULANTE					
Bancos	11.349	730	Impostos e contribuições	-	-	Receitas (Despesas) Operacionais	2019	2018
Créditos	155.002	427.355	Dividendos propostos (a pagar)	1.678.338	716.420	Despesas gerais e administrativas	(25.856)	(21.406)
Total do ativo circulante	166.351	428.085	Total do passivo circulante	1.678.338	716.420	Receitas (Despesas) financeiras líquidas	(1.433)	(1.321)
NÃO CIRCULANTE			PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 4)			Resultado de equivalência patrimonial	3.012.223	2.568.471
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			Capital Social	17.879.028	15.963.863	Resultado Operacional	2.984.934	2.545.744
Impostos e contribuições diferidos	13.608	13.608	Reserva Legal	1.234.839	1.033.951	Resultado do exercício antes das provisões de IRPJ e CSLL	2.984.934	2.545.744
Investimento em Ativos (nota 3)	60.130.328	57.118.106	Reservas de reavaliação de controlada	1.848.611	1.848.611	Provisões IRPJ e CSLL	-	-
Total do ativo não circulante	60.143.936	57.131.714	Reservas de Lucros a destinar	3.443.397	2.738.044	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.984.934	2.545.744
TOTAL DO ATIVO	60.310.287	57.559.799	Reservas de Lucro	1.488.020	1.488.020	Lucro por Ação - Em Reais (R\$)	-	-
			Ajustes Avaliações Patrimoniais	32.738.054	33.770.890			
			Total do Patrimônio Líquido	58.631.949	56.843.379			
			TOTAL DO PASSIVO	60.310.287	57.559.799			

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em reais)

RESERVAS	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVA LEGAL	RESERVA DE LUCROS	RESERVAS LUCROS DESTINAR	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	AJUSTES AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.937.144	1.848.611	889.844	1.488.020	13.164.843	-	14.313.372	36.641.834
AAP - Controladas s/ Lucro	-	-	-	-	-	336.413	(336.413)	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	2.545.744	-	2.545.744
Aumento Capital Social	11.026.719	-	-	-	(11.026.719)	-	-	-
Dividendos pagos	-	-	-	-	(2.138.129)	-	-	(2.138.129)
Dividendos propostos/a pagar	-	-	-	-	1.035.100	(1.035.100)	-	-
AAP - Controladas s/ avaliação	-	-	-	-	-	-	19.793.930	19.793.930
Reserva legal	-	-	144.108	-	-	(144.108)	-	-
Lucros a destinar	-	-	-	-	1.702.949	(1.702.949)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	15.963.863	1.848.611	1.033.951	1.488.020	2.738.044	-	33.770.890	56.843.379
AAP - Controladas s/ Lucro	-	-	-	-	-	1.032.836	(1.032.836)	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	2.984.934	-	2.984.934
Aumento Capital Social	1.915.165	-	-	-	(1.915.165)	-	-	-
Dividendos pagos	-	-	-	-	(1.035.100)	-	-	(1.035.100)
Dividendos propostos/a pagar	-	-	-	-	1.335.000	(1.335.000)	-	-
Transferências após AGO	-	-	-	-	(161.264)	-	-	(161.264)
Reserva legal	-	-	200.888	-	-	(200.888)	-	-
Lucros a destinar	-	-	-	-	2.481.882	(2.481.882)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	17.879.028	1.848.611	1.234.839	1.488.020	3.443.397	-	32.738.054	58.631.949

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO DOS EXERC. FINDOS EM 31 DEZ. 2019 e 2018

	2019	2018
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IR E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO	2.984.934	2.545.744
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Resultado de equivalência patrimonial	(3.012.223)	(2.569.471)
Lucro líquido ajustado	(27.289)	(23.727)
Redução (aumento) nas contas do ativo:		
Impostos a recuperar	-	-
Créditos	272.353	(1)
Dividendos e JCSP de controlada	-	(1)
Aumento (redução) nas contas do passivo:		
Impostos e contribuições de curto prazo	-	-
Impostos e contribuições não circulantes	-	-
Dividendos propostos (pagos)	961.913	716.420
Caixa Líquido gerado nas atividades operacionais	1.206.977	692.692
Caixa Líquido aplicado nas atividades de financiamento	(1.196.358)	(715.420)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA LÍQUIDOS	10.619	(22.728)
SALDO INICIAL CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA LÍQUIDOS	730	23.458
SALDO FINAL CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA LÍQUIDOS	11.349	730
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	10.619	(22.728)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	2019	2018
1.CONTEXTO OPERACIONAL		
A WERNER S/A AGRICULTURA INDÚSTRIA E COMÉRCIO é uma Companhia fechada com sede em Blumenau - SC, Brasil, e tem como atividades e objetos sociais: a administração de bens próprios e alheios, a participação em outras sociedades, a prestação de serviços em administração, gerência e organização de empresas, intermediação comercial, e afins. A Companhia é controlada da Bellevue Participações Societárias Ltda.		
2.AS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS		
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.		
A Companhia adotou as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07 com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 03 de dezembro de 2008, que foi convertida na Lei 11.941/09.		
As principais práticas contábeis adotada na elaboração das demonstrações financeiras são:		
Investimento em Controlada		
O investimento está avaliado pelo método de equivalência patrimonial que é contabilizado por meio do custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída ao investidor nas alterações dos ativos líquidos da investida. O resultado do período do investidor deve incluir a parte que lhe cabe nos resultados gerados pela investida.		
Atendendo as regras das demonstrações consolidadas a controladora final, disponibilizará em suas demonstrações consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos do CPC.		
Eventos subsequentes		
A Companhia declara que através da reunião da Diretoria em 11/03/2020, foi deliberado o encaminhamento de tratativas para cisão parcial, com base no Balanço/Balancete intermediário de 29/02/2020. Nesta mesma reunião foi deliberado para dia 26/03/2020 a AGE para aprovação final dos acionistas.		
3. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS		
Electro Aço Altona S/A	2019	2018
Capital Social em Reais (R\$)	43.675.843	39.540.000

Electro Aço Altona S/A 2019 2018

	2019	2018
Quantidade de ações	22.500.000	22.500.000
Valor unitário das ações	Sem Valor	Sem Valor
	Nominal	Nominal
Patrimônio Líquido em Controlada-R\$	162.778.365	154.624.000
Participação no capital social - %	36,94	36,94
Equivalência Patrimonial - R\$	60.130.328	57.118.105
4.PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
O capital social em 2019 foi de R\$ 17.879.028, pertencente inteiramente a acionistas domiciliados no país e está representado por 306.053 ações ordinárias sem valor nominal.		
Deste que aprovado em AGO em abril de 2020, será estabelecido o aumento do Capital Social em R\$ 2.481.882 O novo saldo será de R\$ 20.360.910. Saldo atual das reservas de lucros é de R\$ 1.488.020.		
De acordo com o Estatuto da Companhia, a Sociedade é autorizada a aumentar o seu capital social, por deliberação de assembleia geral, sem proceder alteração estatutária, na forma do artigo 168 da Lei 6.404/76, até o limite de R\$ 20.000.000 (vinte milhões de reais).		
a)Reservas de lucros		
Legal - É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final do exercício após a dedução das participações, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Saldo R\$ 1.234.839.		
Reservas de reavaliação de controlada		
É constituído o montante de R\$ 1.848.611 na conta reservas de reavaliação em função da equivalência de saldos nos Ativos imobilizados na controlada.		
Lucros a destinar - O saldo remanescente de lucros a destinar em 31 de dezembro de 2019, foi proposto pela Administração para compor aumento de Capital Social, sendo a destinação final de tal valor será decidida em Assembleia de Acionistas a ser realizada em abril de 2020.		
		R\$
Lucro líquido do exercício + AAP		31/12/2019
Base limite Reserva Legal (Capital Social)		4.017.770
Reserva Legal (5%)		3.575.806
Lucro líquido a distribuir aos acionistas		3.816.882
Dividendos Propostos de 34,98%		1.335.000
Saldo de Lucros a destinar		2.481.882

Pixeon Medical Systems S.A. Comércio e Desenvolvimento de Software

CNPJ nº 05.662.773/0001-57

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

Mensagem da Diretoria

O ano de 2019 foi marcado por importantes avanços no ambiente econômico brasileiro. Com a inflação sob controle encerrando com IPCA acumulado em 4,31%, o Banco Central promoveu uma redução gradual da taxa SELIC dos iniciais 6,5% para 4,5% no final do ano. Esse movimento foi um dos fatores que influenciou positivamente o mercado acionário, levando o Ibovespa a atingir nível recorde de 112.000 pontos em dezembro. Há, no entanto, muito a ser feito sobretudo no esforço para redução da taxa de desemprego, que encerrou em 11,6%, um patamar ainda alto se comparado a países mais desenvolvidos e na retomada do crescimento. O segmento de saúde no Brasil se destacou em 2019 por seu dinamismo, onde observou-se diferentes movimentos de aquisições, IPOs e captação de *funding* para aceleração de crescimento dos negócios. A Pixeon acompanha esse dinamismo ao oferecer sua plataforma de *Software as a Service* (Software como Serviços) para Hospitais, Clínicas de Radiologia, Laboratórios e Clínicas Médicas, entregando sempre sua proposta de valor que inclui confiabilidade das informações, gestão e melhoria dos processos, redução de custos e segurança do paciente. A Pixeon também está trabalhando na execução da sua visão de futuro de produto, que é a Plataforma de Gestão de Saúde, onde uma arquitetura em nuvem permitirá integrações diversas, interoperabilidade, IoT e aplicações de inteligência artificial em funções de monitoramento e predição. Estamos confiantes que essa oferta, aliada ao nosso posicionamento de Proximidade com Clientes, reforçará o crescimento da companhia para os próximos anos. Muitas conquistas marcaram nosso 2019, dentre as quais destaca-

mos: • Conquista do Prêmio Best in KLAS – melhor PACS da América Latina; • Conquista da certificação SBIS versão 4.3 para nosso produto de HIS; • Lançamento da PICS, a plataforma de inteligência artificial da Pixeon; • A implementação do Portal do Cliente, que possibilitou transparência total e aumento da satisfação nas interações dos nossos clientes via suporte; • Evolução do NPS a um patamar superior a 25 pontos. No lado financeiro, a Pixeon segue na execução do seu Planejamento Estratégico de Longo Prazo, onde foram investidos no ano de 2019 um total de R\$23,5 milhões em P&D para o desenvolvimento do *roadmap* planejado para evolução dos produtos. Este investimento somado às ações de evolução na efetividade do time de vendas e entrega produziram uma receita líquida total de R\$80 milhões (84% oriundos de receitas recorrentes) 13,6% superior ao realizado em 2018. O EBITDA encerrou o ano com R\$15 milhões (19% sobre a receita líquida), um crescimento de 57,4% sobre o realizado em 2018, fruto sobretudo da gestão efetiva dos custos e despesas da operação. O lucro líquido realizou R\$4,6 milhões (6% sobre a receita líquida), um crescimento de 279% sobre 2018, influenciado positivamente pela redução das despesas financeiras. Por fim, a Pixeon segue em sua missão de transformar a saúde e continua focada na execução de seu plano estratégico de longo prazo, gerando valor aos seus acionistas, oportunidades de crescimento profissional para seus colaboradores e satisfação para seus clientes finais. Florianópolis, 19 de março de 2020

A Administração

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

ATIVOS	Nota	31.12.2019	31.12.2018	PASSIVOS	Nota	31.12.2019	31.12.2018
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.092.644	19.926.615	Empréstimos e financiamentos	12	4.994.443	9.233.463
Contas a receber de clientes	6	12.745.456	8.695.289	Fornecedores		1.616.170	1.656.722
Estoques		17.920	58.073	Obrigações sociais e trabalhistas	13	5.149.449	4.434.395
Impostos a recuperar	7	2.200.429	4.252.753	Obrigações tributárias	14	777.647	1.256.648
Adiantamentos		695.468	553.457	Pagamentos futuros de investimentos	15	3.461.799	6.871.274
Outras contas a receber		838.878	288.799	Arrendamentos	18	709.676	-
Total do ativo circulante		29.590.795	33.774.986	Outras contas a pagar	16	4.203.336	2.376.237
Contas a receber de clientes	6	385.461	528.618	Receitas diferidas	17	1.403.416	-
Outras contas a receber		48.453	48.453	Dividendos a pagar		873.685	-
Aplicações financeiras		230.000	230.000	Total do passivo circulante		23.189.621	25.828.739
Impostos diferidos	8	210.023	2.016.966	Empréstimos e financiamentos	12	10.083.230	4.007.580
Total do realizável a longo prazo		873.937	2.824.037	Pagamentos futuros de investimentos	15	-	3.225.742
Imobilizado	9	4.616.650	5.151.419	Arrendamentos	18	827.766	-
Direito de uso	10	1.537.442	-	Obrigações tributárias	14	242.054	-
Intangível	11	54.739.380	46.344.255	Receitas diferidas	17	1.616.753	3.662.589
Total do ativo não circulante		61.767.409	54.319.711	Total do passivo não circulante		12.769.803	10.895.911
				Capital social	20	27.554.148	27.554.148
				Reservas de capital		25.039.645	24.735.794
				Reservas e retenção de lucros		2.804.987	-
				Prejuízos acumulados		-	(919.895)
				Total do patrimônio líquido		55.398.780	51.370.047
Total do ativo		91.358.204	88.094.697	Total do passivo		91.358.204	88.094.697

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

	Nota	31.12.2019	31.12.2018		Nota	31.12.2019	31.12.2018
Receita operacional líquida	22	80.011.941	70.448.311	Resultado antes dos efeitos financeiros		7.547.303	3.930.937
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	23	(25.481.881)	(24.254.526)	Receitas financeiras		1.491.931	2.042.075
Lucro bruto		54.530.060	46.193.785	Despesas financeiras	28	(1.903.048)	(3.348.837)
Despesas administrativas	24	(15.589.990)	(14.958.902)	Resultado financeiro líquido		(411.117)	(1.306.762)
Despesas comerciais	25	(18.849.355)	(16.175.949)	Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		7.136.186	2.624.175
Despesas de pesquisa	26	(11.690.934)	(10.965.158)	Imposto de renda e contribuição social correntes	29	(1.417.304)	(682.468)
Despesas tributárias		(1.038.343)	(778.939)	Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1.107.374)	(726.072)
Outras receitas e despesas	27	185.865	616.100	Lucro líquido do exercício		(2.524.678)	(1.408.540)
		(46.982.757)	(42.262.848)			4.611.508	1.215.635

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

	31.12.2019	31.12.2018
Lucro líquido do exercício	4.611.508	1.215.635
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	4.611.508	1.215.635

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de capital		Reservas e retenção de lucros		Lucros	Total
		Capital social	Reserva especial de ágio	Stock options	Reserva legal	Retenção de lucros	(Prejuízos) acumulados	
Saldo ajustado em 1º de janeiro de 2018		27.554.148	24.544.586	796.680	-	-	(2.135.529)	50.759.885
Contabilização stock options	20	-	-	(605.472)	-	-	-	(605.472)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	1.215.635	1.215.635
Saldos em 31 de dezembro de 2018		27.554.148	24.544.586	191.208	-	-	(919.894)	51.370.048
Novos entrantes - Stock options	21	-	-	781.199	-	-	-	781.199
Pagamentos - Stock options	21	-	-	(477.348)	-	-	-	(477.348)
Despesa com incorporada Medicware Sistemas		-	-	-	-	-	(12.942)	(12.942)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	4.611.508	4.611.508
Reserva legal		-	-	-	183.934	-	(183.934)	-
Dividendos		-	-	-	-	-	(873.685)	(873.685)
Retenção de lucros		-	-	-	-	2.621.053	(2.621.053)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		27.554.148	24.544.586	495.059	183.934	2.621.053	-	55.398.780

continua...

...continuação

Pixeon Medical Systems S.A. Comércio e Desenvolvimento de Software

CNPJ nº 05.662.773/0001-57

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

	Nota	31.12.2019	31.12.2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		4.611.508	1.215.635
Ajustes para:			
Depreciação do imobilizado	9	1.581.408	1.017.637
Direito de uso (depreciação)	10 (a)	1.068.378	-
Amortização	11	4.597.467	4.631.626
Impostos diferidos		1.806.944	726.072
Receitas diferidas	17	(642.420)	958.334
Provisão para perda de crédito esperada	6 (b)	402.857	209.064
Provisão para stock options	21	781.199	(605.472)
Baixa de ativo imobilizado	9	112.815	489.638
Juros sobre pagamento futuro de investimento	15	360.313	864.135
Despesa com incorporada Medicware Sistemas		(12.942)	(600.207)
Juros sobre arrendamento	18 (b)	98.483	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	12 (b)	864.311	1.767.681
		15.630.321	10.674.143
Variações em:			
Contas a receber de clientes	6	(4.309.867)	3.217.047
Estoques		40.153	(58.073)
Impostos a recuperar	7 e 11	2.052.324	949.269
Adiantamentos		(142.011)	(28.984)
Outras contas a receber		(550.079)	(145.465)
Fornecedores		(40.551)	765.399
Obrigações sociais e trabalhistas	13	715.054	149.325
Obrigações tributárias	14	(236.947)	(144.094)
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	(370.197)
Arrendamentos	18 (b)	(1.166.861)	-
Outras obrigações		1.827.099	1.031.494
		13.818.635	16.039.864
Caixa gerado pelas atividades operacionais			
Pagamentos de juros de investimentos	15	(2.053.651)	-
Pagamentos de juros de empréstimos	12 (b)	(1.056.069)	(1.721.919)
		10.708.915	14.317.945
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Pagamento de investimentos	15	(4.941.879)	(2.160.881)
Aplicação financeira	28	-	(230.000)
Adições ao imobilizado	9	(1.159.454)	(4.774.409)
Adições ao intangível	11	(12.992.593)	(2.420.278)
		(19.093.926)	(9.585.568)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	12 (b)	11.575.611	-
Pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos	12 (b)	(9.547.223)	(9.833.112)
Pagamento stock options	21	(477.348)	-
		1.551.040	(9.833.112)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento			
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa		(6.833.971)	(5.100.735)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		19.926.615	25.027.350
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		13.092.644	19.926.615

ARMANDO TADEU BUCHINA - CEO

DANIEL COLLAZOS - Técnico Contábil - CRC Nº 297697/O-5

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras e estão à disposição dos acionistas na sede da empresa juntamente com os demais relatórios e o parecer dos auditores independentes.

Cod. Mat.: 662183

ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA DE AMPARO AOS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES DE SANTA CATARINA - AFAPOM -**EDITAL Nº 001/2020**

CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA COM VISTAS À ELEIÇÃO PARA NOVA GESTÃO DA AFAPOM (DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHOS) E DESIGNAÇÃO DE COMISSÃO ELEITORAL.

A Presidente Executiva da AFAPOM (Associação Filantrópica de Amparo aos Policiais e Bombeiros Militares de Santa Catarina), no uso de suas atribuições e de conformidade com os Art. 74 e 77 do Estatuto, RESOLVE:

1. Convocar Assembleia Geral Ordinária para o dia **29 de abril de 2020**, com **primeira chamada às 9h30** e segunda chamada às 10h, para fins de realização de escrutínio secreto, com vistas à eleição dos membros do Conselho Fiscal, Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva.
2. Notificar as candidatas aos cargos da Diretoria Executiva, pelo presente edital, para a partir desta data e até o dia do escrutínio, apresentarem oficialmente suas chapas concorrentes à eleição, podendo fazê-lo, por razão de contingência excepcional (crise CoronaVírus), por meio digital (email, whatsapp) diretamente dirigido à Presidente Executiva, do que será dado ampla divulgação a todas as associadas;
3. Notificar as candidatas aos cargos do Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo, pelo presente edital, para a partir desta data e até o dia do escrutínio, apresentarem oficialmente suas fichas individuais, podendo fazê-lo, por razão de contingência excepcional (crise CoronaVírus), por meio digital (email, whatsapp) diretamente

dirigido à Presidente Executiva, do que será dado ampla divulgação a todas as associadas;

4. Ficam as Associadas efetivas a seguir nominadas notificadas de sua designação para comporem a **Comissão Eleitoral** do Art. 77 do Estatuto, com vistas aos trabalhos da eleição de 29 de abril de 2020: (1) LARISSA IARA WIEDERKEHR KNIHS, Presidente; (2) VALDIRENE MARIA DE OLIVEIRA, Membro; (3) CARMEM LÚCIA QUEIROZ ALVES, Membro.

Florianópolis, SC, 26 de março de 2020.

Registre-se; Publique-se e dê-se ciência, adicionalmente, por todos os meios complementares disponíveis (whatsapp, facebook, e-mail, telefone).

(assinado digitalmente)

CÂNDIDA ANGÉLICA RAUH PINHO

Presidente Executiva

Cod. Mat.: 662396

EÓLICA CHUÍ IX S.A.

CNPJ/MF nº 19.661.005/0001-93

NIRE nº 42300040592

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA – AGOE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Eólica Chuí IX S.A. a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 27 de abril de 2020; às 09:30 horas; na sede da companhia; situada na Rua Deputado Antônio Edu Vieira; nº 999; Térreo; Pantanal; em Florianópolis/SC; a fim de deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA EM ASSEMBLEIA GERAL OR-

DINÁRIA (AGO): a) Deliberar sobre o Relatório de Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2019; b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; c) Eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; e d) Outros assuntos de interesse social. ORDEM DO DIA EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA (AGE): a) Fixar o montante anual global da remuneração dos Administradores e do Conselho Fiscal; b) Nomear os Auditores Independentes da Sociedade. AVISO AOS ACIONISTAS: Comunicamos que se encontram à disposição dos Senhores acionistas, na sede da Companhia, conforme endereço acima, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2019; Florianópolis/SC 27 de março de 2020. Alceu Vieira Neto – Presidente do Conselho de Administração

Alceu Vieira Neto

Presidente do Conselho de Administração

Cod. Mat.: 661816

MEISTER S.A.

CNPJ: 84.688.589/0001-52

AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se a disposição dos senhores acionistas desta Sociedade, na sede social sito a Rua Duque de Caxias, nr 527, nesta cidade de Joinville, os documentos a que se refere o artigo nr. 133 da Lei 6.404 de 15/12/76, relativamente ao exercício social encerrado em 31/12/2019.

Joinville(SC), Março de 2020.

A DIRETORIA

Cod. Mat.: 661751

<p style="text-align: center;">Instituto Santé CNPJ 08.776.971/0001-30 Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)</p> <p style="text-align: center;">INSTITUTO SANTÉ - CNPJ: 08.776.971/0001-30</p> <p style="text-align: center;">BALANÇO PATRIMONIAL</p>							
	Nota	2019	2018		Nota	2019	2018
ATIVO		33.208.946,33	29.046.418,01	PASSIVO		33.208.946,33	29.046.418,01
Circulante		18.708.249,30	15.677.274,48	Circulante	7	11.050.574,17	10.500.663,27
Disponível		15.287.082,19	10.905.717,45	Fornecedores de Bens e Serviços		3.026.442,92	1.321.894,38
Caixa	4.1	5.880,74	10.545,46	Obrigações Trabalhistas		7.280.102,92	7.162.646,48
Banco Conta Movimento	4.1	501.984,61	394.848,09	Obrigações Tributárias		264.975,57	103.723,38
Aplicação Financeira de Liquidez Imediata	4.2	14.779.216,84	10.500.323,90	Outras Contas a Pagar		479.052,76	1.912.399,03
Créditos a Receber	4.3	1.872.859,93	3.834.174,31				
Adiantamento a Funcionários		35.105,14	235.950,61				
Outros Créditos		1.837.754,79	3.598.223,70	Não Circulante	8	7.221.628,26	5.565.357,62
Estoque	5	1.527.796,94	926.631,20	Outras Obrigações a Restituir		6.022.364,7	4.735.812,63
Estoque		1.527.796,94	926.631,20	Subvenções a Realizar		1.199.263,47	829.544,99
				Patrimônio Social	11	14.936.743,90	12.980.397,12
				Patrimônio Social		5.576.867,58	6.000.227,08
Despesas Antecipadas		20.510,24	10.751,52	Superávit do Exercício		1.242.234,59	-784.777,41
Despesas Antecipadas		20.510,24	10.751,52	Ajuste Avaliação Patrimonial		7.853.283,78	7.498.949,62
Não Circulante	6	14.500.697,03	13.369.143,53	Ajuste Exercício Anteriores	4.14	264.357,95	265.997,83
Imobilizado		14.500.697,03	13.369.143,53				
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO DE 2019							
Descrição		2019	2018				
Ativo Circulante							
Saldo Inicial		15.677.274,48	17.277.749,76				
Saldo Final		18.708.249,30	15.677.274,48				
Variação		3.030.974,82	(1.600.475,28)				
Passivo Circulante							
Saldo Inicial		10.500.663,27	10.689.681,40				
Saldo Final		11.050.574,17	10.500.663,27				
Variação		549.910,90	(189.018,13)				
Aumento do Capital Circulante Líquido		2.481.063,92	(1.411.457,15)				

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DE 2019		
Descrição	2019	2018
1 - Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	1.242.234,59	-784.777,41
Superávit do Exercício	1.242.234,59	-784.777,41
2 - Ajuste Por	3.139.130,15	7.310.252,94
Aumento ou Diminuição dos Estoques	-598.165,74	219.943,90
Aumento ou Diminuição Adiantamento Funcionários	200.845,47	-61.694,44
Aumento ou Diminuição Outros Créditos	1.760.468,91	7.966.491,50
Aumento ou Diminuição Despesas Antecipadas	-9.758,72	-10.751,52
Aumento ou Diminuição Tributos e Contribuições a Compensar	-	8.313,94
Aumento ou Diminuição Imobilizado	-1.131.553,50	-2.861.715,40
Aumento ou Diminuição em Obrigações Trabalhistas	117.456,44	241.890,40
Aumento ou Diminuição em Obrigações Tributárias	161.252,19	-16.686,26
Aumento ou Diminuição em Credores de Bens e Serviços	1.704.548,54	177.143,60
Aumento ou Diminuição em Outras Obrigações a Pagar	-1.433.346,27	-579.404,50
Aumento ou Diminuição em Outras Obrigações a Restituir	1.286.552,16	1.362.747,85
Aumento ou Diminuição em Subvenções a Realizar	369.718,48	212.046,33
Aumento ou Diminuição em Patrimônio Social	711.112,19	651.927,54
3 - Caixa Líquido Consumido das Atividades Operacionais (1+2)	4.381.364,74	6.525.475,53
4 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	-	-11.961,37
Aumento ou Diminuição em Obrigações por Empréstimos	-	-11.961,37
5 - Aumento/Diminuição do Caixa e Equivalentes de Caixa (3+4)	4.381.364,74	6.513.514,16
6 - Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa	4.381.364,74	6.513.514,16
Caixa e Equivalente de Caixa Início do Período	10.905.717,45	4.392.203,29
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	15.287.082,19	10.905.717,45

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL DE 2019						
Mutação das Contas	Superávit Acumulado	Superávit do Exercício	Patrimônio Social	Ajuste Avaliação Patrimonial	Ajuste Exercícios Anteriores	Total Patrimônio Social
Saldo em 31/12/2017	-	156.741,64	5.843.377,79	7.112.357,85	769,71	13.113.246,99
Transferência Superávit do Exercício 2017 para Superávit Acumulado	156.741,64	-156.741,64				-
Reversão Implantação Saldo do Superávit Acumulado Contrato Gestão	107,50					107,50
Ajuste Avaliação Patrimonial - Contrato Gestão Hospital Regional Terezinha Gaio Basso				386.591,77		386.591,77
Ajuste Exercício Anteriores 2017					265.228,12	265.228,12
Superávit do Exercício		-784.777,41				-784.777,41
Saldo em 31/12/2018	156.849,14	-784.777,41	5.843.377,79	7.498.949,62	265.997,83	12.980.396,97
Transferência Superávit do Exercício 2018 para Superávit Acumulado	-784.777,41	784.777,41				-
Transferência Superávit Acumulado para Patrimônio Social	627.928,27		-627.928,27			-
Ajuste Avaliação Patrimonial - Contrato Gestão Hospital Regional Terezinha Gaio Basso				354.334,16		354.334,16
Implantação Patrimônio Social - Contrato Gestão Hospital Santo Antônio (Guaramirim)			361.418,06			361.418,06
Ajuste Exercício Anteriores 2019					- 1.639,88	- 1.639,88
Superávit do Exercício		1.242.234,59				1.242.234,59
Saldo em 31/12/2019	-	1.242.234,59	5.576.867,58	7.853.283,78	264.357,95	14.936.743,90

INSTITUTO SANTÉ CNPJ: 08.776.971/0001-30 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2019								
Descrição	2019							Nota
	Matriz	H. São Luiz	H. Terezinha Gaio Basso	H. Dionísio Cerqueira	H. Santo Antônio (Itapema)	H. Santo Antônio (Guaramirim)	Consolidado	
Receitas Operacionais	2.778.970,03	7.329.471,03	47.830.828,51	7.228.012,95	4.091.787,09	3.553.199,41	72.812.269,02	
Convênio SUS	-	2.098.499,95	46.496.442,55	5.900.000,00	4.085.552,75	3.477.827,55	62.058.322,80	12
Outros Convênios/Particulares	-	3.114.006,10	-	1.004.948,33	-	37.424,00	4.156.378,43	12
Receita de Mensalidades	241.596,53	-	-	-	-	-	241.596,53	13
Receita de Doações	-	2.441,19	23.698,31	9.539,18	2.000,00	25.567,61	85.218,29	14
Receita de Eventos/Cursos	609.875,26	-	-	-	-	-	609.875,26	13
Receita de Aluguéis	-	35.446,00	-	-	-	-	35.446,00	13
Receitas Financeiras	49.272,14	8.862,69	405.632,36	7.191,66	4.234,34	12.380,25	487.573,44	13
Receitas Diversas	1.878.226,10	314.603,00	-	912,47	-	-	2.193.741,57	13
Receitas com Subvenções	-	1.733.640,10	905.055,29	305.421,31	-	-	2.944.116,70	
Despesas Operacionais	2.685.038,00	7.407.629,24	46.577.118,23	7.290.277,72	3.888.565,66	3.606.851,87	71.455.480,72	
Despesas com Pessoal	982.827,38	2.689.473,94	15.323.864,98	2.139.301,28	1.242.643,08	566.166,32	22.944.276,98	
Despesas Serviços de Saúde	-	4.634.354,70	28.471.226,42	4.390.271,73	2.387.563,82	2.705.735,03	42.589.151,70	
Despesas Gerais Administrativas	1.691.716,09	3.124,88	1.838.127,60	440.057,55	252.490,97	322.126,58	4.547.643,67	
Despesas Tributárias	7.351,44	24.867,37	37.822,14	-	3.768,29	9.071,45	82.880,69	
Despesas Financeiras	3.143,09	55.808,35	1.021,80	20.225,85	2.099,50	3.752,49	86.051,08	
Despesas com Subvenções	-	-	905.055,29	300.421,31	-	-	1.205.476,60	
Incentivos Fiscais	5.188,91	1.659,86	37.825,47	5.749,45	44.185,67	19.944,35	114.553,71	
Receita c/ Isenção INSS Patronal	174.033,04	627.666,95	3.919.392,70	530.804,55	202.561,56	96.819,26	5.551.278,06	17
(-) Despesa c/ INSS Patronal	179.221,95	629.326,81	3.957.218,17	536.554,00	246.747,23	116.763,61	5.665.831,77	
(=) Resultado Líquido do Exercício	88.743,12	- 79.818,07	1.215.884,81	- 68.014,22	159.035,76	- 73.596,81	1.242.234,59	

Descrição	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO COMPARATIVA DE 2019 INSTITUTO SANTÉ CNPJ: 08.776.971/0001-30	
	2019	2018
Receitas Operacionais	72.812.269,02	55.873.000,82
Convênio SUS	62.058.322,80	50.310.452,50
Outros Convênios/Particulares	4.156.378,43	3.184.331,94
Receita de Mensalidades	241.596,53	472.978,51
Receita de Doações	85.218,29	58.603,96
Receita de Eventos/Cursos	609.875,26	689.630,42
Receita de Aluguéis	35.446,00	43.362,96
Receitas Financeiras	487.573,44	280.006,30
Receitas Diversas	2.193.741,57	41.972,46
Receita com Recursos Públicos	-	400.000,00
Receita com Subvenções	2.944.116,70	391.661,77
Despesas Operacionais	71.455.480,72	56.633.997,42
Despesas com Pessoal	22.944.276,98	16.097.905,85
Despesas Serviços de Saúde	42.589.151,70	30.257.058,82
Despesas Gerais Administrativas	4.547.643,67	9.760.345,63
Despesas Tributárias	82.880,69	82.632,01
Despesas Financeiras	86.051,08	44.393,34
Despesas com Subvenções	1.205.476,60	391.661,77
Incentivos Fiscais	114.553,71	23.780,81
Receita com Isenção INSS Patronal	5.551.278,06	4.270.140,71
(-) Despesa com INSS Patronal	5.665.831,77	4.293.921,52
(=) Resultado Líquido do Exercício	1.242.234,59	- 784.777,41

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL: O Instituto Santé, fundado em 30 de Março de 2007, é uma associação, com personalidade jurídica de direito privado de fins não lucrativos, de caráter beneficente de assistência social, cujas finalidade consistem em desenvolver atividades de assistência social e saúde; promover o voluntariado; organizar treinamentos, palestras, seminários, congressos e cursos; desenvolver programas de apoio aos serviços de saúde com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com atividade preponderante na SAÚDE, conforme o Art. 3º de seu Estatuto Social. A direção da Entidade, bem como seus associados e membros do conselho fiscal, não recebem qualquer tipo de remuneração. **NOTA 02 – BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:** Na elaboração das demonstrações contábeis de 2019, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 no que se refere aos aspectos da elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme Resolução CFC nº 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, conforme Resolução CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, e demais Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002 para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas das entidades sem fins lucrativos. As demonstrações contábeis também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards -IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board, sendo que, conforme determina o item 114 do CPC 26. **NOTA 03 – FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO CFC 1.330/11 (ITG 2000):** A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no “Livro Diário” que é posteriormente registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas do município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, papéis, registros e outros, que apoiam ou compõem a escrituração contábil, sendo esta hábil e revestida de todas as formalidades capazes de assegurar sua exatidão e mantida em boa ordem. **NOTA 04 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS:** As principais práticas contábeis adotadas na elaboração e apresentação das demonstrações contábeis estão descritas a seguir: **4.1) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Conforme determina a Resolução CFC nº 1.296/10 (NBC TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26) – Na apresentação das Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias. **4.2) Aplicação de Liquidez Imediata:** As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço. **4.3) Ativos circulantes - Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado. **4.4) Outros Ativos Circulantes:** Este grupo é composto Adiantamentos a Funcionários, Cheques a Cobrar e Outros Adiantamentos, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte e estão representadas pelo seu valor nominal, bem como adiantamentos, valores a recuperar e outros valores a receber das atividades sustentáveis e títulos de Capitalização a Receber. **4.5) Provisão p/ Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD):** Esta provisão não foi constituída pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, por não haver risco futuro, atendendo assim a Resolução CFC nº 1409/12 (ITG 2002) em seu item 14. **4.6) Estoques – Resolução CFC nº 1.170/09 (NBC TG 16) –** Estão avaliados pelo custo médio de aquisição. Os Valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado, e estão divididos em materiais hospitalares que se referem aos estoques de medicamentos, materiais dos hospitais e gêneros alimentícios; e o Almoxarifado, que se refere ao estoque dos materiais de consumo, na data do balanço. **4.7) Imobilizado –** Os ativos imobilizados são registrados com base no método linear pelo custo de aquisição ou construção, deduzindo da depreciação, e leva em consideração vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC nº 1.177/09 – NBC TG 27). A entidade procedeu a um levantamento técnico com seu pessoal próprio e foi concluído que não existem indícios de haver bens contabilizados com valor superior ao valor recuperável. Desta forma, não foi constituído provisão para perdas por redução ao valor recuperável dos bens do imobilizado. Os gastos com manutenção ou reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesas quando ocorridos. **4.8) Passivo Circulante e Não Circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. **4.9) Prazos:** Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes. **4.10) Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **4.11) Provisão de 13º Salário e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço. **4.12) Provisão para Contingências (Trabalhistas, Fiscais e Outras):** Esta provisão não foi constituída pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, por não haver risco futuro, atendendo assim a Resolução CFC nº 1409/12 (ITG 2002). **4.13) Provisão para Contingência Específica para Atendimento ao Contrato de Gestão:** Foi atualizado em 2019 a Provisão Específica em atendimento ao Contrato de Gestão. **4.14) Ajuste de Exercícios Anteriores:** Foi realizado em 2019 ajustes de exercícios decorrentes de efeitos provocados por erro imputável a exercício anterior. **4.15) As Despesas e as Receitas:** As despesas e as receitas são reconhecidas respeitando-se o princípio de competência. **4.16) Apuração do Resultado:** O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor acordado em contrato e efetivamente recebidos ou a receber, sendo reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. **4.17) Estimativas contábeis:** A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. **NOTA 05 – ESTOQUE:**

Estoque (Filiais)	2019 (R\$)	2018 (R\$)	Varição (R\$)
Hospital São Luiz	135.328,82	152.808,40	- 17.479,58
Hospital Regional Terezinha Gaio Basso	915.880,29	616.142,15	299.738,14
Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira	99.728,46	157.680,65	- 57.952,19
Hospital Santo Antônio (Guaramirim)	162.403,48	0,00	162.403,48
Hospital Santo Antônio (Itapema)	214.455,89	0,00	214.455,89
Total	1.527.796,94	926.631,20	601.165,74

NOTA 06 – ATIVO NÃO-CIRCULANTE (IMOBILIZADO): 6.1) Bens Móveis Matriz: Os equipamentos estão registrados pelo valor de aquisição em 2019:

Descrição	2019 (R\$)	2018 (R\$)	Varição (R\$)
Equipamentos	1.929,00	1.929,00	0,00

6.2) Bens Móveis Hospital São Luiz: Os equipamentos estão registrados pelo valor de aquisição em 2019:

Descrição	2019 (R\$)	2018 (R\$)	Varição (R\$)
Equipamentos Hospitalar	1.219.505,03	983.785,81	235.719,22
Móveis e Utensílios	30.096,10	27.000,00	3.096,10
Computadores e Periféricos	12.755,10	6.799,10	5.956,00

6.3) Construções em Andamento: As construções e reformas em andamento são registradas em contas Específicas no Ativo Não Circulante, sendo em 2019: **a) Contrato de Gestão – Hospital Regional Terezinha Gaio Basso:**

Descrição	2019 (R\$)	2018 (R\$)	Varição (R\$)
Telhado	189.699,87	0,00	189.699,87

6.4) Bens de Terceiros com Restrições: Os Bens Móveis e os Intangíveis integram o Sistema Patrimonial em contas Específicas de Ativos Não Circulante e Passivo Não Circulante, decorrente de uso permitido pelos Contratos de Gestão. **a) Contrato de Gestão – Hospital Regional Terezinha Gaio Basso:**

Descrição	2019 (R\$)	2018 (R\$)	Varição (R\$)
Equipamentos Médico/Hospitalar	10.032.634,50	9.482.907,59	549.726,91
Equipamentos Processamento de Dados	670.415,79	575.472,23	94.943,56
Móveis e Utensílios	1.390.029,92	1.261.255,05	128.774,87
Veículos	45.200,00	74.200,00	-29.000,00
Intangível	25.760,24	25.760,24	0,00

Obs: No Hospital Regional Terezinha Gaio Basso foi realizado em 2017 a avaliação dos bens móveis a valor justo (custo atribuído) em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 27, aprovado pela Resolução 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **b) Contrato de Gestão – Hospital de Dionísio Cerqueira:**

Descrição	2019 (R\$)	2018 (R\$)	Varição (R\$)
Equipamentos Médico/Hospitalar	1.530.063,08	767.749,67	762.313,41
Equipamentos Processamento de Dados	9.900,00	9.900,00	0,00
Móveis e Utensílios	701.252,93	701.252,93	0,00

c) Contrato de Gestão – Hospital Santo Antônio (Guaramirim/SC):

Descrição	2019 (R\$)	2018 (R\$)	Varição (R\$)
Equipamentos Médico/Hospitalar	460.313,08	0,00	460.313,08
Equipamentos Processamento de Dados	46.641,03	0,00	46.641,03
Móveis e Utensílios	257.883,50	0,00	257.883,50
Veículos	196.878,58	0,00	196.878,58
Software (Direito de Uso)	11.400,00	0,00	11.400,00
Gerador	111.119,88	0,00	111.119,88

Obs: Foi realizado a implantação e levantamento patrimonial dos bens móveis do Hospital Santo Antônio do Município de Guaramirim/SC. **d) Contrato de Gestão – Hospital Santo Antônio (Itapema/SC):**

Descrição	2019 (R\$)	2018 (R\$)	Varição (R\$)
Equipamentos Médico/Hospitalar	85.000,00	0,00	85.000,00
Utensílios Diversos	1.100.864,53	0,00	1.100.864,53

6.5) Depreciação e Amortização: A Depreciação dos Equipamentos, Veículos, Móveis e Utensílios e a Amortização são calculados com base na estimativa de vida útil dos bens determinados em virtude do custo atribuído. **QUADRO DEMONSTRATIVO DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO ACUMULADA FIMOS 31/12/2019**

Descrição	2019 (R\$)	2018 (R\$)	Varição (R\$)
Depreciação/Amortização	2.986.763,98	1.316.754,14	1.670.009,84

NOTA 07 – OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE): Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de fornecedores em geral, obrigações fiscais, empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais.

QUADRO DEMONSTRATIVO ELEMENTOS DO PASSIVO CIRCULANTE

Descrição	31/12/2019 (R\$)	31/12/2018 (R\$)	Varição
Fornecedores	3.026.442,92	1.321.894,38	1.704.548,54
Obrigações Trabalhistas	7.280.102,92	7.162.646,48	117.456,44
Obrigações Tributárias	264.975,57	103.723,38	103.723,38
Outras Obrigações	479.052,76	1.912.399,03	- 1.433.346,27

Obs: Na conta Outras Obrigações a Pagar, por alteração de critério contábil, foi alterado os lançamentos ref. Honorários Médicos a Pagar do Grupo Outras Obrigações a Pagar para a conta de Fornecedores a Pagar, gerando assim, variação entre as contas durante os períodos de 2018 para 2019. **NOTA 08 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE:** Este grupo está composto pelas obrigações a Longo Prazo da entidade: fornecedores e empréstimos bancários onde o vencimento ultrapassa o exercício subsequente. **QUADRO DEMONSTRATIVO ELEMENTOS DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE**

Descrição	31/12/2019 (R\$)	31/12/2018 (R\$)	Varição
Outras Obrigações a Restituir	6.022.364,79	4.735.812,63	1.286.552,16
Subvenções a Realizar	1.199.263,47	829.544,99	369.718,48

Obs: O Instituto Santé, por ter firmado Contrato de Gestão com os Hospitais Santo Antônio do Município de Guaramirim/SC e Hospital Santo Antônio do Município de Itapema/SC, possui Bens Móveis com Restrições, sendo registrados no Imobilizado contra o Passivo Não Circulante, resultando no aumento da conta Outras Obrigações a Restituir.

NOTA 09 – SUBVENÇÕES PÚBLICAS: A Entidade recebeu recursos financeiros provenientes de convênios com órgãos públicos, com o objetivo principal de executar projetos e atividades conveniadas entre as partes, relacionadas aos objetivos estatutários da Entidade, sendo que estes valores são aplicados nas atividades previstas. A Instituição presta conta dos valores recebidos, ficando toda a documentação a disposição na sede da entidade para quaisquer verificações das despesas realizadas.

SUBVENÇÕES A REALIZAR

Filial	Tipo de Subvenção	Convênio	Órgão	Finalidade	Valor a Realizar (R\$)
Hospital São Luiz	Federal	851161/2017	Ministério da Saúde	Aquisição Equipamento e Material Permanente	174.274,48
Hospital São Luiz	Federal	001049/2019	Ministério da Saúde	Custeio e Manutenção da Unidade Hospitalar	575.832,62
Hospital Regional Terezinha Gaio Basso	Estadual	Contrato de Gestão 03/2016	Secretaria Estadual de Saúde	Reforma/Benfeitorias	237.074,27
Hospital Regional Terezinha Gaio Basso	Justiça Federal	Ofício 720005489049	Justiça Federal	Aquisição Medicamentos para Setor de Oncologia	32.790,70

Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira	Estadual	2018TR001003	Secretaria Estadual de Saúde	Custeio e Manutenção da Unidade Hospitalar	179.120,25
TOTAL DE SUBVENÇÕES A REALIZAR (R\$)					1.199.263,47
NOTA 10 – SEGUROS: Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, o Instituto Santé efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. A política de seguros considera principalmente a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores especializados na área. NOTA 11 – PATRIMÔNIO SOCIAL: O Patrimônio Social é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do superávit acumulado e do déficit do exercício, e quando for o caso realização do ajuste de avaliação patrimonial, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência. NOTA 12 – RECEITAS (Resolução CFC Nº 1.187/09): Em atendimento a Resolução do CFC Nº 1.187/09 que aprova a NBC TG 30, no exercício de 2019 as atividades de prestação de serviços são mensuradas pela contraprestação recebida ou a receber. Outras receitas também seguem o mesmo critério sendo reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade.					
RECEITAS		2019 (R\$)		2018 (R\$)	
Receitas SUS		62.058.322,80		50.310.452,50	
Receitas Convênios/Particulares		4.156.378,43		3.184.331,94	
Total Receitas Prestação Serviços Saúde		66.214.701,23		53.494.784,44	
NOTA 13 – OUTRAS RECEITAS: Conforme a Resolução 1.152/09 que aprova NBC TG 13, a Resolução 1.157/09 que aprova ITG 02 e a Lei 11.941/09, no exercício de 2019, as demais receitas que são destacadas como "operacionais", foram classificadas no Grupo "Outras Receitas" operacionais conforme segue:					
Descrição		2019 (R\$)		2018 (R\$)	
Receita Mensalidades		214.596,53		472.978,51	
Receitas Eventos/Cursos		609.875,26		689.630,42	
Receitas Aluguéis		35.446,00		43.362,96	
Receitas Financeiras		487.573,44		280.006,30	
Receitas Diversas		2.193.741,57		41.972,46	
Receita com Recursos Públicos		0,00		400.000,00	
Receita com Subvenções		2.944.116,70		391.661,77	
Total Outras Receitas		6.512.349,50		2.219.612,42	
Obs: Na conta Receitas Diversas há R\$ 1.878.226,10 ref. Receitas do Escritório de Projetos, mantido pela Matriz. NOTA 14 – DOAÇÕES: De acordo com a Resolução CFC Nº 1.409/12 em seu item 27 letra "f", no exercício de 2019 a Entidade obteve doações, conforme o seguinte quadro:					
Descrição		2019		2018	
Demais Doações Pessoas Físicas/Jurídicas		85.218,29		58.603,96	
NOTA 15 – DO RESULTADO DO EXERCÍCIO: O Superávit do exercício de 2019 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 em especial no item 15, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social. NOTA 16 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC): A demonstração do fluxo de caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do CFC nº 1.152/2009, que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução do CFC Nº 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. A Entidade optou pelo método direto. As atividades de investimento registradas referem-se aos acréscimos do imobilizado. NOTA 17 – CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUIDAS (ISENÇÃO): A Entidade é portadora Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, na área preponderante da Saúde, portanto, usufrui da isenção das Contribuições Sociais de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212/91, demonstrado abaixo: QUADRO DEMONSTRATIVO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUIDAS					
		2019		2018	
		5.551.278,06		4.270.140,71	
NOTA 18 – CUMPRIMENTO DOS ATENDIMENTOS BENEFICENTES CONFORME LEI Nº 12.101/2009, NA ÁREA PREPONDERANTE DA SAÚDE. A Entidade atende indiscriminadamente a todos os usuários que buscam seus serviços na área da saúde, disponibilizando 60% da sua capacidade total dos serviços ambulatoriais aos pacientes do SUS no município onde atua e na região. Em atendimento ao disposto na Lei nº 12.101/2009 regulamentada pelo Decreto nº 8.242/2014, e alteração pela Lei 12.868/2013 e combinado com a Portaria GM/MS nº 834/2016, a Entidade entrega junto aos documentos requeridos para prestação de contas, a Carta do Gestor Público local, onde este atesta o cumprimento das pactuações dos serviços prestados ao SUS. Atendimentos Quantitativos Área da Saúde: Em conformidade com o Art. 18 E 19 da Portaria GM/MS nº 834/2016, a entidade apresenta o quantitativo dos atendimentos ambulatoriais realizados para <u>usuários</u> SUS e para <u>não</u> usuários do SUS conforme quadro a seguir:					
TIPOS DE ATENDIMENTOS		Número de atendimentos no ano			
(Descrição dos serviços prestados)	SUS Remunerado	SUS NÃO Remunerado	Demais fontes financiamento	TOTAL	% SUS
Diárias Internações/ Paciente Dia	1.712	157		1.869	90,83%
Atendimentos Ambulatoriais	48.059	4.577		52.636	9,17%
Incorporação Contrato de Gestão SES/SPG nº 03/2016 – Hospital Regional Terezinha Gaio Basso					0,00%
Incorporação Contrato de Gestão Lei Municipal nº. 4.576/2017- Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira					0,00%
Incorporação Contrato de Gestão nº 23/2019 – Hospital Municipal Santo Antônio					0,00%
Incorporação Contrato de Gestão nº 019/2019 – Hospital Santo Antônio					0,00%
Percentual SUS: conforme Art. 18 e 19 da Portaria GM/MS nº 834/2016 e da Lei n. 12.101/2009.					100%
Obs: Partic. Ambulatorial cfe. Parágrafo Único do art. 19 § 3º da Portaria nº 834/2016, será no máximo 10%.					
NOTA 19 – CONTRATO DE GESTÃO: O Instituto Santé mantém em 2019 Contratos de Gestão, sendo criadas filiais:					
Nº Contrato Gestão	CNPJ (Filial)	Entidade		Município/Estado	
SES/SPG SC 03/2016	08.776.971/0003-00	Hospital Regional Terezinha Gaio Basso		São Miguel do Oeste/SC	

Lei Municipal 4.576/2017	08.776.971/0004-82	Hospital de Dionísio Cerqueira	Dionísio Cerqueira/SC
Contrato nº23/2019	08.776.971/0005-63	Hospital Municipal Santo Antônio	Guaramirim/SC
Contrato nº019/2019	08.776.971/0006-44	Hospital Santo Antônio	Itapema/SC

NOTA 20 – DO CUMPRIMENTO DO ART. 14 DO CTN. a) A Entidade aplica integralmente o seu eventual resultado líquido na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, conforme previsto em seu Estatuto; b) Os dirigentes, conselheiros, ou associados, instituidores, benfeitores, ou equivalentes, não percebem remuneração, vantagens ou benefícios por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes são atribuídas estatutariamente; a Entidade não distribui lucros, dividendos ou bonificações, conforme previsto no seu Estatuto Social; c) A Entidade mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades que asseguram sua exatidão. Florianópolis, 31 de dezembro de 2019. Tércio Egon Paulo Kasten, CPF: 081.735.089-68, Presidente. Tania Kohn, CPF: 440.404.409-78, Contadora CRC/SC: 008691.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do INSTITUTO SANTÉ, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o Exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do INSTITUTO SANTÉ em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus Fluxos de Caixa para o Exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração do INSTITUTO SANTÉ é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, consistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos Controles Internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os Controles Internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; Obtemos entendimento dos Controles Internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos Controles Internos do Instituto; Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos Controles Internos que identificamos durante nossos trabalhos. Florianópolis/SC, 20 de março de 2020. ANEND AUDITORES INDEPENDENTES SS, CRC/RJ - 003550/S-SC, HILDO JARDIM ALEGRIA, Diretor Técnico, Contador CRC/RJ-041841/O-8/T-RS/S-SC.

Cod. Mat.: 662193

DÖHLER S.A.

Companhia Aberta (Código CVM nº 520-7)
CNPJ nº 84.683.408/0001-03 - NIRE nº 42 3 0000515-1

CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convidados os senhores acionistas desta Companhia a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 28 de abril de 2020, às 09:00 horas, em sua sede social, na Rua Arno W. Döhler, nº 145, em Joinville (SC), a fim de deliberarem sobre a seguinte: **ORDEM DO DIA: Em Assembleia Geral Ordinária: a)** Análise, discussão e aprovação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras, do Parecer dos Auditores Independentes e dos demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2019, em conformidade com o Relatório da Administração para a referida matéria; **b)** Destinação do resultado do exercício encerrado em 31/12/2019, do orçamento de capital e da distribuição de dividendos da Companhia, em conformidade com a Proposta da Administração para a referida matéria; **c)** Aprovação da remuneração dos Conselheiros de Administração, Diretores e Conselheiros Fiscais para o exercício de 2020, em conformidade com a Proposta da Administração para a referida matéria; **d)** Eleição dos membros do Conselho de Administração; e **e)** Caso reinstalado o Conselho Fiscal, a eleição dos seus membros. **Em Assembleia Geral Extraordinária: a)** Conversão do montante de R\$ 42.795.273,13 (quarenta e dois milhões, setecentos e noventa e cinco mil, duzentos e setenta e três reais e treze centavos) da conta de Reserva de Investimentos para a conta de Reserva de Subvenção para Investimentos, nos moldes da Proposta da Administração; **b)** Aumento do Capital Social da Companhia no montante de R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais), passando de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais) para R\$ 225.000.000,00 (duzentos e vinte e cinco milhões de reais), mediante a capitalização de parte do saldo da conta de Reserva de Subvenção para Investimentos, com a emissão de 15.129.057 (quinze milhões, cento e vinte e nove mil e cinquenta e sete) ações, sendo 10.893.564 (dez milhões, oitocentas e noventa e três, mil quinhentas e sessenta e quatro) ações ordinárias nomi-

nativas e 4.235.493 (quatro milhões, duzentas e trinta e cinco mil, quatrocentas e noventa e três) ações preferenciais nominativas, representando um aumento de 25% (vinte por cento) em novas ações, com direitos idênticos aos atribuídos as ações em circulação, a serem distribuídas entre os acionistas na proporção do número e espécie de ações que possuírem, com consequente alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social, em conformidade com a Proposta da Administração para a referida matéria. **Instruções Gerais: Documentos exigidos para que os acionistas sejam admitidos à Assembleia:** Para participar e votar na Assembleia os acionistas ou seus representantes legais deverão comparecer munidos do comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira depositária ou pelo custodiante e também dos seguintes documentos: (i) **pessoa física:** documento de identidade e, se for o caso, instrumento de procuração; (ii) **pessoa jurídica:** atos constitutivos e documentos comprobatórios da regularidade da representação. Quando os acionistas forem representados por procurador, este deverá estar constituído há menos de um ano, ser acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, exceto para o caso de pessoas jurídicas que poderão ser representadas por mandatários constituídos de acordo com as regras do Código Civil, conforme decisão do Colegiado da CVM, no Processo RJ2014/3578. Ademais, a procuração deve conter os requisitos elencados na Lei 6.404/76 e na Instrução da CVM nº 481/2009. Para facilitar o acesso dos acionistas à Assembleia, recomenda-se que o instrumento de mandato seja depositado na sede da Companhia com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data prevista para a Assembleia. **Votação à distância:** Nos termos da Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada, a Companhia adotará o sistema de votação à distância, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto por meio de seus respectivos agentes de custódia, via instituição financeira depositária responsável pelo serviço de escrituração de ações (Banco Bradesco) ou diretamente para a Companhia, conforme modelo a ser disponibilizado pela Companhia nos websites da Companhia (www.dohler.com.br), da

CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>), no prazo previsto no §1º, do Artigo 21-A da referida Instrução CVM. **Aviso aos acionistas - informações e documentos relativos à Assembleia:** Nos termos do art. 133 da Lei nº 6.404/76 e, ainda, de acordo com as Instruções da CVM nº 480/09 e 481/09, encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, no site da Companhia na rede mundial de computadores (www.dohler.com.br), na página da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>) todos os documentos atinentes às matérias que serão deliberadas na Assembleia. **Voto múltiplo:** Conforme o disposto no artigo 141 da Lei 6.404/76 e nos artigos 1º e 3º da Instrução da CVM nº 165/1991, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, os senhores acionistas, representando pelo menos 5% (cinco por cento) do capital social votante da Companhia, poderão requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, desde que observado o prazo legal de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência em relação à data de realização da Assembleia ora convocada. **Esclarecimentos:** Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico acionista@dohler.com.br ou do telefone (47) 3441-1639. Joinville (SC), 26 de março de 2020. **O Conselho de Administração.**

Cod. Mat.: 661857

Reação Apoio Laboratorial S.A. CNPJ nº 10.432.097/0001-65 Companhia Fechada Aviso aos Acionistas Comunicamos que se encontram à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social da Companhia localizada na Rua Francisco Tolentino, nº 23, Jardim Eldorado, na cidade de Palhoça /SC, CEP 88.133-360, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.) relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2019. Palhoça/SC, 20 de março de 2020. **Jairo Luiz Ledra - Presidente do Conselho de Administração**

Cod. Mat.: 661659

STRAMOSK PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 11.784.409/0001-62 - NIRE 42300035238 - Companhia Fechada - Rua Araucária, nº 50, Bairro Pamplona, Rio do Sul/SC

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)**Relatório da Administração:** Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 acompanhadas de notas explicativas. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Balço Patrimonial				Demonstração Resultado			Nota		2.019		2.018	
Ativo	Nota	2.019	2.018	Passivo e patrimônio líq. (passivo a descoberto)	Nota	2.019	2.018	Receita operacional	11.633.392	7.954.407	11.633.392	7.954.407
Ativo circulante				Passivo circulante				Receita de Equiv.Patrimonial	11.633.392	7.954.407		
Ativo não circulante				Passivo não circulante				Luc.(Prej.)antes dos impostos	11.633.392	7.954.407		
Partic. Controladas e Colig.		19.104.750	19.104.750	Partic.Controladas e Colig.	4	1.760.375	13.393.767	Lucro (Prej.) do Exercício	11.633.392	7.954.407		
(-) Result.Equiv.Patrimonial		(19.104.750)	(19.104.750)	Total passivo não circul.		1.760.375	13.393.767	Lucro (Prej.) por ação, básico e diluído (em R\$)				
Total do ativo		-	-	Total do passivo		1.760.375	13.393.767	Ações ordinárias	8	4,65	3,18	
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				Patrimônio líquido (passivo a descoberto)								
	Cap.social integraliz.	Luc. ou prej. acumulados	Patrim. líq. Total	Capital social	5a	2.503.085	2.503.085	Dem. do Resultado Abrangente	2.019	2.018		
Saldos 31/12/2017	2.503.085	(23.851.259)	(21.348.174)	Prejuízos acumulados		(4.263.460)	(15.896.852)	Lucro (prejuízo) líq. exercício	11.633.392	7.954.407		
Lucro Líq.Exercício	-	7.954.407	7.954.407	Total patrimônio líquido		(1.760.375)	(13.393.767)	Total do resultado abrangente	11.633.392	7.954.407		
Res.Abrang.Total			7.954.407	Total passivo e patr. líq.(pass.a descob.)		-	-	Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto				
Saldos 31/12/2018	2.503.085	(15.896.852)	(13.393.767)	líquido no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 3.6 Tributação: 3.6.1 Impostos sobre a receita de transmissão: As receitas da Cia. estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS), a 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a 7,60%. Esses tributos são deduzidos das receitas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. 3.6.2 Imposto de renda e contribuição social - Correntes: O Imposto de renda (IR) e a Contribuição social(CSL) são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro tributável sob o regime de apuração com base no Lucro Real Anual. 3.7 Dividendos: O estatuto social da Cia. estabelece que, no mínimo, 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete a Diretoria deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intercalares. 3.8 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações contábeis da Cia. requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de provisões para litígios, passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres								
Lucro Líq.Exercício	-	11.633.392	11.633.392	4. Investimentos:								
Res.Abrang.Total			11.633.392	Empresa								
Saldos 31/12/2019	2.503.085	(4.263.460)	(1.760.375)	Controlada								
Notas Explicativas da Administração				Ações ordin.								
1. Informações Gerais: Fundada em novembro de 2009, a Stramosk Participações S.A. ("Cia.") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, Brasil, Rua Araucária, 50, Sala A, Bairro Pamplona, CEP 89164-208 e tem por objetivo a participação em outras sociedades, civis ou comerciais, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista. A Cia. participa como acionista controladora da empresa Metalúrgica Riosulense S.A. A Cia. apresentou capital circulante nulo em 31/12/2019 e 31/12/2018, devido a seu investimento e perspectiva de retorno ser de longo prazo. Em 31/12/2019 a administração estima que nenhum ajuste é necessário para fazer face à recuperação dos ativos ou liquidação de seus passivos.				detidas pela Cia.								
2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2019 foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 19/03/2020. 2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Cia., para os exercícios findos em 31/12/2019 e 2018, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária vigente. A Cia. optou por apresentar apenas essas demonstrações contábeis individuais. 2.2 Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo. 3. Resumo das Principais Políticas Contábeis: 3.1 Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração subsequente - Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. 3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. 3.1.2 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros: Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (<i>impairment</i>). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. 3.2 Investimentos: Os investimentos da Cia. em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial. 3.3 Provisões: Provisões são reconhecidas quando a Cia. possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. 3.4 Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo por meio do resultado, e no caso de empréstimos e financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A Cia. não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. Fornecedores são classificados como outros passivos financeiros. 3.5 Instrumentos financeiros - Apresentação líquida: Ativos e passivos financeiros são apresentados				detidas pela Cia.								
				Res. atribuível aos acionistas da Cia.								
				Ações ordinárias em poder dos acionistas (em ações)								
				Res. bás.e diluído p/ação ordinária - R\$								
				9. Objetivos e Políticas para Gestão de Riscos de Instrumentos Financeiros: A Cia. revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir: Valor justo: Os valores justos dos instrumentos financeiros são similares aos valores contábeis. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: A Administração da Cia. realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios. a) Risco de taxas de câmbio: A Cia. administra								
				Participação (%)								
				Patrimônio Líquido da Controlada								
				Resultado da Equiv.Patrimonial								
				2019								
				2018								
				2019								
				2018								
				(2.617.889) (19.918.136) (1.760.269) (13.393.767)								
				os riscos de mercado através de hedge naturais, visando minimizar a exposição a possíveis perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio. A Cia. não possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019. b) Risco de taxa de juros: A Cia. não possui contratos empréstimo e financiamento em 31 de dezembro de 2019. c) Risco de crédito: A política de gerenciamento do risco de crédito adotada pela Controlada da Cia. se pauta no permanente monitoramento e manutenção das concessões e limites de crédito, adotando, quando necessário, o acompanhamento do nível de endividamento e liquidez dos clientes. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Cia. somente realiza operações em instituições julgada com baixo risco pela administração. d) Risco de preço dos materiais: Para se proteger do risco de perdas com flutuações nos preços dos materiais, a Controlada da Cia. mantém sua estratégia focada no controle físico dos estoques, adotando a política de estocagem na eminência de elevações significativas no preço da matéria-prima, e de baixas posições de estoque na situação inversa. e) Risco de liquidez: A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível mínimo seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. f) Gestão de risco de capital: Os objetivos da Cia. ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas. A administração da Cia. não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.								
				Diretoria Executiva - João Stramosk - Diretor Presidente								
				Contador - Erimar de Souza - CRC/SC NR. 020031/O-1								

MULTIPRIME IND. E COM. DE PEÇAS PARA VEÍCULOS S/A.

CNPJ nº 20.240.139/0001-10 - Araquari - SC

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento aos preceitos legais e estatutários vigentes, apresentamos as Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018. Araquari, 20 de Fevereiro de 2020. **A Administração**

Balço patrimonial Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 - Em milhares de reais				Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais			
Ativo	Notas	2019	2018	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2019	2018
Ativo Circulante		10.085	5.992	Passivo circulante		10.619	3.560
Caixa e equivalentes de caixa		5.474	1.598	Empréstimos e financiamentos - CP		1.338	-
Contas a receber	4	2.596	1.823	Fornecedores	5	7.799	2.254
Estoques		920	338	Fornecedores coligadas		340	31
Impostos a recuperar		324	1.863	Dividendos a pagar		1.096	990
Outros ativos		772	370	Obrigações tributárias		6	237
Ativo não circulante		3.464	878	Obrigações sociais		40	48
Impostos diferidos		-	-	Passivo não circulante		667	-
Impostos a recuperar - LP		3.332	691	Empréstimos e financiamentos - LP		667	-
Imobilizado		131	166	Patrimônio líquido		2.264	3.310
Intangível		1	21	Capital social	6.1	2.000	2.000
Total do ativo		13.549	6.870	Reserva legal		264	206
				Dividendos Adicionais	6.2	-	1.104
				Total do passivo e patrimônio líquido		13.549	6.870

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais							DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais		
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total		2019	2018
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.000	128	-	-	(190)	1.938			
Lucro do exercício	-	-	-	-	1.740	1.740	Atividades operacionais		
Reserva de lucros	-	78	-	-	(78)	-	Lucro do exercício	1.740	2.616
Dividendos adicionais	-	-	-	1.104	(1.104)	-	Ajuste de itens sem desembolso de caixa:		
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(368)	(368)	Depreciações	70	82
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.000	206	-	1.104	-	3.310	Juros provisionados	5	3
Lucro do exercício	-	-	-	-	1.153	1.153	Impostos diferidos	-	90
Reserva de lucros	-	58	-	-	(58)	-	Ajustes de capital de giro:		
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	Redução/(aumento) das contas a receber	(773)	(836)
Distribuição de dividendos	-	-	-	(1.104)	(1.095)	(2.199)	Redução/(aumento) dos estoques	(582)	(193)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.000	264	-	-	-	2.264	Redução/(aumento) de outros ativos circulantes	(1.503)	(1.042)

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 - Em milhares de reais

1. Informações sobre a Companhia: A Multiprime S/A é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Araquari, estado de Santa Catarina e tem como objetivo a fabricação de bancos, estofados, peças e acessórios para veículos automotores, montar, injetar e aplicar materiais; compra, venda, importação e exportação de peças novas para veículos automotores; serviços de manutenção em carcaça de veículos automotores.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS) aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil como aprovados pelo CPC e CFC. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 20 de Fevereiro de 2020.

3. Resumo das principais políticas contábeis:

3.1 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis: (i) Julgamentos, estimativas e premissas: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem vida útil do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, impostos diferidos ativos e passivos, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis e mensuração do custo orçado de empreendimentos e de instrumentos financeiros. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, são discutidas a seguir. a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de vendas em ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. **3.2 Classificação de itens circulantes e não-circulantes:** No Balço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes. **3.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação. **3.4 Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e incluem contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e outras dívidas. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, são acrescidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme descrito abaixo: (i) Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado: Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. (ii) Empréstimos e recebíveis: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável. **3.5 Tributação:** As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%

Esses encargos são apresentados como deduções da receita bruta na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, adotando o regime de lucro real. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais. **3.6 Dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Sociedade. **3.7 Resultado:** As Receitas e Despesas estão contabilizadas pelo regime de competência. **3.8 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa no mínimo anualmente, na data do encerramento do balanço, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e operacionais, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **3.9 Demonstração dos fluxos de caixa:** A demonstração dos fluxos de caixa é preparada e apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **4. Clientes:** Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não apresenta saldos vencidos e estes estão assim representados:

	2019	2018
Clientes no mercado interno	2.596	1.823
	2.596	1.823

5. Fornecedores de Bens e Serviços: Em 31 de dezembro de 2019 os valores a pagar de fornecedores de bens e serviços estão assim representados:

	2019	2018
Fornecedores no mercado interno	9	496
Fornecedores no mercado externo	7.790	1.758
	7.799	2.254

6. Patrimônio Líquido:

6.1 Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado, no valor de R\$ 2.000 é representado por 2.000.000 de ações ordinárias nominativas em 2019 em 2018. **6.2 Dividendos Propostos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo equivalente a 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos propostos podem ser assim demonstrados:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	1.153	1.740
(-) Prejuízo 2017	-	(190)
(-) Reserva legal (5%)	(58)	(77)
Lucro líquido ajustado	1.095	1.473
(x) Percentual	30%	25%
Dividendos mínimos aprovados:	329	368
Dividendos adicionais aprovados:	765	1.105

7. Receitas: As receitas por categoria estão assim demonstradas:

	2019	2018
Receita da venda	43.575	39.079
Receita de serviços	-	95
Total da Receita Bruta	43.575	39.174

continua →

☆ continuação

MULTIPRIME IND. E COM. DE PEÇAS PARA VEÍCULOS S/A.

CNPJ nº 20.240.139/0001-10 - Araquari - SC

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 - Em milhares de reais

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:		9. Receitas e despesas financeiras:		Receitas financeiras		
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Receita bruta	43.575	39.174			97	972
Impostos sobre vendas	(3.856)	(3.596)	Juros	(5)	(3)	–
Cancelamentos	(1.887)	–	Despesas Bancarias	(15)	(10)	65
Receita Líquida	<u>37.832</u>	<u>35.578</u>	Varição cambial passiva	(499)	(1.467)	279
8. Despesas por natureza:	2019	2018	Outras	(41)	(2)	10
Custo do Produto Direto	34.432	32.633		(560)	(1.483)	172
Despesas com pessoal	867	435				1.263
Serviços de terceiros	38	–				(388)
Depreciação	50	17				(220)
Impostos e taxas	14	73				
Outras	303	(416)				
	35.704	32.742				

Diretoria		
Djalma Lúcio Rodrigues Vilela	Ailton Darugna	Alexandre Heitmann
Diretor Presidente	Diretor Administrativo e Financeiro	Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Contador	
Leonardo Furtado de Oliveira	
Contador - CRC/RJ 099250/O-9	

Cod. Mat.: 662287

JUVANI EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A - CNPJ 02.291.877/0001-04 - NIRE Nº 42300044679					
RELATORIO DA DIRETORIA: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação dos Senhores Acionistas, o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Para qualquer esclarecimento que se fizer necessário, colocamos-nos ao inteiro dispor dos Acionistas.					
Balancos Patrimoniais enc. em 31/12/19 e 18. (em R\$ mil)		Saldo Atual	Saldo Anterior	Demonstração dos Resultados para os exercícios findos em 31/12/2019 e 31/12/2018. (em R\$ mil)	
	2019	2018		Saldo Atual	Saldo Anterior
ATIVO CIRCULANTE	4.841.250	4.832.974	Nome		
DISPONIBILIDADES	41.122	4.832.974	(-/+) DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS	(369.270)	(77.175)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	187	15.538	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(369.270)	(77.175)
BANCOS CONTÁ MOVIMENTO	40.936	17.264	(=) RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(369.270)	(77.175)
CLIENTES DIVERSOS	4.800.000	4.800.000	(-/+) RESULTADO FINANCEIRO	213	(339)
DESPESAS ANTECIPADAS	128	172	DESPESAS FINANCEIRAS	(1.369)	(1.086)
ATIVO NÃO CIRCULANTE	107.955.105	96.643.767	RECEITAS FINANCEIRAS	1.582	747
DIREITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	12.772.774	10.542.384	(-/+) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	12.307.826	13.347.612
EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	1.000.000	1.000.000	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	12.307.826	13.347.612
OPERAÇÕES COM PESSOAS LIGADAS	4.049.738	1.922.665	RESULTADO ANTES DAS DESPESAS COM TRIBUTOS SOBRE LUCRO	11.938.770	13.270.098
OPERAÇÕES COM COLIG. E CONTROLADAS	7.723.035	7.619.719	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(142)	(68)
INVESTIMENTOS	95.182.331	86.101.383	IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA	(237)	(114)
PARTICIPAÇÕES EM COLIG. E CONTROLADAS	95.182.331	86.101.383	LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	11.938.390	13.269.916
INTANGÍVEL	1.320	0	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31/12/2019 e 2018 (em mil R\$)		
INTANGÍVEL	1.320	1.320	Especificações	Capital Social (R\$)	Lucros Acum. (R\$)
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(1.320)	(1.320)	Saldo em 31/12/2017	18.364.396	0
TOTAL DO ATIVO	112.796.355	101.476.740	Adição	0	14.656.179
PASSIVO CIRCULANTE	4.658.403	4.658.304	Exclusão	0	-14.656.179
PASSIVO CIRCULANTE	4.658.403	4.658.304	Saldo em 31/12/2018	18.364.396	0
FOLHA DE PAGAMENTO DE DIRIGENTES	1.866	1.803	Adição	0	11.938.391
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	509	477	Exclusão	0	-11.938.391
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE RECEITAS	28	24	Saldo em 31/12/2019	18.364.396	0
RECEITAS E DESPESAS DIFERIDAS	4.656.000	4.656.000	Demonstração dos Fluxos de caixa pelo método indireto - Exer. findos em 31/12/18 e 2019. (em reais \$)		
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	87.917.893	77.195.316		2.019	2.018
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	87.917.893	77.195.316	Resultado Líquido	11.938.390	13.269.916
OPERAÇÕES COM COLIG. E CONTROLADAS	7.521.526	0	(+) Depreciações e Amortizações	0	0
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	19.965.406	19.545.406	(-) Aumento / (+) Diminuição despesas antecipadas	44	-36
CREDITOS DIRETORIA/ACIONISTAS	60.430.961	57.649.910	(-) Equivalência Patrimonial Positiva / (+) Equivalência Patrimonial Negativa	-12.307.826	-13.347.612
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20.220.040	19.623.120	(+) Aumento / (-) Diminuição de Obrigações sociais e tributárias	119	50
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20.220.040	18.364.396	(=) Caixa líquido das atividades operacionais	-369.274	-77.682
CAPITAL SOCIAL	18.364.396	18.364.396	Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
RESERVAS DE LUCROS	1.855.644	1.258.724	(+) Empréstimos tomados	7.941.526	395.000
TOTAL DO PASSIVO	112.796.355	101.476.740	(-) Empréstimos concedidos	0	-826.429
Notas Explicativas às demonstrações contábeis - Exercício Findo em 31/12/2019					
NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL: A empresa Juvani Empreendimentos e Participações S.A, tem por objetivo social: 1. A participação societária em outras empresas e 2. A gestão patrimonial e exploração econômica de bens móveis e imóveis, bem como executar empreendimentos turísticos de entretenimento e lazer. NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. A administração declara expressamente que a elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei nº 6.404/76, após alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009. NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: 3.1 - CLASSIFICAÇÃO DAS CONTAS: A classificação dos valores nos grupos circulante e não circulante, no ativo e no passivo, é feita em função do prazo de realização, sendo considerado como circulante as obrigações e direitos vencíveis em até um ano e não circulante os direitos e obrigações que vencerão em mais de um exercício. 3.2 - CLIENTES A RECEBER: Os valores a receber são provenientes da exploração econômica de bens imóveis. 3.3 - EMPRESTIMOS CONCEDIDOS: A empresa conta com um saldo em seu ativo a título de empréstimos concedidos. 3.4 - OPERAÇÕES COM COLIGADAS E CONTROLADAS: A empresa conta com um passivo relacionado a empréstimos e financiamentos junto às empresas coligadas e Representam valores referentes a empréstimos e dividendos a receber de empresas sócias. 3.8 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 20.220.040 coligadas. 3.5 - INVESTIMENTO: A participação permanente em empresas controladas é avaliada pelo método de equivalência patrimonial, que determina que a parcela atribuível à empresa sobre o lucro ou prejuízo líquido do exercício desses investimentos As demonstrações contábeis completas e notas explicativas estão disponíveis na sede da empresa. Balneário Camboriú (SC), 26 de março de 2020. DIRETOR PRESIDENTE: Julio André Ruas Tedesco - Presidente. DIRETORIA EXECUTIVA: Juliana Wodtke Tedesco dos Santos - Diretora / Patricia Wodtke Tedesco - Diretora. CONTADOR: Edson Luiz de Souza - TC - CRC/SC - 018134/O-1					

Cod. Mat.: 662277

HEMMER		COMPANHIA HEMMER INDÚSTRIA E COMÉRCIO - CNPJ 82.641.986/0001-43	
		RELATÓRIO DA DIRETORIA. Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vimos à presença de V.Sas. para submeter à apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício Social encerrado em 31 de Dezembro de 2019. A Diretoria coloca-se à disposição dos senhores acionistas para quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários. Blumenau (SC), 30 de Março de 2020. A Diretoria.	
BALANÇO PATRIMONIAL		Demonstração do Resultado para os exercícios findos em 31 de dez. - Em R\$ (Mil), exceto o lucro líquido por ação.	
ATIVO Em R\$ (Mil)	2019	2018	PASSIVO Em R\$ (Mil)
CIRCULANTE	91.722	90.439	CIRCULANTE
Caixa e Bancos	4.579	3.528	Fornecedores
Contas a Receber de Clientes	39.047	40.624	Dividendos e JSCP a pagar
Adiantamentos	4.612	4.814	Salários e Encargos Sociais a Pagar
Impostos a Recuperar	1.748	960	Impostos Diversos a Pagar
Depósitos Vinculados	307	216	Instituições Financeiras
Estoques	40.888	37.545	Provisão p/ Comissões s/ Vendas
Despesas do Exercício Seguinte	541	645	Credores Diversos
Empresa Controlada	0	2.107	NÃO CIRCULANTE
NÃO CIRCULANTE	45.171	38.203	Obrigações Financeiras
Realizável a Longo Prazo	5.425	2.597	Obrigações Tributárias
Investimentos	10.210	8.387	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Imobilizado	29.231	26.900	Capital Social
Intangível	305	319	Reservas de Capital
TOTAL DO ATIVO	136.893	128.642	Reservas de Reavaliação
			Reservas de Lucros
			TOTAL DO PASSIVO
			136.893
			128.642
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 31 DE DEZEMBRO DE 2019			
CAPITAL SOCIAL		RESERVAS DE LUCRO	
SUBSCRITO	CAPITAL REVALIAÇÃO	LEGAL	ESPECIAL
FISCALIS	RETIDOS	LUCROS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDOS EM 31/12/2017	9.000	2.560	322
Realização de Reservas	0	0	(3)
Aumento de Capital com Reservas de Capital de 2017 (AGO/E 30/04/18)	3.000	(1.000)	0
Lucro Líquido de 2018	0	0	0
Destinação Proposta:			
* Juros s/ Capital Próprio	0	0	0
* Constituição da Reserva Legal	0	0	196
* Constituição - Reservas de Incentivos Fiscais	0	0	0
* Dividendos 2018	0	0	0
SALDOS EM 31/12/2018	12.000	1.560	319
Realização de Reservas	0	0	(3)
Lucro Líquido de 2019	0	0	0
Destinação Proposta:			
* Juros s/ Capital Próprio	0	0	0
* Constituição - Reserva Legal	0	0	260
* Constituição - Reservas de Incentivos Fiscais	0	0	0
* Dividendos 2019	0	0	0
SALDOS EM 31/12/2019	12.000	1.560	316
			1.644
			50
			6.659
			6.627
			28.856
NOTAS EXPLICATIVAS			
NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL: A Empresa tem como objeto social básico, a produção e comercialização de alimentação em geral, molhos e conservas. NOTA 2 - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS: As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a lei das sociedades por ações e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. a) APURAÇÃO DO RESULTADO: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. b) ESTIMATIVAS CONTÁBEIS: A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas incluem o valor residual do ativo imobilizado e provisão para créditos de liquidação duvidosa, no qual poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. c) RECUPERAÇÃO DE ATIVOS: A empresa não efetuou testes de recuperabilidade de seus ativos, porém, a administração da empresa não tem expectativa de perdas, pois os bens estão reconhecidos por valores inferiores ao valor em uso ou líquido de mercado. d) AJUSTE A VALOR PRESENTE DE CRÉDITOS E DE OBRIGAÇÕES: Não há efeitos relevantes que justifiquem qualquer ajuste a valor presente de curto e longo prazo, dos créditos e das obrigações da empresa. e) ESTOQUES: "Estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, o qual não supera o valor de mercado. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui as despesas gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação." f) INVESTIMENTOS: Investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Outros investimentos que não se enquadram na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável. g) IMOBILIZADO E INTANGÍVEL: Os bens e direitos integrantes do imobilizado e intangível estão demonstrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/95. As depreciações do imobilizado foram efetuadas pelo método linear, levando em consideração as taxas máximas permitidas pelo fisco. A empresa não efetuou a análise da vida útil econômica dos bens registrados no ativo imobilizado. h) PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. i) FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS - CURTO E LONGO PRAZO			
	Taxa Juros	Tipo Garantia	Valor
Capital de Giro	1,05% à 1,10% am	Duplicatas/	9.644
Capital de Giro	0,29% à 1,05% am	Aval/NP	15.138
	+ 100% CDI	Duplicatas/	24.079
Capital de Giro	3,02% à 7,44%aa	Aval/NP	4.242
	+ 100% CDI	Duplic./Aval/NP	6.603
Finame	3,50% aa à 9,50% aa	Alien. Fiduciária	59.706
Outros Financ.	0,62% am à 1,47% am	Alien. Fiduciária	2.019
Total			2.018
NOTA 3 - ESTOQUES			
Matérias Primas	7.014	5.618	6.292
Material de Embalagens	6.292	8.428	14.183
Produtos em Processo / Andamento	14.183	10.139	13.399
Produtos Acabados	13.399	13.360	40.888
Total			37.545
NOTA 4 - IMOBILIZADO			
a) Composição do Saldo			
	Taxa	Custo Depreciação	Deprec Corrigido
			Acumulada Líquido
1 Terrenos			129
2 Edifíc./Benfeitorias	4%	8.032	(3.096)
3 Equip.e Instal.Inds.	10%	32.598	(12.778)
4 Equip.e Instal. Escrit.	10%	1.754	(1.182)
5 Veículos	20%	4.602	(2.002)
6 Outras Imobilizações		1.174	-
Total		48.289	(19.058)
			29.231
			26.900
4 - VARIAÇÃO DA CONTA CAIXA E EQUIVALENTES - Total (1 + 2 + 3)			
(+) SALDO INICIAL DISPONÍVEL			3.528
(=) SALDO FINAL DISPONÍVEL			4.579
5 - AUMENTO LÍQUIDO CAIXA E EQUIVAL.			1.051
			575
Continuação das NOTAS EXPLICATIVAS...			
b) Movimentação de 2019			
	2018	Transf. entre	2019
	Líquido Adição	Baixas	contas Deprec
			Liq.
1 Terrenos	1.860	(1.731)	-
2 Edifíc./Benfeitorias	4.539	186	(42)
3 Equip.e Instal.Inds.	16.011	5.284	(221)
4 Equip.e Inst. Escrit.	1.160	332	-
5 Veículos	1.183	2.028	(788)
6 Outras Imobiliz.	2.147	749	(865)
Total	26.900	8.579	(3.647)
			(2.601)
			29.231
NOTA 5 - CAPITAL SOCIAL: Capital Social da Sociedade, o qual pertence inteiramente a acionistas domiciliados no País, está composto de 11.707.865 ações sem valor nominal cada uma, sendo 4.071.820 ações Ordinárias, 1.404.318 ações Preferenciais Classe "A" e 6.231.727 ações Preferenciais Classe "B".			
NOTA 6 - JUROS DE CAPITAL PRÓPRIO: Em 2019 a Companhia contabilizou Juros de Capital Próprio, no valor de R\$1.300.000,00 que teve a seguinte destinação:			
a) Desconto de IRRF	R\$ 195.000		
b) JSCP a Pagar - 2019	R\$ 1.105.000		
Christian Henrique Luef - Diretor Presidente / John Arnoldo Ruediger - Diretor Vice-Presidente / Elisandro Nunes da Rosa - Diretor Comercial			
Alessandro Henrique Luef - Conselho Consultivo / Fauzi Abdel Aziz - Contador - CRC-SC 027020/O-0			

AGRÍCOLA FRAIBURGO S/A CNPJ-86.548.724/0001-90 | VIDEIRA, SC - 89.563-260

não indicaram nenhum ajuste a valor presente a ser registrado.

3.2. Instrumentos financeiros – Valor justo. Os valores registrados de disponibilidades, contas a receber, contas a pagar se aproximam do valor justo conforme orientação do CPC 14 e IN CVM 475/08, devido ao vencimento a curto prazo destes instrumentos.

3.3. Resumo das demais práticas contábeis. a) Apuração do resultado. O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios.

b) Ativos e passivos circulantes. Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis em prazo de até um ano, são demonstrados como circulante, acrescidos quando devido, dos rendimentos e encargos proporcionais até a data do balanço.

c) Ativos e passivos vinculados à atualização monetária. Os ativos e passivos em reais sujeitos à indexação contratual e legal, são corrigidos nas datas dos balanços pela aplicação correspondente ao índice. Ganhos e perdas decorrentes das variações monetárias são reconhecidos no resultado em bases correntes. Os títulos de securitização, tiveram seus valores atualizados em 31.12.2018 e 31.12.2019, até o valor equivalente aos financiamentos securitizados.

d) Estoques. Os estoques em geral, são demonstrados ao custo identificado de formação ou ao custo médio de compras, inferior aos valores de realização ou aos custos de reposição.

e) Imobilizado. É registrado ao custo de aquisições deduzido da depreciação calculada pelo método linear, de acordo com as taxas admitidas pela legislação fiscal vigente.

f) Uso de estimativas. A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos,

assim como os valores de receitas e despesas. Os valores reais podem diferir daqueles estimados.

4. IMOBILIZADO Em Reais.

Terrenos	
Edificações	
Plantações	
Veículos/Utilitários	
Máquinas e equipamentos	
Outras imobilizações	
Terrenos - Reavaliação	
Maq.Equip. - Reavaliação	
Obras em andamento	

5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO. a) Capital social. O capital social é composto de 223.026 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b) Dividendos. Aos acionistas é garantido de acordo com a Lei nº 6.404/76, e o Estatuto Social um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com a legislação. A proposta de destinação do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas será efetivada na Assembleia Geral Ordinária a que serão submetidas às demonstrações financeiras do exercício.

c) Reserva Legal. É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d) Reserva de lucros. O saldo de lucros acu-

Custo de aquisição e reavaliação	Depreciação	Líquido 2019	Líquido 2018
1.885.509	-	1.885.509	1.879.857
9.595.098	-5.459.751	4.135.347	4.149.730
31.460.817	-6.093.259	25.367.558	22.164.684
636.493	-626.782	9.711	24.403
15.558.549	-11.346.313	4.212.236	3.729.428
2.208.789	-1.823.113	385.676	411.042
16.302.410	-	16.302.410	16.302.410
1.705.805	-818.787	887.018	955.251
486.366	-	486.366	3.863.514
79.839.836	-26.168.005	53.671.831	53.480.319

mulados e o lucro líquido do ano não destinados no montante de R\$ 27.551.602, foram destinados para reserva de lucros, por proposição da administração a ser deliberada na próxima assembleia de acionistas.

Videira (SC), 30 de março de 2020.

DIRETORIA

Jean Claude Lafuge – Diretor Presidente

Mauro Fernando Marcon – Diretor Controladoria - Contador CRC/SC 018.246/O-8

Marciel Marcio Deon – Gerente Geral

Cod. Mat.: 662394

FS 805 PROPERTIES S/A - CNPJ 28.367.215/0001-64 - Edital de Convocação

Convidamos os senhores acionistas para a reunião de assembleia geral ordinária, que se realizará no dia 28 de abril de 2020 às 19hs00 na sede social da companhia, sito à Rua Felipe Schmidt, nº 835, sala de reunião 1, na cidade de Florianópolis/SC, com a seguinte Ordem do Dia: a) Aprovação das demonstrações financeiras do exercício 2019; b) Novos investimentos realizados pela Dimas Empreendimentos e projeções de resultado; c) Aprovação orçamento para ano 2020; d) Outros assuntos de interesse geral. Informamos, desde já, que em caso de piora da Pandemia do Coronavírus – COVID-19 e com intuito de minimizar os riscos de contaminação, que a data da presente assembleia poderá sofrer alteração ou ser realizada via videoconferência. Por fim, comunicamos aos acionistas que estão à disposição na sede da Empresa, as cópias das demonstrações financeiras. Florianópolis, 27 de março de 2020. Daniel Dimas da Silva - Diretor Administrativo.

Cod. Mat.: 662381

ELECTRO AÇO ALTONA S.A.

Companhia de Capital Aberto CNPJ 82.643.537/0001-34NIRE 42300011304

Assembleia Geral Ordinária CONVOCAÇÃO

São convidados os senhores Acionistas da Electro Aço Altona S/A, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 29 de Abril de 2020 às 9 horas, em sua sede social na Rua

Eng.º Paul Werner, 925, Blumenau – SC, a fim de discutirem e deliberarem a seguinte **ORDEM DO DIA:**

1. Examinar, discutir e votar o relatório anual dos Administradores, Demonstrações Financeiras, Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019;
2. Deliberar sobre a proposta da administração de destinação dos lucros acumulados referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, e ratificar a deliberação dos JSCP efetuados no exercício 2019;
3. Fixação da remuneração global dos administradores;
4. Eleição do Conselho de Administração.

Informações Gerais

Os acionistas deverão apresentar com no mínimo setenta e duas horas de antecedência, o documento de identidade, atos societários que comprovem a representação legal, e os seguintes documentos: a) Comprovante expedido pela instituição escrituradora, no máximo, cinco dias antes da data da realização das Assembleias Gerais; b) Instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e/ou c) Relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente.

A Companhia informa ainda que adotará o sistema de votação à distância, permitindo que os acionistas participem da Assembleia mediante a entrega do boletim de voto à distância aos agentes de custódia, ao escriturador ou diretamente à Companhia, de acordo com as instruções contidas do item 12.2 do Formulário de Referên-

cia da Companhia.

A Companhia disponibiliza no site da CVM e também no site ri.altona.com.br, a Proposta da Administração e os documentos contendo informações necessárias para compreensão das matérias em pauta. **Carmen Vetter Werner - Presidente do Conselho de Administração**

Cod. Mat.: 662200

COMPANHIA HEMMER INDÚSTRIA E COMÉRCIO - CNPJ 82.641.986/0001-43 - NIRE 42300010278 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os senhores acionistas desta Sociedade a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 30 de Abril de 2020, às 08:00 horas (oito horas), em sua sede social, na Rua Heinrich Hemmer, nº 2.773, Bairro Badenfurt na cidade de Blumenau, CEP 89.070-272, Estado de Santa Catarina, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) Prestação de contas e aprovação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; (ii) Aprovação da destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; (iii) Aprovação da proposta para aumento do Capital Social de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) para R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) mediante capitalização de parte da reserva de lucros da Companhia; (iv) Outros assuntos de interesse social, se houver. Blumenau, 30 de março de 2019 - Diretor Presidente.

Cod. Mat.: 662345

O DIÁRIO OFICIAL ESTÁ MAIS PERTO DE VOCÊ

Acesse o Diário Oficial Eletrônico: www.doe.sea.sc.gov.br

Contatos oficiais do Diário Oficial:

Para publicações diversas:
(48) 3665-6269 / 3665-6277
comercial@sea.sc.gov.br

Para órgãos do governo do Estado:
(48) 3665-6269 / 3665-6270 / 3665-6275
diariooficial@sea.sc.gov.br

Para prefeituras:
(48) 3665-6269 / 3665-6277
comercialprefeitura@sea.sc.gov.br

Para cadastro DOE:
(48) 3665-6267 / 3665-6268
cadastrodoe@sea.sc.gov.br

GOVERNO DE
SANTA CATARINA
Secretaria de Administração

		Itapoá Terminais Portuários S.A. CNPJ 01.317.277/0001-05			
		BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores em milhares de reais)			
	Controladora		Consolidado		
	2019	2018	2019	2018	
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	162.514	9.534	162.791	9.535	
Aplicações financeiras	-	30.201	-	30.471	
Contas a receber	24.249	20.771	24.249	20.771	
Impostos a recuperar	107	7.774	186	7.853	
Estoques	5.262	4.536	5.262	4.536	
Adiantamentos	775	4.199	775	4.199	
Outras contas a receber	3.930	3.146	3.930	3.146	
	196.837	80.161	197.193	80.511	
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Impostos diferidos ativos	48.754	50.999	48.754	50.999	
Depósitos judiciais	20.165	12.513	20.165	12.513	
Outras contas a receber	762	1.524,00	762	1.524,00	
	69.681	65.036	69.681	65.036	
Investimentos	355	345	-	-	
Imobilizado	702.109	703.912	702.109	703.912	
Intangível	12.581	13.567	12.581	13.567	
	784.726	782.860	784.371	782.515	
Total do ativo	981.563	863.021	981.564	863.026	
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Empréstimos, financiamentos	44.154	102.959	44.154	102.959	
Fornecedores	7.899	6.856	7.899	6.856	
Obrigações fiscais	4.844	845	4.844	850	
Obrigações trabalhistas e sociais	10.588	12.032	10.588	12.032	
Contas a pagar imobilizado	189	548	189	548	
Dividendos a pagar	9.801	0	9.801	0	
Outras exigibilidades	491	526	492	526	
	77.966	123.766	77.967	123.771	
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	463.035	287.778	463.035	287.778	
Contas a pagar imobilizado	71	290	71	290	
Provisões para litígios	21.150	13.311	21.150	13.311	
	484.256	301.379	484.256	301.379	
Patrimônio líquido					
Capital social	381.643	454.344	381.643	454.344	
Reservas	37.698	-	37.698	-	
Prejuízos acumulados	-	(16.468)	-	(16.468)	
Total do patrimônio líquido	419.341	437.876	419.341	437.876	
Total passivo e pat. líquido	981.563	863.021	981.564	863.026	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido						Demonstrações do resultado					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores em milhares de reais)						Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores em milhares de reais)					
	Capital social		Prejuízos acumulados	Reservas de lucro	Reservas legais	Total do patrimônio líquido		Controladora		Consolidado	
	subscrito							2019	2018	2019	2018
31 de dezembro de 2017	454.344	(72.702)	-	-	-	381.642	Receita operacional líquida	322.848	310.442	322.848	310.442
Lucro líquido do exercício	-	56.234	-	-	-	56.234	Custo dos serviços prestados	(154.111)	(146.167)	(154.112)	(146.167)
31 de dezembro de 2018	454.344	(16.468)	-	-	-	437.876	Lucro bruto	168.737	164.275	168.736	164.275
Redução de capital	(72.701)	72.701	-	-	-	-	Receitas (despesas) operacionais				
Dividendos	-	(59.801)	-	-	-	(59.801)	Despesas comerciais	(8.853)	(7.983)	(8.853)	(7.983)
Constituição de reservas	-	(37.698)	32.823	4.875	-	-	Gerais e administrativas	(44.059)	(35.744)	(44.059)	(35.746)
Lucro líquido do exercício	-	41.266	-	-	-	41.266	Equivalência patrimonial	10	15	-	-
31 de dezembro de 2019	381.643	-	32.823	4.875	419.341		Outras receitas (despesas) op.	-	(11)	-	(11)
							Lucro operacional	115.835	120.552	115.824	120.535
							Despesas financeiras	(70.574)	(42.606)	(70.577)	(42.609)
							Receitas financeiras	17.519	6.722	17.536	6.746
							Lucro antes dos impostos	62.780	84.668	62.783	84.672
							Imp. renda e cont. social corrente	(19.269)	(19.596)	(19.272)	(19.600)
							Imp. renda e cont. social diferido	(2.245)	(8.838)	(2.245)	(8.838)
							Lucro líquido do exercício	41.266	56.234	41.266	56.234

Notas explicativas às demonstrações financeiras					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores em milhares de reais)					
Informações sobre a Companhia					
A Itapoá Terminais Portuários S.A. ("Controladora") e sua controlada (conjuntamente, "Companhia" ou "Consolidado") iniciou suas operações em junho de 2011, sendo considerado um dos terminais mais ágeis e eficientes da América Latina e um dos maiores e mais importantes do País na movimentação de cargas containerizadas. Tem sede no município de Itapoá - SC e foi constituída em 16 de julho de 1996, com prazo de duração indeterminado.					
A Companhia é um terminal portuário de uso privado e tem como principal atividade a operação portuária e demais atividades correlatas como agenciamento de frete marítimo, engajamento de cargas, logística e movimentação de cargas gerais e carga containerizada, podendo, ainda, participar em outras empresas ou empreendimentos como acionista ou quotista. A missão é integrar negócios com modernidade, sustentabilidade e eficiência.					
Tem capacidade operacional de 1,2 milhões TEUs/ano, totalizando 250.000 m2 de área de pátio e 800 metros de cais.					
Todas as licenças e autorizações dos órgãos governamentais necessárias para a implantação do porto estão válidas, dentro de seus prazos legais.					
A Companhia não tem obrigação de pagamento de remuneração à União, ou quaisquer outros ônus, em função da exploração do terminal portuário.					
A Companhia possui 100% de participação sobre a Companhia Porto Itapoá Logística S.A. CNPJ 20.166.919/0001-67, a controlada iniciou suas atividades em outubro de 2014. Em outubro de 2016 suas atividades foram encerradas, com a migração das mesmas					

Demonstrações dos fluxos de caixa					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores em milhares de reais)					
	Controladora		Consolidado		
	2019	2018	2019	2018	
Atividades operacionais					
Lucro líq. exe. antes de impostos	62.780	84.668	62.783	84.672	
Ajuste de itens de resultado sem desembolso de caixa:					
Depreciação e amortização	44.033	39.234	44.033	39.234	
Baixa de imobilizado	143	1.320	143	1.320	
Receita de aplicação financeira	(6.873)	(5.480)	(6.886)	(5.494)	
Juros e custos cap. empréstimos	56.840	40.056	56.840	40.056	
Provisão para litígios	7.839	129	7.839	129	
(Ganho) equivalência patrimonial	(10)	9.713	-	9.713	
Ajustes de capital de giro:					
(Aumento) redução contas receb.	(3.478)	-	(3.478)	-	
Aumento impostos a recuperar	7.667	(826)	7.667	(826)	

para a controladora e para tanto, não é apresentada uma demonstração individual para a mesma.

Resumo das principais políticas e premissas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

Caixa e equivalentes de caixa: Incluem os saldos em caixa, conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor.

Imobilizado: O ativo imobilizado é registrado pelo valor de custo, formado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

Estoques: Compostos por combustível, peças e materiais para manutenção, avaliados ao custo médio de aquisição.

Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo valor presente.

Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte de suas disposições contratuais.

Reconhecimento de receita: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável.

Custo dos serviços prestados: O custo dos serviços prestados é registrado no resultado quando incorrido.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Custos dos empréstimos: Custos dos empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do

Aumento de outros ativos (Redução) de fornecedores	(4.976)	(962)	(4.976)	(975)
Aumento (redução) obrigações	465	(15.386)	465	(15.385)
Aumento de outros passivos	2.555	(3.334)	2.550	(3.334)
Impostos sobre a renda pagos	(35)	(4.621)	(34)	(4.617)
Fluxo de caixa líquido Operac.	(19.269)	(36)	(19.272)	(36)
Atividades de investimento				
Capitalização de juros	147.681	(19.596)	147.674	(19.600)
Adições aos investimentos	-	(7.874)	-	(7.874)
Adições imobilizado e intangível	(41.387)	(87.677)	(41.387)	(87.677)
Fluxo de caixa investimento	37.074	51.613	37.357	51.620
Atividades de financiamento				
Distribuição de dividendos	(4.313)	(36.064)	(4.030)	(36.057)
Captação de financiamento	(50.000)	-	(50.000)	-
Pagamento de financiamento	450.000	10.000	450.000	10.000
Juros pagos	(355.570)	(67.034)	(355.570)	(67.034)
Caixa líquido atividades financ.	(34.818)	(55.567)	(34.818)	(55.567)
Aumento/redução líquido caixa	9.612	(112.601)	9.612	(112.601)
Caixa e equivalentes de caixa início do exercício	152.980	(23.801)	153.256	(23.801)
Caixa e equivalentes de caixa final do exercício	9.534	33.335	9.535	33.336
Aumento/redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	162.514	9.534	162.791	9.535
	152.980	(23.801)	153.256	(23.801)

Alexandre Luís Wolf Tomelin
CPF 035.657.109-26
Contador - CRC SC 031164/O-6

Cassio José Schreiner
Diretor Presidente/ CEO

Provisão para litígios: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do valor da obrigação possa ser feita.

*repblicado por incorreção

Cod. Mat.: 661988

Master S.A.

CNPJ n.º 04.541.799/0001-84
NIRE 42.3.0002781-2

Ata, em forma de sumário,
da Reunião da Diretoria realizada em 26 de março de 2020

1. Data, Horário e Local: 26 de março de 2020, às 10:30 horas, na sede da Master S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina, na Rodovia Antonio Heil, n.º 191, Centro, CEP 88353-100.

2. Presença: Presentes os membros representando a totalidade da Diretoria da Companhia, conforme assinaturas constantes da lista de presença arquivada na sede da Companhia.

3. Convocação: Convocação dispensada, por estar presente a totalidade dos membros da Diretoria.

4. Mesa: Presidente: Sr. Luciano Hang
Secretário: Sr. Edson Luiz Diegoli

5. Ordem do Dia: Deliberar sobre:

(i) prestação de garantia fidejussória, sob a forma de aval ("Aval"), de forma solidária com Havan Lojas de Departamentos Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 79.379.491/0001-83 ("Emissora"), Brashop S.A. – Administradora de Shopping Center, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.262.205/0001-33 ("Brashop") e com o Sr. Luciano Hang, inscrito no CPF sob o n.º 516.814.479-91 ("Avalista Pessoa Física") e, em conjunto com a Companhia e Brashop, "Avalistas"), em garantia das obrigações assumidas pela Emissora, pela Brashop e pelo Avalista Pessoa Física, incluindo, mas não se limitando ao pagamento do principal, juros remuneratórios, encargos moratórios e das obrigações descritas no contrato de colocação, intermediação e distribuição de valores mobiliários no âmbito da 4ª (quarta) emissão de notas promissórias comerciais da Emissora, em série única, no valor total de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) ("Emissão") e "Notas Promissórias", respectivamente) nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 566, de 31 de julho de 2015, conforme alterada ("Instrução CVM 566"), para distribuição pública com esforços restritos de distribuição ("Oferta"), nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), sendo emitidas 30 (trinta)

Notas Promissórias de valor nominal unitário de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ("Valor Nominal Unitário"), com vencimento em até 366 (trezentos e sessenta e seis) dias contados da data de subscrição e integralização das Notas Promissórias ("Data de Emissão"), que terão com as seguintes condições:

(1) Remuneração: incidirão juros remuneratórios sobre o Valor Nominal Unitário correspondentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, denominadas "Taxas DI over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de sobretaxa igual a 3,00% (três inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis (conforme abaixo definido) decorridos desde a Data de Emissão das Notas Promissórias, inclusive, até a data de seu efetivo pagamento, exclusive, considerando os critérios estabelecidos no "Caderno de Fórmulas Notas Comerciais – CETIP21" disponível para consulta no endereço eletrônico <http://www.b3.com.br>;

(2) Encargos Moratórios: incidirão sobre o valor em atraso de qualquer quantia devida aos titulares das Notas Promissórias incidirão, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros de mora não compensatórios calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante devido e não pago;

(3) Oferta Facultativa de Resgate Antecipado: a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta facultativa de resgate antecipado total ou parcial, das Notas Promissórias, ("Oferta Facultativa de Resgate Antecipado"), que será endereçada a todos os titulares das Notas Promissórias, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a tais titulares para aceitar o resgate antecipado das Notas Promissórias de que forem titulares, de acordo com os termos e condições a serem previstos nas Cártulas, podendo ser oferecido prêmio, sendo certo que referido prêmio não poderá ser negativo. A Emissora realizará a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado por meio de comunicação à Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário") e, na mesma data, por meio de publicação ou, à exclusivo critério da Emissora,

comunicação individual a todos os titulares de Notas Promissórias, com cópia ao Agente Fiduciário e à B3 ("Comunicação de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado"), a qual deverá descrever os termos e condições da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado. A Emissora deverá (A) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, confirmar ao Agente Fiduciário a realização ou não do resgate antecipado, conforme os critérios estabelecidos na Comunicação de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; e (B) com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da respectiva data do resgate antecipado, comunicar ao Banco Mandatário, ao Custodiante e à B3 a data do resgate antecipado. O valor a ser pago em relação a cada uma das Notas Promissórias indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário, acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento; e (ii) se for o caso, de prêmio de resgate antecipado a ser oferecido aos titulares, a exclusivo critério da Emissora, o qual não poderá ser negativo. Caso a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado se refira a parte das Notas Promissórias, e a quantidade de Notas Promissórias que tenham sido indicadas em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado seja maior do que a quantidade à qual a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado foi originalmente direcionada, então o resgate antecipado será realizado mediante sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário, sendo certo que todas as etapas desse processo deverá ocorrer fora do âmbito da B3. Os titulares sorteados serão informados pela Emissora, por escrito, com, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data de resgate sobre o resultado do sorteio. O pagamento das Notas Promissórias resgatadas antecipadamente por meio da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será realizado no Local de Pagamento, abaixo definido. O resgate antecipado, com relação às Notas Promissórias (i) que estejam depositadas eletronicamente na B3, será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais da B3, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos titulares, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da quantidade de Notas Promissórias a serem resgatadas antecipadamente serão realizadas fora do âmbito da B3; e (ii) que não estejam depositadas eletronicamente na B3, será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais do banco mandatário da Emissão;

(4) Local de Pagamento: os pagamentos referentes às Notas Promissórias serão efetuados em conformidade com os procedimentos adotados pela B3, quando as Notas Promissórias estiverem depositadas eletronicamente na B3, ou diretamente na sede

da Emissora, ou, ainda, em conformidade com os procedimentos adotados pelo Banco Mandatário das Notas Promissórias nos casos em que as Notas Promissórias não estiverem depositadas eletronicamente na B3 (“Local de Pagamento”).

(ii) a delegação de poderes a qualquer Diretor da Companhia para, direta ou indiretamente, por meio de procuradores, tomar todas as providências e assinar todos os documentos necessários à formalização do Aval, da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando a, a negociação e assinatura dos instrumentos (inclusive das cédulas e do Contrato de Distribuição) e seus eventuais aditamentos necessários à prestação do Aval e à realização da Emissão e da Oferta; e

(iii) a ratificação de todos os atos praticados pela Diretoria e demais representantes legais da Companhia no âmbito da prestação do Aval e da Emissão e da Oferta.

6. Deliberações: os Diretores da Companhia deliberaram, por unanimidade de votos, e sem quaisquer restrições:

6.1 A prestação do Aval pela Companhia, de forma solidária com a Emissora, com a Brashop e com o Avalista Pessoa Física, desde a data de emissão das Notas Promissórias até a data de sua integral liquidação, nas condições a serem previstas nas cédulas representativas das Notas Promissórias.

6.2 A delegação de poderes a qualquer Diretor da Companhia para (a) negociar e definir todos os termos e condições específicos da prestação do Aval e da Emissão e da Oferta que não foram objeto de aprovação desta Reunião da Diretoria, em especial as cláusulas e condições de vencimento antecipado, entre outros; (b) celebrar todos os documentos necessários à prestação do Aval, e à realização da Emissão e da Oferta, incluindo, sem limitação, as cédulas das Notas Promissórias e o Contrato de Distribuição; e (c) praticar todos os atos necessários à prestação do Aval e a efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando, a entrega de todos os documentos e informações necessários, observadas as disposições constantes dos documentos da Emissão e os limites legais; e

6.3 A ratificação de todos os atos praticados anteriormente pela Diretoria e demais representantes legais da Companhia no âmbito da prestação do Aval e da Emissão e da Oferta.

7. Encerramento: Lida e aprovada, foi a ata assinada por todos os Diretores da Companhia.

Brusque, 26 de março de 2020.

[*restante da página intencionalmente em branco*]
[*Página de Assinaturas da Ata de Reunião da Reunião de Diretoria da Master S.A. realizada em 26 de março de 2020*]

Mesa:

Luciano Hang
Presidente

Edson Luiz Diegoli
Secretário

Diretores:

Luciano Hang

Edson Luiz Diegoli

Cod. Mat.: 662358

Havan Lojas de Departamentos Ltda.

CNPJ n.º 79.379.491/0001-83
NIRE 42.2.0081208-9

Ata, em forma de sumário,
da Reunião de Sócios realizada em 26 de março de 2020

1. Data, Horário e Local: 26 de março de 2020, às 10:00 horas, na sede da Havan Lojas de Departamentos Ltda. (“Sociedade”), localizada na Cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina, na Rodovia Antonio Heil, n.º 200, Centro, CEP 88353-100.

2. Presença: Presente a totalidade dos sócios da Sociedade, titulares de 100% (cem por cento) das quotas representativas do capital social da Sociedade.

3. Convocação: Convocação dispensada, nos termos do artigo 1.072, parágrafo segundo, da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, por estar presente a totalidade dos sócios da Sociedade.

4. Mesa: Presidente: Sr. Luciano Hang
Secretário: Sr. Edson Luiz Diegoli

5. Ordem do Dia: Deliberar sobre (i) nos termos do artigo 14.1 do contrato social da Sociedade, a realização da 4ª (quarta) emissão de notas promissórias comerciais da Sociedade (“Emissão” e “Notas Promissórias”, respectivamente), em série única, no valor total de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) na Data de Emissão, abaixo definida, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) n.º 566, de 31 de julho de 2015, conforme alterada (“Instrução CVM 566”), para distribuição pública com esforços restritos de distribuição (“Oferta”), nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”), com as características da Emissão descritas abaixo; (ii) delegação de poderes à administração da Sociedade para, direta ou indiretamente, por meio de procuradores, tomar todas as providências e assinar todos os documentos necessários à formalização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando a, (a) a contratação de instituições financeiras para intermediar e coordenar a Oferta, bem como dos demais prestadores de serviços relacionados à realização da Emissão e da Oferta, e (b) a negociação e assinatura dos instrumentos (inclusive das cédulas) e seus eventuais aditamentos necessários à realização da Emissão e da Oferta; e (iii) a ratificação de todos os atos praticados pela administração e demais representantes legais da Sociedade no âmbito da Emissão e da Oferta.

6. Deliberação: Os sócios da Sociedade deliberaram, por unanimidade de votos, e sem quaisquer restrições:

1.

6.1 Nos termos do artigo 14.1 do contrato social da Sociedade, a realização da Emissão, nos termos da Instrução CVM 566, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, com as características descritas a seguir:

(a) **Número da Emissão:** a Emissão representará a 4ª (quarta) emissão de Notas Promissórias da Sociedade;

(b) **Séries:** as Notas Promissórias serão emitidas em série única;

(c) **Valor Total da Emissão:** o valor total da Emissão será de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definida);

(d) **Quantidade:** serão emitidas 30 (trinta) Notas Promissórias (“Notas Promissórias”);

(e) **Valor Nominal Unitário:** as Notas Promissórias terão o valor nominal unitário de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), na Data de Emissão, conforme abaixo definido (“Valor Nominal Unitário”);

(f) **Forma e Comprovação de Titularidade:** as Notas Promissórias serão emitidas fisicamente, em forma cartular, e ficarão custodiadas em instituição autorizada a realizar custódia de guarda física das Notas Promissórias, a ser contratada pela Sociedade (“Custodiante”), sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Notas Promissórias será comprovada pela posse das cédulas representativas das Notas Promissórias (“Cédulas”), e, adicionalmente, para as Notas Promissórias depositadas eletronicamente na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento CETIP UTVM (“B3”), por extrato emitido pela B3 em nome do respectivo titular para as Notas Promissórias que não estiverem depositadas eletronicamente na B3, por extrato expedido pelo banco mandatário da Emissão, a ser contratado pela Sociedade (“Banco Mandatário”) em nome do respectivo titular da Nota Promissória. As Notas Promissórias circularão por endosso em preto, sem garantia, de mera transferência de titularidade, conforme previsto no artigo 15 do Anexo I da Convenção para Adoção de uma Lei Uniforme sobre Letras de Câmbio e Notas Promissórias, promulgada pelo Decreto n.º 57.663, de 24 de janeiro de 1966, e no artigo 4º da Instrução CVM 566. Enquanto objeto de depósito centralizado, a circulação das Notas Comerciais se operará pelos registros escriturais efetuados nas contas de depósito mantidas junto à B3, que endossará as Cédulas das Notas Comerciais ao credor definitivo por ocasião da extinção do registro na B3;

(g) **Data de Emissão:** a data de emissão das Notas Promissórias corresponderá à data de sua efetiva subscrição e integralização, conforme previsto nas cédulas das Notas Promissórias (“Data de Emissão”);

(h) **Datas de Vencimento:** ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado da totalidade das Notas Promissórias, ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Promissórias, nos termos a serem previstos nas Cédulas, conforme aplicável, as

Notas Promissórias terão prazo de até 366 (trezentos e sessenta e seis) dias contados da Data de Emissão (“Data de Vencimento”);

(i) **Preço de Subscrição e Integralização:** as Notas Promissórias serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em uma única data, em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário, podendo ser acrescido de ágio ou deságio, desde que ofertados a todos os investidores em igualdade de condições, exclusivamente através do MDA (conforme abaixo definido), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3;

(j) **Local de Distribuição e Negociação:** as Notas Promissórias serão depositadas para distribuição no mercado primário, exclusivamente por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), e no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, ambos administrados e operacionalizados pela B3, sendo a distribuição e as negociações liquidadas financeiramente por meio da B3, e as Notas Promissórias depositadas eletronicamente na B3. Concomitantemente à liquidação, as Notas Promissórias serão depositadas em nome do titular no Sistema de Custódia Eletrônica da B3. As Notas Promissórias somente poderão ser negociadas depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição pelo investidor profissional, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, observado o cumprimento, pela Sociedade, das obrigações do artigo 17 da Instrução CVM 476, e observadas, ainda, as disposições legais e regulamentares aplicáveis, salvo o lote objeto de garantia firme de colocação pelo Coordenador Líder (conforme abaixo definido) no momento da subscrição, observados, na negociação subsequente, os limites e condições previstos nos artigos 2º e 3º da Instrução CVM 476;

(k) **Plano de Distribuição:** as Notas Promissórias serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, sob regime de garantia firme de colocação da totalidade das Notas Promissórias, com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de valores mobiliários (“Coordenador Líder”). O público alvo será formado por investidores profissionais, conforme definido no artigo 9º-A da Instrução da CVM n.º 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada (“Investidores Profissionais”), observado que: (i) os fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor; e (ii) poderão ser acessados, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, dos quais 50 (cinquenta) poderão subscrever as Notas Promissórias, nos termos do artigo 3º da Instrução CVM 476;

(l) **Atualização do Valor Nominal e Remuneração:** não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias. Sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, denominadas “Taxas DI”, over extra grupo expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida de sobretaxa igual a 3,00% (três inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis (conforme abaixo definido) decorridos desde a Data de Emissão das Notas Promissórias até a data de seu efetivo pagamento, considerando os critérios estabelecidos no “Caderno de Fórmulas Notas Comerciais – CETIP21” disponível para consulta no endereço eletrônico <http://www.b3.com.br>, a ser replicado nas Cédulas (“Remuneração”);

(m) **Pagamento do Principal e Periodicidade de Pagamento da Remuneração:** o principal, denominado como o Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias, e a Remuneração somente serão pagos aos titulares das Notas Promissórias na Data de Vencimento, ou, ainda, por ocasião do resgate antecipado das Notas Promissórias ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Promissórias, nos termos a serem previstos nas Cédulas, conforme aplicável;

(n) **Oferta Facultativa de Resgate Antecipado:** a Sociedade poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta facultativa de resgate antecipado, total ou parcial, das Notas Promissórias (“Oferta Facultativa de Resgate Antecipado”), que será endereçada a todos os titulares das Notas Promissórias, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a tais titulares para aceitar o resgate antecipado das Notas Promissórias de que forem titulares, de acordo com os termos e condições a serem previstos nas Cédulas, podendo ser oferecido prêmio, sendo certo que referido prêmio não poderá ser negativo. A Sociedade realizará a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado por meio de comunicação ao Agente Fiduciário (conforme abaixo definido) e, na mesma data, por meio de publicação ou, à exclusivo critério da Sociedade, comunicação individual a todos os titulares de Notas Promissórias, com cópia ao Agente Fiduciário e à B3 (“Comunicação de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado”), o qual deverá descrever os

termos e condições da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado. A Sociedade deverá (i) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, confirmar ao Agente Fiduciário a realização ou não do resgate antecipado, conforme os critérios estabelecidos na Comunicação de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; e (ii) com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da respectiva data do resgate antecipado, comunicar ao Banco Mandatário, ao Custodiante e à B3 a data do resgate antecipado. O valor a ser pago em relação a cada uma das Notas Promissórias indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário, acrescido (1) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento; e (2) se for o caso, de prêmio de resgate antecipado a ser oferecido aos titulares, a exclusivo critério da Sociedade, o qual não poderá ser negativo. Caso a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado se refira a parte das Notas Promissórias, e a quantidade de Notas Promissórias que tenham sido indicadas em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado seja maior do que a quantidade à qual a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado foi originalmente direcionada, então o resgate antecipado será realizado mediante sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário, sendo certo que todas as etapas desse processo deverá ocorrer fora do âmbito da B3. Os titulares sorteados serão informados pela Sociedade, por escrito, com, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data de resgate sobre o resultado do sorteio. O pagamento das Notas Promissórias resgatadas antecipadamente por meio da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será realizado nos termos do item "Local de Pagamento" abaixo. O resgate antecipado, com relação às Notas Promissórias (A) que estejam depositadas eletronicamente na B3, será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais da B3, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos titulares, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da quantidade de Notas Promissórias a serem resgatadas antecipadamente serão realizadas fora do âmbito da B3; e (B) que não estejam depositadas eletronicamente na B3, será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais do Banco Mandatário;

(o) **Destinação dos Recursos:** os recursos oriundos da Emissão serão empregados para reforço de caixa da Sociedade;

(p) **Encargos Moratórios:** sem prejuízo da Remuneração, que continuará incidindo até o efetivo pagamento integral do Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias, ocorrendo atraso no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Notas Promissórias, o valor em atraso ficará sujeito, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, a: (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros de mora não compensatórios calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios");

(q) **Local de Pagamento:** os pagamentos referentes às Notas Promissórias serão efetuados em conformidade com os procedimentos adotados pela B3, quando as Notas Promissórias estiverem depositadas eletronicamente na B3, ou diretamente na sede da Sociedade, ou, ainda, em conformidade com os procedimentos adotados pelo Banco Mandatário das Notas Promissórias nos casos em que as Notas Promissórias não estiverem depositadas eletronicamente na B3. Farão jus ao pagamento aqueles que forem titulares das Notas Promissórias no Dia Útil imediatamente anterior à data de pagamento;

(r) **Vencimento Antecipado:** as obrigações decorrentes das Notas Promissórias poderão ser declaradas vencidas antecipadamente, de forma automática ou não, sendo exigível da Sociedade o pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, calculados *pro rata temporis*, bem como dos demais encargos devidos no âmbito das Notas Promissórias, na ocorrência das hipóteses a serem previstas nas Cártyulas, e observados os procedimentos nelas dispostos, sem prejuízo da imediata comunicação à B3 da declaração de vencimento antecipado;

(s) **Garantia Fidejussória:** as Notas Promissórias contarão com o aval nos termos dos artigos 30 e seguintes do Anexo I da Convenção para Adoção de uma Lei Uniforme sobre Letras de Câmbio e Notas Promissórias, promulgada pelo Decreto n.º 57.663, de 24 de janeiro de 1966, prestado pela Brashop S.A. – Administradora de Shopping Center, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.262.205/0001-33, pela Master S.A., inscrita no CNPJ n.º 04.541.799/0001-84 e por Sr. Luciano Hang, inscrito no CPF sob o n.º 516.814.479-91 ("Avalistas"). O aval é prestado em caráter universal e compreende a dívida principal e todos os seus acessórios, af incluídos o Valor Nominal Unitário, a Remuneração, eventuais Encargos Moratórios a serem previstos nas Cártyulas, caso aplicável, bem como quaisquer outras obrigações pecuniárias, despesas e outros acréscimos previstos

nas Notas Promissórias e nos demais documentos relativos às Notas Promissórias e à Oferta. Assim, responderão os Avalistas em caso de inadimplemento total ou parcial da Sociedade, na Data de Vencimento ou em decorrência do resgate antecipado ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais, como devedores solidários e principais pagadores de toda e qualquer obrigação pecuniária prevista nas Notas Promissórias e que seja exigível nos termos delas. O aval é prestado pelos Avalistas em caráter irrevogável e irretroatável e vigorará até que todas as obrigações decorrentes das Notas Promissórias sejam integralmente liquidadas;

(t) **Prorrogação dos Prazos:** considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação relativas às Notas Promissórias até o primeiro dia útil subsequente se o vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia que não seja um Dia Útil. Para os fins das Notas Promissórias, "Dia Útil" significará (i) com relação a qualquer obrigação de pagamento realizada por meio da B3, inclusive para fins de cálculo, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; (ii) com relação a qualquer obrigação de pagamento que não seja realizada por meio da B3, qualquer dia que não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; e (iii) com relação a qualquer obrigação não pecuniária relativa às Notas Promissórias, qualquer dia que não seja sábado ou domingo ou feriado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;

(u) **Agente Fiduciário:** O agente fiduciário para as Notas Promissórias será a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 8, Ala B, Salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ sob n.º 17.343.682/0001-38 ("Agente Fiduciário"); e

(v) **Demais Condições:** todos os demais termos e condições da Emissão e das Notas Promissórias serão tratados detalhadamente nas Cártyulas.

6.2 A delegação de poderes à administração da Sociedade para: (a) contratar o Coordenador Líder, autorizado a operar no mercado de capitais para a distribuição pública das Notas Promissórias; (b) contratar os prestadores de serviços para a Emissão, tais como a B3, o Agente Fiduciário, o Custodiante, o Banco Mandatário, os assessores legais, entre outros; (c) negociar e definir todos os termos e condições específicos da Emissão e da Oferta que não foram objeto de aprovação desta Reunião de Sócios, em especial as cláusulas e condições de vencimento antecipado, entre outros; (d) celebrar todos os documentos da Emissão e da Oferta, incluindo, sem limitação, as Cártyulas e o contrato de colocação e distribuição das Notas Promissórias; e (e) praticar todos os atos necessários à efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando, à entrega de todos os documentos e informações necessários, observadas as disposições constantes dos documentos da Emissão e da Oferta e os limites legais; e

6.3 A ratificação de todos os atos praticados anteriormente pela administração e demais representantes legais da Sociedade no âmbito da Emissão e da Oferta.

7. Encerramento: Lida e aprovada, foi a ata assinada por todos os sócios da Sociedade.

Brusque, 26 de março de 2020.

[restante da página intencionalmente em branco]
[Página de Assinaturas da Ata de Reunião de Sócios da Havan Lojas de Departamento Ltda. realizada em 26 de março de 2020]

Mesa:

Luciano Hang
Presidente

Edson Luiz Diegoli
Secretário

Sócios:

Luciano Hang

MASTER S.A

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

Cod. Mat.: 662360

Brashop S.A. – Administradora de Shopping Center

CNPJ n.º 03.262.205/0001-33

NIRE 42.3.0002492-9

Ata, em forma de sumário,
da Reunião da Diretoria realizada em 26 de março de 2020

1. Data, Horário e Local: 26 de março de 2020, às 11:00 horas, na sede da Brashop S.A. – Administradora de Shopping Center ("Companhia"), localizada na Cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina, na Rodovia Antonio Heil, n.º 200, Centro, CEP 88090-700.

2. Presença: Presentes os membros representando a totalidade da Diretoria da Companhia, conforme assinaturas constantes da lista de presença arquivada na sede da Companhia.

3. Convocação: Convocação dispensada, por estar presente a totalidade dos membros da Diretoria.

4. Mesa: Presidente: Sr. Luciano Hang
Secretário: Sr. Edson Luiz Diegoli

5. Ordem do Dia: Deliberar sobre:

(i) prestação de garantia fidejussória, sob a forma de aval ("Aval"), de forma solidária com Havan Lojas de Departamentos Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 79.379.491/0001-83 ("Emissora"), Master S.A., inscrita no CNPJ sob o n.º 04.541.799/0001-84 ("Master") e com o Sr. Luciano Hang, inscrito no CPF sob o n.º 516.814.479-91 ("Avalista Pessoa Física" e, em conjunto com a Companhia e Master, "Avalistas"), em garantia das obrigações assumidas pela Emissora, pela Master e pelo Avalista Pessoa Física, incluindo, mas não se limitando ao pagamento do principal, juros remuneratórios, encargos moratórios e das obrigações descritas no contrato de colocação, intermediação e distribuição de valores mobiliários no âmbito da 4ª (quarta) emissão de notas promissórias comerciais da Emissora, em série única, no valor total de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) ("Emissão" e "Notas Promissórias", respectivamente) nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 566, de 31 de julho de 2015, conforme alterada ("Instrução CVM 566"), para distribuição pública com esforços restritos de distribuição ("Oferta"), nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), sendo emitidas 30 (trinta) Notas Promissórias de valor nominal unitário de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ("Valor Nominal Unitário"), com vencimento em até 366 (trezentos e sessenta e seis) dias contados da data de subscrição e integralização das Notas Promissórias ("Data de Emissão"), que terão com as seguintes condições:

(1) **Remuneração:** incidirão juros remuneratórios sobre o Valor Nominal Unitário correspondentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, denominadas "Taxas DI over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de sobretaxa igual a 3,00% (três inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis (conforme abaixo definido) decorridos desde a Data de Emissão das Notas Promissórias, inclusive, até a data de seu efetivo pagamento, exclusive, considerando os critérios estabelecidos no "Caderno de Fórmulas Notas Comerciais – CETIP21" disponível para consulta no endereço eletrônico <http://www.b3.com.br>;

(2) **Encargos Moratórios:** incidirão sobre o valor em atraso de qualquer quantia devida aos titulares das Notas Promissórias incidirão, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros de mora não compensatórios calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante devido e não pago;

(3) **Oferta Facultativa de Resgate Antecipado:** a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta facultativa de resgate antecipado, total ou parcial, das Notas Promissórias ("Oferta Facultativa de Resgate Antecipado"), que será endereçada a todos os titulares das Notas Promissórias, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a tais titulares para aceitar o resgate antecipado das Notas Promissórias de que forem titulares, de acordo com os termos e condições a serem previstos nas Cártyulas, podendo ser oferecido prêmio, sendo certo que referido prêmio não poderá ser negativo. A Emissora realizará a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado por meio de comunicação à Pentágono S.A. Distribuidora

de Títulos e Valores Mobiliários (“Agente Fiduciário”) e, na mesma data, por meio de publicação ou, à exclusivo critério da Emissora, comunicação individual a todos os titulares de Notas Promissórias, com cópia ao Agente Fiduciário e à B3 (“Comunicação de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado”), a qual deverá descrever os termos e condições da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado. A Emissora deverá (A) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, confirmar ao Agente Fiduciário a realização ou não do resgate antecipado, conforme os critérios estabelecidos na Comunicação de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; e (B) com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da respectiva data do resgate antecipado, comunicar ao Banco Mandatário, ao Custodiante e à B3 a data do resgate antecipado. O valor a ser pago em relação a cada uma das Notas Promissórias indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário, acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento; e (ii) se for o caso, de prêmio de resgate antecipado a ser oferecido aos titulares, a exclusivo critério da Emissora, o qual não poderá ser negativo. Caso a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado se refira a parte das Notas Promissórias, e a quantidade de Notas Promissórias que tenham sido indicadas em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado seja maior do que a quantidade à qual a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado foi originalmente direcionada, então o resgate antecipado será realizado mediante sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário, sendo certo que todas as etapas desse processo deverá ocorrer fora do âmbito da B3. Os titulares sorteados serão informados pela Emissora, por escrito, com, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data de resgate sobre o resultado do sorteio. O pagamento das Notas Promissórias resgatadas antecipadamente por meio da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será realizado no Local de Pagamento, abaixo definido. O resgate antecipado, com relação às Notas Promissórias (i) que estejam depositadas eletronicamente na B3, será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais da B3, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos titulares, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da quantidade de Notas Promissórias a serem

resgatadas antecipadamente serão realizadas fora do âmbito da B3; e (ii) que não estejam depositadas eletronicamente na B3, será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais do banco mandatário da Emissão;

(4) Local de Pagamento: os pagamentos referentes às Notas Promissórias serão efetuados em conformidade com os procedimentos adotados pela B3, quando as Notas Promissórias estiverem depositadas eletronicamente na B3, ou diretamente na sede da Emissora, ou, ainda, em conformidade com os procedimentos adotados pelo Banco Mandatário das Notas Promissórias nos casos em que as Notas Promissórias não estiverem depositadas eletronicamente na B3 (“Local de Pagamento”).

(ii) a delegação de poderes a qualquer Diretor da Companhia para, direta ou indiretamente, por meio de procuradores, tomar todas as providências e assinar todos os documentos necessários à formalização do Aval, da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando a, a negociação e assinatura dos instrumentos (inclusive das cédulas e do Contrato de Distribuição) e seus eventuais aditamentos necessários à prestação do Aval e à realização da Emissão e da Oferta; e

(iii) a ratificação de todos os atos praticados pela Diretoria e demais representantes legais da Companhia no âmbito da prestação do Aval e da Emissão e da Oferta.

6. Deliberações: os Diretores da Companhia deliberaram, por unanimidade de votos, e sem quaisquer restrições:

6.1 A prestação do Aval pela Companhia, de forma solidária com a Emissora, com a Master e com o Avalista Pessoa Física, desde a data de emissão das Notas Promissórias até a data de sua integral liquidação, nas condições a serem previstas nas cédulas representativas das Notas Promissórias.

6.2 A delegação de poderes a qualquer Diretor da Companhia para (a) negociar e definir todos os termos e condições específicos da prestação do Aval e da Emissão e da Oferta que não foram objeto de aprovação desta Reunião da Diretoria, em especial as

cláusulas e condições de vencimento antecipado, entre outros; (b) celebrar todos os documentos necessários à prestação do Aval, e à realização da Emissão e da Oferta, incluindo, sem limitação, as cédulas das Notas Promissórias e o Contrato de Distribuição; e (c) praticar todos os atos necessários à prestação do Aval e a efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando, a entrega de todos os documentos e informações necessários, observadas as disposições constantes dos documentos da Emissão e os limites legais; e

6.3 A ratificação de todos os atos praticados anteriormente pela Diretoria e demais representantes legais da Companhia no âmbito da prestação do Aval e da Emissão e da Oferta.

7. Encerramento: Lida e aprovada, foi a ata assinada por todos os Diretores da Companhia.

Brusque, 26 de março de 2020.

[*restante da página intencionalmente em branco*]
[*Página de Assinaturas da Ata de Reunião da Reunião de Diretoria da Brashop S.A. – Administradora de Shopping Center realizada em 26 de março de 2020*]

Mesa:

Luciano Hang
Presidente

Edson Luiz Diegoli
Secretário

Diretores:

Luciano Hang

Nilton Hang

Cod. Mat.: 662361

O DIÁRIO OFICIAL ESTÁ MAIS PERTO DE VOCÊ

Acesse o Diário Oficial Eletrônico: www.doe.sea.sc.gov.br





Diário Oficial Eletrônico

Secretaria de Estado da Administração

Home

Cadastro on-line

LOA

Fale Conosco

Ouvidoria Geral

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA O DIÁRIO OFICIAL

1. CADASTRAMENTO

Os interessados deverão ser previamente cadastrados. Caso não esteja cadastrado, nosso usuário terá, disponível em nosso [site www.doe.sea.sc.gov.br](http://www.doe.sea.sc.gov.br), um botão (**cadastro on-line**) com cinco formulários eletrônicos disponíveis:

- Cadastro de entidade
- Cadastro de usuário
- Troca de órgão/entidade
- Desabilitar usuário
- Termo de autorização para publicação

Os formulários eletrônicos são intuitivos, e levam facilmente o usuário a obter o acesso ao portal do Diário Oficial após análise e aprovação pelo nosso setor de cadastros. Será enviado automaticamente um *e-mail* com *login* e senha para acesso ao sistema.

Ao finalizar o cadastro, os usuários estarão de acordo com o **Termo de aceite**, que faz parte do referido cadastro, do qual se comprometem a cumprir todas as regras previstas.

2. REGRAS DE EDITORAÇÃO

Nos documentos enviados, as seguintes formatações devem ser observadas:

- o formato eletrônico do DOE é em formato tabloide, com área de impressão de: 24,00 cm de largura X 30,0 cm de altura (o SIGIO acomodará seu texto nas colunas do jornal);
- a fonte (letra) deverá ser sempre **arial** sem variações, e o tamanho do corpo **8**;
- o espaçamento entre linhas deve ser **simples** para arquivos no *Word*;
- as letras em negrito, itálico, sublinhadas, maiúsculas e minúsculas serão respeitadas conforme seu envio;
- caso o documento do *Word* contenha tabelas em seu corpo, ou esse documento seja exclusivamente um arquivo de imagem do tipo pdf, o limite máximo de ocupação de largura da tabela, ou da imagem interna do pdf, deverá obedecer ao seguinte:
 - 7,5 cm para ocupar 1 (uma) coluna do jornal;
 - 15,5 cm para ocupar 2 (duas) colunas do jornal;
 - 23,5 cm para ocupar 3 (três) colunas do jornal.

3. ENVIO DE MATÉRIAS

Ao entrar no portal www.doe.sea.sc.gov.br com o *login* e a senha, o usuário terá acesso ao módulo diário oficial, selecionará no menu a opção **Diário Oficial**, a seguir **Enviar Matérias**. Nessa seção, o usuário deverá: carregar o arquivo para publicação (*up-load*); agendar a data da publicação; fazer uma pré-visualização da matéria; ver o cálculo do seu orçamento e aprová-lo; e, imprimir o DARE - Documento de Arrecadação de Receitas.

4. REGRAS DE ENVIO

Obrigatoriedades

- Só é permitido o envio de matérias em texto (no Word versão 2010 – extensão .doc ou .docx, BR-Office – extensão .odt). Os balanços, obrigatoriamente, deverão ser gerados em pdf até versão 1.4.5x.
- Dentro do arquivo no *Word* poderá haver tabelas, as quais deverão respeitar as regras de editoração abaixo elencadas.

Não será permitido

- O uso de molduras, caixas de texto, linhas desenhadas, setas, cabeçalhos, rodapés, marca d'água, imagens de assinatura e régua, conexões a banco de dados e macros e documentos escaneados.
- Anotações no corpo do documento da matéria, como data desejada de publicação, autorização da publicação, ou qualquer outra mensagem que não será publicada.
- Texto condensado em largura e/ou altura.

5. PAGAMENTO

Para a efetivação da publicação não basta fazer o carregamento da matéria no *site*, é necessário o pagamento do DARE até as 17 horas do dia anterior à publicação.

6. ACOMPANHAMENTO DE MATÉRIAS

O usuário deverá acompanhar o fluxo de tramitações da matéria, poderá gerar a 2ª via da DARE; reagendar a data de publicação; e, cancelar a publicação da matéria até as 18 horas do dia anterior à data da publicação.

7. RESPONSABILIDADE DO USUÁRIO

O usuário é exclusivamente o responsável por toda matéria enviada para publicação para todo e qualquer efeito, bem como a fidedignidade e veracidade da informação para os efeitos jurídicos aqui gerados. Após envio e aprovação da matéria, ela não poderá mais ser substituída.

Não haverá cancelamento de notas fiscais em decorrência do envio de matérias em duplicidade.

Dados para contato

E-mail: diariooficial@sea.sc.gov.br

Fones: PABX (48) 3665-6242 / (48) 3665-6263 / (48) 3665-6265 /
(48) 3665-6266 / (48) 3665-6267 / (48) 3665-6268 /
(48) 3665-6269 / (48) 3665-6270 / (48) 3665-6277.